

HISTÓRIA SOCIAL DA LÍNGUA NACIONAL

 coleção FCRB **Aconteceu 5**

História social da língua nacional

Organizadoras:

Ivana Stolze Lima

Laura do Carmo

Rio de Janeiro, 2008

EDIÇÕES  Casa de Rui Barbosa

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Cultura
Juca Ferreira

Fundação Casa de Rui Barbosa

Presidente
José Almino de Alencar

Diretora Executiva
Rosalina Gouveia

Diretora do Centro de Pesquisa
Rachel Valença

Chefe do Setor de Editoração
Afonso Henriques de Guimaraens Neto

Revisão
Laura do Carmo e Janaína Senna

História social da língua nacional / Organizadoras: Ivana Stolze Lima,
Laura do Carmo -- Rio de Janeiro : Edições Casa de Rui Barbosa ,
2008.

422 p. (Coleção FCRB Aconteceu ; 5)

ISBN 978-85-7004-285-9

I. Língua portuguesa. 2. História social. I. Fundação Casa de Rui
Barbosa. II. Título. III. Série.
CDU 806.90 catalográfica

Eu não tenho a letra, eu tenho a palavra.

DONA FIOTA

Sumário

HISTÓRIA SOCIAL DA LÍNGUA NACIONAL

- A proposta do seminário 11
- Apresentação 15
- Ivana Stolze Lima e Laura do Carmo*
- A Casa de Rui Barbosa e os estudos sobre a língua portuguesa 21
- Rachel Valença*

AS LETRAS E O IMPÉRIO

- Língua e conquista: formação de intérpretes e políticas imperiais portuguesas de comunicação em Ásia nos alvares da modernidade 29
- Claudio Costa Pinheiro*
- Aulas régias no império colonial português: o global e o local 65
- Anita Correia Lima de Almeida*
- Livro, língua e leitura no Brasil e em Portugal na Época Moderna 91
- Luiz Carlos Villalta*

COLONIZAÇÃO LINGÜÍSTICA

- Nheengatu: a outra língua brasileira 119
- José Ribamar Bessa-Freire*
- Africanos, crioulos e a língua portuguesa 151
- Dante Lucchesi*
- Fontes escritas e história da língua portuguesa no Brasil: as cartas de comércio no século XVIII 181
- Afranio Gonçalves Barbosa*

A FORMAÇÃO DA LÍNGUA NACIONAL: MODELOS, EXPERIÊNCIAS, CONFLITOS

Língua nacional, histórias de um velho surrão 215

Ivana Stolze Lima

Falas e cores: um estudo sobre o português de negros e escravos no Brasil do século XIX 247

Tania Alkmim

Espaços de normatização do português brasileiro: professores e alunos nas aulas de primeiras letras, na Corte e no Recife, em meados do século XIX 265

Adriana Maria Paulo da Silva

Modelos de formação da língua nacional sob a perspectiva do contato de populações 295

Heliana Mello

PROJETOS INTELECTUAIS E CONSTRUÇÕES DE NACIONALIDADE

A ponto precário: o parnaso fundacional de Januário da Cunha Barbosa 315

Janaína Senna

Tupifilia internacional: tupi, cientistas e viajantes no século XIX 327

João Paulo Rodrigues

Dicionário, sociedade e língua nacional: o surgimento dos dicionários monolíngües no Brasil 353

José Horta Nunes

A voz do caipira em Amadeu Amaral 375

Laura do Carmo

PALESTRA DE ENCERRAMENTO

Uma história da história nacional: textos de fundação 393

Manoel Luiz Salgado Guimarães

Para entender alguns conceitos nesta obra 415

História social da língua nacional¹

30 e 31 de outubro de 2007 – Fundação Casa de Rui Barbosa

¹ Os resultados do seminário também estão disponíveis no *site* Cores, marcas e falas: histórias e sentidos de mestiçagem no Brasil (www.coresmarcasefalas.pro.br).

A proposta do seminário

A questão da diversidade cultural – hoje em pauta no Ministério da Cultura – está intimamente ligada ao reconhecimento do Brasil como um país multilíngüe, onde a história da implantação do português como língua nacional e como marca identitária envolveu não apenas o estabelecimento de um diálogo com Portugal, antiga metrópole colonial, como a relação com os diferentes grupos humanos, culturais e étnicos no território nacional. A história da nacionalização da língua portuguesa no Brasil, além do reconhecimento de suas peculiaridades fonéticas, gramaticais e vocabulares diante do português europeu, supôs o tratamento de inúmeras outras línguas – indígenas, africanas, européias, asiáticas – e não raro o seu confronto. Como já escrevera José Honório Rodrigues:

Em uma sociedade dividida em castas, raças e classes, em um país como o Brasil onde, por três séculos as várias línguas dos indígenas e dos imigrantes africanos lutaram contra uma única língua branca, – não poderia haver paz lingüística ou cultural mesmo quando o processo de unificação já era evidente.²

No processo de colonização, diante do enorme número de línguas indígenas, que os primeiros cronistas coloniais já haviam reparado, o uso do tupinambá como uma língua geral garantiu aos colonizadores uma unidade possível em meio à diversidade. O português valia nas regiões de contato mais intenso com a metrópole, em que os interesses mercantilistas eram mais evidentes, ou onde os laços administrativos eram mais coesos. O tráfico de escravos africanos contribuiu para a chegada de qua-

² RODRIGUES, José Honório. The victory of the Portuguese language in colonial Brazil. In: HOWER, Alfred; PRETO-RODAS, Richard A. (Org.). *Empire in transition: the Portuguese world in the time of Camões*. Gainesville: Univ. of Florida, 1985.

tro milhões de homens que traziam consigo as suas línguas próprias. A história da escravidão africana foi também muito marcada pela questão do conflito lingüístico e a primeira forma de classificação dos escravos dizia respeito às habilidades na comunicação: boçais, os que não compreendiam a língua senhorial; ladinos, os que já a haviam assimilado; e os crioulos que, nascidos aqui, tinham melhores condições de transitar na sociedade escravista.

No momento em que o Brasil se tornou independente, se entre grupos sociais e grande parte das regiões, bem como na administração, a língua portuguesa estava consolidada, os confrontos não foram todos resolvidos, e serão realimentados ao longo dos séculos XIX e XX, com o incremento do tráfico de africanos e posteriormente com a imigração européia e asiática. Pelo mesmo período, escritores e dirigentes imperiais começam a se sentir incomodados com a denominação língua portuguesa, e esta foi freqüentemente substituída por língua brasileira, ou os menos polêmicos língua nacional, língua pátria ou idioma nacional.

A preocupação com a língua nacional ligava-se ao problema da ordem social em uma sociedade escravista, atravessada por inúmeros conflitos políticos e sociais, pelos regionalismos e particularismos locais em um território que englobava forte diversidade cultural e étnica, e que afinal continha um grande número de habitantes que simplesmente comunicavam-se em outras línguas. Assim, no processo de formação do Estado no Brasil, essa questão tinha um peso estratégico e ligado à soberania política.

Historiadores do século XIX incluíam a língua no seu horizonte de conhecimento. Podemos citar Gonçalves Dias, Varnhagen, Joaquim Norberto, Gonçalves de Magalhães. No limiar do século XX, podemos citar João Ribeiro e, décadas depois, Sérgio Buarque de Holanda e José Honório Rodrigues. Há hoje um movimento incipiente de reinteresse pelos aspectos lingüísticos da história social do Brasil. Sistematizar esses resultados dispersos seria então um procedimento urgente para consolidar esta linha de reflexão no campo da historiografia.

Em contraste, diferentes pesquisas na área de literatura e lingüística têm há muito se debruçado sobre os aspectos históricos, no campo da

lingüística histórica e da história das idéias lingüísticas. Na literatura, os encontros e desencontros entre a língua falada e a língua literária constituem também manancial importante de reflexão estética e teórica.

O objetivo do seminário é reunir pesquisadores de diferentes áreas e instituições em torno do tema de uma história social da língua nacional no Brasil. O adjetivo nacional destaca os sentidos e conflitos da expansão interna desta língua. A escravidão africana e a questão lingüística, as tentativas de destruição das culturas (e línguas) indígenas e sua capacidade de resistência, os caminhos da oralidade na língua literária, a atuação dos meios de comunicação e da educação na unificação da língua e os impasses dessa unificação. No entanto, o foco prioritário não seria tanto a língua como fenômeno abstrato, mas sim as vozes, falas, palavras próprias que atravessam a formação da sociedade. Assim, a idéia é mostrar que o singular – língua do Brasil – foi construído sobre o plural, que teima em persistir – línguas no Brasil.

Acrescente-se ainda que o seminário pretende contribuir para as diretrizes propostas pelo Ministério da Cultura, apostando na percepção de que a necessidade do ensino nacional da língua portuguesa pode tentar equilibrar as exigências da norma culta e escrita à valorização das singularidades culturais, dos falares regionais, dialetais, etc. A norma culta e a popular, a língua nacional e as línguas grupais não são excludentes entre si. Trata-se de habilidades distintas, que permitem a circulação em diferentes contextos sociais. A norma culta e oficial constitui em parte o acesso à cidadania, sem prejuízo do direito às particularidades lingüísticas e culturais comunitárias.

Apresentação

Este livro – texto escrito, impresso – nasceu de um acalorado debate, de falas trocadas no seminário que reuniu pesquisadores vindos de diferentes lugares do Brasil e de diferentes universidades, com diferentes linhas de pesquisa e experiências de trabalho. E, o mais importante talvez, de áreas de formação também distintas, que usualmente têm poucas oportunidades de conversar entre si. O público que nos assistiu era também variado, e isso possibilitou um ambiente bastante estimulante. Dessas falas, segue agora a versão escrita, um pouco modificada sem dúvida, mas que procura atender a um objetivo principal e simples, que é o de ampliar o diálogo e incentivar novas pesquisas. Houve um tempo em que o historiador era também lingüista, escritor e ainda desempenhava outras atividades que se abrigavam na generosa égide da “literatura”. Se hoje não é mais assim, seria interessante ter alguns desses momentos de interseção e confronto, e essa foi a proposta do seminário: construir redes, em torno do que disse Grimm: nossa língua é também a nossa história.

Comecei a montar essa rede de uma forma muito específica. Lendo textos e travando contatos com trabalhos que julgava interessantes, na maior parte das vezes sem conhecer pessoalmente os seus autores; em seguida, contatei-os e iniciei a conversa eletrônica. O critério era mesmo “interesseiro”, e interessado, pois se tratava da bibliografia lida no curso da pesquisa desenvolvida na FCRB, que inclui os projetos “Entre o tupi e a geringonça luso-africana, eis a língua brasileira”, e “Língua nacional, voz escrava. Conflitos sociais e simbólicos no Império do Brasil”.

Preciso agradecer desde já a João Paulo Rodrigues, de cujo projeto de tese tomei conhecimento através da página do Cecult (Centro de Pesquisa em História Social da Cultura), da Unicamp, e que foi o primeiro

que atendeu à minha proposta. Juntos organizamos em 2005 uma mesa-redonda, que evidenciava nossa vontade de refletir justamente sobre o trabalho do historiador sobre as questões de língua. Cláudio Pinheiro foi outro que gentilmente me enviou um artigo e se dispôs a conversar. O seu trabalho “Traduzindo mundos, inventando impérios” é uma das referências a que sempre recorro, tanto pela sua aguda reflexão de antropólogo quanto por ser fonte de referências.

Adriana Maria Paulo da Silva, que deu novamente à luz o professor Pretextato da Silva, cuja história nos faz repensar vários estereótipos e cânones, atendeu também ao nosso convite, e representa aqui a importância da história da educação para problematizar a formação da língua nacional. A participação de Anita Correia Lima de Almeida e seu trabalho sobre as reformas educacionais do século XVIII, na perspectiva da história do Império português, complementa a organicidade das nossas discussões, tratando de um momento crucial para a implantação da língua portuguesa no Brasil. Luiz Carlos Villalta, autor de um texto que é um marco na retomada do interesse de historiadores pelas questões lingüísticas, publicado na coleção *História da vida privada no Brasil*, brindou-nos com um texto ainda mais instigante e que traz a história da leitura, revelando o que se pode chamar de letrados insuspeitos. Sobre isso Márcia Abreu e eu já combinamos fazer, um dia, um seminário. A ela agradeço a indicação de Tania Alkmim, lingüista com a qual não pretendo mais deixar de dialogar, e que, em seu trabalho, relê a literatura para desconstruir estereótipos lingüísticos sobre negros, escravos e africanos.

Um estudioso da língua geral nheengatu, o intelectual militante José Ribamar Bessa-Freire, trouxe a reflexão a respeito dos conflitos com as línguas indígenas e, de forma ainda mais profunda, a interrogação acerca do sentido da reflexão histórica e social sobre as questões lingüísticas em um país colonizado. Acompanhou-o nesse questionamento Dante Lucchesi, que focalizou um outro lado desse processo, qual seja a participação de africanos e crioulos na história da língua portuguesa no Brasil. Não foi casual termos reunido, em uma mesma mesa, essas duas palestras, uma vez que o conjunto dessas tensões elucida a colonização lingüística

do Brasil. Nesse sentido, as reflexões de Heliana Mello procuram justamente esclarecer algumas bases teóricas e a importância do processo histórico-social para pensar as situações de contato lingüístico.

O trabalho de Janaína Senna sobre a história literária, com erudição e clareza, nos leva também, mais uma vez, a considerar a literatura. Aqui vale a pena agradecer a Flora Süssekind, cujo trabalho sobre a língua literária e a nacionalidade é ponto de interseção do que temos feito.

Os estimulantes questionamentos de Afranio Gonçalves Barbosa acerca das distâncias entre as fontes escritas e a história da língua, com grande sensibilidade, elucidam alguns dos desafios metodológicos para o que seria uma língua falada no século XVIII.

Gostaria por último de comentar a participação de José Horta Nunes, que tem um sentido bastante especial para nós. Pesquisador da história de dicionários, e também sensível historiador, embora lingüista de formação, foi quem nos ensinou que a história da língua é também a história da diversidade. *A república*, no sentido amplo, e as correlatas noções de popular e nacional são dadas a pensar aqui através dos dicionários de português publicados no Brasil no século XX.

O aporte de Manoel Luís Salgado Guimarães representa a necessidade de se pensar historicamente a categoria de nacional. Para isso, sugerimos a desconstrução crítica da história nacional, a partir da historiografia oitocentista. Serve também como profissão de fé, para que se valorize o conhecimento histórico como um conhecimento em construção, em que o passado não se descola do presente como um objeto neutro.

Não se espere que os textos que se seguem sejam perfeitamente homogêneos na perspectiva teórica. Há algumas controvérsias que o leitor mais atento poderá identificar. Mas, como os debates que se seguiram às falas em geral não estão representados aqui, serão abordados alguns dos mais significativos. A conversa entre as áreas não é para ser pensada como monocórdica, felizmente.

Sobre os africanos e afro-descendentes, por exemplo, as diferentes situações que aqui são elucidadas devem-se menos a teorias ou hipóteses divergentes e mais ao próprio material analisado, e afinal de contas

à própria diversidade constitutiva da história vivida, que muitas vezes engana e desafia a história conhecida. O mesmo pode valer para algumas diferenças na análise da nacionalidade lingüística do Brasil após a Independência.

A questão das estatísticas mobilizou bastante os pesquisadores e a tabela incluída no texto “Africanos, crioulos e a língua portuguesa” causou controvérsia mais evidente. De um lado, trabalhamos com dados escassos e estimativas que fatalmente sempre serão feitas com os recursos disponíveis. É consenso que seria importante que pudéssemos consolidar parâmetros seguros de informações populacionais, de grupos étnicos e lingüísticos, etc. A precisão histórica das categorias empregadas constitui um problema teórico de fundo. Não se pode, por exemplo, confundir “negros”, “africanos” e “escravos”, termos que podem remeter a condições sociais e culturais muito distintas. Outra grande dificuldade é o emprego da noção de brasileiro no período colonial, o que ganha relevância nos estudos que se propõem a pensar o que é de Portugal e o que é do Brasil, em circunstâncias históricas em que houve colonização e, portanto, proximidade e tensão. O número de letrados, que hoje consistentes pesquisas apontam como sendo muito mais amplo do que se supunha há algumas décadas, embora não apareça nos registros, seria também decisivo na avaliação dos impasses e caminhos da formação da língua portuguesa como língua nacionalmente difundida e oficial do Brasil. Um dos equívocos do uso simplista de categorias sócio-históricas seria considerar, por exemplo, que todo negro seria um iletrado, quando escritores negros e mulatos estão dentre aqueles que melhor nos levam a nos conhecer e a refletir sobre nós mesmos.

Por outro lado, a estatística, remetendo a uma apreensão global, nunca deverá nos levar a abandonar a consideração de situações concretas e locais, pois é aí que de fato os grupos sociais se confrontam e agem no dia-a-dia, usando a língua e, mais ainda, a linguagem para o estar no mundo e para as relações sociais.

Nesse ponto passo a palavra a Laura do Carmo.

Ivana Stolze Lima

A distribuição dos textos obedece integralmente à ordem das falas no seminário. As mesas, transformadas em seções deste livro, abrangem das primeiras viagens de colonização portuguesa a dicionários elaborados na década de 1970 no Brasil. Pesquisadores de história, antropologia, língua portuguesa, lingüística e literatura, de dez instituições, com olhares diferenciados para diversos períodos e fontes de pesquisa, assinam os artigos aqui registrados, representando variadas linhas de pesquisa (“Centro de Estudos do Oitocentos”; “Caminhos do Romance no Brasil”; “História da Educação”; “Vertentes do Português Rural no Estado da Bahia”; “História das Idéias Lingüísticas”; “Para uma História do Português Brasileiro”; “Estudos das Inter-relações entre Linguagem, Cognição e Cultura”; “A Participação das Línguas Africanas no Português Brasileiro”; “Língua e Identidade Nacional no Império” entre outros). Diferentes universidades públicas e agências de fomento (CNPq, Capes, Faperj, Fapesp) apóiam direta ou indiretamente essas pesquisas.

Sob essa diversidade, os textos aqui reunidos são complementares e dialogam entre si. Em alguns momentos, criamos notas remissivas, chamando a atenção para esta conversa. Desenha-se um panorama que parte do expansionismo português e chega à “independência” do português brasileiro. Este panorama retrata as várias fases e os aspectos sociais da formação da língua nacional (conceito mais político e social que formal, visto que a língua vai se transformando à revelia das discussões de literatos, gramáticos, políticos) no Brasil. A história social da língua só pode ser construída e entendida, a partir de documentos e fontes diversos, lidos sob perspectivas diferentes das que lhes justificam a origem. Assim, textos teatrais e literários, leis, debates parlamentares, ofícios, correspondências privadas, cartas de viagem, periódicos, anúncios de jornal, dicionários, manifestos, etc. são lidos pelos pesquisadores-autores deste seminário-livro, instruindo sobre a formação da língua e sobre um modo de se fazer a História.

No intuito de promover um melhor entendimento de alguns conceitos, incluímos um pequeno recorte de citações ao final, objetivando alcançar, sem maiores tropeços/embarços, leitores de diferentes áreas.

Esperamos que esta coletânea cumpra a tarefa de, aos iniciantes, provocar a curiosidade e, aos pesquisadores, alargar áreas de reflexão.

Um conjunto de pessoas foi importante, por concordar com a pertinência da proposta, estimular e, de alguma forma, ajudar na realização do seminário e na elaboração do livro: agradecemos a Bethania Mariani, Eduardo Silva, Ilmar Rohloff de Mattos, Janaína Senna, Marcos Veneu, Marcos Abreu, Maria Lucia Leitão de Almeida, Marta de Senna e Sílvia Lara.

Agradecemos também à Fundação Casa de Rui Barbosa, em particular a José Almino de Alencar e Rachel Valença, pelo apoio incondicional na realização do seminário e na publicação deste livro. Finalmente, a todos que participaram do seminário e são, conosco, autores desta obra.

Laura do Carmo

A Casa de Rui Barbosa e os estudos sobre a língua portuguesa

Rachel Valença¹

Ao me dirigir, na abertura deste encontro, a um público de especialistas em língua portuguesa e história, pensei que seria interessante inventariar as atividades da Casa de Rui Barbosa em estudos de língua portuguesa. Tal como o presidente José Almino, eu quisera que a Casa hoje fosse muito mais atuante do que tem sido nessa área. É bem verdade que, como é patente, hoje em dia estes estudos não despertam mais o mesmo interesse que despertavam, por exemplo, quando o Centro de Pesquisa foi criado, o que é sem dúvida de lamentar. Por isso, no Setor de Filologia e no Centro de Pesquisa de um modo geral, em nome da tradição da Casa nessa área, tenta-se hoje reverter um pouco essa situação e dar aos estudos de língua portuguesa o lugar que merecem, porque realmente são de extrema importância.

O Centro de Pesquisa da Casa de Rui Barbosa foi criado em 1952, justamente a partir de um núcleo de trabalho filológico. Quando a Casa, em 1942, dez anos antes, começou a publicar as obras completas de Rui Barbosa, o núcleo editorial era formado por trabalhadores voluntários, filólogos que aqui se reuniam para o estabelecimento do texto da obra completa de Rui. Esse trabalho era feito, segundo o testemunho do Dr. Américo Jacobina Lacombe, que eu própria e vários de nós aqui ouvimos, quase sempre aos sábados, porque eles tinham suas atividades profissionais durante a semana e, no sábado à tarde, seu momento de lazer e descontração era o de reunião para preparar os textos de Rui para

¹ Diretora do Centro de Pesquisa da Fundação Casa de Rui Barbosa.

publicação. Foi a partir desse núcleo de filólogos que se formou, que nasceu a idéia de se criar na instituição o Centro de Pesquisa.

O Centro de Pesquisa foi, num primeiro momento, constituído por comissões, correspondentes ao que hoje chamamos de setores. Existiam, além da comissão ruiana, encarregada do estudo da vida e da obra de Rui Barbosa, a comissão de direito e a de filologia. Esta era formada por nomes como Sousa da Silveira, Antenor Nascentes, Clóvis Monteiro, Augusto Meyer, o padre Augusto Magne, todos sob a direção do Thiers Martins Moreira, que foi o mentor e o primeiro diretor deste Centro de Pesquisa. A partir desse momento, paralelamente ao trabalho com os volumes da coleção Obras Completas e também das coleções Obras Avulsas e Obras Seletas de Rui Barbosa, eles criaram outras coleções mais específicas da área de filologia, como a Coleção de Estudos Filológicos, a Coleção de Textos da Língua Portuguesa Moderna e a Coleção de Textos da Língua Arcaica.

Naquela época, as obras publicadas foram tão importantes que tenho certeza de que não vou mencionar nenhum título que vocês não conheçam. Por exemplo, o *Dicionário de fatos gramaticais*, de Matoso Câmara Jr., que depois se chamou *Dicionário de filologia e gramática*, e mais tarde *Dicionário de filologia e lingüística*. A primeira edição, que é de 1956, foi uma publicação da Casa de Rui Barbosa, resultado de trabalho desenvolvido por ele na comissão de filologia. O professor Serafim da Silva Neto publicou aqui um livro importantíssimo na área de medievalística, *Textos medievais portugueses e seus problemas*, também de 1956. Entre 1956 e 1959, a Casa publicou ainda os *Anais do Congresso Brasileiro de Língua Vernácula*, evento realizado aqui de que vamos falar adiante. O padre Augusto Magne publicou o *Livro de Vita Christi em linguagem português*, edição fac-similar e crítica do incunábulo de 1495. Aqui também foi publicado, em dois volumes, entre 1958 e 1961, *Bases para elaboração do atlas lingüístico do Brasil*, de Antenor Nascentes, um livro também fundamental para os nossos estudos. Nelson Rossi, então um jovem professor, publicou *O laboratório de fonética da Bahia*, em 1961.

A par disso, existiu desde sempre uma grande preocupação com a literatura popular em versos a partir da nossa coleção de literatura de cor-

del, que foi constituída naquela época, trazida pelos professores Thiers Martins Moreira, Manuel Diegues Júnior e Manuel Cavalcante Proença, está aqui até hoje e é objeto de estudo e atenção não só no país mas no exterior. Foram eles que publicaram, então, as séries importantes, que foram Estudos, Antologias e Catálogos dessa literatura popular em verso, referência para estudiosos ou simples interessados no tema.

Ao mesmo tempo recuperaram-se importantes textos de crítica, um esforço do qual nos beneficiamos até hoje, com a publicação da obra crítica de Araripe Júnior e de Nestor Vitor. Esgotadas há muitos anos, tinham uma procura constante, de modo que se tomou a iniciativa de sua digitalização para que possam ser consultadas no portal da Casa de Rui Barbosa.

Afora essas publicações, que constam do *Catálogo de publicações da Casa de Rui Barbosa*, foram também desenvolvidos aqui, embora não publicados por nós, dois trabalhos de muita importância: primeiro, *Elementos de bibliologia*, do professor Antônio Houaiss, na época um aprendiz desses mestres, mas que teve uma carreira brilhantíssima e foi um dos maiores filólogos brasileiros. Toda a pesquisa dos *Elementos de bibliologia* se realizou aqui nessa comissão de filologia do Centro de Pesquisa. Outro trabalho importantíssimo aqui desenvolvido foi a pesquisa de brasileirismos de Antenor Nascentes, também na década de 1950 e início da década de 1960.

A Casa realizou, em 1949, um Congresso Brasileiro de Língua Vernácula, em parceria com a Academia Brasileira de Letras, com patrocínio do Ministério de Educação e Saúde, ao qual nos vinculávamos à época. Uma exposição, que se realizou em 1954, Dialectologia e Geografia Lingüística, é sempre mencionada como um evento importante nessa área. Houve um curso, ainda em 1954, creio que paralelamente à exposição, de dialectologia dado pelo professor Sever Pop, da Universidade de Louvain. Serafim da Silva Neto ministrou um curso, “Legado de Rui Barbosa no campo da linguagem”, em 1955, mas seu conteúdo, lamentavelmente não foi publicado. Afora isso, Nelson Rossi, em 1958, ofereceu aqui um laboratório de fonética. Portanto, a Casa tem essa tradição de estudos de medievalística, de dialectologia e geografia lingüística, de bibliologia e

ecdótica, na linha de Antônio Houaiss; paralelamente tenta manter viva a questão da literatura popular em versos, com plena utilização da nossa coleção de cordel.

Dando continuidade a esses trabalhos, a Casa publicou, ao longo dos anos, já na década de 1970, *Esboço de um atlas lingüístico de Minas Gerais*, de José Ribeiro e Mário Roberto Zágari, e *A língua e o folclore da bacia de São Francisco*, de Edilberto Trigueiros, em 1977. Houve ainda uma edição muito importante em 1980 dos *Sonetos* de Luís de Camões, a primeira reunião completa desse *corpus*, feita pela professora Cleonice Berardinelli. Também no fim da década de 1970 e início da de 1980, publicamos a obra de Mário Barreto em edição fac-similar, todas as suas gramáticas e estudos sobre língua portuguesa, inclusive um índice de assuntos feito pelo professor Cândido Jucá Filho.

Mas nessa linha a mais importante realização da Casa foi indiscutivelmente o projeto do *Vocabulário histórico-cronológico do português medieval*, coordenado por Antônio Geraldo da Cunha, que teve várias etapas: num primeiro momento uma versão em livro, inicialmente um fascículo-amostra, depois índices, e mais recentemente a versão em *CD-ROM*, que neste ano de 2007 foi finalizado. Aliás, neste caso, não se pode falar de conclusão ou de versão definitiva, porque há uma equipe dedicada à atualização constante do trabalho. À medida que novas abonações e formas medievais vão sendo encontradas, elas vão sendo incorporados ao *Vocabulário* e também imprecisões e imperfeições são permanentemente corrigidas, porque a massa de dados disponível requer esse cuidado constante. A equipe é composta pelas pesquisadoras Ivette Maria Savelli e Laura do Carmo, que orientam um bolsista de iniciação científica. Desse modo, o comprador do *CD-ROM* baixa periodicamente as atualizações por um programa ao qual tem acesso quando se registra como usuário do *Vocabulário*.

Além disso, o Setor de Filologia tem-se destacado nos últimos anos pela dedicação às questões de crítica textual e quanto a isso houve dois momentos importantes. Um deles a preparação, sob a coordenação do pesquisador Júlio Castañon Guimarães, da edição crítica da poesia completa de Carlos Drummond de Andrade, ainda não publicada, mas já

totalmente concluída. E um projeto do final da década de 1980, o chamado Projeto Pré-modernismo, uma tentativa de abordar melhor esse período da literatura brasileira, precariamente estudado e até mal definido, pelo nome do movimento que vem depois dele, o modernismo. Esse período, objeto de grande interesse da Casa, pois é a época em que o Rui Barbosa viveu, foi estudado pelo Setor de Filologia, que recuperou e publicou várias obras pré-modernistas, como *A correspondência de uma estação de cura* e *A profissão de Jacques Pedreira*, ambas de João do Rio, *Madame Pommery*, de Hilário Tácito, *Mocidade morta*, de Gonzaga Duque, *A todo transe!...*, de Emanuel Guimarães, *Vida ociosa*, de Godofredo Rangel e *O professor Jeremias*, de Léo Vaz, dentre outras. Alguns desses romances eram inéditos ou se achavam esquecidos, com edições anteriores esgotadas, raras e inacessíveis. O projeto, idealizado e coordenado pela pesquisadora Flora Sússekind, resultou num seminário cujos anais, publicados em 1988 sob o título *Sobre o pré-modernismo*, são hoje referência obrigatória nos estudos do período.

O trabalho com a literatura de cordel continua vivo: a Casa mantém no momento um pesquisador-visitante, com bolsa da instituição via Faperj, para que o acervo seja utilizado de forma produtiva e atual, e a instituição continue a congregar estudiosos e a ser reconhecida como um centro de referência do tema. A virada do século XIX para o XX é ainda objeto de interesse do Setor de Filologia, que no momento se dedica também à edição da crítica teatral de Artur Azevedo no jornal *A Notícia* entre 1894 e 1908. Gonzaga Duque continua em pauta: após a publicação de três de suas obras (além do romance já mencionado, *Mocidade morta*, publicamos ainda *Graves e frívolos* e *Impressões de um amador*), agora se procede ao levantamento de seus escritos inéditos e dispersos. Além disso, Joaquim Manuel de Macedo, cuja novela *As vítimas-algozes* publicamos em 1988, em comemoração ao centenário da abolição da escravidão, merece agora a edição de seus *Romances da semana*. Desse modo, procuramos manter vivos os estudos de língua portuguesa na Casa e fazer jus a esse passado de que o Centro de Pesquisa se orgulha. Sentimos como um dever nosso manter os estudos lingüísticos e filológi-

cos dentro desse padrão de excelência que nos foi legado pelos que aqui estiveram antes de nós.

Eu queria cumprimentar as organizadoras, não só pela excelência do programa, mas também pela eficiência da organização, e desejar que tudo corra muito bem e que continuem nessa trilha em que têm antecessores tão brilhantes.

As letras e o império

Língua e conquista:
formação de intérpretes e políticas
imperiais portuguesas de comunicação
em Ásia nos alvares da modernidade

Claudio Costa Pinheiro¹

*“sabe-se mais em um dia agora pelos portugueses
do que se sabia em cem anos pelos romanos”*

*Garcia d’Orta. Colóquios dos simples e drogas e
cousas medicinais da Índia.*

Introdução – primeiras experiências de enfrentamento
dos impasses de comunicação

Em 1498, a expedição de Vasco da Gama desembarcou em Calicut (em malaiala, *Kozhikkod*), finalizando uma viagem de 11 meses, e concretizando investimentos do Estado português na empresa de descobrir rotas marítimas para as chamadas *Índias* – obsessão que durou praticamente todo o século XV. Entre os tripulantes destas embarcações modernas, estavam profissionais extremamente capacitados: cartógrafos, navegadores, pilotos, além de 17 especialistas em línguas – quatro africanos peritos em idiomas da costa ocidental africana, três portugueses falantes de línguas Banto e árabe, e outros dez *degredados*, usados como

¹ Antropólogo filiado à Sefhis Foundation (The South-South Exchange Programme for Research on the History of Development), the Netherlands, e ao Departamento de Antropologia da Unicamp. Bolsista de pós-doutorado FAPESP - Unicamp. Doutor em Antropologia Social pela UFRJ, com a tese *Traduzindo mundos, inventando um império*.

intérpretes.² A viagem de Vasco da Gama pressupôs e consagrou um projeto de longo termo do Estado português em técnicas e instrumentos de navegação, construção de navios, profissionais da marinharia e ações de uma empresa colonial que começava a se conformar durante o século XV, a partir da invasão e conquista de Ceuta (1415), no norte africano.³ Além destes aspectos, houve ainda o investimento pesado que se fez em técnicas de comunicação, sem as quais, toda a ação expansionista e a montagem de um aparato colonialista não seriam possíveis.

A conquista do périplo africano pressupôs, portanto, o domínio cartográfico de uma territorialidade, o conhecimento de populações costeiras e suas línguas. No fim do século XV, os portugueses já haviam desenvolvido um interessante programa para o enfrentamento e tratamento sistemático das dificuldades de comunicação e, mais tarde, das próprias línguas que iam sendo contatadas. Muitas das viagens à África não tinham como objetivo específico, ou único, o estabelecimento de relações comerciais ou a obtenção de escravos como força de trabalho, mas sim a obtenção de intérpretes (em grande medida, também escravos) que viabilizassem a subsequente continuidade do empreendimento expansionista-colonial.

Em sua terceira viagem ao cabo Bojador, em 1436, Gomes Eanes de Zurara recebia instrução exatamente neste sentido do príncipe infante D. Henrique:

[...] é minha [in]tenção de vos enviar lá outra vez em aquele mesmo barinel [embarcação], e assim, por me fazerdes serviço como

² HEIN, Jeanne. *Father Henrique's grammar of spoken Tamil*, 1548, p. 41.

³ Embora o ano de 1415 seja celebrado como a efeméride que principia as conquistas e as navegações portuguesas, a verdade é que o processo expansionista inicia-se bem antes, com a reconquista do Algarve em 1250, que incitou os monarcas portugueses a conquistar o norte do Marrocos, como um prolongamento natural desse processo. Antes de Ceuta, os portugueses investem na colonização de uma série de outros sítios como a Madeira, por volta do último quartel do século XIV, onde primeiro se ensaia o sistema de donatarias, depois transmitido para o Brasil (THOMAZ, Luiz Filipe F.R. *De Ceuta a Timor*, p. 21, 44-147) e empregado no povoamento da ilha de São Miguel, no arquipélago dos Açores, por D. Pedro (BRAGANÇA, José. *Introdução, novas anotações e glossário*. In: ZURARA, G.E. de. *Crônica de Guiné*, p. xliv).

por acrescentamento de vossa honra, vos encomendo que vades o mais avante que poderdes e que vos trabalheis de haver língua [nesse caso *um língua*, intérprete] dessa gente, filhando algum, por que o certamente possaes saber [...].⁴

Uma série de procedimentos levados a cabo pela monarquia portuguesa, ligados ao comércio, ao reconhecimento do litoral (terras e gentes), às tentativas de estabelecimento de formas de comunicação com os nativos encontrados, etc., iam configurando um *modus operandi* de ações que procuravam viabilizar a expansão colonial em África. Estes procedimentos deixam transparecer dois dos motes básicos do período: a produção e recolha de informações sobre o novo (lugares e povos) – “transmitidas [e circulantes] direta ou indiretamente a círculos de elite europeia”, como Lisboa, Roma, Madri, Veneza, Londres, Antuérpia e Amsterdã⁵ – e a invenção de técnicas de comunicação e tradução entre línguas, elementos de ordem material e estruturas socioculturais diversas. Tais elementos encontravam-se já aí atrelados de maneira indissociável a corolários de um império em construção: a propagação da fé e a ação civilizadora.⁶ Embora a questão da tradução, e mesmo a associação entre expansão da fé e do império, estivessem mais visíveis no século XVI, muitas das bases destas ações são lançadas nos procedimentos e nos discursos sobre o *outro* produzidos no Quatrocentos, como aponta Maria Leonor Carvalhão Buescu.⁷

⁴ ZURARA, G.E. de. *Crônica de Guiné*, p. 57.

⁵ BARRETO, Luís Filipe. *Apre(e)nder a Ásia: séculos XVI e XVII*, p. 59-60.

⁶ HANSEN, João Adolfo. *Artes seiscentistas e teologia política*, p. 182. Ainda que João A. Hansen trate em seu texto de um período que se compreende entre os séculos XVI e XVIII como característico destes corolários, parece lícito considerá-los para o século XV. A despeito do fato de que a ação catequética mais ligada à expansão da fé cristã seja, de fato, mais visível no Quinhentos, especialmente com a entrada em cena da Companhia de Jesus (em Portugal a partir de 1540), é interessante lembrar que a instituição do padroado data do século XIII, com D. Dinis, emprestando aos monarcas, por exemplo, poder de indicar os bispos de cada diocese e mesmo de vetar o nome dos cônegos de paróquias, tornando o clero português profundamente atrelado à Coroa (Ibid., p. 187).

⁷ BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. *A viagem e a fala*, p. 11.

A questão da comunicação com os grupos populacionais contatados configura-se como fundamental para a exploração, o comércio e, mais tarde, as atividades de missionação que acompanharam o processo de expansão imperial dos Estados modernos europeus. Como assinalam diversos autores, considerando contextos coloniais e períodos distintos, o aprendizado das línguas locais é condição fundamental para a viabilidade da empresa colonial (o estabelecimento de contatos e a administração).⁸ Peter Russell,⁹ tratando da expansão portuguesa desde o século XV, aponta para o mesmo caminho, considerando que um comércio sério e estruturado requeria uma compreensão mútua das partes, baseada em elementos razoavelmente complexos de comunicação. Segundo Jeanne Hein,¹⁰ toda a política expansionista dos reinados de D. Duarte (1433-1438) e Afonso V (1438-1481) – tendo como grande entusiasta e empreendedor o infante D. Henrique (1394-1460)¹¹ – enfatizava a prioridade de obtenção de africanos que servissem de intérpretes e, para tanto, construiu um método (e um projeto) de ação colonial que fez com que os exploradores portugueses se fizessem compreender em toda a costa africana. Alguns dos diversos navegantes que estiveram entre os primeiros a explorar a costa africana no século XV (entre eles Francisco Cadamosto [1455-1456], Gomes Eanes de Zurara [1452-1453], Diogo Gomes de Sintra [1455]) reiteram em seus relatos que a continuidade da

⁸ Embora essa questão tenha sido marcadamente importante durante a modernidade emergente, essas foram características que ganharam mais pujança e se expandiram ao longo da modernidade: Bernard Cohn (*Colonialism and its forms of knowledge*, p. 4), considerando o colonialismo britânico em Índia, Johannes Fabian (*Language and colonial power*) para o caso da África ocidental, além de Vicente Raphael (*Contracting colonialism*), para as Filipinas e Patricia Palmer (*Language and conquest em Early Modern Ireland*), sobre a colonização da Irlanda, entre outros. É verdade, como ressalta Tejaswini Niranjana (*Siting translation*, p. 1), que as práticas coloniais de subjetificação também operaram através de outros discursos como os da filosofia, história, antropologia, filologia, lingüística e interpretação literária.

⁹ RUSSELL, Peter E. *Problemas sociolingüísticos relacionados com os descobrimentos...*, p. 231.

¹⁰ HEIN, Jeanne. *Father Henrique's grammar of spoken Tamil*, p. 42-50.

¹¹ Na verdade, grande parte do esforço dessa empresa de conquistas deve-se a D. Henrique, orientando-se para a descoberta de novas rotas marítimas, do comércio e da influência civilizadora, e que marca fortemente o espírito de conquistas do século XVI (BRAGANÇA, José. Introdução, novas anotações e glossário. In: ZURARA, G.E. de. *Crônica de Guiné*, p. xlv).

exploração do périplo africano dependia diretamente da compreensão das línguas que ali eram faladas.

Destarte, as navegações na costa da África ligadas à Coroa portuguesa seguiram alguns procedimentos recorrentes ao longo do Quatrocentos, entre eles o de produzir intérpretes, o que, aliás, segundo Russell, era uma marca dos portugueses.¹² Nativos eram trazidos do ponto mais extremo alcançado, levados a Portugal, batizados, e a eles era ensinada a língua portuguesa, para depois retornarem à sua terra natal, onde serviriam de intérpretes. Esta situação é entrevista desde os relatos de Cadamosto¹³ e Zurara:¹⁴ a descoberta de uma nova língua retardava o progresso das expedições marítimas.¹⁵ Neste quadro, *os línguas* (intérpretes) eram sobejamente valorizados no estabelecimento de transações comerciais e na compreensão dos costumes de povos com quem os portugueses estabeleciam relações. Jeanne Hein¹⁶ chega a afirmar que eles foram mais importantes do que os canhões na costa africana e, de resto, em toda a empresa expansionista portuguesa.¹⁷

Os ‘lingoas’ – o aprendizado da comunicação e a produção de intérpretes

Os intérpretes tanto eram originados das capturas e escravização de nativos em África, quanto era corriqueiro o emprego de criminosos

¹² RUSSELL, Peter E. *Problemas sociolingüísticos relacionados com os descobrimentos...*, p. 250.

¹³ CADAMOSTO, Luiz de. *As navegações de Luiz Cadamosto*, p. 62, 68, 86.

¹⁴ ZURARA, G.E. de. *Crônica de Guiné*, p. 54, 57, 60, 396-397.

¹⁵ Apenas para que se possa dimensionar a incrível galáxia de línguas com a qual estes colonizadores tiveram de se comparar, estima-se que apenas na costa da Guiné existissem cerca de 25 grupos lingüísticos distintos; lidando ao longo de parte da costa africana com falantes de árabe, berbere, limba, temne, bagre, mandinga, wolof, beafares, mais tarde, banto e *swahili* (HEIN, Jeanne. *Portuguese communication with Africans on the sea route to India*, p. 42-50).

¹⁶ HEIN, Jeanne. *Father Henrique's grammar of spoken Tamil*, p. 50.

¹⁷ Importante registrar que, como lembra Russell (*Problemas sociolingüísticos relacionados com os descobrimentos...*, p. 232), a prática dos portugueses de empregarem intérpretes nativos escravizados remonta ao século XIV, quando tentaram estabelecer redes comerciais com os habitantes das Canárias.

presos sob a forma jurídica do *degredo*.¹⁸ O *degredado* foi uma figura largamente usada no controle social e legal na modernidade emergente e, como salienta Timothy Coates,¹⁹ tinha sua base legal e origens nas leis romanas, como de resto uma grande parte das instituições e idéias que conformam os modernos impérios europeus. Os *degredados* foram empregados na França, na Espanha e em outras zonas mediterrânicas (Malta, Veneza e pelo Império Otomano); em Portugal foram amiúde utilizados no aprendizado de línguas contatadas, fosse na rota para o Oriente, fosse para a América do Sul.²⁰ Tanto os nativos africanos escravizados, quanto os *degredados* e *lançados* portugueses, tornados intérpretes e deixados em pontos da costa africana, experimentavam um método de imersão na língua do outro.²¹

Segundo Diogo Ramada Curto e Peter Russell²² o uso de escravos-intérpretes cresce em intensidade ao longo do século XV, em especial com os contatos de D. João II e D. Manuel com o Congo, quando também são gerados sistemas complementares ao simples uso dos *línguas*. Nativos do Congo passam a ser levados a Portugal, não mais como produto da captura, mas como *estudantes*, sendo sustentados pela Coroa em sua estada e nos meios necessários à educação, que incluía mais do que o aprendizado da língua portuguesa. Durante o reinado de D. João II

¹⁸ Diversos autores analisaram formas de obtenção e produção de intérpretes pela Coroa portuguesa, a partir dos alvos da modernidade. Para um arrazoado deles, ver: COUTO, Dejanirah. *The interpreters or línguas in the Portuguese empire during the sixteenth century*.

¹⁹ COATES, Timothy. *Degredados e órfãs*, p. 85.

²⁰ HEIN, Jeanne. *Father Henrique's grammar of spoken Tamil*, p. 41.

²¹ De fato, o uso de *lançados* e *degredados* marca uma característica significativa da Idade Moderna (especialmente do Estado português), que ficaria mais perceptível e seria paulatinamente aprimorada pelas ações coloniais portuguesas ao longo dos séculos seguintes, qual seja, aquilo que Timothy Coates (*Degredados e órfãs*, p.12) chamou de "colonização assistida", caracterizada pela imaginação e produção de grupos populacionais (os *casados*, as *órfãs* e as *prostitutas* usados como elementos de fixação de populações nas colônias, enviados para o Brasil, Goa, toda a Ásia meridional e Moçambique, "famílias açorianas pagas para se instalarem no Pará e Maranhão"), empregados em diversas circunstâncias, tanto em funções de administração, como no povoamento das colônias e possessões do Império.

²² CURTO, Diogo R. *A língua e o Império*, p. 419 e RUSSELL, Peter E. *Problemas sociolingüísticos relacionados com os descobrimentos...*, p. 244.

(1481-1495), o colégio do convento de Santo Elói registra a recepção intensa de nativos do Congo na qualidade de *bolseiros*. Numa provisão de abril de 1492, D. João II manda pagar as despesas dos *bolseiros* do Congo residentes no colégio de Santo Elói.²³ Quase cinquenta anos mais tarde, em 1539, João de Barros²⁴ menciona a chegada a Lisboa de quatro nativos malabares, que vinham ao Reino para aprender “e melhor praticar” a língua portuguesa “e os preceitos da lei”, reiterando o papel deste colégio não apenas na formação de tradutores, mas na capacitação para a comunicação de nativos oriundos de diversos pontos do ultramar.²⁵

Aos quais el Rei vosso padre, como zelador da fé, mandou recolher a casa de Santo Elói desta cidade, para aí aprenderem com os outros etíopes de Congo de que já temos bispos e teólogos: coisa certo mui nova para a Igreja de Deus [...].²⁶

Não apenas o convento de Santo Elói serve a esta função. Os conventos dos Lóios e de São Bento, ambos também em Lisboa, foram usados para o recolhimento de *bolseiros* nativos do Congo e trazidos para o Reino por Diogo Cão, em 1486,²⁷ com fins de instrução da fé cristã e da língua.²⁸ Peter Russell²⁹ salienta que houve mesmo a preocupação de se construir em Portugal, diante das ações de D. Henrique, um “sistema de intérpretes” que operasse de forma eficiente. Assim, uma série de dispositivos e circunstâncias foram gerados para acolher nativos trazidos da África durante o século XV, investindo mesmo na formação de quadros qualificados para servirem à tarefa, em um primeiro momento e numa

²³ BARROS, João de. *Gramática da língua portuguesa, cartinha, gramática...*, p. 1-2.

²⁴ *Ibid.*

²⁵ É indispensável mencionar que estes quatro nativos malabares, em verdade jesuítas nativos da Ásia vindos de Goa, chegam a Lisboa por volta de 1538 e serão os responsáveis pela composição da famosa Cartilha Tamul de 1554.

²⁶ BARROS, João de. *Gramática da língua portuguesa, cartinha, gramática...*, dedicatória da gramática.

²⁷ FARINHA, Antonio Lourenço. *D. Afonso I, rei do Congo*, p. 19.

²⁸ BUESCU, Ana Isabel. *Livrarias conventuais no Oriente português*, p. 34.

²⁹ RUSSELL, Peter E. *Problemas sociolingüísticos relacionados com os descobrimentos...*, p. 233.

dimensão mais imediata, de criar as condições de compreensão entre grupos populacionais envolvidos no contato.

Ocorre, entretanto, que estas escolas de tradutores não se destinavam apenas à capacitação propriamente de intérpretes, mas também à formação de elites coloniais nativas associadas à Coroa portuguesa por laços de vassalagem, e ainda a habilitar quadros que integrassem, de alguma maneira, o aparelho colonial-administrativo do ultramar.³⁰ As circunstâncias que envolvem a presença portuguesa no Congo, ao longo dos séculos XV e XVI, são bastante expressivas neste sentido. Além da já mencionada existência de nativos desta localidade como *bolseiros* em colégios religiosos de Lisboa, foi no período entre os reinados de D. João II e D. Manuel (1495-1521) o que talvez mais intensamente se tenha investido neste sentido. É ainda no reinado de D. Manuel (em 1519) que se edita um regimento sobre a questão do uso de intérpretes escravos.³¹ Por determinação régia, os *bolseiros* deviam ser “fidalgos, e dos honrados”, reservando-se-lhes inclusive o título de “Dom”.³² É no Congo também que se imagina, nos quadros do Império, a evangelização efetiva com o emprego de missionários (frades missionários espanhóis que já teriam esta experiência nas Canárias)³³ que aprendessem a língua local com o intuito da catequese.

³⁰ Bernard Cohn (*Colonialism and its forms of knowledge*) ressalta, para o caso inglês no século XIX, o quanto esta tarefa, de formação de quadros de elites indígenas, é correntemente incorporada pelas autoridades como diretrizes de uma administração colonial. Uma hipótese que levanto em outro lugar (ver PINHEIRO, Cláudio Costa. Experiências coloniais europeias e a conquista de um espaço epistemológico na Índia) é a de que parte importante das políticas linguísticas empregadas pelos britânicos na Índia é profundamente devedora da experiência portuguesa na mesma região.

³¹ SAUNDERS, A.C. de C.M. *História social dos escravos e libertos negros em Portugal*, p. 134.

³² RUSSELL, Peter E. *Problemas sociolinguísticos relacionados com os descobrimentos...*, p. 244. No século XVI (entre junho e julho de 1533), registra-se também uma autorização de funcionamento de uma escola destinada ao ensino do português aos naturais do Congo, aparentemente mantida pelo próprio rei D. Afonso I. Antonio Brásio (*Monumenta missionária africana*) aceita inclusive a hipótese de esta escola funcionar abrigada no convento de S. Domingos, desde 1460, às expensas da irmandade de N. S. do Rosário dos Pretos. Para pormenores destes aspectos ligados à presença portuguesa no reino do Congo, ver Carmen Radulet (*O cronista Rui de Pina e a “Relação do reino do Congo”*).

³³ A experiência de catequese e colonização das Canárias deve muito à especial atenção e investimentos junto ao papa realizados pelo infante D. Henrique (BOXER, Charles R. *O império marítimo português*, p. 38-39).

Para além dos *bolseiros* congolezes, que acorriam aos colégios de Lisboa em grande número, vieram do Oriente nativos de diversas origens com a mesma motivação: o aprendizado do português e a compreensão dos valores da fé cristã. Luís de Mattos,³⁴ valendo-se de correspondências entre as autoridades coloniais e do Reino, registra a passagem por Portugal de numerosos jovens, egressos de possessões portuguesas no Oriente, que freqüentavam muitos dos colégios – colégio de Santa Cruz de Coimbra, o convento dos Lóios, o de Santo Elói, o de São Bento, o colégio de Jesus de Coimbra e a própria universidade de Coimbra, para citar alguns apenas. “Sacerdotes cristãos da terra [Índia]”, “jovens naires, naturais de Cochim e Calicut”, “moços *socotoris*”, entre tantos outros, afluíram a Portugal, atendendo à determinação de um regimento de 1505, enviado por D. Manuel I ao vice-rei D. Francisco de Almeida.

Em correspondência datada de 1512, o rei de Cochim refere-se a jovens nativos que já se encontravam em Lisboa e outros que se dirigiam para lá com o mesmo intuito de capacitação na língua portuguesa. Muitos já eram cristianizados, e alguns haviam se tornado inclusive sacerdotes católicos, educados nos colégios religiosos das colônias, pelo que serviam como tradutores na tarefa da catequese.³⁵ Vários desses também atuaram como informantes, interlocutores, ou mesmo revisores, na composição de gramáticas, dicionários e vocabulários de suas línguas nativas para o português. Assim ocorreu com Jorge Pires e Mateus Dias, ambos da Índia, que teriam chegado a Portugal em 1538 e freqüentado o colégio de Santa Cruz de Coimbra. Segundo Luís de Mattos,³⁶ Mateus Dias regressa à Índia em 1549, servindo como sacerdote em Cochim. Em 1552, ambos já se encontravam lecionando no colégio de Cranganor, atendendo a uma requisição do frei Vicente de Lagos em carta ao rei D. João III, local onde puderam participar, algum tempo depois, da revisão da famosa gramática e doutrina cristã em língua malabar, de Henrique Henriques (de 1548).

³⁴ MATTOS, Luís de. *Imagens do Oriente no século XVI*, p. 48-51.

³⁵ HEIN, Jeanne. *Father Henrique's grammar of spoken Tamil*, p. 131.

³⁶ MATTOS, Luís de. *Imagens do Oriente no século XVI*, p. 49.

O uso de intérpretes tornou-se largamente vulgarizado e está universalmente ligado à comunicação e conquista ao longo da modernidade.³⁷ Foram empregados em vários contextos coloniais, sendo mesmo integrados à estrutura administrativa de diversos reinos e Estados. No caso português foram aproveitados como funcionários régios, recebendo ordenados da Coroa, constando entre os mais bem pagos dentre os postos administrativos em algumas colônias. Simão Botelho³⁸ – vedor da Fazenda da Índia em meados do século XVI – sinaliza isto, registrando como os soldos devidos aos *línguas* estavam entre os mais altos do Estado da Índia em meados do século XVI. No ano de 1554, por exemplo, entre os cargos oficiais de intérpretes existentes no Estado da Índia estavam os de: “*língua* do capitão”, “*língua* da feitoria”, “*língua* do ouvidor”, “*língua* portuguesa da alfândega”, “*língua* brâmane da alfândega”, “*língua* do tanadar-mor”, “*língua* dos frades”, etc.³⁹ Em Cochim, eram os funcionários locais mais bem pagos, e em Goa (1529), recebiam cerca de um terço do que ganhava um feitor – cargo máximo na hierarquia administrativa das feitorias portuguesas.⁴⁰

Dados estes aspectos, o cargo de intérprete era valorizado e visto como uma circunstância que possibilitava ascensão social e prestígio, sendo objeto de disputas (envolvendo reinóis, portugueses nascidos e ra-

³⁷ DESLILE, J.; WOODSWORTH, J. *Os tradutores na história*; ARAGUÁS, Iciar Alonso. *Ficción y representación...*; COUTO, Dejanirah. *The interpreters or lingoas in the Portuguese empire during the sixteenth century*. Diogo R. Curto (A língua e o império, p. 418-419) menciona o fato de Colombo utilizar-se mesmo do sistema de intérpretes nos moldes desenvolvidos pelos portugueses, propondo, contudo, aperfeiçoamentos para o caso das caraíbas. Eram denominados *turciman* (em italiano), *turchiman* (árabe), *turgimões* (português), *truchements* (francês) e *Tçuzu* (japonês); e ainda os “jurubaças” (dinastias de intérpretes portugueses na China). Para o uso de línguas em um processo semelhante ocorrido nas colônias francesas do atual Canadá e América do Sul e espanholas nas Américas ver: Frank Lestringant (*Les débuts de la poésie néo-latine au Brésil*); para o caso da América hispânica, Iciar Alonso Araguás (*Ficción y representación en el discurso colonial*); para as jurubaças da China, Jorge Manuel Flores (*The ‘jurubaças’ of Macau, a frontier group*); para uma resenha de diversos autores que trabalharam com casos semelhantes na Ásia portuguesa, ver Dejanirah Couto (*The interpreters or lingoas in the Portuguese empire during the sixteenth century*).

³⁸ BOTELHO, Simão. *Tombo do Estado da Índia*.

³⁹ SANTOS, Maria Emília Madeira. *A procura do semelhante e do familiar...*, anexo “Quadro dos Ofícios do Estado da Índia em 1554”.

⁴⁰ MATOS, Artur Teodoro de. *O Estado da Índia nos anos 1581-1588*.

dicados nas colônias e os próprios autóctones) e de estrito controle por parte do Império, dentro da preocupação de administração colonial. Em 1595, uma instrução do padre Alexandre Valignano ([1539-1606]; provincial entre 1583-1587 e visitador da Índia de 1587 a 1596) ao *pai dos cristãos*⁴¹ ressalta que, entre suas atribuições fundamentais no cuidado com os *catecúmenos* e *neófitos* do Oriente português, estaria o dispor de um *língua* que se destinasse a ser “pai dos catecúmenos” (cuidando dos nativos em fase de catequese ou recém-catequizados), que deveria ser bem pago e ter suas atribuições vigiadas de perto.⁴² Um alvará régio de D. Sebastião ao vice-rei do Estado da Índia, de 1561, procurava regular o emprego e concessão de cargo de *língua*, definindo que fosse dado apenas aos “cristãos da terra [...] aptos pera isso” pelo período de três anos, pois que com isso haveria uma rotatividade de indígenas locais no cargo e “será causa e dará ânimo a outros para se virem fazer cristãos”.⁴³

Os intérpretes foram, de igual maneira, largamente usados em outros contextos da exploração colonial portuguesa, notáveis, em especial, na missionação. Além dos incontáveis exemplos na África, dos quais mencionamos alguns, foram recorrentemente utilizados: na América Portuguesa, de que podemos ter uma idéia a partir das cartas do padre Manoel da Nóbrega;⁴⁴ no Japão, onde João (Tçuzu) Rodrigues⁴⁵ recebeu auxílio de intérpretes e depois foi, ele mesmo, *língua* dos irmãos da Companhia;⁴⁶ na China, para onde Francisco Xavier (o santo) se prepa-

⁴¹ Cargo criado pela Coroa em 1537 (durando até 1842, quando foi extinto), para servir à administração dos catecúmenos. É preciso registrar que não era um cargo eclesiástico, mas laico e do Estado (exercido que foi por “reis, rainhas, regentes, vice-reis e governadores de Portugal e da Índia, chanceleres, secretários de Estado, desembargadores, ouvidores, etc.”), embora tivesse sua legislação baseada nos Concílios Eclesiásticos, em particular no primeiro Concílio de Goa (1567). (WICKI, José. *O livro do “Pai dos Cristãos”*, p. ix-xvi.)

⁴² *Ibid.*, p. 16-17.

⁴³ *Ibid.*, p. 77-78. Importante ressaltar, como bem faz Diogo Curto (A língua e o império, p. 429) que a importância, o prestígio e as recompensas materiais devidas aos línguas foram marcadamente distintas entre as diversas colônias do ultramar português.

⁴⁴ NÓBREGA, Manuel da. *Cartas do Brasil do padre Manoel da Nóbrega (1549-1560)*.

⁴⁵ COOPER, Michael S. J. *Rodrigues, the interpreter*.

⁴⁶ Tal como Alexandre Valignano quarenta anos antes, João Rodrigues reforçou a importância de se dispor de bons pro-

rava para partir em 1552 (quando faleceu) visando a catequese, acompanhado de um *língua* e munido de um primeiro esboço de um catecismo traduzido para o chinês;⁴⁷ ainda na China, em fins do século XVI, onde colaboraram com o esforço de composição do dicionário de Ruggieri e Ricci (1583-1588), e mais tarde (1585) quando Ruggieri traduz os principais clássicos do confucionismo para o português;⁴⁸ no Império Mongol, auxiliando Jerônimo Xavier a instruir-se e traduzir obras de cunho religioso para o persa;⁴⁹ na Índia, Vicente Nazaré, Jorge Carvalho e Tomé Cruz, os jesuítas malabares (*línguas* da Companhia) que compuseram a primeira cartilha do tâmil em 1554; na costa dos Paravas (que se estendia do cabo de Camorin, defronte ao atual Sri Lanka, até a ilha de Manar) por volta de 1530, por intermédio de D. João da Cruz (emissário de D. Manuel junto à Corte do Samorim), colaborando para os primeiros contatos com os nativos daquela região aonde Francisco Xavier e mais tarde Henrique Henriques investiriam na composição da primeira gramática e de um dicionário (hoje desaparecido) do tâmil;⁵⁰ apenas para mencionar alguns exemplos.

É evidente que não estiveram sempre no papel central do estabelecimento de contatos e na manutenção das formas de comunicação, assim como não continuaram sendo a condição *sine qua non* das ações colonizadoras e das formas de estabelecer contatos com os nativos do ultramar. O século XVI registra importantes viragens nas tecnologias de comunicação e formas de civilização das línguas da Europa, num evento e processo – chamado por Sylvian Auroux de “revolução da gramaticalização” – que se espria para as formas de tradução e iniciativas de do-

fessores nativos [de gramática e língua local], “e não europeus como até agora correu por mais que saibam a língua, os quais além de lhes faltar o principal que é o conhecimento das letras, e estilo dos livros em que está toda a elegância e propriedade da língua, como são estranhos não sabem tanto que possam ensinar e aproveitar os discípulos [...]” RODRIGUES, João. *Arte da língua de Japam*.

⁴⁷ ALVES, Jorge Manuel Santos. *Portugal e a missão no século XVI*, p. 30.

⁴⁸ *Ibid.*, p. 30; SPENCE, Jonathan D. *O palácio da memória de Matteo Ricci*, p. 19-40; WITEK, John W. Introdução, p. 13-27.

⁴⁹ FLORES, Jorge. Dois retratos portugueses na Índia de Jahangir.

⁵⁰ JAMES, Gregory. *Uma abordagem dos primórdios da lexicografia*. Comunicação apresentada no 1º Congresso Internacional de Estudos Filológicos e Linguísticos. Rio de Janeiro: Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2004.

mesticação das línguas não-européias. Não obstante, o uso de intérpretes segue sendo uma constante em ramos específicos da administração colonial portuguesa (utilizados pelo campo jurídico, diplomático, comercial, missionário e mesmo ainda lingüístico), no decurso de um longuíssimo período, indo até o século XIX.

O crescimento das instituições de ensino, tanto no Reino (os colégios e universidades de Coimbra, Évora e Lisboa, entre outros) quanto em algumas das colônias (Goa, Cochim, Ranchol, Salvador, Macau, Nagasaki, etc.) visava também aumentar o número de intérpretes e tradutores das línguas locais, integrando uma política de ações de domínio territorial do Império, com a catequese e domesticação de povos e idiomas. A partir de 1541, com a associação dos missionários da Companhia de Jesus à Coroa portuguesa, a criação de escolas para o ensino de português se faz em ritmo vertiginoso, procurando ensinar o português a indígenas – “canarás, paravas, malaios, malucos, chins, bengalas, chingalas, pegus, do Sião, gujarates, abexins, cafres de Sofala e Moçambique e da ilha de São Lourenço”.⁵¹

Desbabelizando as conquistas – o surgimento de *línguas francas*

Alguns autores salientam o fato de que as escolas ou centros de treinamento e capacitação de nativos existentes em diversos pontos do ultramar neste período não os habilitavam exatamente na língua portuguesa (no vernáculo). Ensinavam, a princípio, um certo grau de fluência verbal, a compreensão e repetição do nome de determinados objetos e frases corriqueiras, enfim, os rudimentos de um português falado.⁵² Tratava-se na verdade de um português simplificado, tornado *pidgin*.⁵³ Como res-

⁵¹ REGO, Antonio da Silva. *Documentação para a história das missões do padroado português do Oriente*, v. 3, p. 9, 167, 170, 246 et seq.

⁵² RUSSELL, Peter E. *Problemas sociolingüísticos relacionados com os descobrimentos...*, p. 237-238.

⁵³ Apenas em linhas muito gerais, e sem descer às tecnicidades lingüísticas, um *pidgin* “é uma língua auxiliar que surge quando falantes de diversas línguas mutuamente ininteligíveis entram em contato estreito” (BICKERTON, Derek. *The language bio-program hypothesis*, p. 173), já um crioulo (uma língua crioula) surge quando crianças adquirem

salta Paul Teyssier,⁵⁴ este processo de formação de intérpretes, nos termos que se colocam acima, termina também provocando, desde o século XV, a gênese de crioulos de base portuguesa a partir do contato com diversas línguas (especialmente entre as africanas e asiáticas), seguindo a rota das expedições marítimo-comerciais e do estabelecimento de feitorias, assentamentos e colônias.⁵⁵ Ulteriormente, este português simplificado (“pidginizado”) usado como base de comunicação dos contatos na costa africana termina derivando em uma *língua franca* da conquista e civilização de espaços coloniais, especialmente em partes da África e da Ásia.⁵⁶

A exemplo do que ocorreu em África, a língua portuguesa foi usada como “instrumento mediático e de conversão no Oriente” (o que, embora assumindo cores especiais, também aconteceu no Brasil), tal como havia se dado com respeito ao latim na Europa enquanto língua e cultura.⁵⁷ Devido ao pioneirismo dos portugueses na colonização do Oriente, a chegada de outros exploradores, comerciantes, colonizadores e missionários europeus pressupôs que usassem o tirocínio lusitano como base de suas ações. Isto ocorre na dimensão lingüística tanto quanto em outras (da administração colonial, da catequese, etc.).

O fato de a colonização portuguesa ter gerado refinados mecanismos de comunicação em diversos pontos da Ásia fez com que holandeses, ingleses, dinamarqueses e franceses se vissem obrigados a recorrer

um *pidgin* como sua língua nativa, tendo-o enquanto base lexical (COUTO, Hildo Honório do. *Introdução ao estudo das línguas crioulas e pidgins*, p. 15). É de se ressaltar ainda que alguns lingüistas compreendem que a construção/surgimento de um *pidgin* pressuponha ainda que sua estrutura gramatical e seu vocabulário sejam drasticamente reduzidos (HALL, Robert A. *Pidgin and Creole languages*, p. xii).

⁵⁴ TEYSSIER, Paul. *História da língua portuguesa*, p. 120.

⁵⁵ Teyssier (*La langue de Gil Vicente*) salienta ainda o quanto essa circunstância teria dado também origem a um crioulo na própria península, a chamada “fala de preto” (fala da guiné, ou língua de preto), celebrada na dramaturgia ibérica (para o caso português: Gil Vicente, Antonio Ribeiro Chiado e Serafim da Silva Neto, entre outros). Sobre este assunto ver ainda os trabalhos de Cleonice Bernardelli, especialmente dedicados à língua de preto na obra de Gil Vicente. [Nota das organizadoras: E o trabalho de Tania Alkmim neste livro.]

⁵⁶ LOPES, David. *A expansão da língua portuguesa no Oriente durante os séculos XVI, XVII e XVIII*; BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. *A viagem e a fala*; THORNTON, John. *A África e os africanos na formação do munto atlântico*, p. 290.

⁵⁷ BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. *A quem não falecer matéria não lhe faltarão vocábulos*, p. 58; Lingüística, p. 91.

ao português (ou a um tipo de português)⁵⁸ como língua de contato, numa prática constante desde o século XVI, chegando quase ao XX. A mesma prática que tiveram os portugueses do recurso aos *línguas* para a comunicação com os nativos encontrados no processo de expansão marítima, tiveram os demais europeus. À diferença de que, valendo-se da rápida e larga expansão da língua portuguesa pela África e Ásia, holandeses e ingleses, por exemplo, levavam intérpretes falantes de português em suas naus para se fazerem compreendidos, entre fins do século XVI e XVII.⁵⁹

Kees Groeneboer⁶⁰ salienta ainda a função primordial que teve o português também no caso da Ásia oriental (o Extremo Oriente), em substituição a várias línguas, operando como uma *língua franca*. De acordo com Groeneboer, no período anterior à chegada dos europeus, desde antes de 700 a.D., a região era dominada pelo uso do malaio como língua de contato, comércio e propagação do islã. Esta situação perdura até a entrada do português nesse sistema (no século XVI), substituindo o malaio pela integração de outros pontos da Ásia (entrepósitos comerciais, portos, rotas de navegação e de catequese cristã). O fato de várias línguas, asiáticas e européias (o malaio, o português, o holandês, o persa e o inglês, entre outras), concorrerem entre si enquanto *línguas francas* de contato, comércio e comunicação ampla em contextos diversos da Ásia, certamente contribuiu para o surgimento de diversas variações de línguas crioulas na região do arquipélago malaio.⁶¹ Outro aspecto desse processo, e que nos interessa diretamente aqui, diz respeito à circulação e entrada (absorção) de léxicos portugueses para uma gama de idiomas, em partes distintas da Ásia.⁶²

⁵⁸ Gostaria apenas de ressaltar que estarei usando doravante o termo português, remetido às diversas formas lingüísticas de base portuguesa que compuseram línguas francas de comunicação em contextos coloniais multilíngües.

⁵⁹ LOPES, David. *A expansão da língua portuguesa no Oriente durante os séculos XVI, XVII e XVIII*, p. 41-46.

⁶⁰ GROENEBOER, Kees. *Gateway to the West*, p. 21-65.

⁶¹ A respeito dos diversos crioulos do português surgidos como produto do processo colonial, ver os trabalhos de Hildo Honório do Couto, Maria Isabel Tomás, Mathias Perl e os brilhantes trabalhos do lingüista goês Sebastião Dalgado.

⁶² Sobre a influência do português no malaio, incluindo o surgimento de algumas formas de português-malaio, ver:

O cuidadoso trabalho do lingüista David Lopes sinaliza uma dimensão do que se está falando, através da imensidão de registros – relatos, crônicas, correspondências, bíblias, vocabulários, catequeses, gramáticas, dicionários, etc. – produzidos por outros Estados (e empresas) europeus que colonizavam partes da Ásia e se viam obrigados a comunicar com os nativos (como também com outros europeus, e mesmo internamente entre seus corpos de agentes administrativos, em alguns casos) em português.⁶³ Assim aconteceu, por exemplo:

a) Na Batávia (atual Indonésia), quando o ministro protestante François Vanlentijn, escrevendo sua *Beschrijvinghe van Batavia* (“Descrição da Batávia”, relativa ao período entre 1685-1695 e 1707-1613), relata que toda a comunicação dos emissários da VOC – *Verenigde Oost-Indische Compagnie*, Companhia Holandesa das Índias Orientais – com as populações locais transcorria em português ou malaio. Ambas as línguas funcionavam como *língua franca*, segundo ele, não apenas na região administrada pela VOC, mas também em todas as Índias orientais, desde a Pérsia. Segundo Kees Groeneboer,⁶⁴ que recupera o relato do ministro Vanlentijn, o interesse dos holandeses da VOC pelas línguas nativas da região só irá mesmo se consolidar no século XIX, quando o governo local tornou-se mais diretamente interessado e intensamente envolvido com populações indígenas. Ainda sobre este aspecto, a VOC chega mesmo a reconhecer a dificuldade de se coibir o uso do português (e línguas crioulas deste derivadas) em Ásia, como fica expresso nas dezenas de

Kees Groeneboer (*Gateway to the West*, p. 25-65) e Pierre Guisan (*Línguas em contato no Sudeste Asiático*); sobre a influência do português em outras línguas asiáticas (línguas indo-europeias, devanagáricas, dravidianas, malaio-indonésia e austronésias), ver Dalgado (todas as referências arroladas na bibliografia). Sobre a influência do português na Batávia, ver novamente Groeneboer.

⁶³ Não à toa, Francisco Xavier (depois santo) fixa o português como *língua franca* dentro da Companhia de Jesus, servindo como única língua (em substituição mesmo ao latim) que poderia servir para a comunicação entre os missionários de diferentes regiões da Europa, os línguas nativos e as autoridades portuguesas locais (LOPES, David. *A expansão da língua portuguesa no Oriente...*, p. 30).

⁶⁴ GROENEBOER, Kees. *Gateway to the West*, p. 21.

expedientes oficiais que são publicados neste sentido.⁶⁵ Entre os séculos XVII e XVIII há mesmo uma consolidação desta como a língua de tratamento com serviçais e escravos que circulavam entre as colônias na Batávia (atual ilha de Java, Indonésia), Malásia, Índia, etc.⁶⁶

b) Também em fins do século XVII, quando os responsáveis pela Companhia (Britânica) das Índias da região de Madras (atual Chennai, sul da Índia) viram-se obrigados a recorrer ao português (ou ao patoá, um de seus crioulos) para comunicarem-se com os nativos da região. Em correspondência dirigida ao governador do forte de S. Jorge, o capelão da Companhia (entre 1691 e 1714) e educador, Georg Lewis, recomendava a fundação de “asilos para a infância” que servissem também à missão cristã. Sua idéia era “fazer do português o meio de instrução”.

[Lewis] possuía não só livros de devoção, como também o catecismo naquela língua [portuguesa] e começara a tradução nela de partes da Bíblia. Mas seu plano não foi levado ao fim. Todavia, essa tradução não foi trabalho completamente perdido. Ele mandou o manuscrito a Ziegenbald e Grundler, missionários dinamarqueses em Tranquebar, que por isso tiveram a idéia de traduzir toda a Bíblia. Exemplares desta tradução foram distribuídos por eles entre os estudantes das escolas portuguesas que criaram depois em Tranquebar, forte de S. David e Madras.⁶⁷

⁶⁵ HAAN, Frederick. *Portugeesche woorden in het Compagnies-Hollandsch*, I: 523, II: 249.

⁶⁶ Sobre esta circunstância, chegou a haver mesmo vários grupos entre eles os “mardykers” (ex-escravos convertidos ao protestantismo) – que se reconheciam a partir do uso de um português crioulo na Batávia (LOPES, David. *A expansão da língua portuguesa no Oriente...*, p. 163-173). Ainda envolvendo a presença holandesa na Ásia, vale a menção de Marques Guedes (Intérpretes de português na Birmânia, p. 342) da troca de correspondências, em português, envolvendo o rei de Pye e o governador da Batávia em 1664. Sobre as tentativas oficiais de controle e extinção do uso do português, Frederick de Haan (“Portugeesche woorden in het Compagnies-Hollandsch” e “Oud Batavia”) mostra inclusive como a Igreja protestante se vê obrigada a catequizar usando bíblias em português, muitas, de fato, católicas.

⁶⁷ LOPES, David. *A expansão da língua portuguesa no Oriente...*, p. 64-65.

Não são poucos os exemplos neste sentido da utilização de um português “pidginizado” (ou de crioulos de base portuguesa) como *língua franca* de comunicação em vários destes contextos coloniais asiáticos onde, devido a guerras de conquista, invasões, acordos mercantis, etc., europeus substituíam-se no controle bélico, colonização e no monopólio comercial com nativos em vários cantos da Ásia. É difícil, no entanto, imaginar que o português vernáculo tivesse se tornado uma língua franca compreensível de Ceuta (atual Marrocos) a Nagasaki (atual Japão). É mais provável que, como deixam entrever a documentação e alguns autores, existissem vários *pidgins* e crioulos derivados da língua portuguesa, e que constituíssem *línguas francas* de comunicação entre europeus e asiáticos, europeus e europeus, e dos asiáticos entre si, em múltiplos contextos coloniais modernos.

Na verdade, poucos detalhes são conhecidos a respeito do processo histórico pelo qual um (ou vários) *pidgin* do português foi resultando em uma (ou várias) *língua franca* ligada à conquista, missão e administração colonial.⁶⁸ Se este português tornado *língua franca* (*pidgin* ou não, ou seja, que esta língua fosse um português vernáculo, ou um português reduzido e mesclado a outras línguas) foi apenas um ou vários, esta é uma dimensão pouco explorada até agora quer pelos lingüistas, quer por historiadores. Seria acertado considerar, entretanto, que diversas medidas, consciente e sistematicamente, tomadas pela Coroa portuguesa a partir dos alvares da modernidade contribuíram de maneira direta neste processo de transformação/construção de *línguas francas* de base portuguesa. Não é demais salientar – para além das circunstâncias envolvendo a formação de intérpretes (nas condições mencionadas acima), que terminaram servindo como semeadores desta língua franca na costa africana (e, posteriormente, em vários pontos da Ásia) – que a Coroa portuguesa empreendeu outras ações que certamente contribuíram nesta empreitada. A prática do envio de *cartinhas* (cartilhas de aprendizado básico da língua, nesse caso, dirigidas a não-falantes de português) para

⁶⁸ Alguns lingüistas ressaltam que quando uma língua (*pidgin* ou crioula) se torna *língua franca*, refere-se à circunstância desta língua/cultura exercer um papel dominante em um dado contexto (para uma resenha da temática ver Hildo Honório do Couto, *Introdução ao estudo das línguas crioulas e pidgins*, p. 89-92).

as colônias e demais sítios onde se verificava a presença portuguesa pode ser tomada neste sentido. Em princípios do século XVI, durante o reinado de D. Manuel (1495-1521), são enviadas “cerca de mil *cartinhas* para aprender a ler” ao Congo,⁶⁹ além de mestres de ensino⁷⁰ – iniciativas que deixam entrever o peso do investimento da Coroa portuguesa na expansão da língua. Afonso de Albuquerque, em correspondência datada de 1512, também marca a necessidade do ensino da língua portuguesa através de *cartinhas* em Cochin.⁷¹

A primazia, especialização e certa excelência técnica dos portugueses na formação de intérpretes e na expansão colonial geram circunstâncias curiosas, que podem também ser lembradas para indagarmos como o português foi sendo expandido pelos cantos mais remotos, como o Império Mongol (com a missionação de Jerônimo Xavier)⁷² e o Tibete. Ana Maria Marques Guedes ressalta uma dimensão deste aspecto quando trata dos intérpretes de origem portuguesa existentes na Birmânia (região do Pegu, atual Myanmar) entre fins do século XVI e o século XVIII. Estes intérpretes permaneceram na Birmânia – na qualidade de residentes voluntários, cativos, funcionários régios e *línguas* – mesmo após os impasses no relacionamento desta com a corte portuguesa, na primeira metade do século XVII. Ao fim e ao cabo, terminam sendo utilizados como funcionários régios e de confiança da corte birmane servindo, inclusive, de intérpretes e representantes desta junto a outras potências européias. Segundo Marques Guedes,⁷³ o português havia se tornado usual na Birmânia e em Arração, chegando mesmo a ser empregado na correspondência régia. Até o século XVII, essa correspondência seguia em persa (quando trocada com governantes da Bengala) ou em português, quando trocada com europeus de qualquer origem ou alguns

⁶⁹ BUESCU, Ana Isabel. *Livrarias conventuais no Oriente português*, p. 34.

⁷⁰ GÓIS, Damião de. *Crônica do felicíssimo rei D. Manuel*, apud. SILVA NETO, Serafim da. *Breves notas para o estudo da expansão da língua portuguesa...*, p. 131.

⁷¹ RUSSELL, Peter E. *Problemas sociolingüísticos relacionados com os descobrimentos portugueses...*

⁷² FLORES, Jorge. *Dois retratos portugueses na Índia de Jahangir*.

⁷³ GUEDES, Ana Maria Marques. *Intérpretes de português na Birmânia*, p. 340.

outros reinos do Oriente. Em Avá (juntamente com o Tungu, um dos reinos governado por uma dinastia birmane)⁷⁴ havia na corte o cargo de “*língua dos europeus*”, de confiança do rei, ocupado por ocidentais em geral, mas destinado à tradução do birmanês para o português e vice-versa, numa prática que pode ser trilhada até fins do século XVIII.⁷⁵

Estas e outras circunstâncias contribuíram para a consolidação de formas do português como *língua franca* de boa parte da costa africana e, mais especialmente, em um vasto território do Índico (africano e asiático) e sudeste asiático.⁷⁶ Não foi gratuito o fato de que 15 anos antes da chegada de Vasco da Gama a Calicute, os portugueses já tivessem um domínio considerável das rotas marítimas e do universo lingüístico do Índico (especialmente a partir das navegações e da língua árabe, heranças da longa presença islâmica na Península Ibérica e da circunavegação do périplo africano). O enfrentamento sistemático (e sistematizado) do problema da comunicação e o desenvolvimento de uma “política efetiva” ligada à tradução foram usados por três gerações no projeto expansionista português rumo à Índia.⁷⁷ Tais conhecimentos e o *modus operandi* que os caracterizavam também foram recursos de outros Estados europeus modernos durante a conquista e povoamento de diversas regiões no globo, e viriam a ser usados e aperfeiçoados pela Igreja católica na atividade catequética.

⁷⁴ THOMAZ, Luiz Filipe F.R. *De Ceuta a Timor*, p. 302.

⁷⁵ Sobre este aspecto da presença de portugueses como línguas no território da Birmânia, é interessante registrar que os contatos portugueses teriam sido, mormente, com povos de dinastia *Shan* (Chan), a mesma analisada por Edmund Leach (*Sistemas políticos da Alta Birmânia*) no século XX. Considerar que o português era língua usual neste contexto pode ser ilustrativo na compreensão de algumas categorias lingüísticas que permaneceram no grupo mon-khmer (austro-asiático), da qual uma interessante discussão é aquela levantada por Leach (Ibid, p. 343) acerca da natureza da “escravidão” Kachin.

⁷⁶ David Lopes (1936), mostra como o português foi usado, até o século XX, como *língua franca* de contato, comunicação e, em alguns casos, administração colonial pelos modernos impérios coloniais europeus em Ásia. Lopes menciona uma longa lista de livros de catequese e bíblias inglesas, dinamarquesas e holandesas, empregadas em vários pontos do Oriente, publicadas em português. Este aspecto é ratificado por Kees Groeneboer (*Gateway to the West*, p. 25-27), que fala sobre o uso do português como língua de administração nas possessões da VOC. Johannes Fabian (*Language and colonial power*, p. 7) também menciona a dependência de missionários britânicos de tradutores de umbundo e português nas atividades catequéticas no oeste africano da última década do século XIX.

⁷⁷ HEIN, Jeanne. *Father Henrique's grammar of spoken Tamil*, p. 51.

Todo este processo se desenrola, é preciso que se diga, *pari passu* à própria redefinição das formas de atuação e dos limites de ação de um Estado que se configurava como um império transcontinental. Isto implica pensar ainda na circunstância de um Estado lidando com a administração de um território amplo, descontínuo e de difícil manejo (em especial se levamos em consideração as dificuldades de comunicação do Reino com as colônias), e de um conjunto muito largo de populações, muitas das quais produzidas pelas próprias necessidades administrativas deste Império. Os impérios colonialistas europeus modernos são colocados diante da tarefa de “administração de diversidades” (sociais, políticas e culturais), como bem marca Verena Stolcke.⁷⁸

A construção de redes de coleta de informações, o desenvolvimento de técnicas de comunicação e, principalmente, as tentativas de enfrentar os impasses da tradução (inerentes e produzidos pelo contato de longa duração) terminam por resultar em algo que poderíamos nomear, como fez Bernard Cohn,⁷⁹ como “saberes coloniais lingüísticos”: conhecimentos desenvolvidos no sentido de categorizar e limitar um mundo social (ou vários mundos, como no caso do expansionismo português), como forma de controle. É certo que a posterior entrada massiva da escrita nesse sistema provoca mudanças intensas e indeléveis nesse quadro⁸⁰ – com a consolidação de novas gramáticas de poder, como nas tentativas de domesticar as línguas ditas “exóticas” coloniais. É importante considerar, no entanto, que estes saberes lingüísticos tiveram nas formas de comunicação não-verbal um momento significativo.

Considerações finais

As técnicas de comunicação e tradução lidaram com saberes, tanto aqueles produzidos, acumulados e compartilhados de experiência de

⁷⁸ STOLCKE, Verena. *A New World engendered: the making of the Iberian transatlantic empire*.

⁷⁹ COHN, Bernard. *Colonialism and its forms of knowledge*, p. 5.

⁸⁰ Como tenho tratado em outros textos. Ver: PINHEIRO, Cláudio Costa. *Experiências coloniais européias e a conquista de um espaço epistemológico na Índia; Blurred boundaries*.

vários contextos imperiais modernos distintos, como também remetidos às tradições compreendidas em termos de uma longa duração – à Antigüidade Clássica, à presença muçulmana na península Ibérica, às escolas medievais de tradução, etc.⁸¹ Todos eles, entretanto, igualmente relacionados à tarefa múltipla de compreender-traduzir (decodificar-codificar) mundos.⁸²

O processo de expansão colonial moderna, iniciada ainda durante o século XV embute um curioso movimento de expansão e reestruturação de hierarquias lingüísticas e políticas. Assim ocorre, por exemplo, com a propagação da língua árabe, contingente da expansão do islã, tanto no norte da África, como na península Ibérica. De fato, o árabe continuou a ser uma língua importante ao longo da modernidade, tanto pela presença significativa de grupos islamizados na península, quanto pela necessidade do seu uso durante a conquista do périplo africano e do oceano Índico, onde funcionava como língua franca de comunicação e comércio. Ademais, compunha uma das tríades lingüísticas clássicas – latim-hebraico-árabe junto com aquela formada por latim-grego-hebraico como “índice de uma completude na erudição humanística” na estruturação das línguas vernaculares e suas gramáticas. Além do mais, ao contrário do latim, do grego e do hebraico, era uma ponte mais efetiva entre a Idade Média e princípios da Moderna, entre os europeus e “os povos que, ao longo da exploração da costa africana e até ao Índico, entram em comunicação e diálogo”.⁸³ Situação semelhante também ocorre na China devido à entrada do budismo, quando o bilingüismo (sânscrito-chinês) e a necessidade de traduções se estabeleceram, a partir do século II d.C. Havendo mesmo uma formalização de escolas de tradução e o intercâmbio de tradutores entre regiões na atual Índia e a corte da dinastia Tang (616-907).⁸⁴ A circunstância da expansão do cristianismo

⁸¹ AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*, p. 14.

⁸² JAMES, Gregory. *Uma abordagem dos primórdios da lexicografia* (ver nota 50); PINILLA, José Antonio Sábido; SÁNCHEZ, María Manuela Fernández. *O discurso sobre a tradução em Portugal*; BUESCU, Maria Leonor Carvalho. *A viagem e a fala*.

⁸³ BUESCU, Maria Leonor Carvalho. *A galáxia das línguas na época da Expansão*, p. 18.

⁸⁴ CHIEN, David; CREAMER, Thomas. *A brief history of Chinese bilingual lexicography*.

na modernidade também produz o mesmo nível de impasses e embates, associando conquista, língua e a necessidade de tradução. Língua e conquista, assim como língua e império, passam a constituir um binômio indistinguível para os Estados europeus modernos, e os movimentos de que falamos acima contribuem especialmente nesse aspecto.

Para além das curiosidades, esse movimento que associava a formação de intérpretes, as escolas de ensino do português, o desenvolvimento de *pidgins*, e o posterior aparecimento de crioulos e línguas francas (nascidos do intercâmbio tenso de idiomas e padrões de civilização europeus e asiáticos) é circunstância que nos faz entrever um processo bastante complexo. Tomadas em conjunto e de forma relacionada, essas variáveis induzem-nos a refletir sobre uma série de outras variáveis que ecoam elementos de políticas de Estado desdobradas em várias frentes, mas em última instância também relacionadas a preocupações que podem ser resumidas e aproximadas ao engenho de aparatos que gerassem as condições fundamentais da administração colonial, ou seja, lembrando Mahmood Mandani,⁸⁵ observar dimensões através das quais o poder é organizado.

De fato, mesmo antes de todo o esforço propriamente lingüístico⁸⁶ de compreensão dos idiomas contatados, técnicas de comunicação envolveram iniciativas, mormente não-escritas, e também não-verbais, no sentido de criar compreensão e formas de tradução entre europeus e os nativos em África, América e Ásia. Muitas das crônicas escritas neste período assinalam o desenvolvimento de grandes coleções de formas lexicais extraverbais. Foram sendo desenvolvidos uma complexidade de formas mímicas e linguagens ágrafas, em que o uso da fala era suporte para *performances* corporais, envolvendo inclusive o recurso de mostrar

⁸⁵ MANDANI, Mahmood. *Citizen and subject*, p. 3.

⁸⁶ Ainda que não possamos dizer que a lingüística, enquanto campo de conhecimento bem definido e delimitado, existisse já aí nos séculos XV e XVI – isto só aconteceria no século XIX, com Saussure (ROBIN, Régine. *História e lingüística*, p. 24) –, é importante marcar que os esforços de gramaticalização e dicionarização de línguas européias e não-européias envolveram um pesado empenho normatizador e redução a regras gramaticais, a coleções vocabulares e representações ortográficas que ensejam o domínio e a circulação mínimos de conhecimentos lingüísticos no Ocidente moderno.

objetos, animais, etc., pretendendo exatamente a criação de similitudes e a construção de equivalências e equivalentes culturais.

O capitão, quando eles vieram, estava assentado em uma cadeira, e uma alcatifa aos pés por estrado, e bem vestido, com um colar de ouro mui grande ao pescoço [...].

Acenderam tochas e entraram e não fizeram nenhuma menção de cortesia, nem de falar ao capitão nem a ninguém. Pero um deles pôs olho no colar do capitão e começou a acenar com a mão para terra e depois para o colar, como que nos dizia que havia ouro em terra; e também viu um castiçal de prata e assim mesmo acenava para a terra, como que havia também prata. Mostraram-lhe um papagaio [...]; tomaram-no logo na mão e acenaram para a terra, como que os havia aí. Mostraram-lhe uma galinha; quase haviam medo dela e não lhe queriam poer a mão. E depois a tomaram como espantados. [...] Viu então um deles umas contas de rosário brancas; acenou que lhas dessem e folgou muito com elas [...]; e acenava para a terra e então para as contas e para o colar do capitão, como que dariam ouro por aquilo [...]⁸⁷

Como salienta Maria Carvalhão Buescu,⁸⁸ as formas de comunicação não-verbais já ensejam um esforço de interpretação e tradução da hermenêutica do gesto, do ritual, da postura.

[...] Mostro el Almirante a unos índios allí canela y pimienta, [...] y dixeron por señas que cerca de allí avía mucho de aquello al camino del Sueste. Mostróles oro y perlas y respondieron ciertos viejos que en un lugar que llamaron Bohío [Haití] avía infinito y que lo traían al cuello y a las orejas y a los braços y a las piernas, y también perlas. Entendí más, que dezían que avía naos grandes y mercaderías, y todo esto era al Sueste. Entendí tam-

⁸⁷ CAMINHA, Pero Vaz de. Carta de 1 de maio de 1500, apud BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. A viagem e a fala, p. 13.

⁸⁸ *Ibid.*, p. 14.

bién que lexos de allí avía hombres de un ojo y otros con hocicos de perros que comían los hombres [...]⁸⁹

Os gestos, afirma Araguás,⁹⁰ são por si, de fato, “traduções de significados especificamente culturais e formam parte dos fenômenos lingüísticos, mesmo que Colombo e os navegadores que o seguiram para as Índias [tanto quanto de Caminha, Zurara e tantos outros] quisessem crer, ao mesmo tempo, que esta se tratasse de uma linguagem universal capaz de transpassar as fronteiras da tradução”. Assim, antes do desenvolvimento de gramáticas propriamente escritas, estes primeiros conquistadores (e os Estados europeus por detrás deles) terminam cunhando verdadeiras gramáticas analíticas da *performance* corporal e vocabulários da mímica; as quais é possível visualizar a partir de crônicas, tratados, peregrinações, cartas, relações, roteiros, diários de bordo, informações, panegíricos, etc. – gêneros discursivos que caracterizam os séculos XV e XVI. Esta estética dos gestos ligados a *performances* corporais e linguagens não-verbais produz certas coreografias dos movimentos, e também universalizações das representações e sensibilidades dos sentidos empregados pelo outro, desde onde é possível entrever gramáticas, vocabulários e ortografias de uma comunicação não-escrita. Ou seja, a interpretação de toda uma linguagem gestual pressupõe mecanismos de reconhecimento de gestos, sinais, signos emitidos pelo outro a partir de gestos, sinais, signos partidos dos europeus, que vão também contribuir na construção de vocabulários da mesma natureza – verdadeiros dicionários multilíngües da comunicação extralingüística. Como afirma Roy Porter,⁹¹ as transcrições de sintaxes de sinais dão conta de que estas possuem estruturas formais de tipo muito semelhante a outras línguas e que, portanto, não podem ser consideradas como “um livro grosseiro de gestos pantonímicos (do tipo: ‘Me Tarzan, You Jane’), mas como uma linguagem autêntica por direito próprio”.

⁸⁹ Colombo. 1492-1504. Los cuatro viajes apud ARAGUÁS, Icíar Alonso. Ficción y representación en el discurso colonial, p. 409.

⁹⁰ *Ibid.*, p. 410.

⁹¹ PORTER, Roy. Introdução, p. 17.

Dois aspectos fundamentais devem ser ressaltados daí. Em primeiro lugar, a circulação de padrões recorrentes de: a) *performance* ligada a tentativas de inquirir interrogações básicas dos exploradores⁹² e, b) reincidência das mesmas representações sobre estas cenas na produção de discursos (relatos) sobre o contato. Ou seja, verifica-se a produção de certos *topoi* ligados ao conhecimento do outro nestes diálogos não-escritos. É interessante, a este respeito, considerar inclusive o envolvimento do Estado na consolidação destes *topoi* de linguagem extraverbal, já que, em sua quase totalidade, esses estilos de narrativa dos novos mundos (como as crônicas, os panegíricos, etc.) não se tratam apenas de relatos produzidos pela curiosidade e zelo etnográfico dos navegadores, mas de modelos “oficiais” de representação destes novos mundos. Textos como os de Fernão Lopes (cronista-mor do Reino em 1434), Zurara (que se tornou cronista-mor do Reino em 1448) e mais tarde João de Barros e Diogo do Couto, por exemplo, relatam os feitos dos portugueses (especialmente dos monarcas) no ultramar, enquanto modelos oficiais de discurso da Coroa portuguesa.⁹³

De outro lado, mesmo por conta disto, e mais importante se quisermos considerar os efeitos perduráveis da ação colonial, está a percepção da produção de um “rasgo epistemológico” iniciada já nestas modalidades de discurso sobre o outro no século XV. Isto se dá pela tentativa de produzir universalizações na percepção e na construção de representações sobre o outro, mesmo sem o recurso ou o suporte de uma linguagem escrita.

Este rasgo só seria verdadeiramente ou amplamente concretizado no século seguinte (como considere mais detidamente em outros textos),⁹⁴

⁹² Vale a pena mencionar que esta estrutura das *performances* funciona de maneira análoga àquela que mencionamos acima para a composição de um “português simplificado” usado para a comunicação na África. Utiliza-se de determinados procedimentos, gestos, sinais, *performances* corporais, fórmulas de tratamento, etc., como *topoi* de uma linguagem não falada.

⁹³ ANDRADE, Luiz Cristiano de O. *A narrativa da vontade de Deus*, p. 13-20; BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. *Imagen y propaganda*.

⁹⁴ PINHEIRO, Cláudio Costa. *Experiências coloniais européias e a conquista de um espaço epistemológico na Índia; e Blurred boundaries*.

mas já está aí lançada sua semente, como diria Carvalhão Buescu.⁹⁵ Esta semente é fundamentada, em parte, no recurso à analogia – justamente uma das formas de similitude que, segundo Foucault,⁹⁶ caracterizam os séculos XVI-XVII – como expediente para o estabelecimento dos critérios de tradução e em uma verdadeira “obsessão etimológica”, característica do período. A analogia é encarregada de atenuar as diferenças lingüísticas e culturais, aproximando *topoi* que têm sua origem em sistemas de representação cultural e social bastante distintos.⁹⁷ O “pensamento analógico”, ou a “operação analógica” pressupõe o estabelecimento apriorístico de “séries de correlações, formando um aparelho conceitual que permite o reconhecimento.”⁹⁸

Estes aspectos ganham novas dimensões quando a comunicação deixa de ser exclusivamente verbal (ou gestual) e entra na dimensão escrita, transcendendo o “real literal” e entrando no “domínio do literário”. Só a dimensão escrita consegue construir os “pilares de uma memória coletiva”, já que viabiliza uma comunicação “além do tempo e da distância”,⁹⁹ possibilitando, finalmente, os efeitos de armazenamento e descontextualização de categorias para fora e além de seus ambientes originais de existência.¹⁰⁰ Interessante considerar, entretanto, que o exercício tropológico de indexação por similitudes, que caracterizaria a classificação desses mundo conquistados pelos europeus, tem, nestas formas de comunicação não-escrita supracitadas, como que um primeiro estágio, que inspira e faz compreender o posterior desenvolvimento do mesmo exercício com o suporte da escrita. Daí derivariam as primeiras listas de palavras (e fraseologias) – como o vocabulário de Vasco da Gama com 138 entradas

⁹⁵ BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. *A viagem e a fala*, p. 11.

⁹⁶ FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas*.

⁹⁷ ARAGUÁS, Iciar Alonso. *Ficción y representación en el discurso colonial*, p. 411.

⁹⁸ BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. *A viagem e a fala*, p. 18-19. “O conhecimento parte, pois, de um exercício de pensamento analógico, ao afirmar, através de uma manobra lógica, o mesmo no outro.” (*Ibid.*, p. 19).

⁹⁹ *Ibid.*, p. 23.

¹⁰⁰ GOODY, Jack. *The domestication of the savage mind*.

entre o português e o malaiala,¹⁰¹ ou o de Pigafetta (cronista que viaja com Fernão de Magalhães), que compôs uma lista de mais de 400 léxicos entre o malaio e o italiano,¹⁰² surgidos como os primeiros espaços intermediários entre a comunicação gestual e um instrumental pedagógico missionário.¹⁰³ É exatamente este segundo nível, baseado em um tipo de registro que Carvalhão Buescu chama de instrumental pedagógico missionário, que caracteriza um momento subsequente na construção de mundos conectados em Oriente e Ocidente a partir de uma avassaladora e irreversível conquista de espaços epistemológicos.

¹⁰¹ GAMA, Vasco da. Quadro de vocábulos e frases em malaialam, p. 181.

¹⁰² CURTO, Diogo R. A língua e o império, p. 426.

¹⁰³ BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. A viagem e a fala, p. 23.

Referências bibliográficas

ALVES, Jorge Manuel Santos. *Portugal e a missão no século XVI*. Lisboa: INCM, 1997.

ANDRADE, Luiz Cristiano de O. *A narrativa da vontade de Deus: a história do Brasil de frei Vicente do Salvador*. Rio de Janeiro, 2004. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro.

ARAGUÁS, Iciar Alonso. Ficción y representación en el discurso colonial: el papel del intérprete en el “Nuevo Mundo”. In: MARTÍN, Ricardo Muñoz (Ed.). *IAIETI. Actas del I Congreso Internacional de la Asociación Ibérica de Estudios de Traducción e Interpretación*. Granada, 12-14 de febrero de 2003. Granada: IAIETI. v. 1, p. 407-419.

AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Ed. Unicamp, 1992.

BARRETO, Luis Filipe. Apre(e)nder a Ásia (séculos XVI e XVII). In: *O ORIENTALISMO em Portugal*. Porto: CNCDP, 1999. p 59-75.

BARROS, João de. *Gramática da língua portuguesa, cartinha, gramática, diálogo em louvor da nossa linguagem e diálogo da viciosa vergonha*. Reprodução fac-símile, leitura, introdução e anotações por Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Imprensa de Coimbra, 1971. 1ª ed. 1539-1540.

BICKERTON, Derek. The language bio-program hypothesis. *The Brain and Behavioral Sciences*, v. 7, n. 2, 1984. p. 173-221.

BOTELHO, Simão. Tombo do Estado da Índia. In: FELNER, Rodrigo de Lima. *Subsídios para a história da Índia Portuguesa*. Lisboa: Academia Real de Ciências, 1868. 1ª ed. 1554.

BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. *Imagen y propaganda: capítulos de historia cultural del reinado de Filipe II*. Madrid: Akal, 1998.

BOXER, Charles R. *O império marítimo português*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 1ª ed. 1969.

BRAGANÇA, José. Introdução, novas anotações e glossário. In: ZURARA, G.E. de. *Crônica de Guiné*. Lisboa: Civilização, 1994. 1ª ed. 1452-1453.

BRÁSIO, Antonio. *Monumenta missionária africana*. Lisboa: Agencia Geral do Ultramar, 1964.

BUESCU, Ana Isabel. Livrarias conventuais no Oriente português: os casos de santo Antonio de Taná e de Santa Cruz dos Milagres (Goa). In: ANAIS de História de Além-Mar, v. 2, 2001. p. 33-46.

BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. A viagem e a fala. *Revista Prelo*. Lisboa: INCM, v. 19 (Viagens), p. 8-26, 1991.

_____. *A galáxia das línguas na época da Expansão*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses (CNCDP), 1992. Catálogo da exposição.

_____. A quem não falecer matéria não lhe faltarão vocábulos. *Oceanos*, Lisboa: CNCDP, v. 27, n. 3, p. 51-64, 1996.

_____. Lingüística. In: Jorge, Ana Maria C. M. *Dicionário da historia religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000. p. 90-93.

CADAMOSTO, Luiz de. *As navegações de Luiz Cadamosto*. Lisboa: Instituto para a Alta Cultura, 1944.

CHIEN, David; CREAMER, Thomas. A brief history of Chinese bilingual lexicography. In: HARTMANN, R.R.K. (Ed.). *The history of lexicography: papers from The Dictionary Research Centre Seminar at Exeter, March 1986*. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1986. p. 35-45.

COATES, Thimothy. *Degredados e órfãs: colonização dirigida pela Coroa no Império português: 1550-1755*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses (CNCDP), 1988.

COHN, Bernard. *Colonialism and its forms of knowledge: the British India*. Princeton: Princ. Univ. Press, 1996.

COOPER, Michael S.J. *Rodrigues, the interpreter: an early jesuit in Japan and China*. New York, Tokyo: Weatherhill, 1994.

COUTO, Dejanirah. The interpreters or *lingoas* in the Portuguese empire during the sixteenth century. In: BORGES, C; PINTO, C; GRACIAS, F. *Indo-portuguese history: Global Trends*. Goa: Maureen & Camvet Publishers, 2005. p. 171-183.

COUTO, Hildo Honório do. *Introdução ao estudo das línguas crioulas e pidgins*. Brasília: UNB, 1996.

CURTO, Diogo R. A língua e o império. In: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti. *História da expansão portuguesa*. Lisboa: Circulo de Leitores, 1998. p. 414-433.

DALGADO, Sebastião. *Dicionário concani-português: filológico-etimológico, composto no alfabeto devanâgri com a translação segundo o sistema jomesiano*. Bombaim, 1893.

_____. *Dialecto indo português do Ceylão*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1900a.

_____. *Dialecto indo português de Goa*. Porto: Typ. Vasconcelos, 1900b.

_____. *Dialecto indo português do Damão*. Lisboa: [s.n.], 1903.

_____. *Dicionário português-concani*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1905 (e 1986).

_____. *Dialecto indo português do Norte*. Lisboa: Imprensa Nacional. 1906.

_____. *Influência do vocabulário português em línguas asiáticas*. Coimbra: Univ. de Coimbra, 1913.

_____. *Contribuições para a lexicografia oriental*. Coimbra: [s.n.], 1916.

_____. *Gonçalves Viana e a lexicologia portuguesa de origem asiático-africana*. Coimbra: [s.n.], 1917.

_____. *Glossário luso-asiático*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1919-1921. 2 v. (Publicado também em 1983 pela Academia de Ciências de Lisboa, 1 v.)

_____. *Florilégio de provérbios concanis, traduzidos, explicados, comentados e comparados com os de línguas asiáticas e européias*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1922.

_____. Vocabulário. In: _____. *Dialeto indo-português de Goa*. Rio de Janeiro: J. Leite, 1922.

_____. *Diccionário konkani-português*. New Delhi: Asian Education Services, 1983.

_____. Dialecto indo português do Negapatão. *Revista Lusitana*, v. 20, [19-].

DESLILE, J.;WOODSWORTH, J. *Os tradutores na história*. São Paulo: Ática, 1998.

FABIAN, Johannes. *Language and colonial power: the appropriation of Swahili in the former Belgian Congo 1880-1938*. Berkeley: University of California Press, 1986.

FARINHA, Antonio Lourenço. *D. Afonso I, rei do Congo*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1969.

FLORES, Jorge Manuel. The 'Jurubaças' of Macau, a Frontier Group: the Case of Simão Coelho (1620's). In: INTERNATIONAL Colloquium on Portuguese Discoveries in the Pacific. Santa Barbara: University of California, 1993.

FLORES, Jorge. Dois retratos portugueses na Índia de Jahangir: Jerônimo Xavier e Manuel de Godinho Erédia. In: GOA e o Grão-Mogol. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian. 2004.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1981. 1ª ed. 1966.

GAMA, Vasco da. Quadro de vocábulos e frases em malaialam: esta é a língua de Calecute. In: BASTO, A. de Magalhães et al. *Diário de viagem de Vasco da Gama*. Porto: Civilização, 1945. Texto de 1498.

GOODY, Jack. *The domestication of the savage mind*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1977.

GROENEBOER, Kees. *Gateway to the West: the Dutch language in Colonial Indonesia, 1600-1950: a history of language policy*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 1998.

GUEDES, Ana Maria Marques. Intérpretes de português na Birmânia. In: ANAIS de História de Além-Mar, 2002. v. 3, p. 333-351.

GUISAN, Pierre. *Línguas em contato no Sudeste Asiático*. Rio de Janeiro, 1991. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Federal do Rio de Janeiro.

HAAN, Frederick de. *Oud Batavia*. Batávia: Kolff, 1922-1923.

_____. Portugeesche woorden in het Compagnies-Hollandsch. [Palavras portuguesas nas Companhias Holandesas.] In: _____. *Priangan: de preangerregentschappen onder het Nederlansch bestuur tot 1811*. Batavia: Bataviaasch Genootschap van Kunsten en Wetenschappen, 1911.

HALL, Robert A. *Pidgin and Creole languages*. Ithaca: Cornell University Press, 1966.

HANSEN, João Adolfo. Artes seiscentistas e teologia política. In: ARTE sacra colonial. 1 ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2001. v. 1, p. 180-189.

HEIN, Jeanne. Father Henrique's grammar of spoken Tamil, 1548. *Indian Church History Review*, Calcutta: Church History Association of India, v. 11, n. 2, p. 127-157, 1977.

_____. Portuguese communication with Africans on the sea route to India. *Tere Incognitae*, Detroit: Wayne State University Press, n. 25, p. 41-51, 1993.

LEACH, Edmund. *Sistemas políticos da Alta Birmânia*. São Paulo: Edusp, 1996. 1ª ed. 1954.

LESTRINGANT, Frank. Les débuts de la poésie néo-latine au Brésil: le 'De rebus gestis Mendi de Saa (1563). In: DE VIRGILE à Jacob Baldeh: hommage à Mme Andrée Thill. Études recueillies par Gérard Freyburger. Centre de Recherches et d'Études Rhénanes, Université de Haute-Alsace, 1987. p. 231-245.

LOPES, David. *A expansão da língua portuguesa no Oriente durante os séculos XVI, XVII e XVIII*. 2. ed. revista e editada por Luís de Matos. Porto: Portucalense. 1969. 1ª ed. 1936.

MANDANI, Mahmood. *Citizen and subject: contemporary Africa and the legacy of late colonialism*. Kampala: Fountain Publishers, 1996.

MATOS, Artur Teodoro de. *O Estado da Índia nos anos 1581-1588: estrutura administrativa e econômica: alguns elementos para o seu estudo*. Açores: Univ. de Açores, 1982.

MATTOS, Luís de. *Imagens do Oriente no século XVI*. Reprodução do códice português da Biblioteca Casanatense. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1985. (Coleção Presenças da Imagem).

NIETZSCHE, Friedrich. On the problem of translation. In: SCHULTE, Rainer; BIGUENET, John (Ed.). *Theories of translation: an anthology of essays from Dryden to Derrida*. Chicago: The University of Chicago Press, 1992. p. 68-70. 1ª ed. 1882.

NIRANJANA, Tejaswini. *Siting translation: history, post-structuralism, and the colonial context*. Berkeley: University of California Press, 1992.

NÓBREGA, Manuel da. *Cartas do Brasil do padre Manoel da Nóbrega (1549-1560)*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

ORTA, Garcia da. *Coloquios dos simples, e drogas he cousas medicinais da India, e assi dalguas frutas achadas nella onde se tratam alguas cousas tocante a medicina, pratica e outras cousas boas pera saber*. Goa: Ioannes de Endem, 1563.

PALMER, Patricia. *Language and conquest in early modern Ireland: English renaissance literature and Elizabethan imperial expansion*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

PERL, Mathias. Acerca de alguns aspectos históricos do português crioulo em África. *Biblos*, Coimbra: FLUC, v. 58, p. 1-12, 1983. Segunda parte da homenagem a M. Paiva Boleo.

PINHEIRO, Cláudio Costa. Experiências coloniais européias e a conquista de um espaço epistemológico na Índia. In: RIBEIRO, Fernando Rosa; MACAGNO, Lorenzo. *Histórias conectadas: identidades (pós)colonialidades e a construção*

da nação: África, Ásia e Caribe – séculos XIX e XX. Curitiba: UFPR/Fundação Araucária, 2008.

_____. Blurred boundaries: slavery, unfree labour and the subsumption of multiple social and labor identities in India. In: VAN DER LINDEN, Marcel; MOHAPATRA, Prabhu. *Global labour history and the question of freedom and unfreedom*. London: Routledge, 2008.

PINILLA, José Antonio Sábio; Sánchez, María Manuela Fernández. *O discurso sobre a tradução em Portugal*. Lisboa: Colibri, 1998.

PORTER, Roy. Introdução. In: BURKE, P.; PORTER, Roy. *Linguagem, indivíduo e sociedade*. São Paulo: UNESP, 1993. p. 13-37.

RADULET, Carmen (Ed.). *O cronista Rui de Pina e a “Relação do Reino do Congo”*. Lisboa: CNCDP, INCM, 1992.

RAFAEL, Vicente. *Contracting colonialism: translation and christian conversion in Tagalog society under early Spanish rule*. Durham: Duke University Press. 1993.

REGO, Antonio da Silva. *Documentação para a história das missões do padroado português do Oriente: Índia*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1947-1953.

ROBIN, Régine. *História e lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1977.

RODRIGUES [GIRÃO], João. *Arte da lingua de Japam*. Composta pello padre João Rodrigues da companhia de IESU dividida em três livros. Com licença do ordinário, e superiores. Nangasaqui [Nagasaqui]: Collegio de Iapão da Companhia de IESU. 1604-1608. [BNLx. (manuscritos) F. 7587 e L. 44063 P.]

RUSSELL, P.E. *Problemas sociolingüísticos relacionados com os descobrimentos portugueses no Atlântico africano*. Lisboa: Academia Portuguesa de Historia, 1980.

SANTOS, Maria Emília Madeira. A procura do semelhante e do familiar nas novas terras descobertas. In: VICE-ALMIRANTE A. Teixeira da Mota *in memoriam*. Lisboa: Inst. de Investigação Científica Tropical & Academia de Mariinha, 1989. v. 2, p. 57-60.

SAUNDERS, A.C. de C.M. *História social dos escravos e libertos negros em Portugal (1441-1555)*. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1994.

SILVA NETO, Serafim da. Breves notas para o estudo da expansão da língua portuguesa em África e Ásia. Separata de: *Revista de Portugal*, Lisboa, série A, v. 22, 1957.

SPENCE, Jonathan D. *O palácio da memória de Matteo Ricci*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

STOLCKE, Verena. A New World engendered: the making of the Iberian transatlantic empire. In: MEADE, T.A.; WIESNER-HANKS, M.E. (Ed.). *A companion to gender history, series*: Blackwell Companions to History. Oxford: Blackwell Publishing, 2004.

TEYSSIER, Paul. *La langue de Gil Vicente*. Paris: Klincksieck, 1959. [Tradução portuguesa: *A língua de Gil Vicente*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 2005.]

_____. *História da língua portuguesa*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

THOMAZ, Luiz Filipe F.R. *De Ceuta a Timor*. Lisboa: Difel, 1994.

THORNTON, John. *A África e os africanos na formação do mundo atlântico: 1400-1800*. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

TOMÁS, Maria Isabel. *Os crioulos portugueses do Oriente: uma bibliografia*. [s.l.]: Instituto Cultural Macau, 1992.

WICKI, José (Org.). *O livro do "Pai dos Christãos"*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1969.

WITEK, John W. Introdução. In: RUGGIERI, Michele; RICCI, Matteo. *Dicionário português-chinês*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Macau: Instituto Português do Oriente, 2001. 1. ed. de 1584-1588.

ZURARA, G.E. de. *Crônica de Guiné*. Lisboa: Civilização, 1994. 1ª ed. 1452-1453.

Aulas régias no império colonial português: o global e o local

Anita Correia Lima de Almeida¹

Estamos em setembro de 1759 e a nau do Reino acabou de chegar a Goa. Trazia a ordem de confisco de bens e prisão para todos os jesuítas do Oriente. Alguns dias mais tarde, as primeiras casas foram cercadas. O padre José Caeiro, ele próprio desterrado, deixou-nos uma descrição do cerco do Colégio de São Paulo, em Goa:

Além dos guardas, postados em volta da casa, havia outros em maior número distribuídos pelos corredores [...]. Todos os dias [os jesuítas] eram contados, o que se praticava com aparatosa ostentação [...]. Depois liam-se, um por um, os nomes dos religiosos averbados em rol. O jesuíta, cujo nome se lia, apresentava-se ante o desembargador; fazia-lhe uma mesura em sinal de respeito: era depois examinado dos pés à cabeça, e em seguida levado para o seu quarto [...].²

Manuel Saldanha de Albuquerque (conde da Ega), o vice-rei que recebeu as ordens de Lisboa para fazê-las cumprir na Índia, executou-as, ao que parece, com muito zelo. Em dezembro de 1760, uma centena de

¹ Doutora em História pela UFRJ, professora do Departamento de História da UNIRIO e pesquisadora do Centro de Estudos do Oitocentos/CEO/PRONEX "Dimensões da cidadania" (FAPERJ/CNPq). Este texto foi elaborado a partir de extratos da tese *Inconfidência no império: Goa de 1787 e Rio de Janeiro de 1794* (UFRJ, 2001).

² Citado em OLIVEIRA, J. Bacelar e. Bloqueio, seqüestro e desterro dos jesuítas de Goa segundo a "História do exílio" do Pe. José Caeiro. Comunicação apresentada no Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa, realizado em Goa, de 28 a 31 de janeiro de 1983.

jesuítas “goeses e dos mais que na Ásia e África Oriental se encontravam”³ embarcaram para a longa viagem de cinco meses até Lisboa. Lá, os padres foram distribuídos para seus destinos diversos, alguns para a prisão no Reino, outros para o exílio na Itália, sem contar os poucos que concordaram em largar a Companhia. Os últimos a deixarem o Estado da Índia foram os missionários de Macau, que partiram de Goa em fevereiro de 1764 e, depois de uma escala na Bahia, onde permaneceram por dois meses, desembarcaram em Lisboa, em outubro do mesmo ano.

Em 15 de março e 12 de setembro de 1760 era a vez dos jesuítas do Brasil embarcarem para Portugal⁴ onde cumpriam o mesmo destino: “os nacionais sairiam expulsos para os domínios pontifícios; os estrangeiros permaneceriam nas masmorras estatais”.⁵ Cumpria-se assim o decreto de 3 de setembro de 1759, através do qual D. José tornava os jesuítas, acusados por crime de lesa-majestade, “desnaturalizados, proscritos e exterminados; mandando que efetivamente sejam expulsos de todos os meus reinos e domínios”.⁶

Levando-se em consideração a diferença das distâncias geográficas, ou seja, que o tempo gasto na troca de correspondência administrativa e, ainda, nas viagens, variava muito, é possível afirmar que, no geral, o processo de expulsão dos jesuítas do Brasil, da África, da Índia e do Extremo Oriente ocorreu de forma em tudo semelhante, obedecendo a uma série de medidas irradiadas de Lisboa para todo o Reino e ultramar. “O processo do bloqueio, desterro e, em parte, mesmo da prisão, seguiu trâmites e cursos paralelos nas diversas regiões metropolitanas e ultramarinas.”⁷

Os jesuítas, principais responsáveis pela educação nos últimos duzentos anos, agora transformados em inimigos, estavam expulsos, e encerradas as suas aulas. Abria-se assim a possibilidade de uma reformula-

³ CAEIRO, José. *Jesuítas do Brasil e da Índia, primeira publicação após 160 anos do manuscrito inédito*.

⁴ LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, v. 7, p. 344.

⁵ ANTUNES, Manuel. *O marquês de Pombal e os jesuítas*, p. 137.

⁶ *Ibid.*, p. 136.

⁷ OLIVEIRA, J. *Bacelar e. Bloqueio, seqüestro e desterro dos jesuítas de Goa...*, p. 6. (Ver nota 2.)

ção, que se pretendia ampla e profunda, dos princípios educacionais, e da qual a reforma dos estudos menores (isto é, do estudo das humanidades, no âmbito do ensino secundário), estabelecida por Alvará Régio de 1759, foi o primeiro passo. Mas se a expulsão dos jesuítas, dos mais diversos pontos onde estavam, tinha sido bem-sucedida, a reforma dos estudos era um desafio bem maior. A implantação das aulas régias, num espaço tão amplo, exigiria um grande esforço de sistematização dos princípios educacionais, assim como de severas normas de conduta, para professores e alunos. E, o mais importante, a criação de mecanismos de controle dos agentes encarregados da implantação do sistema.

Definidas as primeiras medidas, partiu de Portugal uma enxurrada de cartas para as várias terras do ultramar, com cópias de alvarás e decretos. Era indispensável que todos conhecessem o que era permitido, o que era proibido, e o que era obrigatório, de acordo com a nova legislação. E também era preciso enviar todo o material destinado a ser usado nas aulas, como compêndios e seletas, uma vez que os antigos estavam banidos. Além disso, a leitura da documentação do período revela a existência de toda uma correspondência voltada para a difusão de notícias relacionadas ao tema, contendo informações sobre algum episódio específico, como por exemplo, o da condenação do padre Malagrida,⁸ ou acompanhando o envio de certo material “panfletário” como o famoso *Compêndio histórico do estado da Universidade de Coimbra no tempo da invasão dos denominados jesuítas*.⁹

Em algum momento do ano de 1760, o conde de Bobadela, governador do Rio de Janeiro, recebia provavelmente sua primeira carta, das muitas que se seguiram, datada de 4 de novembro de 1759, em que se anunciava a reforma:

El Rei Nosso Senhor tem restaurado os estudos destes reinos, que neles se não achavam em menor escravidão da que nesse continente padeceram os índios [...]. Em cada uma das fregue-

⁸ Carta para o conde de Bobadela, do conde de Oeiras. Arquivo Histórico Ultramarino (A.H.U.) Cód. 566, f. 19.

⁹ Carta para o marquês do Lavradio, de Martinho de Melo e Castro. A.H.U. Cód. 568, fls. 29 e 29v.

sias de Lisboa, e seus subúrbios, se acha estabelecida uma classe; nelas ensinam mestres muito doutos, e escolhidos, que em menos de um ano darão muitos melhores estudantes, do que até agora deram os jesuítas [...].¹⁰

A correspondência informava, igualmente, da disposição de estender a reforma à Colônia – o que não ocorreu sem polêmica – e, ainda, da nomeação do diretor-geral, cargo que iria centralizar todas as questões relacionadas à implantação das aulas régias:

Este claro conhecimento fez com que o mesmo Senhor estime o novo estabelecimento das escolas, por um dos principais objetos da sua real e sempre benigna providência: Criou [...] D. Tomás de Almeida diretor-geral dos mesmos estudos [...]. Ele em qualidade de tal diretor tem expedido para essas capitâneas as ordens necessárias, para nelas se abrirem escolas, em que se pratique o mesmo novo método, como se fica praticando nesta Corte, e Reino [...].¹¹

O governador estava informado, havia uma autoridade central a quem recorrer, e a ele cabia cooperar “em tudo o que for possível, para que as ordens do sobredito diretor sejam executadas, e os novos estudos estabelecidos em comum benefício desses povos”.¹²

Em março de 1760, em Goa, o desembargador João de Sousa de Meneses Lobo era nomeado comissário “em todo o governo do vice-reinado da Índia e Moçambique, para a recriação e estabelecimento dos estudos e total destruição dos métodos antigos”.¹³ Era, igualmente, informado que já estava determinado o envio de muitos exemplares do Alvará Régio de

¹⁰ A.H.U. Cód. 565, doc. 46 (sem numeração de folhas).

¹¹ *Ibid.*

¹² *Ibid.*

¹³ Carta para o desembargador chanceler da relação de Goa, o desembargador João de Sousa de Meneses e Lobo, e seus sucessores. Lisboa, 25 de março de 1760. Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT). Ms. da Livraria 2596, fl. 17-20v. Publicado em ANDRADE, Antônio Alberto Banha de. *A reforma pombalina dos estudos secundários (1759-1771)*, v. 2, documentação, p. 255.

1759, e de algumas obras, como as *Artes*, de Antônio Pereira e de Antônio Félix Mendes; dois tomos da *Seleta* de Chompré, o primeiro tomo de Quintiliano, e proximamente das *Orações seletas* de Cícero, o Tito Lívio e o *Dicionário latino e português*, todas recomendadas expressamente pelo Alvará. Dois dias mais tarde, o vice-rei de Goa recebia correspondência solicitando que desse todo o auxílio necessário ao comissário, “em obséquio das reais resoluções de Sua Majestade Fidelíssima”.¹⁴ As autoridades das outras possessões seriam comunicadas nos mesmos termos.

Formulado a partir de parâmetros globais, o novo sistema pedagógico, com seus alvarás e decretos emanados de Lisboa, precisava ser implantado em regiões tão distantes e tão diversas como as capitanias do Brasil colonial e as possessões no Oriente.¹⁵ E tudo controlado pelo diretor-geral dos estudos. Esperava-se que as dificuldades encontradas pelo caminho fossem eliminadas com o empenho absoluto dos administradores locais. Mas não foi bem isso o que aconteceu.

A historiografia que se dedica à reforma aponta para uma implantação precária, lenta e com problemas de toda ordem: falta de professores qualificados, ordenados atrasados, dificuldade no envio dos livros, alunos que insistiam em continuar estudando com professores não examinados, entre outros. Depois da criação do imposto do subsídio literário, na década de 1770, os problemas de financiamento melhoraram e a reforma recebeu um fôlego novo, mas, ainda assim, não deixou de apresentar problemas graves.

Parece importante ressaltar, no entanto, que embora exista uma avaliação muito negativa do alcance da reforma, isso não quer dizer que ela não tenha tido algum impacto, ainda que numericamente muito restrito. Mesmo sabendo que atingiu pouca gente, se pensarmos na elite letrada no Brasil do século XIX – ou seja, na “ilha de letrados”, na expressão usada

¹⁴ Carta para o vice-rei da Índia, o conde da Ega. Lisboa, 27 de março de 1760. ANTT. Ms. da Liv. 2596, fl. 21. Publicado em ANDRADE, Antônio Alberto Banha de. *A reforma pombalina dos estudos secundários (1759-1771)*, v. 2, documentação, p. 255-256.

¹⁵ Sobre a dimensão global do empreendimento ultramarino português, é fundamental a obra de RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Um mundo em movimento: os portugueses na África, na Ásia e América (1415-1808)*. Algés: Difel, 1998.

por José Murilo de Carvalho¹⁶ – é bem provável que uma boa parte de seus membros tenha passado pelas aulas régias antes de chegar aos bancos da Universidade de Coimbra. Então, o novo sistema, de alguma maneira, teria marcado pelo menos a trajetória desses homens. Se a possibilidade de freqüentar a Universidade de Coimbra abria espaços de sociabilidade para a elite luso-brasileira, o contato com os professores régios, no ensino secundário, dava acesso a uma formação básica indispensável para o ingresso na universidade.

Educar e civilizar

O exame da reforma como um todo – com suas determinações precisas sobre os métodos, a seleção dos professores, os autores e as obras a serem utilizados nas aulas, etc. – aponta para um projeto mais geral da Coroa portuguesa de “civilização” de seus súditos em áreas extra-européias, baseado na tentativa de unificar a formação de suas camadas letradas.

O projeto de “civilizar” populações tão diversas como as que estavam na condição de súditos da Coroa no período era, sem dúvida, entendido como um desafio para o qual a reforma pedagógica deveria apontar soluções. Na escala valorativa da apreciação portuguesa sobre esses povos distantes, habitantes dos confins do ultramar, os indianos, por exemplo, eram considerados muito “superiores” aos ameríndios, mas isso não impediu que fossem tomados em conjunto, inclusive nos textos legais. Assim, é possível afirmar que a reforma foi pensada numa perspectiva global, e não apenas em seus aspectos legais ou administrativos.

Tratando-se mais particularmente do caso dos povos da América Portuguesa, o hoje célebre *Directório que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e Maranhão* (1757) havia estabelecido como “base fundamental da civilidade” a proibição da *língua geral*, impondo a língua portuguesa na instrução dos índios e criando os lugares de mestre de ler e escrever, que

¹⁶ Ver CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*, p. 51.

deveriam ser abertos por todas as povoações.¹⁷ A “civilização” do índio, portanto, acreditava-se garantida com as medidas impostas pelo *Directorio*. Mas havia toda uma outra heterogênea população colonial que precisava ser controlada. O marquês do Lavradio, vice-rei no Rio de Janeiro, escreveu no *Relatório* que deixou a seu sucessor, em 1779: “Estes povos em um país tão dilatado, tão abundante, tão rico; compondo-se a maior parte dos mesmos povos de gentes da pior educação, de caráter o mais libertino”,¹⁸ e Lavradio enumera-as: “negros, mulatos, cabras, mestiços, e outras semelhantes”,¹⁹ sujeitos apenas ao governador e aos magistrados, sem conhecerem “outros superiores que gradualmente vão dando exemplo uns aos outros da obediência e respeito, que são depositários das leis e ordem do soberano, fica sendo impossível o governar sem sossego e sujeição a uns povos semelhantes”.²⁰ A população da Colônia, no entanto, não era formada apenas de “gente da pior educação”, já havia uma camada de letrados, muitas vezes atuando na administração, e era dessa que se esperava, afinal, o bom exemplo.

Jean Starobinski, analisando palavras tais como *civilidade*, *civilizar*, *civilização*, *polido*, *policiar*, *polícia*, *polir*, bem como seu contrário *barbárie*, no Século das Luzes, observa que

o pensamento das Luzes, tal como se exprime no *Esboço* (1794) de Condorcet, condena a conquista colonial, e sobretudo o proselitismo das missões cristãs d’além-mar. Os epítetos tradicionalmente reservados aos bárbaros (‘sanguinários’, ‘tirânicos’, ‘estúpidos’) se aplicam aos colonizadores, aos missionários, àqueles que, no antigo continente, continuam presos às antigas ‘superstições’. Mas uma nova tarefa aparece: educar, emancipar, civilizar.

¹⁷ Ver ANDRADE, Antônio Alberto Banha de. *A reforma pombalina dos estudos secundários (1759-1771)*, p. 9-12.

¹⁸ Relatório do marquês de Lavradio, vice-rei do Rio de Janeiro, entregando o governo a Luís de Vasconcelos e Sousa que o sucedeu no vice-reinado. *RHGB*, Rio de Janeiro, v. 4, p. 424, 1843.

¹⁹ *Ibid.*

²⁰ *Ibid.*

Para Starobinski, “o *sagrado* da civilização toma o lugar do *sagrado* da religião. Entretanto [...] o objetivo último continua o mesmo: a reabsorção e o desaparecimento das outras culturas no seio da universalidade das Luzes tomam o lugar do empreendimento missionário que tinha procurado reunir a humanidade inteira sob a bandeira de Cristo”.²¹

Starobinski observa ainda: “polir é civilizar os indivíduos, suas maneiras, sua linguagem”.²² Esta pretensão, que inclui a de *civilizar as Nações* através de uma civilização da linguagem, está no centro da reforma pedagógica pombalina.

Para a civilização dos índios, a imposição da língua portuguesa, ao lado de outras medidas, como os casamentos mistos, era o fundamental. Já para as camadas urbanas letradas, era preciso mais, era preciso uma “civilização da linguagem”, e é para esta tarefa que vai se voltar a reforma dos estudos menores com a criação das aulas régias.²³

Todo o reino, falto de palavras, é pobre

Em 28 de junho de 1759, D. José I tinha assinado o *Alvará em que se extinguem todas as escolas reguladas pelo método dos jesuítas e se estabelece novo regime e instituem diretor dos estudos, professores de gramática latina, de grego e retórica*, acompanhado das *Instruções para os professores de gramática latina, grega e hebraica*.²⁴ A reforma abarcou apenas o ensino das humanidades (latim, grego, retórica, que incluía a poética e, depois de 1772, filosofia racional). O ensino do que hoje chamamos de ciência ficou reservado à universidade, reformada em 1772, particularmente nos cursos da Faculdade de Filosofia (Filosofia Natural), criada com a refor-

²¹ STAROBINSKI, Jean. *Le remède dans le mal*, p. 33-34.

²² *Ibid.*, p. 29.

²³ A língua portuguesa era aprendida com os mestres de primeiras letras e não foi objeto da reforma dos estudos menores (estudos secundários), em 1759. Somente na segunda fase da reforma, em 1772, é que houve a contratação de mestres de primeiras letras, junto com a dos professores régios.

²⁴ Publicados em Lisboa pela Officina de Miguel Rodrigues em 1759. O *Alvará* e as *Instruções* estão reproduzidos em ANDRADE, Antônio Alberto Banha de. *A reforma pombalina dos estudos secundários (1759-1771)*, v. 2, documentação, p. 79-85. O ensino do hebraico, embora figure no *Alvará*, parece nunca ter sido implantado.

ma. Mas era da restauração do ensino das humanidades que se esperava colher frutos tão bons como o da recuperação da antiga glória dos portugueses na república das letras.

Segundo o texto legal, o estudo das letras humanas havia entrado em decadência depois que foi para as mãos dos jesuítas, introdutores de “fastidioso Método [...] nas escolas deste Reino, e seus domínios”.²⁵ E tudo feito com a “inflexível tenacidade” que sempre sustentaram contra a “evidência das sólidas verdades [...] sem nunca jamais cederem, nem à invencível força do exemplo dos maiores homens de todas as nações civilizadas [...]”.²⁶ Procurando lutar contra o que considera a decadência dos estudos em Portugal, o rei faz “saber aos que este *Alvará* virem, que tendo consideração a que da cultura das ciências depende a felicidade das monarquias”,²⁷ e que “sendo o estudo das letras humanas a base de todas as ciências”,²⁸ repara os mesmos estudos, criando o sistema das aulas régias. O objetivo maior é, não só lutar contra a *decadência* dos estudos, mas “restituir-lhes aquele antecedente lustre que fez os portugueses tão conhecidos na república das letras”.²⁹ Ainda segundo o *Alvará*, o ensino jesuítico havia interrompido a tradição do humanismo quinhentista, que agora precisava ser recuperado.

O padre Rafael Bluteau (1638-1734) tinha escrito na abertura do seu *Vocabulário português & latino*: “A opulência de um reino não só consiste na abundância das riquezas, senão também na afluência das palavras; e assim pelo contrário, todo o reino, falto de palavras, é pobre.”³⁰ Já para Moraes e Silva, nações civilizadas são nações que têm *civilidade*, o mesmo que urbanidade, *cortesía*, ou seja: “O proceder do cortesão; urbanidade, polícia no falar, no modo de portar-se, falar e obrar [...]”.³¹

²⁵ *Alvará*, p. 79. (Ver nota 24.)

²⁶ *Ibid.*

²⁷ *Ibid.*

²⁸ *Ibid.*

²⁹ *Alvará*. Doc. cit., p. 80. (Ver nota 24.)

³⁰ BLUTEAU, Rafael. *Vocabulario portuguez & latino*.

³¹ SILVA, A. de M. *Dicionário da língua portugueza*, verbete: *cortesía*.

Então, o caminho escolhido pelos reformadores portugueses foi o de uma reforma literária. Literária, no sentido etimológico, de *litterae*, referindo-se “não só à criação estética mas também, e primordialmente, a tudo o que é relativo a letras, à palavra escrita”.³² Na verdade, a reforma se preocupou com a *palavra*, como discurso, oral ou escrito, com suas regras, abarcando tanto as gramáticas, portuguesa e latina, como os estudos da retórica e da poética. Neste sentido, o que a reforma teria buscado seria uma adaptação da *palavra* às novas necessidades.

Com sua obra *Verdadeiro método de estudar* (1746), António Verney (1713-1792) desencadeou o que Hernâni Cidade chamou de “a longa tempestade”, a partir da qual foi possível reformar todo o sistema pedagógico português, inclusive a Universidade de Coimbra. Examinando-se as propostas de Verney para a reforma de “todo o gênero de estudos”,³³ vê-se que suas concepções alicerçavam-se, segundo o estudo que António Salgado Júnior lhe dedicou, no princípio lockiano da *utilidade* da cultura.³⁴ Os estudos superiores deveriam ser ajustados às necessidades culturais de Portugal, e os estudos menores à sua função de preparatório para a universidade, para que resultasse em “uma maior eficiência ou *utilidade*, dos *homens formados* pela universidade”.³⁵

Para Verney, ainda segundo A. Salgado Júnior, a *utilidade* dos homens formados pela universidade estava em serem capazes de fazer parte deste mundo “culto”, para intervir com uma maior eficiência na “República e na Igreja”. Mas para que o ensino superior pudesse alçar o estudante a este mundo que se devia fazer tão culto quanto o da *Europa culta*, era necessário aprender com a Europa e, para tanto, Verney proporá reformas para os estudos menores de modo que atendam a duas preocupações básicas: uma, a de que o estudante conheça a herança da Antiguidade Clássica, que unia

³² RODRIGUES, Graça Almeida. *Breve história da censura literária em Portugal*, p. 13. A autora refere-se à censura, mas estamos chamando a reforma dos estudos menores de uma reforma literária basicamente no mesmo sentido. Para a abrangência do significado do termo, ver em Moraes e Silva a definição de *literário*: “que respeita às letras, ciências, estudos, erudições”.

³³ VERNEY, Luís António. *Verdadeiro método de estudar*, v. 1, p. 2.

³⁴ SALGADO JÚNIOR, António. Prefácio. In: VERNEY, Luís António. *O verdadeiro método de estudar*, v. 5, p. xx.

³⁵ *Ibid*, p. xxi.

portugueses e europeus sob um mesmo rótulo, o de latinos; outra, que o estudante possa se comunicar com esta *Europa culta* na sua contemporaneidade; e para isso ele prescrevia o ensino das línguas modernas, como o francês e o italiano (o que não foi acatado pela reforma). Para o conhecimento da cultura clássica, receitava, em primeiro lugar, o ensino do latim, e afirmava “quem quer falar uma língua, deve conversar com os homens que a falam bem. Ora os que hoje falam bem latim são esses [...] livros que nos deixou a Antigüidade”.³⁶

Além disso, prescreve o ensino histórico e geográfico da Antigüidade como “requisito para a inteligência da língua latina”, já que conhecimentos sobre os “usos e costumes destas nações são indispensáveis para perceber os autores antigos.”³⁷ Na “Carta quarta” do *Verdadeiro método*, Verney trata da introdução ao estudo do grego e do hebraico, que são “duas línguas em Portugal totalmente desconhecidas”³⁸ e sobre as quais afirma “que todos os homens doutos reputam que são sumamente necessárias, e como tais se ensinam em quase todos os estudos da Europa culta”.³⁹ O grego e o hebraico são indispensáveis, na concepção de Verney, para a compreensão perfeita da teologia, mas, mais do que isso, são importantes porque incluem os portugueses na compreensão desta mesma teologia:

Mas a verdade é que aos teólogos é indispensavelmente necessário sabê-lo [grego e hebraico], senão a todos, ao menos aos que se internam na teologia e a ensinam. Senão diga-me V. P., se nascesse uma dificuldade sobre a inteligência do texto hebreu, ou grego, ou de algum santo padre, como muitas vezes sucede conversando com os hereges ou disputando entre os católicos, a quem se há-de perguntar? Será necessário escrever à França, Roma, Veneza, Nápoles etc., para saber a resposta? Que coisa mais vergonhosa!⁴⁰

³⁶ VERNEY, Luís António. *Verdadeiro método de estudar*, v. 1, p. 172.

³⁷ *Ibid.*, v. 1, p. 207.

³⁸ *Ibid.*, v.1, p. 250.

³⁹ *Ibid.*

⁴⁰ *Ibid.*, v. 1, p. 252.

A idéia de pertencer ao concerto das *nações civilizadas* pela via da valorização da herança comum da latinidade forneceu o eixo para o *Alvará* pombalino da reforma dos estudos menores. E, neste sentido, a preocupação com o ensino da língua latina ocupou lugar central na concepção da reforma. É verdade que o ensino jesuítico, também ele, baseava-se no ensino do latim, e até mesmo num ensino que buscava suas origens no humanismo greco-latino.⁴¹ Mas o latim dos jesuítas era ensinado e empregado como uma língua *universal*, viva e falada no seio da Igreja. Já o ensino da língua latina proposto pela reforma terá um caráter totalmente diverso, na medida em que o latim será encarado como *língua morta*,⁴² deixando de ser uma língua falada para ser valorizada como herança. E, por isso, o ensino do latim impõe-se, obrigatoriamente, na língua materna, com a proibição, pelo menos nos primeiros anos, de se falar latim nas aulas, pois “não aprovam os homens instruídos nesta matéria o falar-se latim nas classes, pelo perigo que há de cair em infinitos barbarismos, sem que aliás se tire utilidade alguma do uso de falar”.⁴³

O ensino da gramática latina deveria basear-se fundamentalmente nos exemplos retirados dos autores clássicos, tal como propôs Verney em sua obra e como postularam os autores europeus que serviram de fonte para o *Alvará*, relacionando-se com o da gramática portuguesa, “sempre que houvesse analogia entre as duas línguas”.⁴⁴

Seguindo-se os passos do *Alvará*, tem-se que, além do estudo de noções das línguas clássicas – latim, grego e hebraico –, são *reparados* os estudos da retórica, a *ciência das palavras*. Segundo o texto da *Instrução para os professores de retórica*, este estudo havia sido “reduzido nestes reinos à inteligência material dos tropos, e figuras, que são a sua mínima parte ou a que merece bem pouca consideração”,⁴⁵ e necessitava, portanto, de uma revisão no sen-

⁴¹ Cf. LADERO QUESADA, Miguel-Angel. *Catolicidade e latinidade (Idade Média - século XVII)*.

⁴² Cf. CARVALHO, Laerte Ramos de. *As reformas pombalinas da instrução pública*, p. 83.

⁴³ *Instruções...* (28-6-1759). Publicado em ANDRADE, Antônio Alberto Banha de. *A reforma pombalina dos estudos secundários (1759-1771)*, p. 88.

⁴⁴ CARVALHO, Rômulo de. *História do ensino em Portugal*, p. 432.

⁴⁵ *Instruções...* (28-6-1759). Publicado em ANDRADE, Antônio Alberto Banha de. *A reforma pombalina dos estudos secundários*

tido de recuperar o poder que constitui a essência da retórica, o poder de persuadir:

Não há estudo mais útil que o da retórica e eloqüência, muito diferente do estudo da gramática, porque esta só ensina a falar e a ler corretamente e com acerto e a doutrina dos termos, e das frases. A retórica, porém, ensina a falar bem, supondo já a ciência das palavras, dos termos, e das frases; ordena os pensamentos, a sua distribuição e ornato. E, com isto, ensina todos os meios e artifícios para persuadir os ânimos e atrair as vontades.⁴⁶

O texto segue insistindo na amplitude e na importância da retórica, não só para o padre ou o advogado, mas como *arte do discurso*, como ferramenta para todas as disputas:

É, pois, a retórica a arte mais necessária no comércio dos homens, e não só no púlpito ou na advocacia, como vulgarmente se imagina. Nos discursos familiares, nos negócios públicos, nas disputas, em toda a ocasião em que se trata com os homens, é preciso conciliar-lhes a vontade e fazer, não só que se entendam o que se lhes diz, mas que se persuadam do que se lhes diz e o aprovevem.⁴⁷

Assim é que os reformadores viram no ensino da retórica uma arma para a batalha a ser travada, para a luta entre as velhas representações de Portugal como reino cristão e suas novas representações como *nação europeia, polida e civilizada*. Mas se a retórica fornecia instrumentos ao aluno para a batalha em todos os níveis do *discurso*, será a poética a melhor arma para a construção da nova representação. Na verdade, o ensino da poética apenas se preocupará em fazer com que o aluno seja capaz de

(1759-1771), p. 92.

⁴⁶ Ibid.

⁴⁷ Ibid.

compreender a linguagem poética; o ser poeta ficava reservado aos que tinham talento. Nas *Instruções* para os professores de retórica, lê-se:

O mesmo professor será obrigado a dar as melhores regras da poesia, que tanta união tem com a eloquência, mostrando os exemplos dela em Homero, Virgílio, Horácio e outros, sem contudo obrigar a fazer versos, senão àqueles, em quem conhecer gosto e gênio para os fazer.⁴⁸

Cabia, pois, ao professor de poética, ensinar as “melhores regras da poesia”, através do estudo das poéticas clássicas e de seus divulgadores modernos, bem como dar a conhecer os exemplos que deveriam ser seguidos, incluindo assim o estudante no conhecimento dos cânones da literatura neoclássica. O importante não era transformar todos os alunos em poetas, mas criar leitores e, assim, talvez, criar um sentimento de pertencimento a uma dada tradição cultural. Com a poética, completava-se o estudo e o aluno deveria estar apto para ingressar na universidade.

Dificuldade de implantação da reforma no ultramar

Em 7 de outubro de 1760, o chanceler comissário de Goa mandou publicar o Edital de Exame para professores de gramática latina.⁴⁹ A partir do primeiro dia de dezembro, nenhum professor, público ou particular, poderia seguir ensinando sem que tivesse sido aprovado no exame; nem aceitar discípulos que não tivessem comprado as *Artes* no tesoureiro Caetano Luís, em Ribandar. E tudo o que está determinado “se observará tão religiosa e inviolavelmente que a menor transgressão se há-de castigar mui rigorosamente”.⁵⁰

⁴⁸ *Ibid.*, p. 94.

⁴⁹ Edital do comissário de Goa para exame de mestres. Ribandar, 7 de outubro de 1760. Arquivo Geral da Alfândega de Lisboa (AGAL). Exames e consultas, n. 50-c. Publicado em ANDRADE, António Alberto Banha de. *A reforma pombalina dos estudos secundários (1759-1771)*, v. 2, documentação, p. 379-380.

⁵⁰ *Ibid.*

Quase imediatamente, no dia 26 de novembro, os exames para os lugares de professor de gramática latina foram realizados na casa do desembargador chanceler. O chanceler escolheu três “dos melhores latinos que havia nesta cidade”⁵¹ e nomeou-os examinadores para a seleção. Foram aprovados dez candidatos e quatro reprovados. Os professores, até receberem seus emolumentos, ficaram autorizados a cobrar uma taxa de cada aluno matriculado em sua aula, para daí tirar seu sustento.

Ao longo da correspondência que envia para a Índia, D. Thomás de Almeida não se esquece nunca de recomendar que o comissário exerça uma vigilância estrita sobre professores e alunos. Em abril de 1762, por exemplo, o diretor-geral escreve nos seguintes termos ao comissário em Goa: “devo dizer a Vossa Mercê que mande vigiar as aulas, não se permita nelas o ensino pelos livros que não sejam os expressos declarados em as *Instruções* de Sua Majestade”.⁵² O diretor teme a possibilidade de sobrevivência do uso dos métodos pedagógicos jesuíticos ou, pelo menos, dos compêndios que utilizavam. Em 1765, escreveu, em carta para o novo chanceler, João Baptista Pereira: “Tenho mandado de repente entrar ministros de justiça nas aulas de alguns mestres, de quem tive informação de que usavam de livros proibidos, fazendo apreensão em todos os livros que se achavam na mão dos discípulos.”⁵³ E informa ainda: “Tenho mandado dar varejo nas lojas dos que vendem livros, queimando-se às portas dos mesmos, todos aqueles livros que se acham proibidos.”⁵⁴ Há inúmeros registros da preocupação do diretor-geral com o que considera uma resistência retrógrada e fanática em abandonar os antigos métodos,

⁵¹ Ibid.

⁵² Carta para o desembargador chanceler da Relação de Goa, João de Souza de Meneses Lobo. Lisboa, 24 de abril de 1762. ANTT, Ms. Liv. 2596, fl. 72 v.- 74 v. Publicado em ANDRADE, Antônio Alberto Banha de. *A reforma pombalina dos estudos secundários (1759-1771)*, v. 2, documentação, p. 446-447.

⁵³ Carta para o chanceler da Índia, João Baptista Vaz Pereira. Lisboa: 12 de abril de 1765. ANTT. Ms. Liv., 2596, fl. 107-108v. Publicado em ANDRADE, Antônio Alberto Banha de. *A reforma pombalina dos estudos secundários (1759-1771)*, v. 2, documentação, p. 496-497.

⁵⁴ Ibid.

“a que se apegam sem outro exame, os que não crêem em mais alimento que a cebola do Egito”.⁵⁵

Além das notícias que recebia de “murmurações dos apaixonados dos padres”,⁵⁶ que eram, de longe, as que mais o preocupavam, o diretor precisava lutar contra uma série de outros inconvenientes: o telhado do Colégio, em Coimbra, foi destruído pelo vento; em Miranda, não há livreiros, só “tendeiros, que andam de feira em feira”,⁵⁷ e é preciso controlá-los para não abusarem no preço dos livros; os dicionários, tornados obrigatórios, não ficaram prontos, como lamenta em carta de 1761 para o chanceler da Relação de Goa, pois mesmo conhecendo a “grandíssima falta que fazem” e tendo aplicado todos os “meios necessários em a sua composição e impressão”, tinham ocorrido “tais circunstâncias nessa matéria” que todas as suas “mais eficazes diligências” haviam sido inúteis.⁵⁸ Muitas vezes dependia de outras esferas da administração, sobre as quais não exercia qualquer influência. Noutras, precisava lidar com desavenças e suscetibilidades, como no caso dos dois professores régios de gramática latina que enviou do Reino para Pernambuco, e que tinham se desentendido com o comissário dos estudos. O comissário acusava os professores de gastarem nas aulas menos tempo do que determinam os estatutos, e de agirem com prepotência e vaidade, por serem formados em Coimbra. Já os professores consideravam o comissário simpático aos jesuítas e a seus antigos métodos.

Mas se em Portugal, afinal, a reforma ia se estabelecendo, a situação no ultramar parecia afitiva. Em abril de 1766, o comissário dos estudos

⁵⁵ Carta para o governador da Índia, João Baptista Vaz Pereira. Lisboa, 28 de abril de 1767. ANTT. Ms. Liv. 2596, fl. 122-123. Publicado em ANDRADE, Antônio Alberto Banha de. *A reforma pombalina dos estudos secundários (1759-1771)*, v. 2, documentação, p. 551-552.

⁵⁶ Carta de Manuel de Paiva Veloso, em que conta o labor despendido no ensino e nos exames, para que ninguém tivesse mais saudades dos jesuítas e no arranjo das aulas. Coimbra, 10 de abril de 1760. Publicado em ANDRADE, Antônio Alberto Banha de. *A reforma pombalina dos estudos secundários (1759-1771)*, v. 2, documentação, p. 263.

⁵⁷ Carta do comissário de Miranda. Miranda, 27 de abril de 1760. Publicado em ANDRADE, Antônio Alberto Banha de. *A reforma pombalina dos estudos secundários (1759-1771)*, v. 2, documentação, p. 308.

⁵⁸ Carta para o desembargador chanceler da Relação de Goa. Lisboa, 7 de abril de 1761. Publicado em ANDRADE, Antônio Alberto Banha de. *A reforma pombalina dos estudos secundários (1759-1771)*, v. 2, documentação, p. 417.

de Luanda, em resposta a uma carta escrita em abril do ano anterior, mas que só agora tinha recebido, informa que está enviando os autos dos exames para professores régios e que “eles farão ver o quanto estão amortecidos os estudos na capital deste Reino; onde, não havendo mais que três opositores, que formaram o concurso, fica fácil de perceber que aqui não habita mais que a ociosidade e a ignorância, mais radicada há cinco anos, pela falta total de quem instrua a mocidade”.⁵⁹ Nos domínios orientais, a situação não parecia ser muito melhor. O historiador Antônio Banha de Andrade, tendo dedicado grandes esforços ao estudo do tema, conclui, a respeito do período sobre o qual se debruçou, até o final da década de 1760, que a reforma dos estudos menores na Índia deve ter prosseguido daí em diante, com os professores aprovados, ou com aqueles que não o foram, visto que a distância da metrópole obrigava que não se atuasse com tanta vigilância. Banha de Andrade observa, ainda, que a partir dos anos 1770, “dir-se-ia que el-rei apostara noutra fórmula mais promissora, para o Ultramar, nomeadamente para a Índia. Por lá floresciam os padres da Congregação do Oratório [...]”.⁶⁰ Os seminários diocesanos foram entregues aos oratorianos.

No Rio de Janeiro, em pelo menos três ocasiões, nas décadas de 1780 e 1790, o poeta Manuel Inácio da Silva Alvarenga, professor régio de retórica, e seu colega, João Marques Pinto, professor de grego, escreveram à rainha expondo “os motivos da decadência dos estudos”⁶¹ na cidade. Em suas representações, lembravam o tempo do “augustíssimo rei D. José de saudosa memória”, quando os estudos foram restaurados, gloriosamente, com a criação de escolas em todas as cabeças de comarcas, e com “um sábio plano para regular o ensino [...] para tirar da infeliz ignorância a sua nação, e elevá-la à mesma prosperidade em que se acham os povos onde estas, e outras ciências mais floresceram”. E afirmavam: “Porém estes tão sábios planos infelizmente se não realizaram até o presente

⁵⁹ Carta de João Delgado Xavier sobre os estudos em Luanda. 2 de abril de 1766. Publicado em ANDRADE, Antônio Alberto Banha de. *A reforma pombalina dos estudos secundários (1759-1771)*, v. 2, documentação, p. 531.

⁶⁰ *Ibid.*, p. 782.

⁶¹ Correspondência da Corte para o vice-reinado (1799). Arquivo Nacional (Rio de Janeiro), Códice 67, v. 24, f. 272.

nesta cidade, achando-se nela a ignorância ainda no mesmo estágio que dantes, e quase deserta de estudantes as nossas aulas de filosofia, retórica e língua grega.”⁶²

A queixa de que apenas um pequeno número de alunos acorria às aulas régias vai ser uma constante. Apesar de nos parecer, com os olhos de hoje, extremamente reduzido o número de aulas régias, frente à população colonial, não é a falta de professores o que aflige; pelo contrário, o que se verifica é que o seu número, diante da demanda, foi, pelo menos em alguns momentos, excessivo. Na avaliação de Silva Alvarenga e Marques Pinto, o problema da falta de alunos era agravado pela concorrência dos frades, os dominicanos e, sobretudo, os franciscanos, que aliciavam os melhores alunos para suas classes, desamparando aquelas de Sua Majestade. E como se isso não bastasse, ainda acabavam por introduzi-los na vida religiosa.

E também em Goa, a queixa da falta de alunos existiu ou, como se expressou Martinho de Melo e Castro: “havia mestres que sustentavam à sua custa alguns estudantes só para fazerem bons os salários que S. Majestade lhes dava”.⁶³ Em 1798, as aulas régias acabariam por ser suspensas pelo governador Francisco Antônio de Veiga Cabral (1794-1807), sob a alegação de que representavam despesas desnecessárias, já que havia aulas nos seminários diocesanos, mantidas pela Coroa. E aos ex-professores régios que não tivessem conseguido uma nova ocupação, ofereceu-se a quarta parte do antigo vencimento.⁶⁴

Se é verdade que houve muito de continuidade entre o período pomalino e o de D. Maria, no campo do ensino especificamente algumas mudanças precisam ser consideradas. Um exemplo seria a questão dos chamados “mestres de primeiras letras”, ou seja, os que ensinavam a ler, escrever,

⁶² Representação dos professores régios de humanidades do Rio de Janeiro, dirigida à rainha D. Maria I, em 28 de março de 1793. AHU, Rio de Janeiro, caixa 151. Publicado em SANTOS, Afonso Carlos Marques de. *No rascunho da nação: inconfidência no Rio de Janeiro*, p. 166.

⁶³ Carta do secretário de Estado Martinho de Melo e Castro ao governador D. Frederico Guilherme de Sousa, de 19 de março de 1781. Livro das Monções, n. 162, fl. 85. Publicada em RIVARA, Joaquim Heliodoro da Cunha. *A conjuração de 1787 em Goa, e varias cousas desse tempo*, p. 82.

⁶⁴ LOPES, M. de Jesus dos Mártires. *Goa setecentista: tradição e modernidade*, p. 62.

e contar. O reinado de D. Maria foi marcado por uma maior atenção com o ensino das “primeiras letras”, em detrimento das humanidades. Santos Marrocos, professor régio na corte, observou sobre o reinado de D. José que este “imitou fielmente a prática daqueles monarcas memoráveis” dos “dourados séculos da boa literatura”, quando as cadeiras de humanidades “eram geralmente freqüentadas da nobreza, infantes e príncipes deste Reino”, em profundo contraste com a administração de D. Maria, que espalhou pelo Reino os mestres de primeiras letras, pobres, mal pagos e ignorantes.⁶⁵

Da mesma maneira, na Colônia, a inversão da política pedagógica no sentido de priorização do ensino elementar se fez sentir. Segundo Sousa Farinha, outro professor régio do Reino, o que teria levado a Coroa a entregar, na corte, uma parcela do ensino das humanidades aos conventos, seriam razões econômicas.⁶⁶ Havia uma correspondência entre a importância socialmente conferida a cada disciplina e o ordenado que cada professor, respectivamente, recebia. Por volta do final do século, em 1798, no Rio de Janeiro, um professor régio de filosofia recebia 460\$000, de retórica e língua grega, 440\$000, de gramática latina, 400\$000, e um mestre de escola de ler, escrever e contar, apenas 150\$000.⁶⁷ O resultado é que também no Rio de Janeiro, em 1798, dos dois lugares para mestres de primeiras letras criados pela lei de 1772 tinha-se passado para 25 mestres e um substituto, espalhados pelas várias freguesias, vilas e comarcas.⁶⁸ Já o número de professores régios de humanidades permanecia inalterado, existindo, neste ano, um substituto de filosofia, um professor de retórica e um de grego.

Interessa observar ainda que, desde 1794, com a abolição da Real Mesa da Comissão sobre o Exame e Censura dos Livros, há uma descentralização da administração do ensino, que na Colônia passa a ser incumbência dos governadores e vice-rei, com a colaboração do bispo. Esta medida rompe com a centralização quase absoluta do período pombalino, gerando

⁶⁵ MARROCOS, J. F. dos S. Memória sobre o estado dos estudos menores, p. 442.

⁶⁶ CARVALHO, Rómulo de. *História do ensino em Portugal*, p. 490.

⁶⁷ Arquivo Nacional (Rio de Janeiro), cód. 60, v. 14. Informações sobre o subsídio literário na capitania do Rio de Janeiro nos anos 1795, 1796, e 1797.

⁶⁸ *Ibid.*

conflitos entre os governadores e bispos, e lançando o destino dos professores ao arbítrio do poder local. Gera, ainda, certa confusão administrativa: “muitos requerimentos de professores continuam a ser dirigidos aos tribunais extintos, ou, caoticamente, à Universidade de Coimbra, ao Desembargo do Paço e finalmente, ao Conselho Ultramarino”.⁶⁹

A leitura da documentação revela uma infinidade de problemas, além dos poucos que foram apontados aqui, na implantação das aulas régias nas diversas regiões ultramarinas. Como terá efetivamente funcionado o sistema das aulas régias? Como terá sido a tal “resistência retrógrada e fanática em abandonar os antigos métodos”? O que terá significado o desfile de Horácio, Virgílio, Homero, nas aulas dos professores régios nos confins do império?

Se um dos objetivos de estender a reforma às camadas letradas ultramarinas era o de criar elites locais com uma formação européia e, portanto, com certo sentimento de pertencimento a essa tradição, assegurado pela presença portuguesa, é difícil avaliar até que ponto a reforma terá dado frutos neste sentido, sobretudo porque sua implantação deixou muito a desejar. Por outro lado, há elementos que apontam para *usos* não esperados e não desejados dos *saberes* difundidos pelas aulas régias. E esse é o caso, por exemplo, da “Oração feita por José Antônio de Almeida e recitada na aula de retórica no mês de outubro do ano de 1794”.⁷⁰ Escrita em sete meias folhas de um caderno e confiscada entre os papéis do já citado Silva Alvarenga, que era o professor régio de retórica do Rio de Janeiro na altura em que o vice-rei conde de Resende abriu devassa para apurar se havia algum plano de sedição na capitania, a “Oração” do aluno foi considerada atentatória, contendo *máximas francesas*, como a da *liberdade* de não obedecer, que todos os súditos devem possuir, no caso de governos tirânicos. Então, se a retórica era uma arma que ensinava a “persuadir os ânimos”, como ficou escrito nas instruções da reforma, e deveria fazer parte da formação das elites letradas ultramarinas, aqui,

⁶⁹ FRAGOSO, Myriam Xavier. *O ensino régio na capitania de São Paulo: 1759-1801*, p. 119.

⁷⁰ AUTOS da devassa: prisão dos letrados do Rio de Janeiro, 1794. Sobre a devassa, ver SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. *No rascunho da nação: inconfidência no Rio de Janeiro*.

pelo menos, ela foi usada para defender idéias consideradas perigosas pela própria Coroa.

Finalmente, retornando ao tema dos problemas encontrados na implantação da reforma, a correspondência dos administradores locais aponta, reiteradamente, para a questão das especificidades locais que, segundo eles, eram sistematicamente menosprezadas. Manuel de Saldanha e Albuquerque, o conde da Ega, o vice-rei de Goa já mencionado aqui – que de volta a Lisboa acabou na prisão – queixou-se, em diversas ocasiões, da dificuldade de fazer cumprir ordens projetadas nos gabinetes do Reino e difíceis de aplicar à realidade indiana, chegando mesmo a escrever: “acho em minha consciência que a Índia não pode persistir governada de Portugal”.⁷¹

A resistência, a inércia e, principalmente, a falta de meios dos poderes locais são temas que precisam ser levados em consideração. José Manuel Fernandes, analisando as razões do fracasso da tentativa pombalina de reedificação da velha cidade de Goa, aponta para o que considera um “confronto entre o ideal autoritário e voluntarista da política de Lisboa, e o sentido da realidade goesa por parte dos governadores do ‘Estado da Índia’”.⁷² Talvez seja possível fazer um paralelo com a reforma pedagógica. Os planos eram grandiosos e previam a unificação de todo o sistema pelas mais remotas terras ultramarinas. Os resultados certamente não corresponderam. Isso não quer dizer, no entanto, que alguns parâmetros da reforma não tenham influído nos projetos para a educação já na época do império brasileiro e tampouco, que os alunos que passaram pelos bancos das aulas régias não tenham tido sua formação, de alguma maneira, marcada por essa experiência.

Para concluir, um curioso poema escrito no século XVIII, na onda de versos satíricos que acompanhou o fim do reinado de D. José, nos remete de volta para a questão do confronto entre a grandeza dos planos e a precariedade das realizações. A sátira, cujo original encontra-se no Códice 8633 da Biblioteca Nacional de Lisboa, está reproduzida

⁷¹ Citado em SALDANHA, Antônio de Sousa e Vasconcelos Simão de. *As cartas de Manuel de Saldanha...*, p. 74.

⁷² FERNANDES, José Manuel. *Índia e Sul do Brasil*, p. 247.

na coletânea *Musa anti-pombalina* e chama-se “O mausoléu”. Segundo o organizador da coletânea, Alberto Pimenta, o poema parece ser uma paródia de um texto gravado no obelisco de Vila Real de Santo António, em Portugal.⁷³ A cidade, no Algarve, na margem do Guadiana, de frente para a Espanha, tinha sido construída, por ordem do marquês de Pombal, muito rapidamente, concluindo-se uma primeira fase das obras em cinco meses, e a cidade completa, em apenas dois anos.⁷⁴ Esta “vila regular”, construída na areia, representava o poder da vontade pombalina e era exemplo de um momento de realização plena de seus projetos. Por contraste, a paródia de “O mausoléu” dizia o seguinte:

Ao hiperbólico, fantástico, extravagante,
Prepotente,
Antidevoto, arquideísta
Sebastião José de Carvalho e Melo
Marquês de Pombal:
D. Quixote dos ministros de Estado,
Sublime engenheiro de castelos de vento,
Legislador de bagatelas,
Autor de leis enigmáticas,
Inimitável criador de palavras gigantescas,
Amplificador de nadas,
.....
Virtuoso nas palavras
Vicioso nas obras;
Abundante de projetos
Falto de execuções;
Restaurador quimérico das letras,
Real perseguidor dos sábios,
.....
O POVO PORTUGUÊS
Sumamente agradecido à sua odiosa memória,
Por haver governado

⁷³ PIMENTA, Alberto. *Musa anti-pombalina*, p. 27.

⁷⁴ Cf. CORREIA, José Eduardo Horta. Vila Real de Santo António levantada em cinco meses pelo marquês de Pombal.

Com um cetro de ferro,
.....
Por ter enriquecido a língua
Com uma prodigiosa cópia de palavras exóticas
E *insignificantes*;
E por muitos outros favores
Que deve à sua liberal e piedosa mão,
Ihe manda levantar este Mausoléu:
Construído de ossos de inumeráveis
Vítimas
Do seu humor bárbaro, cruel e sanguinário,
.....
No dia 6 de março
An. era 1777⁷⁵

⁷⁵ *Ibid.*, p. 29-31.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Anita Correia Lima de. *A república das letras na corte da América Portuguesa: a reforma dos estudos menores no Rio de Janeiro setecentista*. Rio de Janeiro, 1995. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- ANDRADE, Antônio Alberto Banha de. *A reforma pombalina dos estudos secundários (1759-1771): contribuição para a história da pedagogia em Portugal*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1981-1984.
- ANTUNES, Manuel. O marquês de Pombal e os jesuítas. *Revista Brotéria. Número especial - Como interpretar Pombal?* Lisboa, p. 125-144, 1983.
- AUTOS da devassa: prisão dos letrados no Rio de Janeiro, 1794. Niterói: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro; Rio de Janeiro: Eduerj, 1994.
- BLUTEAU, Rafael. *Vocabulário português & latino*. Coimbra: Real Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1721. 8 v. [Saíram mais dois volumes de suplemento em 1727.]
- CAEIRO, José. *Jesuítas do Brasil e da Índia, primeira publicação após 160 anos do manuscrito inédito*. Bahia: Academia Brasileira de Letras, 1936.
- CARDOSO, Tereza Maria Rolo Fachada Levy. *As Luzes da educação: fundamentos, raízes históricas e práticas das aulas régias no Rio de Janeiro, 1759-1834*. Bragança Paulista: EDUSEF, 2002.
- CARRATO, José Ferreira. *Igreja, Iluminismo e escolas mineiras coloniais*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- CARVALHO, Laerte Ramos de. *As reformas pombalinas da instrução pública*. São Paulo: Saraiva, 1978.

CARVALHO, Rómulo de. *História do ensino em Portugal*: desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Caetano. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1986.

CORREIA, José Eduardo Horta. Vila Real de Santo Antônio levantada em cinco meses pelo marquês de Pombal. In: SANTOS, Maria Helena Carvalho dos (Coord.). *Pombal revisitado*. Lisboa: Editorial Estampa, 1984. v. 2, p. 81-88.

FALCON, Francisco Calazans. As reformas pombalinas e a educação no Brasil: as reformas pombalinas e seu impacto sobre a Colônia. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 5-41, dez. 1992.

FERNANDES, José Manuel. Índia e Sul do Brasil: planos do urbanismo português no século XVIII. In: CARITA, Helder, ARAÚJO, Renata (Coord.) *Universo urbanístico português: 1415-1822*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.

FRAGOSO, Myriam Xavier. *O ensino régio na capitania de São Paulo (1759-1801)*. São Paulo, 1972. Tese (Doutorado em História da Educação) – Universidade de São Paulo.

GOMES, Joaquim Ferreira. *O marquês de Pombal e as reformas do ensino*. 2. ed. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1989.

LADERO QUESADA, Miguel-Angel. Catolicidade e latinidade (Idade Média – século XVII). In: DUBY, Georges (Org.) *A civilização latina: dos tempos antigos ao mundo moderno*. Lisboa: D. Quixote, 1989. p.119-120.

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: INL, 1949. v. 7.

LOPES, M. de Jesus dos Mártires. *Goa setecentista: tradição e modernidade (1750-1800)*. Lisboa: UCP, 1996.

MARROCOS, J. F. dos S. Memória sobre o estado dos estudos menores (1799). *Revista de Educação e Ensino*, Lisboa, ano 7, 1892.

MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

NEVES, Guilherme Pereira das. *O Seminário de Olinda: educação, cultura e política nos tempos modernos*. Niterói, 1984. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense.

NÓVOA, António. *Le temps des professeurs: analyse socio-historique de la profession enseignante au Portugal (XVIIIe-XXe siècle)*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987. v. 1.

PIMENTA, Alberto. *Musa anti-pombalina*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1982.

RIVARA, Joaquim Heliodoro da Cunha. *A conjuração de 1787 em Goa, e varias cousas desse tempo: memória histórica*. Nova Goa: Imprensa Nacional, 1875.

RODRIGUES, Graça Almeida. *Breve história da censura literária em Portugal*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1980.

SALDANHA, Antônio de Sousa e Vasconcelos Simão de. *As cartas de Manuel de Saldanha 1º conde da Ega e 4º vice-rei da Índia a Sebastião José de Carvalho e Melo e seus irmãos (1758-1765)*. Lisboa: Gabinete Português de Estudos Humanísticos, 1984.

SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. *No rascunho da nação: inconfidência no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte, 1992.

SILVA, A. de M. *Dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Oficina de S. A. Lito-Tip. Fluminense, 1922. Fac-símile.

STAROBINSKI, Jean. *Le remède dans le mal: critique et légitimation de l'artifice à l'Âge des Lumières*. Paris: Gallimard, 1989.

VERNEY, Luís António. *Verdadeiro método de estudar*. Edição organizada por António Salgado Júnior. Lisboa: Sá da Costa, 1949-1953.

Livro, língua e leitura no Brasil e em Portugal na Época Moderna

Luiz Carlos Villalta¹

Introdução

A “linguagem portuguesa é a que Deus fala, e ensinou a Adão” – isso era o que afirmava Pedro Rates Henequim, filho de um holandês calvinista e de uma humilde católica, depois de viver, entre 1700 e 1722, nas Minas Gerais. Henequim, além disso, ao descrever os títulos dos livros que principiou a escrever, citou a “Divina Linguagem”, obra que seria, segundo os termos deste pretenso autor, “dividida em duas partes; a primeira consta das letras do nosso abecedário em geral; e a segunda de cada uma delas de per si, e em ambas elas mostram que a linguagem portuguesa é a que Deus fala, e ensinou a Adão”.² Henequim foi mais longe ao classificar a língua portuguesa como a língua da corte celeste. Esse discurso, no entanto, ocorria num momento em que o português, na Europa, firmava-se contra o galego e o castelhano³ e, na América portuguesa, dava demonstrações de força, expandindo-se em detrimento das línguas de origem indígena (as línguas gerais e o nheengatu, bem como as que, na Amazônia, constituíam uma imensa Babel, como dizia o padre Antônio Vieira, assinalando, porém, que essa denominação não era ali aplicável, visto que havia no rio das Amazonas mais línguas do

¹ Professor do Departamento de História da UFMG, é mestre e doutor em História Social pela USP, pesquisador do projeto temático Fapesp “Caminhos do Romance no Brasil” e bolsista de produtividade do CNPq. É autor de “O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura” (In: SOUZA, Laura de Mello e (Org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*).

² ROMEIRO, Adriana. *Um visionário na corte de D. João V*, p. 37-38.

³ GOMES, Plínio Freire. *Um herege vai ao Paraíso*, p. 83.

que na famigerada torre bíblica).⁴ O propósito deste texto é, por um lado, traçar as linhas gerais da política do governo português referente ao ensino de línguas e suas gramáticas no final do período colonial, os modos como determinados atores sociais lidaram com as línguas e, por outro, verificar como um livro (mais precisamente o romance *Ilha incógnita*) via o ensino de língua.

Língua, poder político e estratificação social

O mesmo Pedro Rates Henequim, em sua trajetória e em suas falas, evidenciou como as línguas podiam estar associadas às relações políticas de poder e às hierarquias sociais. Analisando outras situações para além da vivenciada por Henequim, conclui-se, além disso, que essa relação entre línguas, poder político e hierarquias sociais poderia ser tanto para reiterar esses dois últimos elementos quanto para subverter a ambos.

Examinarei, primeiramente, as falas e idéias de Pedro Henequim. Movendo-se por idéias messiânico-milenaristas que amalgamavam escritos do padre Antônio Vieira, concepções judaicas e ainda mitos de origem tupi-guarani, ele acreditava que o paraíso terreal ficava em Minas Gerais e que a América seria a sede do Quinto Império do Mundo, de que fala a Escritura Sagrada.⁵ Misturando religião e política, ao que tudo indica, Henequim procurou seduzir a Coroa espanhola para subtrair as Minas do controle de D. João V, rei de Portugal entre 1706 e 1750.⁶ Fracassada a iniciativa, tentou convencer o irmão do rei, D. Manuel, a conspirar para ocupar o trono do Brasil, vindo, com isso, a se posicionar como o Encoberto, o Vice-Cristo, que instauraria o Quinto Império. Henequim não obteve êxito.⁷ O que importa aqui é que, nessa mudança de planos, nas suas elocubrações, ele abandonou a proposta de que em Minas Gerais se estabelecesse e difundisse a língua castelhana. Logo, no

⁴ VIEIRA, Antônio. *Sermões do padre Antônio Vieira*, p. 392-410.

⁵ GOMES, Plínio Freire. *Um herege vai ao Paraíso*, p. 111.

⁶ ROMEIRO, Adriana. *Um visionário na corte de D. João V*, p. 221.

⁷ *Ibid.*, p. 241.

Quinto Império imaginado (e, deduz-se, também na Corte Celeste e nos primórdios da criação), a língua ora seria a portuguesa, ora a espanhola, ao sabor da língua pátria do Encoberto presumível; em suma: a língua da monarquia, divina e humana, deveria ser a falada pelo príncipe, misto de soberano temporal e Vice-Cristo.

Essa percepção, que associava língua e monarquia, que fazia da língua um vetor do poder real na sua relação com os súditos, com a sociedade, seria curiosamente compartilhada pelo governo português, sobretudo a partir do reinado de D. José I, entre 1750 e 1777. Ela orientou uma certa política de língua desenvolvida por Sebastião José de Carvalho e Mello, o poderoso ministro josefino, conhecido mais como conde de Oeiras e, mais ainda, como marquês de Pombal.

Pombal buscou firmar a língua portuguesa. Para tanto, renomeou as aldeias indígenas no Grão-Pará, usando topônimos portugueses (Santarem e Soure, por exemplo). Proibiu, além disso, o uso de outra língua que não o português e incentivou o ensino deste, primeiro, através de escolas locais e, depois, de seminários, que abrigavam apenas alunos de elite sob regime de internato.⁸ Os êxitos, no entanto, foram restritos aos últimos e, com isso, o português, no Grão-Pará, atingiu apenas as elites, e o nheengatu⁹ avançou pelo XIX, sobrevivendo em alguns locais até hoje.¹⁰

Pelo alvará de 30 de novembro de 1770, que estabelecia uma política válida para todo o império lusitano, a Coroa priorizou o ensino da gramática portuguesa, em detrimento do latim. Fez isso por acreditar que “a correção das línguas nacionais” era “um dos objetos mais atendíveis para a cultura dos povos civilizados, por dependerem dela a clareza, a energia, e a majestade, com que devem estabelecer as leis, e persuadir a verdade da religião, e fazer úteis, e agradáveis os escritos”.¹¹ Segundo o

⁸ DOMINGUES, Ângela. A educação dos meninos índios no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII.

⁹ Ver a respeito a reflexão feita por José R. Bessa-Freire, neste seminário “Nheengatu: a outra língua brasileira”. [Nota das organizadoras.]

¹⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*, p. 88-92.

¹¹ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT). Real Mesa Censória, Editais, Ordens, Sentenças, Caixa 1. Alvará de 30 de novembro de 1770.

mesmo alvará de 1770, os mestres de língua latina, ao receberem seus alunos, deveriam instruí-los previamente, por seis meses, na língua portuguesa, usando a *Gramática portuguesa*, composta por Antônio José dos Reis Lobato.¹² No Grão-Pará e Maranhão, área em que a nova política de língua foi mais incisiva, a Coroa procurou difundir o português para legitimar a posse da terra e, inversamente, coibir o uso do nheengatu, visto como um obstáculo e, principalmente, temido como meio de controle dos índios pelos missionários.

Essa política régia de imposição da língua portuguesa tinha o sentido claro de promover a sujeição dos povos e firmar neles a obediência ao monarca. Conforme o já citado alvará de 30 de novembro de 1770, sempre

foi máxima inalteravelmente praticada em todas as nações, que conquistaram novos domínios, introduzir logo nos povos conquistados o seu próprio idioma, por ser indisputável, que este é um dos meios mais eficazes para desterrar dos povos rústicos a barbaridade dos seus antigos costumes [...] ao mesmo passo, que se introduz nele o uso da língua do príncipe, que os conquistou, se lhes radica também o afeto, a veneração, e a obediência ao mesmo príncipe.¹³

Em relação às escolas de ler e escrever, a Coroa condenou a prática até então estabelecida de utilizar “a lição de processos litigiosos, e sentenças, que somente servi[ria]m de consumir o tempo, e de costumar a mocidade ao orgulho, e enleios do foro”, ordenando que se ensinasse “aos meninos por impressos, ou manuscritos de diferente natureza, especialmente pelo catecismo pequeno do bispo de Montpellier Carlos Joaquim Colbert”.¹⁴ Tais disposições foram enviadas às câmaras das vilas, o que indica que às mesmas se reservava um papel no campo da instrução.¹⁵ Entre os filólogos e estudiosos do português, discute-se se a política de

¹² Ibid.

¹³ Ibid.

¹⁴ Ibid., e FERNANDES, Rogério. *Os caminhos do ABC*, p. 71.

¹⁵ FERNANDES, Rogério. *Os caminhos do ABC*, p. 71.

língua adotada a partir de Pombal teve, de fato, efeitos favoráveis à difusão do português, questão que escapa aos objetivos deste texto. Interessa-me frisar que, na perspectiva da Coroa, o aprendizado da leitura e da escrita e o ensino da língua portuguesa subordinavam-se ao propósito de firmar o domínio das leis e da religião, que, por sua vez, eram concebidas como as bases do poder monárquico. Tais medidas, como assinala Marisa Lajolo, tinham o sentido claro de promover a sujeição dos povos e firmar neles a obediência ao monarca.¹⁶ Por outro lado, ambos os aprendizados mostram o quanto o uso da língua era então permeado pela teatralidade e pelo anseio de distinção que marcavam a vida social naquela ordem hierárquica de natureza estamental: é este o sentido das menções ao “orgulho” e “aos enleios de foro”, que a Coroa queria evitar ao substituir processos litigiosos pelo *Catecismo de Montpellier* no ensino de primeiras letras.

Poder político, sociedade estamental, línguas, livros e leitura, contudo, encontravam-se associados dentro de outras chaves: a da sedição e a da distinção pelo negativo, isto é, segundo uma avaliação negativa sobre as pessoas e seu estado social. E isso valeu tanto para a língua portuguesa, quanto para o francês, o espanhol e mesmo o latim, ainda que de modos diferenciados. Pedro Henequim, já tão citado, por exemplo, foi motivo de um juízo negativo, caindo na vala comum da indistinção, sendo qualificado como ignorante por um de seus inquisidores: “tão ignorante que nem sabe os rudimentos da latinidade”.¹⁷ Logo, ele não faria parte do rol dos letrados pela falta de domínio da língua latina. Na verdade, a familiaridade com o latim e com outras línguas vernáculas que não o português constituía um elemento de distinção social e, por isso mesmo, uma barreira de acesso a determinados saberes e conhecimentos, tidos como próprios dos *letrados*, em contraposição aos *rústicos*. Voltaire afirmava que não se devia ensinar a ler aos camponeses:¹⁸ em Portugal, havia a compreensão de que determinados saberes e idéias deveriam ser de

¹⁶ LAJOLO, Marisa. *Sociedade e literatura: parceria sedutora e problemática*.

¹⁷ GOMES, Plínio Freire. *Um herege vai ao Paraíso*, p. 85.

¹⁸ DARNTON, Robert. *Os dentes falsos de George Washington*, p. 20-21.

acesso restrito a determinados grupos, e à língua coube um papel neste sentido. Henequim, insisto, por não saber latim, não tinha acesso à parte do patrimônio teológico e cultural conservado e veiculado nesta língua. No mundo luso-brasileiro, havia partidários da interdição e, ao mesmo tempo, defensores do acesso mais livre. Antônio Jorge de Meireles, que traduzira um livro intitulado *Dicionário das heresias* (isto é, *Dictionnaire des hérésies, des erreurs et des schismes, ou Mémoires pour servir à l'histoire des égarements de l'esprit humain par rapport à la religion chrétienne*, de François Pluquet, cuja primeira edição em francês, ao que tudo indica, data de 1762¹⁹), sem, contudo, publicar a tradução, e Antônio Rodrigues Portugal, cirurgião, que morava na casa do padre Carlos Cosme, em Miragaia, no Porto, em Portugal, por volta de 1798, que também tentara traduzir o livro supracitado, polemizaram sobre suas iniciativas e, mais do que isso, sobre o maior acesso dos leitores aos livros por meio da tradução para o português.²⁰ Meireles contou ao cirurgião que havia se “ocupado em traduzir o *Dicionário das heresias*”, ao que, então, lhe perguntou o interlocutor “por que razão não saía à luz” a dita tradução. A isso, Meireles respondeu que “tendo dedicada a tradução ao Exm^o. Sr. bispo Inquisidor, este obstará com prudentes dúvidas à sua publicação em vulgar”.²¹ O cirurgião Antônio Rodrigues, então, após ouvir o relato, enfureceu-se “contra o voto do Sr. Inquisidor, ao qual tratou com termos filhos do orgulho de um pretendido sábio”. Meireles tomou a defesa de Sua Excelência Reverendíssima nos seguintes termos:

eu mesmo prejudicado, tinha deferido às razões, em q. S. R. se fundava, porq[^] supposto naquella obra se achassem a par das heresias os argumentos, que os impugnávão, comtudo como estes erão methafizicos, traspassavão a intelligencia das pessoas illeteratas, ao passo q muitas das heresias, favorecendo as paixoes tinhão facil entrada em coraçãoes corrompidos.²²

¹⁹ MIGNE, L'Abbé. *Encyclopédie théologique*, vol. 12, p. 769.

²⁰ (ANTT) Inquisição de Coimbra, Caderno do Promotor Nº 119 (1779-1796), Livro 411, Número do caso: 24.

²¹ *Ibid.*

²² *Ibid.*

Na visão do bispo e de Meireles, portanto, o *Dicionário de heresias* não deveria ser traduzido para o português para que assim se evitasse que “pessoas iliteratas” tivessem acesso às heresias, visto que não teriam inteligência para compreender os “argumentos metafísicos” que as impugnavam, ao mesmo tempo que poderiam deixar-se levar pelos seus “corações corrompidos” e pelas “paixões”. A tradução para o português romperia com a distinção literatos/rústicos e, mais do que isso, poria em risco a fé. O diálogo, porém, não se interrompeu aí. O cirurgião:

Continuou a conversação sobre a fé dos rústicos e dizendo eu [isto é, Meireles] que ella differia da fé dos sabios emquanto a destes era mais meritoria, o pertendido sabio disse
= Sim certamente ella hé diferente da fe dos sabios, porq a estes he nenhuma =

Eu aqui ataquei a proposição, dizendo que a dos sábios impios, sim, mas não a dos sabios cristãos, ao que elle respondeu como por entre dentes, que huã vez que se observava a Lei no exterior, ainda q cada um cresse outra não era impio.

Eu a vista destas proposiçoens me [isto é, Meireles] perturbei bem q mais interior do q exteriormente, e sentindo[-me] incapaz de proseguir na controversia, fiz que não tinha ouvido a ultima proposição, e me retirei. Passados poucos dias, fui a mesma casa com o designio de averiguar, se as pessoas que se achavão prezentes havião tomado sentido na conversação, e com effeito encontrei a mesma comp^a, que se compunha de quatro mulheres [...] e todas ellas se lembravão somente do que eu lhe respondera hum pouco alterado

= Sim a fe os sabios impios he nenhuma, a dos Christãos, não.²³

Em suma, o cirurgião pôs em xeque a distinção hierárquica entre a fé dos sábios e a fé dos rústicos, dizendo que a dos primeiros era nenhuma; ao ver-se confrontado por Meireles, seu oponente, com a idéia de que

²³ Ibid.

havia sábios e sábios, isto é, sábios cristãos e sábios ímpios, ao que parece, ironizou-o, lembrando-lhe que essa distinção era baseada num critério exterior e não interior. A distinção entre o exterior e as idéias e as práticas efetivamente abraçadas, o interior, remete novamente à valorização das aparências. Toda essa situação demarca um dos lugares de inscrição das línguas, no caso, o português e outra língua, provavelmente o latim ou o francês, no interior das hierarquias sociais e culturais então vigentes: de um lado, traço comum entre “rústicos” e “sábios” e, de outro, no caso do latim e do francês, elementos de distinção e/ou barreira de interdição em relação ao “vulgo”.

Meireles e o bispo do Porto, porém, enganavam-se quanto aos caminhos lingüísticos para a heresia. Se é verdade que livros em vulgar poderiam facilitar a elaboração de proposições heréticas ou contra a Igreja, deve-se lembrar que o leitor poderia ser inventivo, fazendo dos textos, os mais simples e os mais doutrinários, pontos para alicerçar suas visões particulares. Isso se deu com Antônio Rodrigues Martins Lopes, processado pela Inquisição de Lisboa. Reinol, proprietário de terras na baía de Guanabara, foi denunciado ao Santo Ofício por proferir proposições heréticas aos 3 de março de 1787. A denúncia foi encaminhada pelo comissário padre Bartolomeu da Silva Borges.²⁴ Ao que parece, todas as proposições foram enunciadas na botica de Antônio Pereira de Araújo.²⁵ Com base na denúncia, a Inquisição ordenou a realização de diligências, tendo o comissário colhido depoimentos de testemunhas, que, em sua maioria, confirmaram as acusações. Uma das testemunhas, ao que parece, avisou o denunciado sobre o fato e, só depois, ele se apresentou ao comissário, demorando certo tempo para fazê-lo, pois ficou aflito e doente.²⁶ Segundo o denunciado, ele o fizera por temer a ação de seus

²⁴ (ANTT) Inquisição de Lisboa, processo 1489, maço 131, p. 6.

²⁵ *Ibid.*, p. 62v. Antônio era solteiro, natural da freguesia de São Miguel de Paredes Seccas, conselho de Santa Marta de Bouro, arcebispado de Braga, morador em Tambacura, freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Rio Bonito, Bis-pado do Rio de Janeiro. Era cristão, batizado na freguesia de sua naturalidade, tendo sido crismado pelo então bispo defunto do Rio de Janeiro. Era filho de Francisco Rodrigues e Custódia Martins (*Ibid.*, p. 33v).

²⁶ O familiar José Fernandes de Carvalho, segundo o réu, “poderia talvez concorrer para a sua ruína, alliciando mais algum seu amigo, para lhe fazer alguma prova mais legitima, de que tudo elle he capaz, pela sua má indole, e por ser

inimigos. A pessoa que o avisara foi José Rodrigues dos Santos, que se achava doente no hospital de São Francisco e, arrependido, diante do acusado, pediu-lhe que o perdoasse do mal que poderia ter-lhe feito.²⁷ A Inquisição de Lisboa, porém, não ficou convencida com sua apresentação, julgando-a associada à quebra do segredo por uma das testemunhas, ordenando, então, que o denunciado fosse preso e encaminhado aos seus cárceres em Lisboa. Essa medida foi solicitada pelo promotor e aprovada pela mesa do tribunal aos 7 de julho de 1790. Antônio Lopes foi preso aos 5 de agosto de 1791.

Se ao comissário o denunciado fez uma apresentação diminuta, o tempo e a experiência nos cárceres do Santo Ofício fizeram-no acrescentar novos elementos, sem, contudo, em nenhum momento, negar a fé católica. Ele foi convocado para vários interrogatórios. Nas perguntas que a Inquisição lhe fez, nota-se um cuidado no sentido de apurar a sua fé: as perguntas já traziam a resposta desejável e o denunciado, obviamente, sempre procurou dar a resposta mais conveniente. Quais, afinal, eram as proposições heréticas do latifundiário Antônio Lopes? Segundo um de seus próprios depoimentos, dado em interrogatório em 1792:

hum homem de huma conducta pessima, e de humas intençoens conchecidamente detestaveis por todos aquelles, que se vem obrigados a fazer algum conceito delle, e cujo credito he por todos tido desta mesma natureza, e que alem destas razoens geraes, o tinha por seu adverso, por" ter sido o dito "Joze Fernandes de Carvalho despedido do Hospital da Ordem Terceira de São Francisco, em que tinha principiado a curarse, por causa do seu máo procedimento, e comportamento como cirurgião e officiao [sic] da Caza, e tendose visto obrigado a hirse curar em Caza do seu grande amigo Antonio Pereira de Araujo, que he Boticario, e que mesmo lhe fazia, e applicava os Remedios, tratando-o com muita amizade, por ser seu companheiro nas suas desordens, e por lhe ser obrigado, no quanto o abonava o dito doente na presença das mulheres, com quem queria cohbnistarse [sic], e como elle Reo sabe por ser hospede do dito Antonio Pereira nas occazioens, em que vinha a cidade, e por ter intimidade na Caza: veyo a encontrarse Joze Fernandes de Carvalho depois de estar são com Francisco Jose" Pires, "Procurador, ou Thezoureiro do mesmo Hospital na presença delle Reo, e altercação sobre o motivo, e razão de o haverem curado; a cuja alteração assistia o Reo, e dava razão aos fundamentos, com que o Thesoureiro defendia os procedimentos da Meza e como isto redundava em pouco abono, e degradação de hum bom conceito para o dito Joze [...] isto bastou para Radicar a indisposição contra elle Reo" (Ibid., p. 42-43).

²⁷ Ibid., p. 42.

[...] declarou elle proferira na prezença de algumas pessoas que o Summo Pontifice não podia conceder Indulgencias aos mortos: porem que dissera isto, como consequencia de huma Resposta, que se lembra haver lido no Cathecismo do Arcebispo de Montpellier: porquanto fazendo-se no mesmo a seguinte pergunta = Não he Doutrina da Igreja, que huma Missa celebrada em Altar privilegiado tira huma Alma do Purgatorio = A ella se Responde = Não consta da Escripura, e Tradição couza alguma, que favoreça esta oppinião. = declarando com a maior ingenuidade haver proferido, o que assima confessara, por se haver persuadido como homem Rustico, e sem instrução que por aquella Respostas do Cathecismo, se não Reconhecia por certa a Indulgencia concedida ao Altar privilegiado: ao mesmo tempo, que mais bem advertido Reconhece, e tem para si, que a verdadeira intelligencia, que se deve ter da dita pergunta e Resposta, he que Supposto tenha hum só Sacraficio [sic] do Altar valor infinito, ninguem sabe se Deos Senhor nosso o aceitará com atenção com que lhe hé offerecido, pelo que Repetidos estes sublimes Suffragios, he Summamente provavel, que o mesmo Senhor, accitando algum dos mesmos, se digne Remittir das penas do Purgatorio aquella Alma, por quem se applicarão: do que elle Reo sempre parece não haver de todo duvidado, porque em algumas occazioens, mandara celebrar Missas pelos seus parentes, e escravos, como se poderá achar certo e provado, quando se mande averiguar esta verdade no Rio de Janeiro, e citio onde residira por muitos annos, cal não disse [sic].²⁸

Vê-se, portanto, que o *Catecismo de Montpellier* serviu para que Antônio alicerçasse suas apreciações negativas a respeito das indulgências. Sua leitura foi inventiva, tendo ele feito deduções a partir da sucessão pergunta-resposta do dito *Catecismo*. Ao mesmo tempo, a cisão entre rústicos e letrados, aquela mesma postulada pelos que eram contrários à

²⁸ *Ibid.*, p. 31-31v.

difusão de determinados saberes e idéias aos rústicos, inclusive via tradução de determinados livros para língua vulgar, era por ele usada em sua defesa: ele era rústico, logo não tinha inteligência para maiores elucubrações. A Inquisição não se convenceu. Julgou-o adepto do calvinismo. Enviou suas proposições para o exame de um padre qualificador. O frei Agostinho da Silva analisou cada uma das proposições. Depois de ser formada a sua culpa, o réu, ele mesmo, se defendeu, afirmando de novo sua rusticidade:

[...] elle nunca leo os livros, que compos Lutter, Calvino e Zuínglio, e d'outros heresiarcas, q lhes precederão, e som^{te}. vio as refutações, q desas sectarios faz o cit^o. Cateccismo, e hé hum home illetrado, q não tem juízo p^a. passar as razões dos mesmos, nam fez parallelo da Religião Catholica com a Calviesiana, e por isso mal podia proferir as proposiçoens, q se lhe atribue=.²⁹

Curiosamente, Antônio, o latifundiário da Guanabara confirmava os temores de Meireles, o tradutor reinol do *Dicionário das heresias*: as refutações das heresias existentes no *Catecismo de Montpellier*, traduzido em português, não foram suficientes para firmar nele, Antônio, o entendimento a favor das indulgências; sem juízo, iletrado, posicionou-se contra elas. Meireles diria, talvez, que seria seu coração corrompido e que suas paixões o teriam cegado para o ortodoxo entendimento. Eu posso dizer que foi sua inventividade de leitor, ainda que rústico, que o levou a tal posição. Por esse entendimento, saliente-se, ele pagou caro, tendo que abjurar.

Nas Alagoas, décadas antes, ocorreu um episódio que aponta para a cisão rústico/letrados, a apropriação de diferentes línguas e a elaboração de heresias. Todavia, a articulação entre esses elementos deu-se de modo bastante diferente das outras situações examinadas. Ludovico de Menezes (homem místico, solteiro, que “vivia de sua agência”) e, a rogo deste, Antonio do Rosário, em 1766, do Lugar do Arrozal, capela

²⁹ *Ibid.*, p. 93-93v.

de Nossa Senhora da Piedade, freguesia de Nossa Senhora do Ó, da povoação de São Miguel das Alagoas, denunciaram Manoel Gomes e Valentim Gomes, homens casados, moradores no mesmo lugar, mulatos, que viviam de suas agências e lavouras.³⁰ Numa caçada, cerca de quatro anos antes, os denunciados e “outros companheiros” (Santos de Almeida e seu irmão João Pais, seus tios pardos e solteiros), disseram, na presença dos denunciantes, que Maria não seria virgem, nem teria concebido Jesus sem concurso de varão.³¹ Onde entram as línguas nessa história? Vejamos a denúncia:

hindo fazer huã caçada com outros companheiros [...] aranchandose no mato chegadas as horas de rezar Aves Marias disse elle Ludovico de Menezes aos companheiros que rezassem e que lhes respondeo Manoel Gomes, e seo Irmão Valentim Gomes, que não rezavão porque não ouvião tocar o sino, e que elle lhes disse que hum homem christão em qualquer parte que se acha, chegadas as horas costumadas de rezar o deve fazer inda que não ouça tocar o sino, e perguntarão elles o que rezava e elle lhe [sic] respondeo que rezava Aves Marias dizendo primeiro *Angelus Domini nunciavil Maria, et concepit de spiritu Sancto* e que elles lhe perguntarão o que dizião aquelas palavras, e elle lhes disse que não sabia latim porem que era Saudação que fes o Anjo S. Gabriel a virgem Maria Nossa Senhora para ser May de Deos e conceber por obra do spiritu Sancto.³²

A partir dessa denúncia, constata-se que Ludovico orava em latim, fundado na memorização, nos ensinamentos da Igreja e na fé, com base no que defendeu a virgindade de Maria, sem conhecer o significado das palavras latinas que pronunciava. Ao rústico e místico Ludovico, capaz apenas de repetir palavras em latim – que outros homens ordinários também certamente não conheciam, mas reproduziam – e de fazer a

³⁰ (ANTT) *Inquisição de Lisboa*, Caderno do Promotor nº 128 (1757-1767), Livro 317, p. 340-40v.

³¹ *Ibid.*

³² *Ibid.*

defesa do dogma, contrapuseram-se os denunciados Manoel e Valentim Gomes. A lógica deles não se regia pela crença em verdades defendidas com base na autoridade e por meio de palavras latinas cujo significado não entendiam: um realismo pedestre, da gente simples, parecia reger a compreensão do mundo e a recusa das letras para eles indecifráveis. Com efeito, os Gomes disseram:

que isso não podia ser atrevido-se a proferir que não podião crer *que a virgem Maria Senhora Nossa fosse virgem antes do parto, no parto e depois do parto*, e que [o denunciante] reprehendendo-os lhes disse que não proferissem tais palavras que os havia acusar, e que dessem credito aos misterios de nossa Santa Fé Catholica, lhe [...] perguntarão se elle tinha visto alguã mulher parir sem concurso de varão, e elle lhe perguntou se elles quando rezavão a doctrina christã não dizião que Nosso Senhor Jesus Christo emquanto homem foi concebido por obra do Spiritu Sancto sem concurso de varão, e que nasceo da virgem Maria Senhora Nossa ficando esta sempre virgem, e lhes disse que erão huns Hereges.³³

Ludovico, então, quase lhes deu um tiro de espingarda. Sua mãe e seus familiares o demoveram de denunciá-los, por falta de prova e porque os acusados eram ignorantes. Ele veio a fazê-lo apenas mais tarde. Mesmo entre os rústicos, portanto, como se observa nas palavras de Ludovico, havia distinções, afinal os acusados eram ignorantes e, por isso, ele os não denunciara antes. Ludovico ao menos era capaz de repetir palavras latinas; os demais, não.

Esse episódio faz-me levantar uma conjectura: se não haveria, entre os homens simples, muito mais a presença de uma cultura oral, ao invés do “coração corrompido” e das “paixões” – de que falava Meireles, citado anteriormente –, que cegariam o entendimento das refutações metafísicas pelos rústicos. Tratar-se-ia de uma cultura não propriamente popular, mas que se disseminava entre os populares e que traria elementos

³³ Ibid.

que se opunham às verdades da Igreja. Essa cultura oral definiria regras ou, ao menos, limites para a apropriação das diferentes línguas. Essa cultura oral eliminava as cisões entre rústicos e letrados, estabelecendo intercâmbios entre eles: ela furaria, portanto, a barreira que se queria interpor entre esses atores, inclusive por meios lingüísticos; ela minaria também a uniformidade que se queria difundir por meio do ensino da língua portuguesa, trazendo questionamento e subversão. Não disponho de elementos para confirmar essa hipótese neste momento. Ouso aqui apenas apresentá-la.

Posso, todavia, falar sobre a dimensão sonora da oralidade. Da oralidade da língua portuguesa. Em 1744, apareceu na Vila do Príncipe (atual Serro), Minas Gerais, um eremita que se disse, diante das autoridades judiciais, filho legítimo de Manoel da Silva e Ana Maria, natural e batizado na freguesia de Santo Antônio do Tojal dos arrabaldes de Lisboa. Anteriormente, contudo, para alguns moradores da vila, apresentou-se como Antônio da Silva e, para outros, como João Lourenço.³⁴ Na Vila do Príncipe, o eremita foi um autêntico mediador cultural. Ensinou rapazes a ler, circulou entre escravos, forros e livres, homens e mulheres, e, ainda, com três padres, figuras de certa reputação na localidade, discutindo com todas essas pessoas, sobretudo, a respeito de religião (mas não só). Disseminou idéias messiânico-milenaristas, dizendo-se o Encoberto, filho de D. João V e irmão de D. José, afirmando que vinha “restaurar os pretos e mulatos dos cativeiros e tirá-los do poder de seus senhores para ir com eles restaurar a Casa Santa”.³⁵ Ensaçou, assim, um levante de negros, mulatos e índios contra os brancos. Esse mendicante, um lisboeta, segundo alguns de seus interlocutores, era conhecedor da capital do Império lusitano e falava a língua portuguesa como tal. O depoente Manoel Pinto, um lisboeta, declarou que Antônio José “é lido em forma que ele testemunha [sic] lhe parece que ele não é secular e em certa ocasião falando ele testemunha com o dito preso em Lisboa vendo que ele lhe dava notícias miudamente da mesma cidade dos bairros e

³⁴ (ANTT) Inquirição de Lisboa, Maço 58, p. 273v-287.

³⁵ *Ibid.*, p. 279v

de muitas pessoas”.³⁶ Já João Gonçalves, homem branco, solteiro, reinol, natural do bispado de Lamego, morador na Vila do Príncipe, que vivia do ofício de ferreiro, disse que o mendicante ora dizia que se chamava Antônio, ora que se chamava João, mas “pelo modo, e pela fala parece ser natural do Reino”.³⁷ Portanto, um dos dois reinóis pôde assegurar que Antônio José vivera em Lisboa, enquanto outro nele notara uma “fala” que era de reinol, do que se deduz que, àquela altura, em meados do século XVIII, entre mazombos e reinóis, haveria uma forma distinta de se falar português.

Quero retomar a relação entre línguas e poder, esquecendo a questão do papel da cultura oral e as diferenças de fala que distinguiam reinóis e “brasileiros”. Partirei do que afirmou Joaquim José da Gama, que denunciou a si mesmo e ao seu vizinho, Francisco de Melo Freire, preso pela Inquisição.³⁸ Ao que parece, Gama sentiu-se ameaçado por sua pri-

³⁶ *Ibid.*, p. 303-303v.

³⁷ *Ibid.*, p. 299v.

³⁸ (ANTT) Inquisição de Lisboa, Caderno do Promotor n° 130 (1778-1790), p. 160. O trecho inicial da denúncia é o que segue: “1º. No anno lectivo passado, em huma Loja de Ourives chamado S. Simoens, estando presente hum seu primo familiar Domingos Simões, depois de huma conversa delatada em alguns outros pontos de Historia Ecclesiastica, e profana, incidentem^e. se veio a fallar, sobre o culto, e veneração com q. o povo de Coimbra, honrrava a imagem de huma senhora, na rua da Figueirinhas, a q. eu respondi, q. muitas couzas q. a listavão referidas por milagres, talvez o não focem; porq. p^a. qualq^r. successo se reputar milagroso, era necess^o. q. foce alem das forças da Natureza, e em consequencia poderia, e não poderia se milagre, ao q. acrecentei mais, q. aquellos milagres q. os Evangelistas affirmavão de Christo, estes sim tinhão os caracteres de verda^{os}. milagres. Esta proposição concebida nestes termos, he huma proposição admitida geralm^e. por todos os homens q. bem penção, e approvada pela Igreja Universal; mas eu receozo q. a sua novid^e., fizese vacilar a consciencia dos q. me ouvião, com o cuid^o. de Christão procurei reforçar mais, e mais os meus argumentos, e pôlos n’um [sic] grão de evidencia tal, q. so delles podem duvidar, os. q. estivesse no Estado absoluto da ignorancia.

2º Entrando na caza de hum clerigo, onde entrava frequentes vezes, encontrei sobre huma banca huns poucos de livros todos espirituais, e sendo certo q. estes livros, so servem p^a. a oração, e não p^a. suggerir aos homens aquellos conhecimentos, a pratica da vida humana fas dispensaveis, p^a. alcansar esta tal ou qual felicid^e. temporal, e ainda a espiritual, me atrevi a dizer, q. eu nunca gastaria dinh^o. neste genero de L^{os}; pela razão de não instruirem o homem nesta p^a. q. eu julgo necess^o. ao q. se destina a empregos.

Ultimame. devo advertir q. tudo isto q. dice, e aqui transcrevi, nunca foi em desprezo da Religião, e sempre com a vista naquelles prim^{os}. elementos q^e. Doutrina q. servem de baze a nossa Religião; porem se isto mesmo q. fica referi-

são e resolveu confessar alguns sentimentos sobre os quais publicamente discorreu, abordando temas como leitura, livros e língua. Não vou aqui examinar suas proposições heréticas e desacatos (a explicação de supostos milagres como fenômenos de forças da natureza, diferenciando-se dos milagres verdadeiros de que falam os evangelistas e que se referem a Jesus Cristo; de seu desprezo pelos livros espirituais, que não trariam instruções ao homem para seus “empregos”; e aos erros filosóficos dos papas, que não tinham a inspiração dos evangelistas, que, se errassem, punham em erro a própria divindade).³⁹ Interessa-me apenas registrar algo que ele disse sobre seu companheiro e a língua francesa. Confessou ele:

A respeito de meo Companh^{ro}. como eu não sei a Lingua franceza, e nesta de ordin^{ro}. he q. os maiores Hereges tem escrevido contra a nossa Religião nunca pude saber se elle tinha, ou não livros prohibidos, he verd^c. q. huma unica Vez me mostrou hum livro, ou por fallar com maior sincer^{dc}. Leu na minha prezença a hum L.^o em q. se referia os erros filozoficos de muitos S.S.P.P. he bem certo q. no numero de seis e q. eu ouvi fallar, nam entravão os Evangelistas, e os mais escritores da Sagrada Escritura porq. sendo estes divinam^c. inspirados, attribuir-lhes hum erro, era o m^o. q. attribui-lo a D^s. cuja omnisciencia exclue tão terrivel impostura.⁴⁰

Desta fala cumpre guardar os seguintes elementos: a idéia da língua francesa como aquela em que se encontram muitos escritos hereges; a barreira que isso colocava para a difusão das mesmas idéias (aspecto não levantado pelo denunciante, mas evidente nas práticas que ele desenvolvia); e, por fim, a leitura oral (certamente acompanhada de tradução) de um livro francês, meio pelo qual um texto, inacessível ao vulgo ou ao não familiarizado com a língua, era acessado.

do involver doutrina venenosa, eu me sugeito espontaneam^c. as penas, q. a Igreja nossa may determina” (Ibid.).

³⁹ Ibid.

⁴⁰ Ibid.

A tradução, com efeito, foi uma forma usada para driblar o obstáculo do desconhecimento lingüístico. Isso se deu, por exemplo, no movimento conhecido como Inconfidência da Bahia, em 1798. Manoel José de Melo, branco, casado, que vivia de negócio, declarou que

logo que foi preso Luís Gonzaga das Virgens *se fez público ser a prisão* do dito por causa de uns papéis sediciosos, que tinham aparecido nos lugares mais e que as matérias deduzidas nos mesmos papéis se dirigiam a um levante projetado nesta mesma cidade [...] *sendo também notório* que os interessantes nela aliciavam escravos para o mesmo levante; e que, ao fim de habilitarem algumas pessoas para ele, haviam uns cadernos, que tinham sido traduzidos do francês em português, nos quais se tratava de matéria sediciosa; [...] que era contra a religião, e Estado.⁴¹

Junto com a língua francesa, de fato, vinham associações com idéias subversivas, do ponto de vista religioso e político. Os chamados Inconfidentes do Rio de Janeiro, em 1794, são outros exemplos. Eles foram acusados, por José Bernardo da Silveira Frade, de falar sobre a “liberdade, depois de haverem lido alguns discursos na língua francesa contra a soberania dos monarcas”,⁴² desenvolvendo “várias reflexões tendentes a fazer odiosas as monarquias, mostrando uma grande paixão contra elas e inclinação às repúblicas”;⁴³ o mesmo denunciante acrescentava que o pardo Antônio Joaquim tinha sido admitido nas conversas com os supostos conspiradores “por saber bem francês”.⁴⁴ A difusão da língua francesa, além de fazer parte de um movimento de renovação das idéias e de transformações políticas, materializava-se na existência de professores que ensinavam a língua, como João de Sezarão, francês de Angers, morador na rua do Cano, atual rua Sete de Setembro, no Rio de Janeiro

⁴¹ A INCONFIDÊNCIA da Bahia: devassas e seqüestros, v. 1, p. 84-85.

⁴² AUTOS de devassa: prisão dos letrados do Rio de Janeiro, p. 38.

⁴³ *Ibid.*, p. 46-47.

⁴⁴ *Ibid.*, p. 41.

de fins do século XVIII,⁴⁵ e, ainda, na presença de livros franceses, como sucedia com Cipriano José Barata d'Almeida, homem branco, cirurgião, personagem envolvido na Inconfidência Baiana de 1798: dentre os livros de sua posse que foram apreendidos pela repressão, boa parte deles estava em francês, podendo ser citados *Leçons de droit de la nature et des gens*, de Fortuné Barthélemy de Felice, italiano que se envolveu na publicação da *Encyclopédie d'Yverdon*, e *Oeuvres*, de Condillac, ambos liberados pela censura portuguesa, em 1804, aos que tivessem licença para lê-los, uma vez que eram proibidos. Anos antes, em 1790, registrou-se a entrada ou saída de Lisboa de livros para Barata, dentre eles a *Química*, de Lavoisier, sendo retido o livro *Henriade*, de Voltaire.⁴⁶ Não apenas contestadores interessavam-se pela língua francesa, saliente-se. Boa parte dos oficiais do general Luís do Rego Barreto, ligado à repressão da Revolução Pernambucana de 1817, falava corretamente o francês, por exemplo.

Um romance e o ensino de línguas

Se até aqui examinei a política da Coroa lusitana em relação à língua portuguesa, bem como os nexos e os modos como pessoas de diferentes grupos sociais conectaram língua, poder e sociedade, numa chave que aponta para a monarquia, a religião e a hierarquia estamental, fosse para conservar tais elementos, fosse para miná-los, quero agora falar rapidamente sobre um livro que trazia contribuições para o ensino de línguas e estava presente na circulação livreira entre Portugal e Brasil. Trata-se da obra *Ilha incógnita, ou Memórias do cavalheiro de Gastines*, de Mr. Grivel,⁴⁷ que constitui uma evidência de que alguns romances tinham o objetivo explícito de instruir, além de divertir e, até mesmo, edificar.⁴⁸ Tal objetivo é perceptível em seu tomo III. Ao lado de capítulos que apresentam ao

⁴⁵ Ibid., p. 96.

⁴⁶ A INCONFIDÊNCIA da Bahia: devassas e seqüestros, v. 1, p. 90-91, 107-108.

⁴⁷ GRIVEL, Mr. *Ilha incognita, ou Memórias do cavalheiro de Gastines escritas em francez, e publicadas por...*

⁴⁸ Referências bibliográficas e análises sobre este tema encontram-se em: VILLALTA, Luiz Carlos. *Censura e prosa de ficção: perspectivas distintas de instruir, divertir e edificar?*

leitor as venturas e desventuras do cavalheiro de Gastines e sua esposa, náufragos numa ilha incógnita, com filhos a criar (o romance parece ser uma espécie de “versão família” de *Robinson Crusoe*, de Daniel Defoe, publicado em 1719), estão outros, nomeadamente os capítulos 25, 26, 27, 29 e 30, cujos títulos indicam um conteúdo pedagógico:

Do que se contém neste Tomo Terceiro

Cap. XIX. <i>Dispõe-se Leonor a desposar-se com o Cavalheiro. Cerimonia do casamento. Quadro da felicidade dos dous Esposos.</i>	p. 3
Cap. XX. <i>Augmento dos trabalhos: cultura dos campos mais acrescentada: construcção de huma casa; occupações particulares de Leonor: annúncio de huma gravidação</i>	27
Cap. XXI. <i>Regimem de vida de Leonor: attenção do Cavalheiro sobre o estado de sua esposa: caça, pesca, Inverno: preparações para o parto de Leonor, &c.</i>	58
Cap. XXII. <i>Feliz parto de Leonor, que dá à luz dous filhos: seu sustento: educação fysica da primeira idade, &c</i>	70
Cap. XXIII. <i>Novas gravidações: no-[p. 251] novos partos: accrescentamento dos cuidados da mãe, e dos trabalhos do pai</i>	94
Cap. XXIV. <i>Perigo que correm dous filhos do Author, e a sua Esposa</i>	100
Cap. XXV. <i>Continuação da educação fysica dos filhos do Author</i>	112
Cap. XXVI. <i>Continuação da educação fysica dos filhos do Author</i>	137 ⁴⁹
Cap. XXVII. <i>Ensina o Author a seus filhos a lavoura, e Agricultura</i>	144
Cap. XXVIII. <i>Caracteres dos filhos do Author</i>	166
Cap. XXIX. <i>Ensina o Author a seus filhos as artes mecanicas de primeira necessidade: progressos que nellas fazes</i>	200
Cap. XXX. <i>Industria, e methodo do Author para ensinar a seus filhos as primeiras letras, a Grammatica, as linguas, &c</i>	229 ⁵⁰

⁴⁹ É isto mesmo, dois capítulos com o mesmo título.

⁵⁰ GRIVEL, Mr. *Ilha incognita, ou Memorias do cavalheiro de Gastines escritas em francez, e publicadas por...*, tomo 3, Índice.

Da mesma maneira, no tomo IV, vêem-se títulos, de um mesmo capítulo, o de número 37, que sugerem que a instrução contida no livro possuía um caráter político explícito:

INDICE

Cap. XXXVII. <i>Regulações politicas; Leis fundamentais da sociedade;</i>	
<i>Leis positivas</i>	150
<i>Leis fundamentaes da sociedade policiada</i>	167 ⁵¹

O capítulo 30, “*Industria, e methodo do Author para ensinar a seus filhos as primeiras letras, a Grammatica, as linguas, &*”, do tomo III, traz um verdadeiro método de alfabetização e de ensino de línguas, ao lado de reflexões sobre a história e seu ensino e, ainda, sobre noções de ciências, belas-letras, direito natural e moral. Sobre o ensino em geral e o começo do “ensino de letras”, vê-se, primeiro, a idéia de que a instrução é um processo cooperativo, dentro do qual se devem privilegiar inicialmente os “objetos palpáveis”, os “conhecimentos ativos”, introduzindo, só depois, os “estudos contemplativos”, sendo o das “letras” essencial para se desenvolverem tais “estudos”, como a história e as “ciências abstratas”.⁵²

⁵¹ *Ibid.*, tomo 4, Índice.

⁵² “Ah, como he possível, me diria elle, que duas pessoas sozinhas pudessem abranger a tantos empregos diversos, e a todos os cuidados que demandava huma instrucção tão extensa?

Mas era porque sabiamos aproveitar o tempo, não fazendo as cousas senão a proposito, e na sua respectiva ordem. Era porque estavamos inteirados do grande segredo de ensinar, que consiste em saber discernir a subordinação dos conhecimentos, e desviar os espinhos, escondendo a idéa do trabalho debaixo do engodo da curiosidade. Era finalmente porque instruidos os mais velhos, vierão estes a ser nossos cooperadores na instrucção de seus irmãos; e porque o seu exemplo, e a sua experiencia nos desembaraçáráo de huma parte dos cuidados do ensino, e concorrêrao mui felizmente a adiantar-lhe os progressos.

Tambem podera causar admiração que na História dos conhecimentos dos nossos filhos ainda não fiz menção senão daquelles, que versão sobre objectos palpaveis, e nem palavra tenho dito do ensino das letras, não sendo verosimil que eu quizesse deixallos na ignorancia deste objecto olhado na educação da nossa Europa como o unico importante. Não, certamente, esta não era a minha idéa. He verdade que eu estava mui longe de o estimar como fim unico da educação, e mesmo, na nossa posição, com o mais util: os conhecimentos activos devião prevalecer entre nós aos contemplativos; mas isto não obstava a que eu olhasse as letras, por cujo meio os conhecimentos especulativos, a historia, as sciencias abstractas são transmitidas de geração em geração á posteridade, como huma cousa summamente

Em seguida, aborda-se a alfabetização, apresentando-se uma metodologia que privilegia o emprego de objetos palpáveis, extraídos do “livro da Natureza” que se encontrava disponível para as crianças (e isso parece claramente ter conexões com os pressupostos do *Emílio*, de Rousseau).⁵³ O protagonista revela, na verdade, sua repulsa às formas então tradicionais de ensino, que se baseavam no aprendizado das letras do alfabe-

agradável, e necessaria a huma sociedade, e segundo este meu systema, leva muito em gosto participar á minha familia as vantagens que ellas procurão; mas primeiro não quiz servir-me delles senão para dar a conhecer a meus filhos o mais simples, e o mais sensível que ensinão, reservando para a idade da razão tudo o que requiere combinações do juizo, e esforços de reflexão.” (Ibid., tomo 3, p. 229-230.)

- ⁵³ “Consequentemente a tudo isto tinha em pensado, que para produzir huma mudança vantajosa no ensino era preciso não fazer menção primeiramente senão de objectos sensíveis, ajuntando, quando coubesse no possível, a imagem dos objectos ao nome que se lhes dá; que he assim que nós aprendemos a fallar na infancia, e a conhecer naturalmente tudo o que nos cerca. O livro da Natureza estava aberto diante dos meus filhos, mas a Ilha não encerrava tudo, quanto nelle se pôde ler; e assim era conveniente instruillos no que elle mostrava em outras partes, e nos conhecimentos que outros nelle tinham bebido. Eis-aqui o meio de que me servi para supprir ao que nos faltava a este respeito, e o que pratiquei para lhes ensinar com successo as letras, e as línguas” (Ibid., tomo 3, p. 233). Todas essas considerações encontradas no romance apresentam afinidades com o que se vê em *Emílio ou da educação*, de Rousseau, tratado pedagógico escrito numa linguagem semelhante à de romance e no qual se fixam os princípios, métodos, conteúdos, etc. a serem seguidos na educação de Emílio, um pupilo imaginário. Rousseau, com efeito, entendia que as crianças “raciocinam muito bem em tudo o que conhecem e se relacione com seu interesse presente e sensível” (ROUSSEAU, J.-J. *Emílio ou da educação*, p. 114), do que conclui que os objetos de seus estudos não lhes devem ser alheios (p. 115), que o ensino precisa considerar o interesse das mesmas (p. 128) e partir do próximo, do sensível, de “si mesmo” (p. 129), não se usando com elas “nenhum livro além do livro do mundo, nenhuma instrução a não ser os fatos. A criança que lê não pensa, só lê, não se instrui, aprende palavras” (p. 209). Rousseau manifesta ódio aos livros (no que se refere ao seu uso no ensino das crianças, concebendo a leitura como “o flagelo da infância”), abrindo exceção apenas para o romance *Robinson Crusoe*, de Daniel Defoe (fonte de inspiração óbvia de *Ilha incógnita*, de Grivel), o qual constituiria por muito tempo a biblioteca inteira de Emílio (p. 127 e 232-233). O método de ensino postulado por Rousseau, enfim, requer que se ensinem, primeiramente, “o que são as coisas em si mesmas” e, depois, o que elas “são a nossos olhos”, forma pela qual o aprendiz seria capaz “de comparar a opinião à verdade e elevar-se acima do vulgo, pois não conhecemos os preconceitos quando os adotamos e não conduzimos o povo quando nos parecemos com ele” (p. 236); envolve a mobilização do corpo, o uso da observação e da experiência (p. 205), o apelo à curiosidade, à problematização e à realização de descobertas; assenta-se na razão e não na autoridade (p. 206); passa pelo aprender por si mesmo (p. 219). Ele condena a educação tagarela, aquela assentada na fala do professor, conclamando este a se dirigir (assim como a seus alunos) às coisas! Em seus próprios termos: “Não gosto das explicações em forma de discurso. Os jovens prestam pouca atenção nelas e não as retêm. Às coisas! Às coisas! Nunca terei repetido suficientemente que damos poder demais às palavras. Com nossa educação tagarela, só criamos tagarelas.” (p. 225.)

to, que tomavam o homem como um sujeito “meramente intelectual”, assentando-se na memorização em detrimento do entendimento:

Nunca me tinha agradado o modo commum de ensinar os meninos a ler: esta rotina, que faz nomear as letras do alfabeto successivamente, e lhes dá hum som que não conservão na leitura me tinha sempre parecido longa, penosa, e indigesta. Muitas vezes me tinha admirado que em huma cousa desta importancia não tivesse havido cuidado de simplificar o ensino. Além disso tinha observado que no modo de ensinar os elementos dos conhecimentos, não se considerava nesta parte o homem senão como puramente intellectual, não lhe apresentando outra cousa mais do que caracteres alfabeticos, e palavras, sinaes arbitrarios, que se gravão na sua memoria só imperfeitamente, sem se atender a que pelos órgãos he que elle recebe as suas idéas, e que só o sentimento as pode fixar.⁵⁴

Complementando, o protagonista informava sobre o método, cujos detalhes não serão explicitados aqui: “De comum acordo com Leonor compusemos um livro de figuras iluminadas, que traçamos em pergamino: os objectos que nele pintamos eram para eles os mais necessários a conhecer.”⁵⁵ Todo o percurso do capítulo revela o seu caráter pedagógico, trazendo uma metodologia que, à primeira vista, parece inovadora, considerando-se os padrões de então e, repito, inspirada possivelmente em Rousseau, com sua ênfase na importância dos sentidos e do uso das “coisas” na aprendizagem. Nota-se, também, uma visão sobre a história como um conhecimento pleno de mentiras, algo denunciado pelos leitores que caíram nas malhas da Inquisição e apontado por outros romancistas, ambos os grupos interessados em sublinhar seu caráter de invenção humana desprovida de objetividade e sujeita a interesses,

⁵⁴ GRIVEL, Mr. *Ilha incognita, ou Memórias do cavalheiro de Gastines escritas em francez, e publicadas por...*, t. 3, p. 231-232.

⁵⁵ *Ibid.*, tomo 2, p. 233.

diluindo-se as fronteiras entre ficção e história (o que também era feito por Rousseau, por exemplo).⁵⁶

Conclusão

Neste texto, reuni uma série de notas esparsas de pesquisa que apontam para a articulação entre livros, língua e leitura. Tomei Brasil e Portugal como partes de uma mesma unidade. Avaliei a política governamental relativa ao ensino de línguas, os modos pelos quais diferentes atores lidaram com elas, procurando sublinhar, nisto tudo, a articulação entre línguas, poder político e religioso e hierarquia social. Na segunda parte, concentrei-me num caso específico de livro, um romance, que estabelece alguns princípios para o ensino de línguas. Entre as políticas, os leitores e o romance, malgrado as diferenças de fins, propósitos e caráter, parece-me evidenciar-se um trato das línguas que não as toma como “encadeamento de letras do alfabeto”, expressão que uso aqui no sentido literal e metafórico (isto é, tomando a língua como algo não redutível a si mesma, mas mergulhada em relações de poder, historicamente constituídas). Essa relação íntima entre línguas e uma realidade maior, que se quer ora cercar, ora conduzir, ora ampliar, foi o que procurei evidenciar neste texto.

⁵⁶ ROUSSEAU, J.-J. *Emílio ou da educação*, p. 312-318.

Fontes manuscritas

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT):

Real Mesa Censória/ Real Mesa da Comissão Geral/ Desembargo do Paço

1. Editais, Ordens, Sentenças, Caixa 1.

Inquisição

1. Inquisição de Coimbra, Caderno do Promotor nº 119 (1779-1796), livro 411.

2. Inquisição de Lisboa, processo 1489, maço 131.

3. Inquisição de Lisboa, maço 58, p. 270-328v.

4. Inquisição de Lisboa, Caderno do Promotor nº 130 (1778-1790).

5. Inquisição de Lisboa, Caderno do Promotor nº 128 (1757-1767), livro 317.

Referências bibliográficas

A INCONFIDÊNCIA da Bahia: devassas e seqüestros. Separata de: *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1931.

AUTOS de devassa: prisão dos letrados do Rio de Janeiro (1794). Niterói: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro: UERJ, 1994.

DARNTON, Robert. *Os dentes falsos de George Washington*: um guia não convencional para o século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

DOMINGUES, Ângela. A educação dos meninos índios no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Coord.). *Cultura portuguesa na Terra de Santa Cruz*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995. p. 67-77.

FERNANDES, Rogério. *Os caminhos do ABC*: sociedade portuguesa e ensino de primeiras letras. Porto: Porto Ed., 1994.

GOMES, Plínio Freire. *Um herege vai ao Paraíso*: cosmologia de um ex-colono condenado pela Inquisição (1640-1744). São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

GRIVEL, Guillaume. *Ilha incognita, ou Memórias do cavalheiro de Gastines escritas em francez, e publicadas por...* Traduzidas em portuguez. Lisboa: Regia

Officina Typografica, 1802. 6 v. O título e edição originais são: *L'Isle inconnue, ou Mémoires du chevalier Des Gastines / recueillis et publiés par M. Grivel*. Moutard: Paris, 1783-1787. 6 v). Disponível em: <<http://gallica2.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k821309.modeAffichageimage.r=La+Biblioth%C3%A8que+des+Merveilles.fl.langFR.tableDesMatières#>>.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.

LAJOLO, Marisa. Sociedade e literatura: parceria sedutora e problemática. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). *Sociedade e linguagem*. Campinas: Unicamp, 1997. p. 63-92.

MIGNE, L'Abbé. *Encyclopédie théologique*. Paris: J.P. Migne, 1853, vol. 12. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=sQYJAAAQAQAJ&pg=RA1-PT308&lpg=RA1-PT308&dq=dictionnaire+des+heresies+fran%C3%A7ois+pluquet&source=web&ots=VPCyIEX0WT&sig=N0OaxHfJgaLK04aPxCSXVTJaJN0&hl=pt-BR>>. Acesso em: fev. 2008.

ROMEIRO, Adriana. *Um visionário na corte de D. João V: revolta e milenarismo em Minas Gerais*. Campinas, 1996. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas.

ROUSSEAU, J.-J. *Emílio ou da educação*. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

VIEIRA, Antônio. *Sermões do padre Antônio Vieira*. São Paulo: Anchieta, 1944. Fac-símile da edição de 1683.

VILLALTA, Luiz Carlos. Censura e prosa de ficção: perspectivas distintas de instruir, divertir e edificar? *Anais de História de Além Mar*, Lisboa: UNL, v. 6, p. 253-296, 2005.

Colonização lingüística

Nheengatu: a outra língua brasileira¹

José Ribamar Bessa-Freire²

Gostaria de começar falando sobre como cheguei ao meu tema – a história das línguas na Amazônia – e, mais concretamente, a trajetória de uma delas: a língua geral, também chamada de *nheengatu*, que é a outra língua brasileira.

No início dos anos 70 do século passado, comecei um doutorado em história com o professor Ruggiero Romano na École des Hautes Études en Sciences Sociales, em Paris. O tema da minha pesquisa, influenciado teoricamente pela literatura marxista, era a organização do proletariado agrícola na Amazônia no período áureo da borracha (1870-1914). Quando voltei ao Brasil e comecei a entrar nos arquivos, constatei que ali nada havia sobre trabalhadores agrícolas assalariados, a documentação estava repleta, sobretudo, de índios e de seringueiros nordestinos, endividados pelo sistema do “barracão”. Descobri, então, que meu objeto de estudo não existia. Na verdade, nunca tinha existido, só na minha cabeça. Comuniquei, então, a Ruggiero Romano a inexistência dos trabalhadores agrícolas e passei a me preocupar com a organização da força de trabalho indígena no mesmo período e na mesma região. Os arquivos, portanto, foram responsáveis pela mudança do meu tema.

¹ Texto transcrito e editado por Marcos Abreu e revisto pelo autor. As notas são do autor.

² Professor da Pós-graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e coordenador do Programa de Estudos dos Povos Indígenas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Trabalha com história das línguas e narrativas orais indígenas. É autor do livro *Rio Babel: a história das línguas na Amazônia*, publicado em 2004.

Língua e história

A pesquisa em arquivos, eu devo em grande medida à professora Maria Yedda Linhares que, em 1977, coordenou o projeto de Levantamento de Fontes para a História da Agricultura do Norte-Nordeste: 1850-1950, no Curso de mestrado em Desenvolvimento Agrícola da Fundação Getúlio Vargas. Foi ela, minha ex-professora na Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi), no Rio, que me chamou para coordenar a equipe do Norte. Naquele momento, eu já era professor da Universidade Federal do Amazonas.

Essa pesquisa me levou aos arquivos locais do Amazonas, que estavam desorganizados e empobrecidos, mas continham dados que eu desconhecia. Foi aí que eu descobri que a maioria da população da recém-criada província do Amazonas, em meados do século XIX, não falava o português como língua materna. Sou amazonense e fiquei muito assustado porque aquilo mexia com minha própria identidade. Eu me senti um pouco enganado: por que nunca me disseram isso? Em 1850, a metade da população da cidade de Manaus, que era a capital da província, não falava o português como língua materna! Percebi, então, que a língua podia ser um elemento ordenador dos dados que eu havia encontrado, mas que não sabia como organizar. Ela podia, por exemplo, me ajudar a explicar os mecanismos de organização da força de trabalho indígena, tema que me interessava naquele momento.

Com essa perspectiva, escrevi um longo artigo publicado na revista *Ameríndia*, da Universidade Paris VII, em 1983, sobre a trajetória da língua geral, ou nheengatu.³ O artigo teve boa acolhida por parte dos lingüistas, dos antropólogos e dos próprios índios. Os lingüistas Aryon Rodrigues, hoje na UnB, Gerard Taylor, da Universidade Paris VII, e Dennis Moore, do Museu Goeldi, bem como a antropóloga Berta Ribeiro fizeram referências a ele em seus trabalhos e me estimularam a continuar a pesquisa. Nos cursos ministrados a professores indígenas, eles manifestavam vontade de discutir a questão. Então, quando resolvi retomar o doutorado, o tema escolhido foi justamente esse, e optei pela área

³ FREIRE, José R. Bessa. Da fala boa ao português na Amazônia brasileira.

de literatura comparada, considerando que ali encontrava mais espaço para uma reflexão transdisciplinar. A História Social da Linguagem é, até hoje, um campo de estudo pouco explorado, porque os lingüistas, sem as ferramentas do historiador, não entram nos arquivos. Já os historiadores não recebem uma formação teórica que lhes permita trabalhar o tema e, segundo os lingüistas, os historiadores sequer sabem o que é a língua. Os lingüistas confessam que eles, lingüistas, também não sabem, mas sabem que não sabem, enquanto os historiadores pensam que sabem.

Peter Burke, historiador que atravessou os dois campos, destacou a História Social da Linguagem como um campo promissor para a cooperação interdisciplinar.⁴ Seu foco central incide sobre a história externa das línguas, seus usos, suas funções, e procura identificar por que historicamente algumas línguas se expandem e outras se retraem; por que algumas línguas ganham novos falantes e novas funções e outras se extinguem. Para tanto, é necessário trabalhar com a documentação histórica, usando, porém, conceitos e noções que são formulados fora do campo da história, mais concretamente pela sociolingüística, disciplina que só começa a ganhar maior consistência a partir dos anos 1960-1970, procurando analisar a língua como instituição social, como parte constitutiva da cultura. A sociolingüística concebe a língua como uma força ativa na sociedade: um meio pelo qual indivíduos e grupos controlam outros grupos, ou resistem a esse controle; um meio que contribui para mudar a sociedade, ou até para impedir a mudança; um meio para afirmar ou para suprimir identidades culturais; um meio, enfim, para viabilizar ou dificultar um projeto econômico.

De posse de algumas noções da sociolingüística, como *política de línguas*, *línguas em contato*, *bilingüismo*, etc. comecei a trabalhar algumas fontes históricas, mas os dados sobre línguas eram muitos, dispersos e fragmentados. Depois da documentação encontrada em arquivos do Amazonas no projeto com Maria Yedda Linhares, uma bolsa da CAPES me permitiu consultar, durante três anos, arquivos europeus,

⁴ BURKE, Peter. *A arte da conversação*.

mais especificamente de Portugal, Espanha e França. Posteriormente, no Rio de Janeiro, nós trabalhamos no projeto Guia de Fontes para a História Indígena e do Indigenismo, organizado por Manuela Carneiro da Cunha e John Monteiro, do Núcleo de História Indígena da USP. Coordenei uma equipe de pesquisadores, durante quase três anos, em 25 grandes arquivos do Rio de Janeiro, alguns de porte nacional. Os resultados apareceram em duas publicações: uma da USP e outra da UERJ,⁵ com um mapeamento da documentação. E aí encontrei informações sobre língua. Elas são encontradas também nas crônicas e relatos de missionários, dos capuchinhos franceses, das expedições européias, todos ricos em dados. Esses dados sobre língua, no entanto, aparecem dispersos, fragmentados, da mesma forma que nas notícias geográficas, nas relações históricas, nos roteiros de viagens de funcionários, nos relatórios de visitas pastorais dos bispos, nos documentos administrativos dos governadores, alvarás, cartas régias e correspondências com a metrópole. Trabalhamos a documentação tentando sistematizar essa informação que estava dispersa. Parte dessa documentação que está na Europa foi, inclusive, reproduzida no século XIX pelo IHGB. E alguns desses documentos foram trabalhados pelos tupinólogos do final do século XIX. Enfim, a documentação existe, mas é preciso interrogá-la. Como dizia o historiador Lucien Febvre, o documento só responde se perguntarmos.

O estado da questão

No Brasil, apesar de sua relevância, o campo da história social das línguas foi até agora pouco explorado. Os documentos não foram, portanto, suficientemente interrogados. Há alguns autores que se preocuparam com a história da língua portuguesa, mas ignoraram a existência das línguas indígenas e, em consequência, não discutiram a situação de contato delas com o português. Há ainda aqueles que deram inclusive

⁵ MONTEIRO, John M. (Org.). *Guia de fontes para a história indígena e do indigenismo em arquivos brasileiros*; FREIRE, José R. Bessa (Org.). *Os índios em arquivos do Rio de Janeiro*.

um tratamento preconceituoso às línguas indígenas. Lembro aqui de Serafim da Silva Neto, Silva Elia, em menor escala do próprio Barbosa Lima Sobrinho, de Antônio Houaiss, entre outros.⁶ O Serafim Neto, por exemplo, afirma que “a vitória da língua portuguesa não se deve pela imposição violenta da classe dominante. Ela explica-se pelo seu prestígio superior, que forçava os indivíduos ao uso da língua que exprimia a melhor forma de civilização”.⁷ Essa afirmação reforça os preconceitos sobre ‘língua rica’ e ‘língua pobre’ que não tem qualquer respaldo da lingüística e ignora as políticas de línguas da Coroa portuguesa, no período colonial, e do Estado neobrasileiro.

A historiografia brasileira, na sua ânsia de *imaginar uma comunidade nacional*, na perspectiva assinalada por Anderson,⁸ organizou, entre outros, dois esquecimentos relacionados diretamente com a trajetória histórica das línguas na Amazônia, sobre os quais vou falar agora, com base na documentação trabalhada no livro *Rio Babel*.⁹

O primeiro esquecimento contribuiu para a construção de uma unidade territorial e política da nação brasileira, como se ela já estivesse pronta desde 1500, quando sabemos que Portugal, da mesma forma que a Espanha, manteve mais de um estado na América. Portugal criou dois estados: o Estado do Brasil e Estado do Maranhão e do Grão-Pará. Cada um com seus governadores, legislação própria, dinâmica histórica própria. Em 1822, o Estado do Brasil declara sua independência, e o Estado do Pará (já não era mais “Maranhão e Grão-Pará”) se mantém fiel a Portugal. Só um ano depois, em 1823, o Estado do Brasil, ajudado pela esquadra inglesa, obriga o Estado do Pará a aderir a ele e a integrá-lo como mais uma província. Mas isso também não é discutido nas escolas,

⁶ SILVA NETO, Serafim da. *História da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1970. ELIA, Sílvio. *A unidade lingüística do Brasil*. Rio de Janeiro: Padrão, 1979. LIMA SOBRINHO, Barbosa. *A língua portuguesa e a unidade do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1958. HOUAISS, Antônio. *O português no Brasil*. Rio de Janeiro: Unibrade, 1985.

⁷ SILVA NETO, Serafim da. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*, p. 61.

⁸ ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*.

⁹ FREIRE, José R. Bessa. *Rio Babel, a história das línguas na Amazônia*.

porque parece que, ao lembrarmos de tal fato, estamos atentando contra a unidade nacional.

O outro esquecimento organizado é aquele que construiu uma unidade lingüística com base no português como se, desde 1500, essa fosse a única língua falada pelos brasileiros. Quer dizer, em um passe de mágica, a simples chegada de Cabral funcionou como a descida do Espírito Santo em forma de língua de fogo, e todo mundo começou a falar português, já que se ignorou a existência das línguas indígenas. Ora, antes de o português se tornar a língua hegemônica, duas línguas de base indígena se expandiram durante o período colonial, cresceram e se transformaram em línguas do Brasil e do Grão-Pará, permitindo a comunicação interétnica entre índios, portugueses e negros: a língua geral paulista (LGP) e a língua geral amazônica (LGA).

Três importantes historiadores contribuíram para questionar essa unidade territorial e lingüística. O primeiro deles é Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*,¹⁰ em cuja segunda edição ele incorporou alguns artigos de sua autoria, publicados primeiramente no jornal *Estado de São Paulo*. Tais artigos são primorosos, porque trazem dados que permitem romper com essa ideologia da unidade lingüística. Ele trabalhou com documentação de arquivo, mostrando, inclusive, testamentos em cartórios redigidos em língua geral.

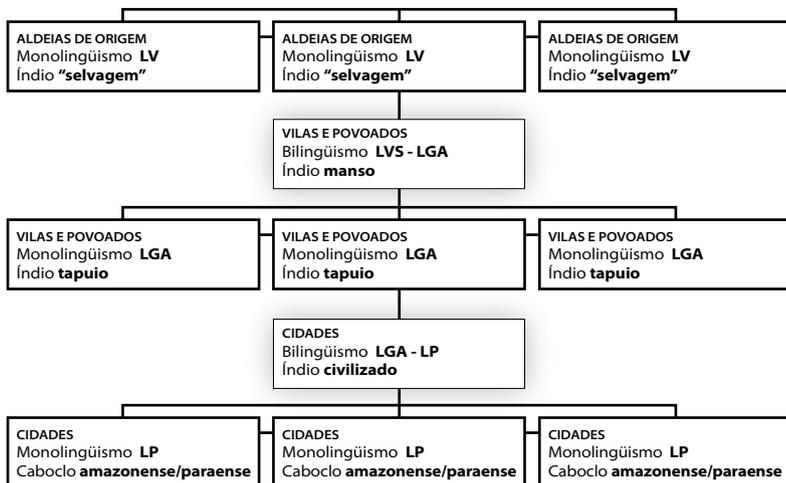
O outro historiador era da Amazônia: Artur Ferreira Reis, ex-professor da UFF, que tem uma visão muito preconceituosa e etnocêntrica sobre as línguas indígenas. Ele se refere a elas dizendo que são quase como *urros guturais, grunhidos ininteligíveis* que não se podia entender. Então não eram línguas! Mas esse historiador tem uma importância muito grande, porque trabalhou com documentação histórica até então inédita, e, portanto, ofereceu muitas dicas para quem quer estudar essa questão e interrogar os documentos com perguntas diferentes das que foram feitas por ele.¹¹ É um grande historiador, apesar de sua visão pró-

¹⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*.

¹¹ REIS, Artur César Ferreira. A língua portuguesa e a sua imposição na Amazônia; e ainda *A expansão portuguesa na Amazônia nos séculos XVII e XVIII*.

lusa. Não enxergou o índio, mas trabalhou de forma muito séria a documentação, rompendo, assim, com a idéia de que a Amazônia estava integrada ao Brasil desde sempre.

Por fim, existe a contribuição de José Honório Rodrigues, que publicou um artigo em 1983, citado na programação desse seminário.¹² É um belíssimo artigo, pois abre muitas pistas interessantes para quem quer trabalhar o tema, ainda que sua visão sobre a formação da língua geral seja questionada pelos lingüistas, porque ele se refere ao tupi jesuítico como uma invenção dos jesuítas. Nós discutimos esses trabalhos em um primeiro colóquio sobre línguas gerais que foi organizado pela UERJ e pela UFRJ, no ano 2000, reunindo lingüistas e historiadores, e que teve



- LV** Língua vernácula
- LVS** Línguas vernáculas
- LGA** Língua geral amazônica
- LP** Língua portuguesa

como resultado a publicação *Línguas gerais, política lingüística e catequese na América do Sul no período colonial*, organizado por mim e pela pro-

¹² RODRIGUES, José Honório. A vitória da língua portuguesa no Brasil Colonial.

fessora Maria Carlota Rosa, da UFRJ.¹³ Depois, o debate continuou em vários eventos de âmbito nacional e internacional.¹⁴

Mas a questão básica que formulamos a partir desses documentos consultados é a seguinte: como e quando a Amazônia começou a falar o português? Dessa questão se derivam outras: como é que a Amazônia, habitada por índios que falavam tantas línguas diferentes, passou a falar majoritariamente o português? Como consequência dos contatos dessas línguas, qual é o português falado na Amazônia e o que aconteceu com as línguas indígenas que davam inteligibilidade à região?

A trajetória das línguas

No trabalho *Rio Babel*, procurei recompor o quadro de línguas da Amazônia no século XVI, com base nessa documentação, para acompanhar a formação da língua geral e o transplante da língua portuguesa para a região. Discuti a formação do português regional e as mudanças provocadas nas línguas indígenas, bem como o contato entre línguas. Propus uma periodização das políticas de línguas, delimitando as fases históricas, as localizações, as funções, a expansão de algumas línguas e a retração de outras. No final, tentei demonstrar como a língua geral, já no final do século XIX, foi perdendo progressivamente funções e usuários para a língua portuguesa. Vou esboçar algumas respostas para os problemas formulados, resumidos aqui de forma esquemática.

A região que constituía o que é hoje a Amazônia brasileira era – é ainda, apesar da extinção de muitas línguas – um arquipélago tão multiétnico e plurilíngüe, que o padre Vieira denominou o rio Amazonas de rio Babel. Ali eram faladas mais de 700 línguas. Eu trabalhei a questão histórica, orientado pela obra de um grande lingüista tcheco, Cestmir

¹³ FREIRE, José R.; ROSA, Carlota (Org.). *Língua geral e política de línguas*: 1º Colóquio sobre Língua Geral.

¹⁴ Além de trabalhos apresentados nos encontros da ANPOLL, cabe destacar: “*Identidade e línguas na Amazônia*: fontes históricas” trabalho apresentado no Simpósio: “Languages in the Amazon and its neighbouring areas: 50th International Congress of Americanists. Varsóvia. 2000. “*Escuela y museo indígena en Brasil*: etnicidad, memoria e interculturalidad”. IV International Symposium: Joint Research on State, Nation and Ethnic Relations. Osaka, 2000.

Loukotka,¹⁵ que fez uma classificação de línguas da América do Sul com base na documentação histórica. Ele destaca que no século XVII, dentro do que é a Amazônia brasileira, eram faladas aproximadamente 718 línguas. A chegada do europeu significou uma ruptura nesse quadro de línguas. Quando Portugal criou o Estado do Maranhão e do Grão-Pará, a Igreja e o Estado tentaram buscar uma unidade lingüística, formulando uma política de línguas, ou seja, um conjunto de medidas políticas destinadas a viabilizar o projeto colonial.

A política de línguas distinguia dois tipos de línguas: de um lado, havia as línguas particulares e, de outro, as línguas gerais. As gerais eram aquelas que permitiam a comunicação interétnica entre falantes de diferentes línguas particulares e que compartilhavam determinado espaço geográfico. Os portugueses fortaleceram, então, as línguas gerais nos dois Estados que eles tinham na América. Eles fortaleceram o que os lingüistas hoje chamam de LGP (língua geral paulista), falada no litoral brasileiro, a partir do tupi de São Paulo. Eles investiram também na LGA (língua geral amazônica), formada a partir do tupinambá, que era uma língua de filiação tupi, falada na costa do Salgado entre São Luís do Maranhão e Belém. Em conseqüência disso, em menos de quatro séculos ocorreu um processo de deslocamento lingüístico entendido como um processo de transferência que se caracteriza pelo abandono de uso de certas línguas em favor de outras ao longo de várias gerações. Na Amazônia, esse processo é múltiplo e complexo.

Elaborei um pequeno quadro para tentar explicar isso. O quadro é simples, mas me deu trabalho criá-lo, como um grande esforço de síntese. Com apoio de evidências históricas, podemos imaginar vários cenários desse deslocamento lingüístico, cuja evolução pode ter ocorrido, *grosso modo*, da seguinte forma, envolvendo cinco momentos:

Deslocamento Lingüístico na Amazônia

1. O quadro parte do reconhecimento de que existiam mais de setecentas línguas particulares, faladas por índios tribais em suas aldeias de

¹⁵ LOUKOTKA, Cestmir. *Classification of South American Indian Languages*.

origem, em todas as práticas sociais da comunidade. Eles eram monolíngües, numa língua vernácula, e foram chamados de *selvagens* pelos portugueses, entre outras razões, porque só podiam se comunicar com o pequeno grupo do qual faziam parte. No entanto, parece que havia, embrionariamente, um processo de formação de língua geral. De qualquer forma, é certo que os jesuítas perceberam que o tupinambá falado na costa do Salgado, entre São Luiz e Belém, podia ser compreendido por alguns outros grupos e incentivaram esse processo: explicitaram a gramática dessa língua, traduziram hinos religiosos, catecismos, etc. E essa língua passou então a circular na Amazônia e a crescer, porque povos de diferentes filiações lingüísticas eram obrigados a usá-la nas aldeias de repartição controladas pelos jesuítas.

2. Portanto, temos um momento no período colonial da Amazônia, quando esses '*índios selvagens*', monolíngües numa língua particular – em geral adultos do sexo masculino – saíam compulsoriamente de suas aldeias, requisitados como força de trabalho pela sociedade regional, e aí encontravam outros indivíduos de diversas procedências lingüísticas, todos eles interagindo em outra língua – a geral – o que implicava práticas bilíngües (LV – LGA), com diferentes níveis de competência. Adquiriam assim uma nova referência identitária, sendo conhecidos agora como '*índios mansos*'. A língua geral amansava aquele *índio selvagem*, porque permitia que ele, então, se comunicasse com outros grupos.

3. À medida que esses '*índios mansos*' fixavam residência fora da aldeia de origem e permaneciam nas vilas e povoados, casavam-se com índias de diferentes etnias e abandonavam – por falta de interlocução – suas práticas sociais em LVs, deixando de legar aos seus descendentes essas línguas, criando as bases para o monolingüismo, desta vez em LGA, que passava a ser, então, a língua materna de seus filhos, convertidos agora em '*índios tapuios*'. Por exemplo, se um índio de uma língua – tapajós, vamos supor – casasse com uma índia sacaca (são duas línguas tão diferentes quanto o alemão e o português), eles se comunicavam na LGA, que vai ser, então, a língua de seu filho, porque, afinal, os pais não têm mais com quem

praticar suas respectivas línguas maternas. Então, em algumas gerações, começaram a se formar indivíduos monolíngües em LGA. Com a adesão do Grão-Pará ao Estado do Brasil, em agosto de 1823, o Brasil tinha quatro milhões de habitantes, a imensa maioria falante do português, ainda que houvesse bolsões, como em Niterói, na aldeia São Lourenço, onde em 1860 podiam ser encontrados falantes da LGP. Mas, majoritariamente, o Brasil falava o português. Só que a população do Estado que foi anexado – o Pará – era formada por 200 mil pessoas recenseadas entre índios, mestiços, portugueses e negros, a grande maioria de *tapuios* monolíngües em LGA ou já bilíngües, adquirindo o português, por causa de uma política do Estado brasileiro. Isso, sem contar milhares e milhares de índios não recenseados, que também desconheciam o português. É que a política da Coroa portuguesa até 1750 não estava preocupada com a língua portuguesa, mas com a viabilização do projeto econômico e da catequização. Por isso, Portugal buscou estimular o uso da LGA, que, por motivos que podemos discutir mais adiante, era mais viável do que o português para alcançar estes fins. A administração de Pombal, em 1750, mudou essa política, como podemos ver na troca de correspondência entre Pombal e seu meio-irmão, Xavier de Mendonça, nomeado governador do Grão-Pará. Mas essa política, que foi vitoriosa no litoral brasileiro, fracassou na Amazônia, pois não conseguiu se impor. Mantidas essas condições, a nova geração de falantes consolidava a sociedade *tapuia*, reproduzindo a LGA e o monolíngüismo.

4. Assim, em 1823, a maioria da população era de *índio tapuio*, monolíngüe em língua geral. No entanto, após a adesão do Pará ao Brasil, começou um processo de migração para as cidades, onde os *tapuios* passaram a se integrar a uma comunidade bilíngüe (LGA-LP), porque eram obrigados a interagir necessariamente em português para certas práticas sociais e em LGA para outras. Por usarem o português, considerado pela elite local como “língua de civilização”, eles se tornavam *índios civilizados*, denominação que se dá ao bilíngüe nessa situação.

5. Essa comunidade bilíngüe, formada por falantes LGA-LP abrigava também um número crescente de imigrantes, monolíngües em portu-

guês, identificados com a língua nacional considerada como “língua de prestígio”, usada na escola, na imprensa, nos livros. A navegação a vapor trouxe cerca de 500 mil nordestinos, no período de 1872 a 1910, distribuídos pelos seringais, vilas e povoações, todos eles portadores da língua portuguesa, o que freou o processo de expansão que a LGA conhecera no período colonial. Nesse confronto, a LGA foi deixando de funcionar nos espaços onde atuava, sendo substituída, então, pelo português, criando as condições para o monolingüismo (LP). Esse falante do português regional, monolingüe, amazonense ou paraense, é o *caboclo*.

O nheengatu e o português

Convém destacar o fato de que a hegemonia da língua portuguesa na Amazônia vai se dar muito tardiamente. A documentação da segunda metade do século XIX, bem como os relatos de viajantes revelam que na província do Amazonas, mais especificamente, o nheengatu ainda era dominante nesse período. Em 1861, o poeta Gonçalves Dias passou pelo Amazonas e foi encarregado de avaliar as escolas pelo presidente da província. O poeta viajou, então, pelo rio Solimões até os limites com o Peru e a Colômbia e pelo rio Negro até Cucuí, na fronteira com a Venezuela, visitando escolas em cada localidade e encontrando uma população majoritariamente indígena e mestiça, que sequer falava o português. Em alguns lugares, assistiu a aulas; em outros, entrevistou professores, folheou cadernos de alunos, confrontou o número de estudantes formalmente matriculados com os que estavam presentes, reelaborou dados estatísticos do censo escolar, verificou horários de funcionamento, calendário escolar, currículo, livros didáticos, observou os mobiliários e utensílios e registrou a situação dos professores: formação, seleção, salário, aposentadoria. No final, elaborou dois relatórios, contendo suas apreciações.¹⁶ Uma das conclusões mais importantes de Gonçalves Dias está relacionada ao ensino da leitura e da escrita em língua portuguesa. Numa operação que pode ser precursora

¹⁶ DIAS, Antônio Gonçalves. *Relatórios e diário da viagem ao rio Negro*.

do trabalho etnográfico de sala de aula, ele assistiu a aulas, inspecionou os cadernos dos alunos e observou que estavam com “muitos erros de ortografia e lastimável emprego de letras grandes”, verificando em seguida que os erros não estavam apenas nos cadernos, mas nos próprios livros de onde as cópias eram feitas. O problema consistia em que livros impressos eram “modelos de cacografia em vez de translados”. O visitador concluiu que o sistema de ensino não funcionava, porque a língua empregada na escola – o português – não era a língua falada pelas comunidades locais. O uso do português, como língua oficial, era obrigatório na escola, mas a maioria da população desconhecia esta língua e falava, além de um idioma materno, a língua geral ou nheengatu. Apesar dessa constatação, Gonçalves Dias recomenda ao presidente da província que mantenha o português, pois “a vantagem da freqüência das escolas estaria principalmente em se desabituaem da língua geral, que falam sempre em casa e nas ruas, e em toda parte”.

Por outras vias, a expedição científica de Agassiz reforçou esses dados, ao registrar o recrutamento de soldados.¹⁷ Em 1865, o Amazonas forneceu ‘voluntários’, apanhados a laço, para a Guerra do Paraguai. De todos os estados, foi o que proporcionalmente mais contribuiu com ‘voluntários’. Entre esses ‘voluntários’ existiam *tapuios*, ou seja, falantes monolíngües da língua geral, e existiam também índios *civilizados*, que eram bilíngües, pois usavam LGA e português. No Arquivo Histórico do Exército há uma documentação muito interessante, mostrando que esse índio do Amazonas – o tapuio – não entendia a ordem que seu oficial paulista dava em português, porque ele era monolíngüe em língua geral. Em compensação, entendia o que o inimigo falava, porque o guarani paraguaio é muito próximo da LGA. Só que do outro lado, havia também monolíngües em guarani que, quando presos, eram interrogados pelo oficial brasileiro sulista com a ajuda do *índio civilizado* do Amazonas, bilíngüe, usado como intérprete no interrogatório ao guarani.¹⁸

¹⁷ AGASSIZ, Luiz; AGASSIZ, Elizabeth. *Viagem ao Brasil: 1865-1866*.

¹⁸ No fundo *Guerra do Paraguai* existem relatórios de interrogatórios a prisioneiros de guerra, que precisam ser mais ex-

Tentei averiguar, no meu trabalho, por que a Coroa portuguesa estimulou o uso da língua geral até meados do século XVIII e depois a proibiu, e por que no Amazonas fracassaram as primeiras tentativas de portugalização. É importante registrar que a língua geral passou por um processo de formação, expansão e declínio. No século XIX, ela foi perdendo progressivamente funções e usuários para a língua portuguesa. A população regional só passou a falar majoritariamente o português na segunda metade do século XIX. Trabalhei essa questão demográfica de forma detalhada com base nos censos paroquiais e nos relatórios de presidente de província. Propus um cenário provável de deslocamento lingüístico que é esse mencionado anteriormente.

Literatura tapuia

Gostaria de concluir mencionando a produção literária, tanto na literatura regional escrita, que usa o nheengatu para caracterizar os personagens locais, quanto na literatura oral, que foi coletada pelos tupinólogos do século XIX. Eles recolheram narrativas orais e poesias em língua geral, registraram e documentaram as manifestações de uma literatura tapuia vigorosa e, nesse sentido, compatibilizaram a língua geral com as denominadas línguas de cultura. Das mais de 700 línguas que eram faladas na Amazônia no século XVII, aproximadamente 600 foram extintas. Mas são faladas hoje, por um número reduzido de pessoas, cerca de 100 línguas portadoras de literatura oral. E há uma produção que estamos editando com o MEC, um livro de prosas e versos de índios no Brasil.¹⁹ O título que escolhemos foi *Te mandei um passarinho*, que é o verso de um poema bilíngüe. Quando o português e a língua geral estavam equilibradamente convivendo, circulava no rio Amazonas esses versos recolhidos por Couto de Magalhães:

Te mandei um passarinho

plorados [ver FREIRE, José R. Bessa (Org.). *Os índios nos arquivos do Rio de Janeiro*, t. 2, p. 359].

¹⁹ MEC. *Te mandei um passarinho... prosas e versos de índios no Brasil*.

Patuá miri pupé
Pintadinho de amarelo
Iporanga ne iaué²⁰

A tradução que nós tínhamos feito e que ia ser publicada foi corrigida pelos índios guaranis num teste de recepção. Tínhamos traduzido da seguinte forma:

Te mandei um passarinho
Dentro de uma gaiolinha
Pintadinho de amarelo
E bonito como você.

Os índios guaranis, em um curso em que leciono, em Santa Catarina, ficaram escandalizados e disseram: “Não! Em uma gaiolinha não! Isso é maldade com o bichinho, as pessoas vão ler e vão achar que a gente é malvado.” Consultado o dicionário de Stradelli,²¹ foi possível verificar que patuá significa efetivamente baú, cesta. Então, nós mudamos a tradução:

Te mandei um passarinho
Dentro de uma cestinha

No livro há também outros poemas, e como são bem curtinhos acho que vale a pena citar alguns deles aqui. O cônego Bernardino de Souza²² registrou em 1873 uma canção de ninar cantada pelas mulheres tapuias e caboclas da Amazônia, os versos são em língua geral:

Acutipurú ipurú nerupeçê
Cimitanga-miri uquerê uaruma

²⁰ MAGALHÃES, J.V. Couto de. *O selvagem*.

²¹ STRADELLI, Ermano. Vocabulário da língua geral português-nheengatu e nheengatu-português, precedidos de um esboço de gramática nheenga-umbuê-sáua-miri e seguidos de contos em língua geral nheengatu poranduaa.

²² SOUZA, Francisco Bernardino de. *Lembranças e curiosidades do vale do Amazonas*.

A tradução em português, de responsabilidade do cônego, diz: “Acutipuru, me empresta teu sono para minha criança também dormir.” O acutipuru é um mamífero roedor de cauda comprida e enfeitada, que tem fama de dorminhoco, porque passa a noite na boemia, na esbórnia e dorme o dia todo.

Outros versos foram coletados por Spix e Martius,²³ em março de 1820, no rio Madeira, da boca de um comerciante paulista, capitão José Rodrigues Preto, diretor de índios da aldeia Mawé, que “havia se familiarizado perfeitamente com a língua tupi, e, também por isso, parecia impor-se aos índios, cujos versos singelos entoava com modulação esquisita”. São versos em língua geral, que tiveram uma tradução publicada por Sílvio Romero, em sua *História da literatura brasileira*:

Nitio xa potar cunhang / Setuma sacai waá
Curumú ce mama-mamane / Baia sacai majaué
Nitio xa potar cunhang / Saçiva-açu
Curumú monto-montoque / Tiririca-tyva majaué.

A tradução em português foi apresentada por nós em 2007 para alunos do Curso de Introdução à História da Amazônia Indígena, realizado em Soure (PA), durante a IV Jornada de Oficinas e Palestras da Instituição Caruanas do Marajó:

Não gosto de mulher de perna muito fina
Porque pode me enroscar como cobra viperina
Não gosto de mulher com cabelo alongado
Porque pode me cortar como tiririca no roçado.

O teste de recepção feito na ilha do Marajó mostrou que essa literatura oral do século XIX faz sentido para as populações da Amazônia ainda hoje, comunicando humor e beleza, e despertando interesse

²³ SPIX, Johann B. von; MARTIUS, Carl F.P. von. *Viagem pelo Brasil*, v. 3.

e curiosidade, embora um negão, jogador de capoeira, participante da oficina tenha protestado de pura gozação: “Que história é essa? Não concordo com isso não. Eu não discrimino mulher de perna fina ou de cabelo longo.”

Além de registrar a expressão poética das populações amazônicas, o *nheengatu* se constituiu numa marca da identidade regional. Uma das questões paradoxais, discutidas no meu livro, é a defasagem que existe entre, de um lado, a importância dessa língua, com essa literatura, esses saberes, a importância dela para a história da região e, de outro, a sua representação na memória coletiva. Ela foi não só silenciada, como a memória sobre ela e seu papel histórico deixaram de circular, fazendo com que essa informação, que está ausente dos currículos escolares e da mídia, não integre atualmente a consciência dos amazonenses, paraenses e brasileiros. É Deleuze que diz: “Aquilo que se opõe à memória não é o esquecimento, mas o esquecimento do esquecimento”. Nós esquecemos que esquecemos a língua geral.

Outras considerações

Sobre as políticas de línguas da Coroa portuguesa que estimularam a expansão da língua geral em vez de promoverem o português

Podemos imaginar, por exemplo, os portugueses chegando aqui e encontrando essa enorme diversidade lingüística, uma verdadeira babel. Eles precisavam da força de trabalho do índio que, no primeiro momento, foi a única com que contaram, sobretudo para o corte e o transporte do pau-brasil. Mesmo depois, a participação dos índios na economia da cana-de-açúcar foi muito maior do que a registrada pela historiografia. A documentação encontrada em arquivos do Nordeste, no levantamento feito para o *Guia de fontes*, revelou, por exemplo, que ainda no século XVIII, engenhos inteiros no Nordeste funcionavam só com mão-de-obra indígena. No esquema que a gente tem, “entrou o negro, o índio saiu”, mas não foi bem assim, pelo menos para algumas áreas. O sistema

colonial só podia funcionar se as ordens dadas pelo português fossem entendidas e obedecidas pelos índios. Ele não funcionaria se não houvesse uma língua de comunicação. No período inicial do pau-brasil, foram usados os intérpretes que eram, em geral, alguns portugueses que aprenderam as línguas indígenas, caso de João Ramalho, mas também de muitos índios que eram chamados, na literatura da época, de “índios línguas”, pois aprendiam o português para funcionar como tradutores. Só que, quando começou propriamente a exploração do açúcar, não era viável colocar um intérprete em todos os engenhos. Os jesuítas, inicialmente, usaram intérpretes até para a confissão. Eles ensinavam o catecismo com a ajuda de intérpretes e, na hora de confessar, o índio contava seu pecado para o intérprete, e o intérprete contava para o padre, gerando um verdadeiro um rolo. O bispo Sardinha protestou e recorreu a Roma, ao papa, argumentando a quebra do sigilo inviolável da confissão. Os jesuítas sabiam que precisavam de uma língua e apostaram no português. Não por um sentimento nacionalista, pois nos reinos dinásticos não havia essa preocupação, como observou muito bem Benedict Anderson. Portugal queria evangelizar, catequizar, comercializar, ganhar dinheiro. Os jesuítas, por exemplo, perceberam o que hoje qualquer curso de ensino de línguas sabe: uma criança com sete anos tem mais facilidade para aprender uma segunda língua do que qualquer adulto. Eles passaram, então, a apostar nas crianças. O padre Serafim Leite, na *História da Companhia de Jesus*, descreve esse processo, que foi muito interessante. Ele conta como Portugal fechou um orfanato que tinha umas trezentas crianças (foram os primeiros meninos de ruas a chegar por aqui) e as soltou nas aldeias da Bahia, para que elas ensinassem o português aos índios. Um ano depois, nenhum índio estava falando português, mas os trezentas falavam a língua geral. O tiro saiu pela culatra. Claro, a aprendizagem foi feita por imersão, porque tudo aqui estava codificado em língua indígena: as brincadeiras, os animais, as plantas, os peixes, os pássaros, os rios, as montanhas...

Foi então que os jesuítas descobriram que havia uma língua de filiação tupi que podia ser compreendida por índios de outras línguas, assim como nós, brasileiros, podemos entender o espanhol. Então apostaram

nessa língua como língua de comunicação interna da colônia. Nesse sentido, existe uma política de línguas de Portugal bem clara. Uma política de estimular o uso local, interno, da língua geral. O que aconteceu no Brasil Colônia até a metade do século XVIII? Havia o português, que era a língua oficial de comunicação para fora, e havia a língua geral, que era a língua de comunicação para dentro. As pessoas aqui falavam a língua geral entre elas. Não escreviam, mas falavam. Na Amazônia essa situação se prolongou até o século XIX. Por isso, a documentação produzida durante o movimento da Cabanagem está em português, porque os cabanos falavam a língua geral, mas na hora de escrever, usavam o português. E esse português delicioso está cheio de marcas da língua geral e da oralidade, conforme algumas cartas que reproduzo em meu livro. O certo, porém, é que houve uma política da Coroa portuguesa estimulando o uso da língua geral. Por exemplo, os jesuítas recebiam uma cômputo, um salário – digamos assim – maior do que qualquer outro missionário. O rei de Portugal justifica isso em uma carta, alegando que os jesuítas estavam mais qualificados, pois dominavam a língua geral, aprendida no seminário, em Portugal, antes mesmo de virem ao Brasil. Eles já chegavam aqui conhecendo a língua geral. Para a Coroa portuguesa, este era um funcionário mais categorizado. No reinado de D. José I, o Tratado de Madri, em 1750, que rediscute os territórios de Espanha e Portugal na América, estabelecia que as terras eram de quem as havia ocupado. Como saber se a ocupação era de Portugal ou da Espanha naqueles lugares em que a população era predominantemente indígena? Um dos critérios era se naquela área se falava o português ou o espanhol. No caso da Amazônia, por exemplo, o irmão de Pombal, Xavier de Mendonça, reivindicou na execução do Tratado de Madri que o uso da língua geral em uma extensão de terra significasse ocupação lusa, porque foram os portugueses os responsáveis pela expansão dessa língua. De qualquer forma, eles trataram desde então de modificar a política de línguas. Xavier de Mendonça, governador do Grão-Pará em 1755, manda uma carta para o irmão dele, marquês de Pombal, horrorizado, dizendo algo como: “Aqui não se fala português. Eu dei uma ordem para um funcionário da Coroa portuguesa. Ele é português, veio

para cá criança, mas não entendeu direito o que eu queria.” O português e seus filhos falavam a língua geral. E aí o governador conta outro fato: ele estava dormindo de tardinha, fazendo a sesta, e ouvia uma conversa bem longe. Levantou, foi até a janela, e viu lá embaixo um mestiço, batendo um papo em língua geral com um negro que havia vindo com ele, governador, meses antes. A incorporação dos negros pela língua geral foi pouco estudada, mas Spix e Martius fazem, em 1820, uma viagem pela Amazônia, onde encontram um grande informante deles, que conhecia o sistema de taxonomia das plantas em língua geral: um negro já de duas ou três gerações na Amazônia, que era competente em língua geral. Essa foi a língua da Amazônia que se expandiu com o apoio da Coroa portuguesa, porque naquele quadro de diversidade lingüística era ela que viabilizava o projeto colonial por poder se constituir em língua de comunicação interétnica, o que não podia ocorrer com a língua portuguesa naquele momento.

Sobre a língua geral e o uso atual do português pelos índios

Lembro que o português, hoje, é a língua de comunicação dos índios, das assembléias indígenas. Quando um índio guarani quer falar com um índio xavante, fala em português, do contrário não vai ser entendido. O português, então, é hoje a segunda língua, a língua de comunicação interétnica dos índios. De qualquer forma, é preciso dizer que historicamente ela foi imposta a ferro e fogo. O padre João Daniel conta como na Amazônia uma índia pegou oitenta e poucos bolos de palmatória. Ela já estava com a mão sangrando e ele dizia “eu só vou parar quando você disser basta, mas não na sua língua materna”. E aí ele faz um comentário: “as mulheres resistem mais do que os homens a migrar da sua língua materna para outra língua”. A política de línguas de Portugal acabou causando muitos problemas relacionados à identidade. Por exemplo, o rio Negro é uma região onde não havia nenhuma língua de origem tupi. Foram, portanto, os missionários que a levaram para a região. Lá, o nheengatu, até a primeira metade do século XX, foi sem-

pre segunda língua, não era língua materna de nenhum grupo, não era língua de identidade. O que aconteceu? Nesse processo de deslocamento lingüístico, alguns grupos perderam sua língua particular, adquiriram a LGA, tornaram-se monolíngües nela, aprenderam o português como segunda língua e mantiveram-se na LGA, que passou a ser uma língua de identidade deles. É o caso da etnia baré, que não tem nada a ver com os grupos tupis, é um grupo de fala Aruak, que durante décadas viveu uma situação de bilingüismo (língua baré x língua geral), mas acabou deixando de falar a língua baré, ficou monolíngüe em língua geral e hoje é bilíngüe (língua Geral x português). Então, hoje, a LGA ou nhe-engatu é uma língua de identidade dos barés. Eles dizem: “nós somos índios porque falamos uma língua que é a língua geral”. Recentemente, ministrei um curso em Manaus sobre essa questão para professores indígenas urbanos. Manaus tem uns 20 a 30 mil índios vivendo na cidade, muitos dos quais são falantes de línguas indígenas. São os chamados ‘índios urbanos’. Eles reivindicaram na prefeitura uma política em relação às escolas indígenas e me chamaram para dar um curso. Depois, a Prefeitura iria selecionar e contratar alguns índios para atuarem como professores na cidade. Já quase no final do curso, um índio me chamou e disse: “eu queria falar em particular com o senhor”. Levou-me para um canto e disse sério: “Eu queria que o senhor dissesse quem sou eu.” Aí eu olhei para ele e disse: “Rapaz, quem sou eu pra dizer quem é você?!” Ele, então, me contou a sua história. O pai é tucano e a mãe é piratapuaia. Quando ele disse isso, respirei aliviado: “você é tucano” e isto porque no rio Negro não está permitido o casamento entre pessoas que falam a mesma língua, que é considerado como se irmão casasse com irmã. O casamento se dá sempre com alguém de uma língua diferente, mas a mulher vai viver na comunidade do marido, o que faz com que todo mundo seja bilíngüe, falando duas, três, quatro línguas. Os filhos convivem na aldeia do pai e adquirem, como primeira língua, a língua paterna, que passa a marcar sua identidade. Mas o rapaz me respondeu: “Não, professor, é mais complicado.” Contou que, quando tinha pouco mais de um ano de idade, o pai e a mãe decidiram descer para perto de Manaus, onde ficaram tomando conta de um sítio, isolados, sem inte-

ragir com outros índios. Desta maneira, não estavam mais vivendo em comunidade. Como o pai é tucano e a mãe é piratapuia, quando estavam na comunidade do pai, todos falavam tucano. A mãe com uma certa dificuldade, afinal, ela era uma exilada. Mas, como eles se afastaram, passaram a falar a LGA, e o filho adquiriu a LGA como língua materna e depois aprendeu o português como segunda língua. E aí ele estava naquela dificuldade de saber quem era. Então me disse: “Eu sou tucano, eu entendo o tucano, mas não falo fluentemente tucano; piratapuia, minha mãe é piratapuia, eu entendo piratapuia, mas eu não falo com fluência. Eu falo a língua geral. A Funai está dizendo que, por conta disso, eu sou baré. Mas eu não sou baré! Eu sou baré?” Era uma situação dramática, sinceramente eu não sabia o que dizer. Então, fiz um discurso evasivo e genérico, falei que a identidade era uma construção, que cada um traz na sua bagagem de vida uma espécie de mala com um amplo repertório e que retira dali o que quer, conforme vai precisando. O que eu podia falar naquelas circunstâncias? Cerca de um mês e meio depois, ou dois meses, saiu o resultado da contratação dos professores, e o secretário de educação me mandou um *e-mail* com a lista de professores contratados, e estava o nome dele lá, com a etnia do lado: piratapuia. Ele havia escolhido a da mãe. Suponho o seguinte: se ele dissesse que era baré para ser professor, iria concorrer com uns 500. Se dissesse que era tucano, haveria uns mil. Agora, piratapuia, eram poucos.

Sobre a diversidade lingüística e a educação bilíngüe

Durante 500 anos, a política do Estado colonial português, do Estado neobrasileiro, do Império e da República foi executar, de Pombal até a Constituição de 1988, uma política que entendia a diversidade lingüística como algo ruim e desagregador para a unidade do país. No Brasil, devia ser como em Portugal, aliás, como se acreditava que era em Portugal, porque o mirandês, falado hoje por duas mil pessoas, foi considerado língua minoritária oficial da União Européia e está lá, resistindo.

Mas se acreditava, então, e os militares no Brasil contribuíram muito para essa idéia, que o país deveria falar uma língua só. Portanto, devía-

mos acabar com essas línguas minoritárias, que eram, no final das contas, línguas orais, que não tinham escrita, e por isso eram consideradas inferiores. Simbolizam o atraso. Essas sociedades foram consideradas *carentes* de escrita, quando na realidade eram *independentes* da escrita.

Em 1988, a Constituição muda e reconhece que é bom para o Brasil – não apenas para os índios – e para o mundo guardar essa diversidade lingüística. As mais de 180 línguas indígenas que hoje aqui sobrevivem são arquivos, portadoras de literatura, de saberes, de classificações que foram feitas no mundo animal, vegetal, de narrativas míticas, etc. Era fundamental, portanto, desenvolver uma política de preservação dessas línguas. Não se tratava mais apenas de tolerar as diferenças, mas de estimular essa diversidade. A partir da Constituição de 1988, o país diz: “nós queremos que essa diversidade continue” e o país está disposto a gastar para isso. Assim, está sendo feito esse investimento, embora os recursos ainda sejam poucos. A educação bilíngüe consiste, fundamentalmente, em que os índios aprendam o português com técnicas de segunda língua, e não para substituir a sua língua materna. As suas línguas continuarão com a função de comunicação interna, como sempre foi, mas o português servirá de comunicação entre índios de distintas etnias e com a comunidade nacional. É claro que, ao falar o português, os índios podem circular dentro de outro campo do conhecimento, que não é coberto por suas línguas, predominantes orais.

No ano 2000, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, o próprio presidente da República assinou um decreto-lei reconhecendo a existência do patrimônio imaterial e recomendando ao IPHAN que fizesse o registro desse patrimônio. Então, criou-se o livro das celebrações, o livro dos lugares, e depois o livro de registro das línguas, que constitui um dos mais importantes patrimônios de um povo. Como registrar a língua? O que documentar? Começa por aí. Temos atualmente 188 línguas indígenas. No entanto, em todo o Brasil, incluindo doutores, doutorandos, mestres, mestrandos, pesquisadores dedicados às línguas indígenas, existem aproximadamente 100 lingüistas que pesquisam línguas indígenas, conforme levantamento feito por Aryon Rodrigues. É um lingüista para quase duas línguas. É impossível, com tão poucos pes-

quisadores, dar conta do recado. Existe, então, uma política que valoriza esse tema, que o reconhece, mas existe também um certo descaso.

O IPHAN promoveu recentemente um grande seminário na Câmara de Deputados para discutir o que deveria ser registrado. Do evento, participaram falantes de diferentes línguas indígenas, de origens africana e européia. Estava lá, uma negra, a Dona Fiota, 72 anos, falante da Gira da Tabatinga. Ela contou, naquele seminário, que seu pai era um baiano que vivia andando pelo mundo, no tempo do final da escravidão; passando pelo centro-oeste de Minas Gerais, viu sua mãe no cativeiro trabalhando, fiando algodão, acenou para ela e perguntou se não arrumava uma ocupação para ele. Acabou conseguindo um serviço na roça de mandioca, foi ficando e namorando, ficando e namorando, até que os dois se casaram, tiveram filhos, netos, bisnetos. A comunidade deles falava a Gira da Tabatinga, que era usada nas antigas senzalas das fazendas do interior de Minas Gerais. Com ela, os escravos podiam se comunicar livremente sem o patrão entender o que diziam. A língua era um espaço de liberdade.

Ela contou que os quilombolas descobriram que a Gira da Tabatinga não estava mais sendo falada pelas crianças. Deste modo, soou o sinal de alarme: “língua em perigo”. Quando a criança não fala mais, em uma geração a língua se perde. A comunidade, então, se reuniu e decidiu: “vamos ensinar na escola a língua da Tabatinga. Vamos falar com o secretário municipal”. E o secretário disse: “pode escolher a professora que eu pago”.

A comunidade, então, se perguntou: quem era o Antônio Hoauiss da Gira da Tabatinga? “A dona Fiota”! Dona Fiota foi escolhida e deu aula lá e no final do mês foi receber seu salário. Chegando na Secretaria Municipal, o secretário disse: “Ah, é a senhora? Não pago de jeito nenhum! Eu não posso pagar a senhora! Se fizer isso, vou preso. A senhora é analfabeta. A senhora não sabe ler nem escrever. Como vou pagar um professor que não sabe nem ler, nem escrever?” E ela deu uma resposta lindíssima, uma frase que estava escrita em sua camisa. Pôs o dedo na cara dele e disse: “Eu não tenho a letra, eu tenho a palavra”.

Há uma questão que está relacionada ao desenvolvimento dessas línguas: são línguas que não têm tradição escrita e por isso foram discriminadas. Qualquer aluno, de qualquer universidade pública, em qualquer universidade do Brasil, se quiser estudar latim, vai encontrar, pois se oferece latim, e é bom que se ofereça latim para quem quer estudar. Grego antigo? Se oferece grego antigo, e é bom que se ofereça. Línguas indígenas? Nenhuma! Nenhuma universidade as tem no seu currículo. A USP tinha o tupinambá antigo, mas era um ensino sobre a língua, não um ensino da língua.

O guarani é falado no Rio de Janeiro, em cinco aldeias em Angra e Parati. É falado em 100 municípios de 10 estados brasileiros. É falado na Argentina, Paraguai, Uruguai, Bolívia, Brasil. E nenhuma universidade parou para dizer: “nós queremos que seja ensinada essa língua”. Então, o país é plurilíngüe, mas a universidade é monolíngüe, a escola é monolíngüe, a mídia é monolíngüe.

Nós discutimos essa questão com Jandira Feghali, que era deputada, candidata ao Senado, e infelizmente sofreu uma derrota na eleição. Ela era relatora do projeto de regionalização dos programas de TV e se comprometeu, em reunião com os índios guarani do Rio de Janeiro, a introduzir, naquele projeto de regionalização, na programação televisiva regional, um espaço, mínimo que fosse, reservado para programas bilíngües. Podia ser, por exemplo, em Angra e Parati, sábado às três e meia da madrugada. Pronto! Não importa, mas meia hora com o programa bilíngüe guarani-português, português-guarani. Quer dizer, era uma forma de o país reconhecer seu caráter plurilíngüe, coisa que ele não faz. O Brasil não quer admitir que no seu território são faladas essas línguas. E tem um problema maior, referente à questão da escrita, pois os índios estão sendo alfabetizados em línguas indígenas em suas escolas. Cito, para finalizar, um pequeno texto do Ailton Krenak que estamos publicando:

Para mim e para meu povo, ler e escrever é uma técnica da mesma maneira que alguém pode aprender a dirigir um carro e operar uma máquina. Então a gente opera essas coisas, mas nós

damos a ela a exata dimensão que tem. Escrever e ler para mim não é uma virtude maior do que andar, nadar, subir em árvore, caçar, fazer um balaio, ou arco e flecha, uma canoa. Quando aceitei ler e escrever, encarei a alfabetização como quem compra um peixe que tem espinha. Tirei as espinhas e escolhi o que queria.

Então os índios estão fazendo uma experiência dolorosa com a questão da escrita, e acho que não dá para discutir a questão de línguas sem falar dos registros dessas línguas. E essa questão é muito séria. Muitos índios rejeitam a entrada no mundo da escrita. Certa vez, um professor Ashaninka, lá do Acre, participou de um programa de televisão comigo e disse:

Por que é que eu tenho que alfabetizar os Ashaninka? Por que o Ministério da Educação quer? Por que a Secretaria de Educação exige? Eu alfabetizo, e meus alunos nunca vão ler nada! Porque eles não precisam ler nada para reproduzir a nossa cultura. É claro que nós sabemos que, se na sociedade brasileira se precisa de conhecimentos médicos e de engenharia, nem todos aprendem esses conhecimentos. A sociedade delega para umas pessoas: “Vocês vão aprender engenharia, vocês medicina. Quando precisarmos, a gente chama vocês”.

É a mesma coisa. Os índios precisam de algumas pessoas que aprendam a ler e a escrever para fazer essa ponte, mas não é necessário universalizar a alfabetização entre aqueles índios que dela não precisam.

Às vezes, nós temos essa idéia de missionário e levamos a escrita como se fosse a verdadeira religião. A alfabetização é a luz, o saber – a gente pensa, ignorando que existe um saber riquíssimo morrendo no mundo da oralidade. Um pesquisador francês, Pierre Pica, que nesse momento está trabalhando com os índios Munduruku, descobriu que, quando se entra no mundo da escrita, um músculo que dá lateralidade na visão atrofia. Os povos de tradição oral, sem escrita, concentram a visão num foco, mas estão vendo o que se passa dos seus dois lados, o que lhes é muito útil, sobretudo para enfrentar os predadores e para as

atividades de caça e pesca. Quando se entra no mundo da escrita, perde-se essa lateralidade, embora se ganhe outras coisas. Então, o que se está discutindo com índios hoje? Um índio guarani, por exemplo, precisa aprender a ler e escrever em guarani, e precisa aprender a ler e escrever português. Afinal, ele circula na cidade, circula na rodoviária, vai ao supermercado, vende artesanato. Mas e o índio que está na Amazônia? Será que ele precisa? Segundo Pierre Pica, se ele entrar no mundo da letra e continuar na floresta, ele vai ser comido pela onça. De uma forma caricatural, podemos dizer que a alfabetização leva as pessoas a serem devoradas pelas onças na floresta. Essa questão está sendo discutida hoje pelos índios. Todos os grupos indígenas estão organizados em associações, federações, associações de professores, de mulheres indígenas, etc. Eles estão discutindo essa questão da relação com a sociedade brasileira e de como fazer para evitar que essas línguas desapareçam. Essas línguas já foram classificadas por alguns lingüistas como *línguas moribundas*, mas preferimos chamá-las de *anêmicas*, porque moribundas significa que vão morrer e, anêmicas não, podemos lutar para preservá-las.

Composição étnica da sociedade brasileira

Sobre o quadro do Mussa, “Composição étnica da sociedade brasileira”, amplamente discutido neste seminário, tenho algumas observações. Em primeiro lugar, acho muito interessante fazer um quadro desses, porque, embora incompleto, ele oferece uma base para discussão. É melhor existir um quadro imperfeito do que não existir quadro. Agora, também tenho algumas questões a propor, a partir do que já disse. Quando Mussa fala de “composição étnica da sociedade brasileira”, cabe perguntar o que é então “brasileira”? Quer dizer, estaria incluindo aí a Amazônia? De que forma? Segundo, quando se refere a africanos, negros brasileiros, mulatos, brancos brasileiros, europeus, indago: não tem caboclo? E isto porque nos censos paroquiais da Amazônia aparecem várias categorias como branco, mameluco, índio, caboclo, mestiço, negro. Terceiro: seria interessante que Mussa informasse como chegou a essas porcentagens e

a esses números. Porque nós sabemos que até 1872 o Brasil vivia a fase da protoestatística. Eram aqueles censozinhos paroquiais.

O Censo Demográfico de 1940, considerado um dos melhores já efetuados no Brasil, foi o único que se preocupou em identificar algumas línguas e quantificar os seus falantes, e por isso, embora fora do período que nos interessa, merece ser aqui destacado. Naquele momento, às vésperas da Segunda Guerra, o governo brasileiro tinha interesse, em função da conjuntura internacional, de identificar e localizar os estrangeiros que viviam no Brasil. A estratégia usada foi mapear as línguas que falavam. Com esse objetivo, duas perguntas foram introduzidas nos boletins do censo: “O recenseado fala correntemente o português? Que língua fala habitualmente no lar?” A tabulação dos dados mostrou que, do total dos que não usavam o português em casa, 3,6% eram constituídos por falantes “da língua guarani ou outra língua aborígene”, dos quais mais de dois terços estavam concentrados na Amazônia. No entanto, os dados continuavam imprecisos, porque o guarani foi a única língua indígena nomeada, sendo as demais diluídas na categoria de “outra”. Os responsáveis pelo censo advertiram ainda que o levantamento era incompleto e parcial, pois haviam ficado de fora “dezenas de milhares, e talvez algumas centenas de milhares, de silvícolas”, os quais escapavam ao controle dos órgãos governamentais brasileiros, que não tinham acesso a eles.

Era esse o quadro precário, na metade do século XX, quando já existiam instituições e centros especializados dedicados exclusivamente a coligir dados populacionais com fins estatísticos. Mesmo hoje, no início do século XXI, o Brasil não sabe, com precisão, quem são – e sequer quantos são – os falantes atuais de línguas indígenas, embora o uso de computadores e de técnicas refinadas facilite, agora, a coleta e o processamento de dados censitários. Se isso ocorre nos séculos XX e XXI, podemos inferir as dificuldades intransponíveis de acompanhar o número de falantes de LGA, através do século XIX, num período classificado pela demografia histórica de protoestatístico, quando não existiam dados numéricos populacionais em séries contínuas, longas e representativas, indispensáveis para avaliar a estrutura, os movimentos e a evolução da dinâmica populacional. As iniciativas censitárias de caráter

geral, no Brasil, são tardias e irregulares, com o primeiro recenseamento nacional só ocorrendo em 1872. Diante dessas dificuldades, a questão demográfica, considerada um terreno movediço e minado, não foi trabalhada adequadamente pelos especialistas da área, deixando de oferecer aos estudiosos da Amazônia, inclusive de sua história econômica e social, as informações pertinentes.

Referências bibliográficas

- AGASSIZ, Luiz; AGASSIZ, Elizabeth. *Viagem ao Brasil: 1865-1866*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975.
- ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1983.
- BURKE, Peter. *A arte da conversação*. São Paulo: Unesp, 1995.
- DIAS, Antônio Gonçalves. *Relatórios e diário da viagem ao rio Negro*. Rio de Janeiro: ABL, 2002.
- FREIRE, José R. Bessa. Da fala boa ao português na Amazônia brasileira. *Ameríndia: Revue d'Ethnolinguistique amérindienne* publié par le Centre de Recherche de l'Université de Paris VIII, avec le concours du CNRS, v. 8, p. 39-83, 1983. Republicada em *Amazônia em Cadernos*, revista anual do Museu Amazônico, da Universidade Federal do Amazonas, v. 6, p. 1-65, 2000.
- _____. *Rio Babel, a história das línguas na Amazônia*. Rio de Janeiro: Eduerj: Atlântica, 2004.
- _____. (Org). *Os índios em arquivos do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: DEPEXTERJ, 1995 e 1996. v. 1, 2.
- FREIRE, José R.; ROSA, Carlota (Org.). *Língua geral e política de línguas: 1º Colóquio sobre Língua Geral*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2003.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 10. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1976.
- LOUKOTKA, Cestmir. *Classification of South American Indian Languages*. Johannes Wilbert Ed. Los Angeles: University of California, 1968.
- MAGALHÃES, J.V. Couto de. *O Selvagem*. Rio de Janeiro: Typ. da Reforma, 1876. Outra edição: Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975.
- MEC. *Te mandei um passarinho... prosas e versos de índios no Brasil*. Cadernos de Literatura. Literatura para todos (no prelo).

MONTEIRO, John M. (Org.). *Guia de fontes para a história indígena e do indigenismo em arquivos brasileiros: acervos das capitais*. 1. ed. São Paulo: NHII/USP, FAPESP, 1994.

REIS, Artur César Ferreira. A língua portuguesa e a sua imposição na Amazônia. *Revista de Portugal – Língua Portuguesa*, Lisboa, n. 23, p. 491-500, 1961.

_____. *A expansão portuguesa na Amazônia nos séculos XVII e XVIII*. Manaus: INPA, 1958.

RODRIGUES, José Honório. A vitória da língua portuguesa no Brasil Colonial. *Humanidades*: publicação trimestral da UNB, Brasília, v. 1, n. 4, p. 21-41, 1983.

SILVA NETO, Serafim da. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: INL, 1950.

SPIX, Johann B. von; MARTIUS, Carl F.P. von. *Viagem pelo Brasil*. 4. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981. v. 3.

SOUZA, Francisco Bernardino de. *Lembranças e curiosidades do vale do Amazonas*. Pará: Typ. do Futuro, 1873. Edição fac-similada: Manaus, ACA, 1988.

STRADELLI, Ermanno. Vocabulário da língua geral portuguez-nheengatu e nheengatu-portuguez, precedidos de um esboço de grammática nheenga-umbuê-sáua-miri e seguidos de contos em língua geral nheengatu porandua. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, ano 104, n. 158, p. 9-768, 1929.

Africanos, crioulos e a língua portuguesa

Dante Lucchesi¹

A questão da participação dos africanos e seus descendentes na história lingüística do Brasil tem uma dupla face. De um lado está a atuação destacada desse elemento na difusão da língua portuguesa no Brasil, tornando-se, na fórmula de Darcy Ribeiro, “o grande agente da europeização lingüística do Brasil”². Do outro lado, está a violenta repressão cultural e lingüística que impediu a conservação, no território brasileiro, de qualquer uma das centenas de línguas africanas que, durante os três séculos de tráfico negreiro, chegaram ao Brasil na boca de cerca de quatro milhões de indivíduos, conquanto ainda subsistam isolados alguns códigos restritos que, como línguas secretas, contribuem para preservar algo da identidade cultural africana de algumas poucas comunidades rurais isoladas de afro-descendentes. Na convergência desses dois vetores, pode-se deslindar o papel crucial do contato lingüístico na conformação das características mais notáveis da fala popular brasileira. A variedade lingüística usada atualmente pela maioria da população brasileira guarda reflexos indeléveis de processos de variação e mudança desencadeados em situações de contato maciço entre línguas, embora o preconceito e a estreiteza teórica busquem minimizar ou negar

¹ Doutor em Lingüística pela UFRJ e mestre em Lingüística Portuguesa Histórica pela Universidade de Lisboa, é professor de Língua Portuguesa da UFBA, desde 1992. É autor do livro *Sistema, mudança e linguagem* (Parábola, 2004), coordena o Projeto “Vertentes do Português Rural do Estado da Bahia” (<http://www.vertentes.ufba.br>), com bolsa de Produtividade em Pesquisa do CNPq desde 2003.

² RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*, p. 116.

tal contribuição de africanos e crioulos para a formação da língua nacional.

O tipo de visão que busca obliterar a participação dos africanos na formação cultural do Brasil já foi caracterizado por Renato Mendonça, nas primeiras décadas do século XX, nos seguintes termos:

O negro, que sua no eito e, esfalfado, trabalha sob o chicote, não oferece a mesma poesia do índio aventureiro que erra pelas florestas... Se um alicerça obscuramente a economia nacional com a lavoura da cana-de-açúcar e do café, e a mineração do ouro, o outro sugere motivos sentimentais para o passatempo dos elegantes do Império...³

Por outro lado, não obstante a sua idealização como símbolo romântico da nacionalidade, o elemento indígena não deixou de ser vítima da sanha da colonização europeia, pois, no genocídio de populações indígenas durante os cinco séculos de colonização, o extermínio de povos e culturas implicou também um glotocídio de enormes proporções. Restam pouco mais de 300 mil indígenas dos milhões que habitavam o território brasileiro, quando Cabral desembarcou em Porto Seguro. E das mais de mil línguas dos grandes troncos tupi e macro-gê, menos de 200 ainda são faladas, sendo que a maioria, em vias de extinção.

O genocídio das populações indígenas e a sua resistência à integração à sociedade colonial, sobretudo nos centros urbanos, fizeram com que o negro africano se tornasse o esteio da mão-de-obra da colonização do Brasil. Inserindo-se nos diversos setores da atividade produtiva, mas concentrando-se na base da pirâmide social, os africanos e seus descendentes constituem um elemento fundamental na formação da sociedade brasileira e na expansão da língua portuguesa para todo o território brasileiro.

³ MENDONÇA, Renato. *A influência africana no português do Brasil*, p. 52.

O papel dos africanos e seus descendentes na difusão da língua portuguesa no Brasil

Hoje a língua portuguesa é a língua materna de mais de 99% da população brasileira. Sua hegemonia como língua nacional é incontestável. Entretanto, não era essa a situação nos primeiros séculos da colonização, período em que, como bem definiu Rosa Virgínia Mattos e Silva, o Brasil experimentava uma situação de “multilingüismo generalizado”.⁴ Até o final do século XVII, o português era apenas uma das línguas faladas pelos cerca de 300 mil habitantes da América portuguesa.⁵ Nas províncias mais periféricas, como São Paulo e Maranhão, a língua geral de base tupi predominava.⁶ Nas províncias que então impulsionavam o projeto colonial brasileiro, Pernambuco e Bahia,⁷ a massa da mão-de-obra escrava lançava mão de línguas francas africanas, como o quimbundo, para se comunicarem entre si. No interior, ao redor dos engenhos, ou nos quilombos, línguas francas africanas conviveriam com variedades pidginizadas ou crioulizadas do português.

Porém, no fim do século XVII, situam-se acontecimentos que desencadearam um conjunto de mudanças socioeconômicas que se refletiram significativamente no panorama sociolingüístico do Brasil colonial.

⁴ SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*, p. 14 et seq.

⁵ Segundo Hasenbalg (em *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*), a população do Brasil, em 1700, seria de cerca de 300 mil pessoas, sendo que os brancos seriam, no máximo, 100 mil, enquanto que os escravos de origem africana, 170 mil. Mas pode-se pensar que o número de escravos africanos e crioulos já era muito maior.

⁶ Sobre o predomínio da língua geral em São Paulo, conta-se com o testemunho histórico do padre Antônio Vieira que, em 1694, reconhecia que “as famílias dos portugueses e índios em São Paulo estão tão ligadas hoje umas com as outras, que as mulheres e os filhos se criam mística e domesticamente, e a língua, que nas ditas famílias se fala, é a dos índios, e a portuguesa a vão os meninos aprender à escola” (apud SILVA NETO, Serafim da. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*, p. 55). O predomínio da língua geral no Maranhão é atestado também pelo padre Vieira, em 1653, ao relatar que “os jesuítas pregavam aos índios na língua deles ‘a qual os moradores pela maior parte entendiam” (Ibid., p. 60).

⁷ O predomínio da Bahia e Pernambuco no processo de colonização do Brasil em torno do projeto agro-exportador do açúcar é atestado por Gabriel Soares de Souza, que em 1587 registra a existência de 50 engenhos de cana-de-açúcar em Pernambuco e 44 na Bahia, contra apenas três em São Vicente e dois no Rio de Janeiro (apud ELIA, Sílvio. *A unidade lingüística do Brasil*, p. 50).

Entre 1693 e 1695, são descobertas as primeiras minas de ouro na região que viria a ser denominada “Minas Geraes”.⁸ O ciclo do ouro vai mudar o panorama do Brasil ao longo do século XVIII. É o século em que a população brasileira mais cresce em termos relativos, atingindo a cifra de três milhões e 300 mil habitantes, em 1800;⁹ ou seja 11 vezes maior que a população estimada para 1700. Pelo menos 300 mil portugueses de todas as classes sociais teriam vindo para a colônia em busca do enriquecimento fácil, na febre do ouro, e, com eles, mais de um milhão de escravos africanos.¹⁰ A riqueza extraída da terra promove o primeiro surto de urbanização,¹¹ com Vila Rica atingindo a marca de 100 mil habitantes. A urbanidade da sociedade mineira permite a formação do que Antonio Candido chamou de primeiro sistema literário brasileiro.¹² A pecuária se desenvolve para garantir o projeto minerador, integrando, por um lado, o nordeste à região das minas através do vale do rio São Francisco e, de outro lado, o planalto paulista.¹³ O Rio de Janeiro torna-se a cidade mais importante da Brasil, em função do tráfico negroiro.¹⁴

Dessa forma, o ciclo do ouro fornece as bases objetivas para o que chamei alhures de primeira vaga de lusofonização do Brasil.¹⁵ O avanço socioeconômico do projeto colonial português desaloja a língua geral tupi de São Paulo, empurrando-a cada vez mais para os grotões do país.¹⁶ A inserção diferenciada do escravo africano na estrutura da so-

⁸ ELIA, Sílvio. *A unidade lingüística do Brasil*, p. 99: “o ouro foi encontrado quase simultaneamente em regiões diversas da zona que é hoje Minas Gerais, entre os anos 1693 e 1695”.

⁹ AZEVEDO, Thales. *Democracia racial*, p. 14-15.

¹⁰ HASENBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*.

¹¹ MERQUIOR, José Guilherme. *De Anchieta a Euclides*, p. 24.

¹² CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*, p. 23-24.

¹³ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. O Brasil Colônia. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). *História geral do Brasil*, p. 33-94.

¹⁴ MENDONÇA, Renato. *A influência africana no português do Brasil*, p. 33: “No século XVIII, o Rio semelha um porto africano. O Valongo, mercado de escravos, tem um jeito de Luanda. É a maior feira de escravos de todo o Brasil, que exporta para São Paulo, Minas, estado do Rio e Goiás.”

¹⁵ LUCCHESI, Dante. *Século XVIII: o século da lusofonização do Brasil*.

¹⁶ O declínio do uso da língua geral em São Paulo é atestado em 1751, quando “o padre Manuel da Fonseca falava do usos

cidade mineira *vis-à-vis* a massa indistinta das grandes empresas agro-exportadoras diminuirá progressivamente os círculos sociais em que se empregam as línguas francas africanas.¹⁷ O avanço da língua portuguesa no território brasileiro tem como reflexo aparentemente paradoxal a formação de uma norma brasileira distinta da portuguesa. E pode-se pensar aqui, não em termos do português profundamente alterado pela aquisição imperfeita por parte de índios e escravos africanos e pela nativização dessa segunda língua entre os seus descendentes, mas em termos de um falar corrente entre os brancos nascidos no Brasil. Uma evidência histórica disso é encontrada no depoimento de um português em um processo movido contra um certo João Lourenço ou Antônio da Silva, eremita e milenarista, na Vila do Príncipe (atual Serro), Capitania de Minas Gerais, na década de 1740. Em sua descrição do acusado, “João Gonçalves, homem branco, solteiro, reinol, natural do bispado de Lamego, morador na Vila do Príncipe, que vivia do ofício de ferreiro, afirma que: ‘pelo modo, e pela fala parece ser natural do Reino’”.¹⁸ Se um indivíduo branco podia ser caracterizado como português em função do seu modo de falar, era porque esse modo de falar se distinguia do modo pelo qual falavam os brancos nascidos no Brasil. Portanto, a expansão e sedimentação da língua portuguesa nos círculos urbanos de Minas Gerais, no século XVIII, constituiria, assim, um marco na transplantação

do tupi como coisa remota, pois afirmava que ‘naqueles tempos’ [do padre Belchior, que evangelizou de 1644 a 1719,] era comum a toda Comarca” (SILVA NETO, Serafim da. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*, p. 58).

¹⁷ Essa diferença foi destacada por Yeda Pessoa de Castro (“Os falares africanos na interação social dos primeiros séculos”, p. 108), nos seguintes termos: “Do ponto de vista da interação social, a condição de escravo da mineração, como a de escravo doméstico e urbano, não se mostrava a mesma do escravo rural. Enquanto nas plantações o trabalho da massa escrava era anônimo e coletivo, sua situação social parecia mais definida, por serem mais rígidas as relações casa-grande e senzala, na região das minas, como nos serviços urbanos e domésticos, o trabalho escravo se destacava por ser fruto de seu esforço individual, o que lhe dava mais possibilidades de comprar ou adquirir a liberdade, tornando-se ele próprio comerciante, traficante, minerador, negro de ofício, a bem dizer, estabelecido num trabalho autônomo.”

¹⁸ VILLALTA, Luiz Carlos. O encoberto da Vila do Príncipe (1744-1756): milenarismo-messianismo e ensaio de revolta contra brancos em Minas Gerais.

do português para o Brasil, um processo que só viria a se aprofundar no século seguinte.

Com a vinda da Família Real, em 1808, desencadeia-se a segunda onda de lusofonização do Brasil. A língua geral fica cada vez mais restrita às zonas mais inexploradas da Amazônia e do centro-oeste do país. O fim do tráfico na metade do século susta novas possibilidades de pidginização do português, impedindo a continuação do que definimos alhures como a *transmissão lingüística irregular* desencadeada em situações de contato maciço entre línguas.¹⁹ E os afro-descendentes, sobretudo os mestiços, que no final do século já constituem praticamente a metade da população do país, vão difundindo por todo o território nacional o *português popular do Brasil*. Um português muito diferente do falado e escrito pela elite colonial e do Império, configurando-se o que temos descrito como *polarização sociolingüística* do Brasil.²⁰

A polarização sociolingüística do Brasil

Em 1618, um cronista definiu o Brasil como “academia pública, onde se aprende com muita facilidade [o] bom modo de falar”.²¹ Tal afirmação – surpreendente numa terra em que a maioria dos falantes aprendiam precariamente o português como segunda língua – revela, porém, uma violenta clivagem que rasga o cenário lingüístico brasileiro desde as suas origens até os dias atuais. É natural que, no início da colonização, os colonizadores portugueses tivessem como referência de civilização os padrões culturais e lingüísticos da metrópole, o que explica o caráter conservador de alguns idiomas europeus transplantados para o Novo Mundo. Revelador, porém, é que essa atitude de submissão lingüística ao rígido cânone coimbrão tenha sobrevivido à independência política do Brasil e convivido, paradoxalmente, com manifestações explícitas de nacionalismo, calcadas na figura idealizada do índio, dentro do para-

¹⁹ LUCCHESI, Dante. O conceito de transmissão lingüística irregular e o processo de formação do português do Brasil.

²⁰ LUCCHESI, Dante. As duas grandes vertentes da história sociolingüística do Brasil.

²¹ BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das grandezas do Brasil*, p. 65.

digma do *bom selvagem*. Os membros da elite imperial brasileira, que adotavam sobrenomes indígenas e exaltavam a temática indigenista de José de Alencar, acatavam a censura que lhe faziam os puristas por conta de sua arrojadada sintaxe brasileira. E achavam natural que os professores da língua nacional nos colégios da Corte fossem portugueses, porque lá é que se falaria o melhor do idioma.²² Cotejando o texto da Constituição de 1824 com o texto da Constituição republicana de 1891, o lingüista Emílio Pagotto observou uma alteração no padrão normativo brasileiro, na qual se destaca a colocação pré-verbal dos pronomes átonos.²³ Tal mudança reflete uma alteração nos padrões de uso da língua que ocorreram em Portugal, entre os séculos XVIII e XIX, mas que não aconteceram no Brasil.

Na primeira metade do século XIX, mudanças na sociedade portuguesa, com a ascensão da burguesia, e no plano da cultura, com o movimento literário do Romantismo, teriam criado as condições para o “alcançamento das formas gramaticais emergentes à condição de poder figurar no texto escrito”, forjando “a atual norma culta portuguesa”.²⁴ No cerne dessas mudanças estaria a violenta redução das vogais átonas que caracteriza a prosódia do português europeu contemporâneo e o coloca numa posição singular entre as línguas românicas, que se caracterizam exatamente pelo seu acentuado vocalismo. Tal padrão prosódico favorece a colocação pós-verbal dos pronomes átonos, tornando a ênclise quase categórica no português europeu contemporâneo, diferentemente do delicado equilíbrio entre a colocação pré e pós-verbal do clítico que se observa no chamado português clássico. E, apesar de a língua no Brasil tomar uma direção distinta, com o fortalecimento das vogais átonas, que, ao se tornarem semitônicas, farão da próclise a colocação geral do clítico no Brasil, o estudo de Pagotto demonstrou que o nível de emprego da ênclise cresce significativamente no texto da Constituição de 1891, frente ao texto da Constituição de 1824, que ainda se pautava pelo

²² CUNHA, Celso. *Língua portuguesa e realidade brasileira*.

²³ PAGOTTO, Emílio Gozze. *Norma e condescendência: ciência e pureza*.

²⁴ *Ibid.*, p. 54.

cânone do português clássico. Essa atitude de subserviência lingüística conserva-se até os dias atuais entre os gramáticos normativos brasileiros, que definem a ênclise como a colocação normal do pronome átono, com um emprego inusitado, ou melhor, absolutamente impróprio do adjetivo *normal*. E, apesar das reações a essa submissão parnasiana aos ditames puristas, que têm na Semana de Arte Moderna de 1922 o seu grande marco, a manutenção de um padrão normativo adventício e, em muitos aspectos, em flagrante contradição com o uso culto da língua no país, produz um forte sentimento de insegurança lingüística em todos os segmentos da sociedade brasileira, e que se traduz em afirmações correntes do tipo: “o português é uma língua muito difícil” e “o brasileiro não sabe falar português”.

A subserviência lingüística não é apenas reflexo de um lastimável estado de espírito de submissão cultural e ideológica da elite brasileira aos modelos da dominação das grandes potências imperialistas, desde o século XIX até os dias atuais. Revela, sobretudo, um absoluto desprezo pelas coisas da terra e pela cultura nacional e popular. A adoção de um padrão normativo estranho à realidade lingüística do país integra um projeto elitista de poder e de exclusão social, no qual a grande maioria da população do país deve ficar fora dos centros de decisão política e da distribuição da riqueza nacional, até porque “nem sequer sabe falar o idioma pátrio”. O outro lado da moeda desse elitismo lingüístico é o pesado estigma social que recai sobre as variantes lingüísticas mais notáveis da fala popular brasileira.

O português popular do Brasil, ou a *norma lingüística popular brasileira*, no enquadramento conceitual que temos desenvolvido,²⁵ nada mais é do que uma das resultantes do caráter pluriétnico da sociedade brasileira. As características mais notáveis da fala popular, como a ausência de concordância nominal e verbal – como exemplificada em (1) abaixo –, resultam de um processo de simplificação praticamente universal em situações de contato maciço entre línguas.

(1) Meus irmão trabalha na roça o dia todo.

²⁵ LUCCHESI, Dante. Norma lingüística e realidade social.

A variação na concordância nominal e verbal constitui, assim, um divisor de águas no cenário sociolingüístico brasileiro; fato revelador do peso que o contato entre línguas teve na história lingüística do Brasil, conquanto muita pesquisa histórica e lingüística ainda tenha que ser empreendida nesse campo.

Mudanças estruturais induzidas pelo contato entre línguas no português brasileiro

O contato é uma constante na história das línguas humanas e resulta do convívio e do estabelecimento de relações comerciais de troca, ou relações de dominação política, militar ou cultural e ideológica entre povos que falam línguas distintas. O reflexo mais imediato do contato entre línguas são os empréstimos lexicais. Assim, no português, empréstimos mais antigos como o verbo *guardar*, de origem germânica, e os substantivos *alfinete* e *nau*, tomados ao árabe e ao catalão, respectivamente, convivem com empréstimos mais modernos, como *futebol*, do inglês britânico, ou *abajur*, do francês. Isso para não falar dos contemporâneos *deletar*, *shopping center*, entre tantos outros que refletem uma atitude de submissão cultural aos Estados Unidos da América. Mas, mesmo nesses casos mais acentuados de influência de uma língua sobre a outra, não é comum que essa influência transborde do léxico para a estrutura gramatical ou para o sistema fonológico da língua.

Contudo, a colonização européia da América, da África, da Ásia e da Oceania produziu situações sociais em que o contato entre línguas teria atingido um nível de intensidade talvez único nos cerca de 100 mil anos de existência das línguas humanas. O seqüestro de grandes contingentes humanos de seu ambiente cultural de origem para submetê-los a uma situação violenta de exploração do trabalho e de opressão física e simbólica forneceram o contexto social para a ocorrência de processos lingüísticos que ficaram conhecidos através do termo *crioulização*. E a grande maioria das *línguas crioulas* hoje existentes no mundo formou-se no bojo da colonização européia, entre os séculos XV e XIX, e situam-se no Caribe, na costa da África, no Sudeste Asiático e na Oceania. Den-

tre as línguas crioulas hoje faladas no mundo, podemos citar o crioulo inglês da Jamaica, o crioulo cabo-verdiano, derivado do português, e o crioulo francês da ilha de Reunião, no oceano Índico.

Através do conceito de *transmissão lingüística irregular*,²⁶ temos buscado explicar a crioulação conjugando a aquisição de uma segunda língua por uma população adulta em situações adversas, com a posterior socialização e nativização dessa variedade defectiva de segunda língua. Tomando a *plantation* como situação sociolingüística prototípica, temos um grande contingente de falantes adultos, os escravos africanos, que são forçados a adquirir precariamente a língua do grupo dominante, senhores, feitores e capatazes, para, no mínimo, poderem cumprir ordens e dar e receber informações básicas. Disso resulta o que, na terminologia da área, se denomina *jargão*, um código de comunicação emergencial composto de um vocabulário restrito da língua dominante que os seus usuários manipulam de acordo com as regras da gramática de suas línguas maternas. Dessa forma, a língua do grupo dominante acaba por fornecer o grosso do vocabulário para o código de comunicação emergencial e para a nova variedade lingüística que se forma na situação de contato, de modo que essa *língua de superstrato*, ou seja, língua do grupo dominante, também é denominada *língua lexificadora*; ou ainda *língua-alvo*, pois ela é a meta do processo de aquisição dos falantes do grupo dominado.

Como os traficantes e senhores praticavam a política de misturar escravos de diversas etnias para evitar rebeliões, era comum que os escravos africanos reunidos em diversos pontos do continente americano falassem línguas mutuamente ininteligíveis, o que os obrigava a recorrer ao código de emergência para se comunicarem também entre si. Paralelamente, os filhos desses escravos e escravas que nasciam nessa situação de contato acabavam por adotar como língua materna a língua do grupo dominante, por ser esta mais viável socialmente. A socialização e, sobretudo, a nativização do código de comunicação emergencial no segmento dos dominados ampliam o leque de funções de uso desse jargão, o que

²⁶ LUCCHESI, Dante. O conceito de transmissão lingüística irregular e o processo de formação do português do Brasil.

cria uma pressão para a ampliação de sua estrutura gramatical. Portanto, após a erosão da gramática da língua-alvo, no processo inicial de sua aquisição como segunda língua pelos grupos dominados, ocorre a sua reestruturação gramatical com a socialização e a nativização.

Se as condições sócio-históricas fazem com que o acesso aos modelos gramaticais da língua do grupo dominante por parte dos segmentos dominados permaneça restrito, isso abre espaço para que ocorram processos originais de gramaticalização ao lado de eventuais transferências de estruturas gramaticais da(s) língua(s) dos grupos dominados para preencher as lacunas estruturais do código de comunicação emergencial.²⁷ Assim sendo, a variedade lingüística que se forma na situação de contato com a reestruturação gramatical do jargão é, na maioria dos casos, uma língua crioula.²⁸ A língua crioula, que é a língua materna da maioria dos seus utentes, tem a sua estrutura gramática composta por elementos exógenos, tornando-se uma variedade lingüística qualitativamente distinta da língua do grupo dominante, da qual recebeu a grande maioria do seu vocabulário, e sendo inteligível para o falantes monolíngües, tanto da língua dominante, quanto para os falantes monolíngües das línguas do substrato.

Há que se destacar, entretanto, que, no processo de recomposição gramatical do código de comunicação emergencial, nem todos os elementos estruturais da língua-alvo que se perdem na fase inicial da situação de contato são posteriormente reconstituídos. Elementos gramaticais que não têm valor comunicativo, como as regras de concordância verbal e nominal e a flexão de caso dos pronomes pessoais, geralmente não fazem parte do repertório gramatical das línguas crioulas. Já entre os elementos estruturais que são reconstituídos na crioulação, destacam-se as partículas pré-verbais que indicam as categorias gramaticais

²⁷ A possibilidade de transferência de estruturas gramaticais do substrato para a variedade lingüística que se forma na situação de contato dependerá de uma relativa homogeneidade lingüística do grupo dominado.

²⁸ Se não ocorre a nativização da variedade lingüística que se forma na situação de contato, não obstante ocorrer a ampliação de suas funções comunicativas e sua reestruturação gramatical, não ocorre tecnicamente a *crioulização*, e sim a *pidginização*. Assim, ao invés de uma língua crioula, tem-se uma língua *pidgin* expandida. Os *pidgins* expandidos são entidades lingüísticas mais raras, sendo o caso mais notável desse tipo o *tok pisin*, língua nacional de Papua Nova Guiné.

de tempo, modo e aspecto dos verbos e a gramaticalização de verbos que, ao lado de sua função original, passam a desempenhar a função de preposição ou conjunção, em uma estrutura denominada *verbos seriais* na literatura do campo.

Nos exemplos (2) e (3) abaixo, podemos observar a ausência de concordância nominal de número no crioulo cabo-verdiano e a ausência de concordância nominal de gênero no crioulo da Guiné-Bissau, respectivamente. Já os exemplos (4) e (5) revelam a ausência de flexão de caso nos pronomes pessoais do crioulo cabo-verdiano, pois a mesma forma do pronome desempenha tanto a função sintática de sujeito quanto a função de complemento verbal, observando-se apenas uma redução na forma fonética do pronome nos contextos em que ocorre a sua cliticização ao verbo (ou seja, em função do seu enfraquecimento fonético, o pronome se liga fonicamente ao verbo, como uma espécie de afixo). Nos exemplos apresentados em (4), a forma base do pronome de primeira pessoa, *mi* (proveniente da forma portuguesa *mim*), aparece em sua forma plena em (a.), e se reduz a um fonema nasal (*n'* ou *m'*, conforme o caso) em (b.) e (c.), ao se ligar à forma verbal, no seu processo de cliticização. Em (5), a forma plena do pronome de segunda pessoa, *bo* (proveniente da forma portuguesa *vós*) se reduz na função de objeto a *b'* pelo mesmo processo de cliticização.

- (2) **kes** mininu tá fla tcheo.
Aqueles meninos falam demais.
(lit. *Aqueles menino fala muito.*)
- (3) I tene **un fiju femya bonitu**.
Tem uma filha bonita.
(lit. *Tem um filho fêmea bonito.*)
- (4) a. **Mi** e fliz. 'eu sou feliz'
b. **N** tá faze izarsísi. 'eu estou fazendo o exercício'
c. El dà-**m** un livr. 'ele me deu um livro'.
- (5) a. **Bo** tá faze izarsísi. 'você faz o exercício'.
b. El dà-**b'** un livr. 'ele deu a você um livro'.

Esses fenômeno revelam a perda de morfologia flexional da língua-alvo, sem que essa morfologia seja reconstituída na língua crioula que se forma na situação de contato. Por outro lado, certos aspectos gramaticais mais nucleares como a marcação das categorias gramaticais de tempo, modo e aspecto dos verbos são reconstituídos como se pode ver nos exemplos (6) a (8), extraídos do crioulo português de Malaca, falado no Sudeste Asiático.

- (6) yo **ja** kumi
eu **comi**
- (7) olotu **lo** kumi
eles **comerão**
eles **comeriam**
- (8) bolotu **ta** kumi figu
vocês **estão comendo** banana

Em (6), a partícula *ja* (derivada do advérbio português *já*) converteu-se em um morfema de passado, enquanto que a partícula *lo* (derivada do advérbio português *logo*) indica o futuro ou o modo *irrealis*, conforme exemplo (7). Já a partícula *ta* (derivada da forma do verbo auxiliar *estar*) expressa o aspecto durativo, conforme exemplo (8). Outro processo de reconstituição gramatical recorrente na formação das línguas crioulas é a serialização verbal. Como se pode ver nos exemplos (9) e (10), do crioulo português da ilha de São Tomé, na costa ocidental da África, a forma do verbo *dar* também funciona como preposição de dativo, como as preposições *a* ou *para*, no português brasileiro.

- (9) Sela bo da-m jelu nga po koplá pichi **da** bo.
Se você me der dinheiro, eu posso comprar peixe para você.
- (10) N fa **da** bo.
Eu disse a você.

Mudanças lingüísticas desse tipo, que compõem o ciclo de erosão e recomposição da estrutura gramatical da língua-alvo, caracterizam a formação das línguas crioulas típicas. Entretanto, é preciso destacar que processos de crioulização desse tipo ocorreram historicamente em situações de forte exclusão social, com a marginalização e segregação a que foram submetidas as comunidades crioulófonas. Uma maior inserção social de comunidades crioulófonas que tem se verificado nas últimas décadas implica uma maior exposição desses falantes ao aparato gramatical da língua lexicadora, com a decorrente inserção dos elementos gramaticais dessa língua na língua crioula, configurando-se um processo de *descrioulização*, pelo qual muitas línguas crioulas de todo o mundo têm passado nas últimas décadas.

Por outro lado, se essa ampliação do acesso à língua-alvo ocorre antes que os processos de gramaticalização e de transferência do substrato se consolidem na variedade lingüística que se forma na situação de contato, o processo de crioulização é sustado e, ao invés de uma língua crioula, forma-se uma variedade popular da língua dominante, o que nós temos chamado de *processo de transmissão lingüística irregular de tipo leve*.²⁹ Essa variedade mantém basicamente todo o arcabouço estrutural da língua dominante. Os processos de gramaticalização são muito raros, quando não ausentes, e a característica mais proeminente dessas variedades é um quadro de ampla e profunda variação no uso dos elementos gramaticais sem valor referencial, como as regras de concordância verbal e a flexão de caso dos pronomes pessoais. Mesmo aí, há que se distinguir esse quadro de variação da eliminação completa desses mecanismos que caracteriza os casos típicos de crioulização, como se pode ver no quadro abaixo, com o cotejo da flexão de pessoa e número do verbo no crioulo cabo-verdiano e no português popular do brasileiro:

Crioulo cabo-verdiano	Português popular brasileiro	Português padrão
n'fla	eu falo	eu falo
bu fla	você/tu fala	tu falas

²⁹ LUCCHESI, Dante. O conceito de transmissão lingüística irregular e o processo de formação do português do Brasil.

e fla	ele/a fala	ele fala
nu fla	nós/ a gente fala(mo)	nós falamos
nhu fla	vocês fala(m)	vós falais
es fla	eles fala(m)	eles falam

Como se pode ver, no crioulo do arquipélago de Cabo Verde a mesma forma do verbo (*fla*) é usada para todas as pessoas do discurso, ao passo que, nas variedades populares do português brasileiro, embora a erosão dos morfemas flexionais presentes no padrão normativo da língua seja bem ampla, subsiste um processo de variação com base no uso restrito dos morfemas da primeira pessoa do plural, *-mo(s)*, e de plural para a segunda e a terceira pessoas, *-m*. No singular, mantém-se com bastante regularidade o morfema da primeira pessoa, *-o*.³⁰ Deve-se, então, buscar no complexo processo histórico de formação da realidade lingüística brasileira as razões para no Brasil não se terem criado as condições para um processo pleno de criouliização da língua portuguesa.

As condições sócio-históricas de inserção dos africanos na sociedade brasileira e, sobretudo, dos seus descendentes nascidos no Brasil, os crioulos, com particular destaque dentre esses para os mestiços, nos levam a crer que o contato entre línguas na história sociolingüística do Brasil teve como resultado mais geral a transmissão lingüística irregular de tipo leve. Os eventuais processos de criouliização teriam sido localizados e não teriam logrado a perenidade necessária à consolidação de uma comunidade crioulófona. Porém, muita pesquisa histórica ainda precisa ser feita, e um dos maiores desafios para aqueles que se ocupam da historiografia lingüística do Brasil é precisar as situações sociolingüísticas em

³⁰ Em algumas comunidades rurais afro-brasileiras isoladas, como a comunidade de Helvécia, situada no extremo sul do estado da Bahia, a variação na flexão verbal atinge até a primeira pessoa do singular, podendo ocorrer frases como: *eu trabalha* na roça. Desse modo, pode-se pensar que, na formação das comunidades rurais afro-brasileiras isoladas (muitas delas oriundas de antigos quilombos), a erosão da morfologia flexional do verbo atingia todas as pessoas do discurso, num processo praticamente idêntico ao da formação das línguas crioulas de base lexical portuguesa da África e da Ásia. Tal fato constitui uma forte evidência empírica da relação histórica entre o quadro atual de variação na concordância verbal no português brasileiro e a participação do contato entre línguas na formação da realidade lingüística do país. (Ver LUCCHESI, Dante. "Parâmetros sociolingüísticos do português brasileiro".)

que se deu o contato entre línguas para se poder determinar com uma base empírica satisfatória que mudanças tais situações promoveram na estrutura da língua nacional.

Elementos para uma sócio-história do contato do português com as línguas africanas no Brasil

Dentre os números díspares que a historiografia do tráfico negreiro apresenta, assumimos a posição de que, no período que se estende *grossomodo* de 1549 a 1850, vieram para o Brasil cerca de quatro milhões de escravos africanos. Mais importante do que determinar em termos absolutos o número de africanos no Brasil nesse período, é determinar a sua presença relativa na composição da sociedade brasileira, bem como a participação de seus descendentes crioulos e mestiços.

Alberto Mussa³¹ apresenta o seguinte quadro esquemático com a composição étnica da sociedade brasileira no período de 1583 a 1890:

Composição étnica da sociedade brasileira (1583-1890)

	1583-1600	1601-1700	1701-1800	1801-1850	1851-1890
Africanos	20%	30%	20%	12%	2%
Negros brasileiros	-	20%	21%	19%	13%
Mulatos	-	10%	19%	34%	42%
Branços brasileiros	-	5%	10%	17%	24%
Europeus	30%	25%	22%	14%	17%
Índios integrados	50%	10%	8%	4%	2%

Esses números devem ser tomados como referências bem pouco precisas, sobretudo no que concerne aos períodos mais remotos. Contudo, pode-se perceber que a participação de africanos e crioulos é maior no século XVII, correspondendo à metade da população brasileira. Nesse século, as proporções demográficas, bem como o tipo de inserção social

³¹ MUSSA, Alberto. *O papel das línguas africanas na história do português do Brasil*, p. 163.

da escravaria africana (na lavoura dos grandes empreendimentos agro-exportadores do Nordeste brasileiro), teriam criado condições mais favoráveis a eventuais processos de pidginização e criouliização do português, não apenas nos engenhos, como também nos quilombos, como o grande quilombo de Palmares, que resistiu a diversas incursões do poder colonial, durante décadas na região que corresponde ao atual estado de Alagoas, até ser desbaratado no ano de 1695. Mas, a partir do século XVIII, a participação dos africanos e crioulos vai diminuindo até atingir o seu nível mais baixo, de 13% do total da população, em 1890. A mudança na ênfase da atividade agro-exportadora para a mineração também teria contribuído para diminuir as possibilidades de pidginização e criouliização do português.³²

Paralelamente ao declínio da participação de africanos e crioulos, sobe vertiginosamente a participação de mestiços, que, de dez por cento no século XVI, passam a corresponder a quase a metade da população do país, em 1890.³³ O alto grau de mestiçagem e as possibilidades de inserção social dos mestiços na sociedade brasileira podem ser, então, considerados como importantes fatores de inibição de eventuais processos de criouliização do português, porquanto o cenário social que a mestiçagem gera no Brasil difere bastante dos cenários sociais de segregação em que normalmente vicejaram as línguas crioulas.

Ainda no plano da demografia histórica, deve-se destacar o percentual de portugueses e de brasileiros brancos durante todo esse período. Considerando que todos esses indivíduos seriam falantes nativos do português, a sua participação relativa no conjunto da população brasileira determinaria um grau de acesso aos modelos gramaticais da língua-alvo bem superior ao encontrado nas situações típicas de criouliização, como as que ocorreram no Caribe, nas quais a participação dos falantes da língua-alvo nunca chegou a dez por cento do total da população. No Brasil,

³² Cf. nota 17.

³³ Se pensarmos que muitos dos mestiços que ascendiam socialmente assumiam a condição de brancos, sendo reconhecidos socialmente como tal, o número de mestiços muito provavelmente já excedia a metade da população do Brasil nessa época.

em todo o período da colonização e do Império, os falantes nativos do português sempre corresponderam a aproximadamente trinta por cento da população brasileira. Essa situação de um acesso potencialmente maior dos chamados *alóglotas* aos modelos gramaticais do português fortaleceria a hipótese de que teriam predominado no Brasil os processos de transmissão lingüística irregular de tipo leve.

É claro que esses grandes números servem apenas como referências muito gerais para uma primeira aproximação dos cenários sociolingüísticos em que se deu o contato entre línguas no Brasil. Faz-se necessário passar do plano macro para cenários mais específicos em que o contato lingüístico ocorreu. No caso específico dos engenhos e grandes propriedades agrícolas de algodão e fumo, a proporção entre falantes nativos e escravos, bem como a segregação desses últimos, como massa amorfa, no universo das senzalas favoreceria a pidginização e crioulização do português. Contudo, estudos mais recentes de história econômica revelam que o número de pequenos proprietários de terra que possuíam de três a cinco escravos em média foi representativo no universo fundiário da Colônia e do Império³⁴. Já essa situação inibiria eventuais processos de pidginização e crioulização, em função do relacionamento mais estreito entre colonos e escravos.

Por outro lado, é necessário precisar a situação etnolingüística da população escrava, identificando as alternativas lingüísticas disponíveis para esse segmento. Estima-se que chegaram ao Brasil, com o tráfico negreiro, mais de 200 línguas africanas.³⁵ Em sua maioria, elas se originaram de duas grandes áreas: oeste-africana e banto. A primeira estende-se do Senegal até a Nigéria, a segunda compreende, principalmente, a região atual de Angola e do Congo, bem como a região de Moçambique.

Da região oeste-africana, uma região de grande diversidade lingüística, sobressaem as línguas da subfamília *kwa*, “faladas na parte oriental da Costa do Marfim, sudeste de Gana, Togo, Benin e sudoeste da

³⁴ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Conquista e colonização da América portuguesa*, p. 72-73.

³⁵ PETTER, Margarida Maria Taddoni. *Línguas africanas no Brasil*, p. 124: “Considerando-se as regiões de origem dos negros, pode-se estimar que foram envolvidas pelo tráfico por volta de 200 a 300 línguas.”

Nigéria”.³⁶ Dessas destacam-se, por sua representatividade, o iorubá e as línguas do grupo ewe-fon (principalmente, ewe, fon, gun, mahi e mina), faladas por indivíduos que no Brasil ficaram conhecidos como jejes ou minas³⁷. Além dessas línguas kwa, devem-se registrar ainda, entre as línguas oeste-africanas, o hauçá, de um grupo de escravos islamizados que estiveram no origem das grandes revoltas de escravos que eclodiram na Bahia nas primeiras décadas do século XIX.³⁸ Da região banto, uma região de línguas tipologicamente mais aparentadas entre si, destacam-se o quicongo, o umbundo e, principalmente, o quimbundo, falado na região central de Angola.

Quanto à sua representatividade no Brasil, após o ciclo inicial da Guiné, que teria trazido escravos procedentes da região oeste-africana no século XVI, predomina, a partir do século XVII, o ciclo do Congo e, principalmente, de Angola, fazendo com que os escravos africanos no Brasil tenham sido majoritariamente bantos, o que levou boa parte dos historiadores mais antigos a uma generalização imprópria de que todos os africanos trazidos para o Brasil fossem dessa procedência.³⁹ Escapou a esses historiadores uma importante rota comercial que reunira a Bahia à Costa da Mina, entre os séculos XVIII e XIX, com base na troca de aguardente e fumo produzidos no Recôncavo Baiano por escravos. Assim sendo, enquanto, em todo território brasileiro, teriam predominado escravos bantos, na Bahia, após um predomínio banto, verificado no século XVII, os escravos dessa procedência teriam sido substituídos pelos oeste-africanos, com a primazia para os iorubás, aqui denominados *na-gôs*. Deve-se registrar ainda a presença de *ewes* e *fons* no Maranhão e na região das Minas Gerais.

O predomínio e a maior antiguidade da presença banto no Brasil reflete-se na contribuição lexical africana para a língua nacional. Enquanto as palavras de origem iorubá – tais como: *abará* e *acarajé*, *orixá*, *axé* e

³⁶ CASTRO, Yeda. *A matriz africana no português do Brasil*, p. 104.

³⁷ *Ibid.*, p. 104-105.

³⁸ RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*, p. 57 et seq.

³⁹ *Ibid.*, p. 149.

Iemanjá – se restringem ao vocabulário da culinária e da religião, em que as manifestações culturais africanas são mais nítidas, a contribuição vocabular banto atinge o chamado vocabulário comum, com palavras como *caçula*, *moleque*, *molambo*, *camundongo* e *cachaça*, e o calão *bunda*, além de boa parte do vocabulário ligado à escravidão, como *senzala*, *mu-cama*, *mocambo* e *quilombo*.

No plano sociolingüístico, a questão que se coloca é saber se essas línguas teriam sido usadas no Brasil como línguas francas na comunicação veicular entre os escravos. É lugar comum na historiografia da escravidão dizer que traficantes e senhores buscavam misturar os escravos para evitar rebeliões. Contudo, é provável que nem sempre essa política possa ter sido executada com eficácia, de modo que se pode pensar fortemente na possibilidade de línguas francas africanas usadas no Brasil, sobretudo no ambiente das senzalas.

Dois importantes documentos históricos atestam o emprego de línguas africanas no Brasil, nos séculos XVII e XVIII. O primeiro é a *Arte da língua de Angola*, do padre jesuíta Pedro Dias, escrita em Salvador, em 1694, e publicada em Lisboa, em 1697. Trata-se da primeira gramática da língua quimbundo escrita no mundo. O compêndio visava facilitar o trabalho dos jesuítas que lidavam com os negros africanos, que teriam dificuldade em ser catequizados em português por falta de proficiência nessa língua.⁴⁰ Para além da falta de proficiência, a existência desse documento revela o predomínio banto dos escravos na Bahia até o final do século XVII e o uso do quimbundo como língua veicular. Reforça também a hipótese de Serafim da Silva Neto de que o quimbundo fosse a língua veicular do quilombo de Palmares.⁴¹

Para o século XVIII, temos a *Obra nova da língua geral de mina*, manuscrito de autoria do português Antônio da Costa Peixoto, em Ouro Preto, entre 1731 e 1741. Trata-se de um vocabulário de base *ewe*-fon,

⁴⁰ PETTER, Margarida Maria Taddoni. Línguas africanas no Brasil, p. 126-127.

⁴¹ SILVA NETO, Serafim. Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil, p. 85: "Acreditamos [...] que os palmarenses falavam um dialeto africano de tipo banto. A razão é a grande maioria dos quilombolas eram angolenses [sic]. A tal ponto que à comunidade dos Palmares chamavam *Angola janga*, isto é Angola pequena."

acompanhado de um breve manual de conversação, nessa língua que teria sido veicular entre os escravos africanos da então Vila Rica.⁴² Tal documento revela, por um lado, uma forte presença de escravos da costa do Benin, chamada na época *Costa da Mina*, numa região que em princípio seria de domínio banto, já que receberia escravos do Rio de Janeiro, em sua maioria provenientes do porto de Luanda, em Angola. Além disso, revela o uso de uma língua franca africana também no contexto social da mineração, em princípio distinto do contexto da lavoura extensiva.⁴³

E para o século XIX, temos o testemunho de Nina Rodrigues, segundo o qual o iorubá, denominado *dialeto nagô*, era de uso corrente em Salvador até o início do século XX. Como língua veicular era usado não apenas pelos oeste-africanos, mas também pelos bantos, minoritários naquela cidade, e por muitos crioulos e mestiços.⁴⁴ Temos, então, o uso de uma língua franca africana também no contexto urbano do século XIX.

No plano sociolinguístico dos reflexos do contato entre línguas, o emprego de línguas francas africanas deve ser visto como um fator inibidor dos processos de pidginização e criouliização do português, pois esse emprego concorreria com a socialização do código de comunicação emergencial entre os segmentos dominados, vetor crucial para a conversão desse jargão em uma língua *pidgin*. Por outro lado, não se pode pensar em uso generalizado de línguas francas africanas em todo o território brasileiro. É mais plausível que esse uso tenha convivido com uso de formas pidginizadas de português em muitos quilombos, mesmo em Palmares, e em muitos engenhos cujos senhores teriam seguido à risca a política de misturar os escravos de diferentes etnias.

Além disso, as condições sociais adversas, quando não a repressão aberta acabou por fazer com que essas línguas francas africanas fossem progressivamente sendo cada vez menos usadas entre os segmentos dominados. Nesse sentido, deve-se fazer uma distinção entre os escravos africanos e os nascidos no Brasil, os crioulos. Historiadores do porte de

⁴² CASTRO, Yeda Pessoa de. *A língua mina-jeje no Brasil: um falar africano em Ouro Preto do século XVIII*.

⁴³ Cf. nota 17.

⁴⁴ RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*, p. 156-157.

Katia Mattoso têm destacado a diferença no comportamento social entre africanos e crioulos.⁴⁵ Enquanto os primeiros tendiam a assumir uma postura de resistência cultural mais refratária à inserção na sociedade dos brancos, os últimos, nascidos fora do ambiente cultural de seu povo, tenderiam a buscar a sua inserção na sociedade brasileira, para o que o domínio do português seria uma condição *sine qua non*. Assim, é provável que a proficiência em uma língua africana, nativa ou franca, tenha declinado rapidamente entre a população crioula e mestiça, sobretudo nessa última, que teria em princípio mais facilidade em se integrar à sociedade dos brancos, em função de sua situação ambígua.

Conclusão: os reflexos lingüísticos da presença africana no Brasil obscurecidos pela ignorância e o preconceito

O fim do tráfico negreiro na metade do século XIX estabelece uma espécie de prazo final para o uso das línguas africanas no Brasil. Não subsistindo na população afro-descendente, que buscava cada vez mais se inserir na sociedade dos brancos, sendo obrigada para isso a deixar para trás o legado cultural dos seus ancestrais, o uso de línguas africanas não lograria subsistir para além do tempo de duração da vida dos últimos africanos trazidos para o Brasil. Convivendo com uma repressão social declarada, a comunicação dos escravos e seus descendentes em língua africana foi se circunscrevendo a espaços sociais cada vez mais restritos: os espaços de resistência dos terreiros, dos batuques e das cerimônias religiosas. A redução das funções sociais de uso de uma língua constitui o caminho mais rápido para o seu desaparecimento.

Assim, as línguas veiculares africanas no Brasil restringiram-se no século XX a um conjunto de fórmulas rituais nos terreiros de candomblé; em iorubá, na Bahia, e em ewe-fon, no Maranhão. Afora isso, subsistiram como línguas secretas em algumas comunidades rurais afro-brasileiras isoladas, a exemplo do Cafundó, em São Paulo,⁴⁶ Tabatinga, em

⁴⁵ Entre outros títulos, veja-se: MATTOSO, Katia. *Da revolução dos alfaiates à riqueza dos baianos no século XIX*.

⁴⁶ VOGT, Carlos; FRY, Peter. *A descoberta do Cafundó: alianças e conflitos no cenário da cultura negra no Brasil*.

Minas Gerais.⁴⁷ Segundo seus estudiosos, trata-se, nos dois casos, de um vocabulário de base banto, a que os moradores dessas comunidades recorrem, utilizando a gramática do português popular do Brasil, que lhes é nativa, para se comunicarem sem serem percebidos pelos forasteiros. Como índice de sua identidade ancestral africana não deixam de constituir, entretanto, uma importante manifestação de resistência cultural.

As variedades crioulizadas de português que teriam eventualmente se formado, no interior do país, em quilombos ou em torno de antigos engenhos, teriam desaparecido com a penetração do capitalismo no campo brasileiro, ao longo do século XX. Tal penetração teria levado à inserção dessas comunidades no sistema produtivo ou à sua desarticulação. Ambos os processos teriam a mesma resultante: o virtual desaparecimento das variedades crioulizadas do português que eventualmente falassem. De tais variedades, em comunidades rurais afro-brasileiras isoladas, só há o registro da comunidade de Helvécia, no extremo sul do estado da Bahia, feito pela dialetóloga Carlota Ferreira, em 1961. Restringe-se a algumas transcrições fonéticas de expressões do que, para a autora, seria um antigo dialeto crioulo empregado pelos velhos da comunidade.⁴⁸ A falta de financiamento não permitiu que gravações fossem feitas na época, e os lingüistas que realizaram pesquisas de campo na comunidade quase trinta anos depois só encontraram vestígios de mudanças crioulizantes.⁴⁹

O desaparecimento das línguas africanas trazidas para o Brasil, bem como de variedades crioulizadas delas derivadas reflete, portanto, um longo e profundo processo de repressão cultural e simbólica a que foram submetidos os africanos e seus descendentes. Não obstante os significativos progressos alcançados nas últimas décadas, a identidade lingüística e cultural dos afro-descendentes ainda é objeto de atitudes discriminatórias no Brasil de hoje. Nesse sentido, registre-se o seguinte

⁴⁷ QUEIROZ, Sônia. *A língua do negro da costa: um remanescente africano em Bom Despacho (MG)*.

⁴⁸ FERREIRA, Carlota. *Remanescentes de um falar crioulo brasileiro*.

⁴⁹ BAXTER, Alan; LUCCHESI, Dante. *A relevância dos processos de pidginização e crioulição na formação da língua portuguesa no Brasil*.

fato noticiado no jornal *A Tarde*, em 19 julho de 2007, em matéria de Cleidiana Ramos:⁵⁰

O casal Josuel Soares Queiroz e Regina Queiroz, praticantes do candomblé, decidiu dar a sua filha o nome duplo *Iyami Ayodele*, tendo o primeiro, “numa tradução livre do ioruba”, o significado de *minhas mães ancestrais* e o segundo, *alegria da casa*. Entretanto, o cartório de Ofício do Registro Civil de Pessoas Naturais tentou dificultar o registro da criança, fato que Josuel Queiroz considerou uma atitude preconceituosa.

Não se deve, contudo, negar os avanços, principalmente no campo das manifestações artísticas, sobretudo quando essas manifestações se ajustam aos processos em curso de acumulação capitalista da indústria cultural e do entretenimento. Um bom exemplo disso é o prestígio e o espaço que ocupam os blocos afro no carnaval da Bahia, que atualmente têm entre os seus maiores símbolos, agremiações – como os Filhos de Gândi, o Ilê Ayê e o Olodum – que promovem e valorizam a identidade e os ícones da cultura afro-brasileira. Vale comparar a situação atual com a que se observava no início do século XX, especificamente no que concerne à atitude da elite baiana de então e de seus instrumentos de construção ideológica, os jornais da época. A esse propósito vejam-se estes extratos de matérias que tratavam da participação dos negros no carnaval da Bahia:⁵¹

Começaram, infelizmente, desde ontem, a se exhibir em algazarra infernal, sem espírito nem gosto, os célebres grupos *africanizados de canzás e búzios*, longe de contribuírem para o brilhantismo das festas carnavalescas, deprimem o nome da Bahia, com esses espetáculos incômodos e sensaborões. Apesar de, nesse

⁵⁰ Apud MARTINS, Sônia Cristina. *O apagamento dos nomes indígenas e africanos na antropônimo baiana*. Comunicação apresentada ao Seminário Estudantil de Pesquisa do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, em 16 de outubro de 2007.

⁵¹ Apud RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*, p. 184-186.

sentido, já se haver reclamado da polícia providências, é bom, ainda uma vez, lembrarmos que não seria má a proibição desses *candomblés* nas festas carnavalescas.⁵² (*Jornal de Notícias*, 15 de fevereiro de 1901.)

Aproximam-se as festas do Carnaval e os batuques preparando-se para dar a triste nota de nossa rebaixada civilização, tornando festas como essa, tão agradável em outras cidades, em verdadeiros *candomblés*. (*Jornal de Notícias*, 15 de fevereiro de 1903.)

O carnaval deste ano, não obstante o pedido patriótico e civilizador, que fez o mesmo, foi ainda a exibição pública do *candomblé*, salvo raríssimas exceções.

Se alguém de fora julgar a Bahia pelo seu Carnaval, não pode deixar de colocá-la a par da África e note-se, para nossa vergonha, que aqui se acha hospedada uma comissão de sábios austríacos que, naturalmente, de *pena engatilhada*, vai registrando estes fatos para registrar nos jornais da culta Europa, em suas impressões de viagem.⁵³ (*Jornal de Notícias*, 23 de fevereiro de 1903.)

Não se deve deixar de ter em conta que, não obstante tolerar, ou mesmo, integrar manifestações da cultura afro-brasileira no ciclo de festas da Bahia, a elite baiana, ou porque não dizer brasileira, mantém, ainda nos dias de hoje, no cerne de sua ideologia, os mesmos elementos constituintes: uma atitude de clara submissão cultural e espiritual à Europa, e agora aos E.U.A., e uma absoluta aversão às mais autênticas manifestações e movimentos populares. E, como nos idos de 1901 a 1903, os instrumentos atuais de difusão da ideologia dominante, como a revista semanal de maior circulação no país, dá continuidade a essa ferrenha campanha para criminalizar os mais legítimos movimentos populares brasileiros.

⁵² Itálico da edição citada.

⁵³ *Idem*.

Portanto, em uma sociedade baseada na exclusão social e na concentração da renda, a participação africana, como expoente das manifestações populares no Brasil, vem conquistando espaços em diversos planos da cultura, como a religião, a culinária e, sobretudo, a música e a dança, não sem vencer a tenaz resistência de uma cultura hegemônica, reacionária e elitista. E esse caráter discricionário da ideologia hegemônica na sociedade brasileira manifesta-se mais claramente no plano lingüístico, recalçando a participação africana na formação da língua nacional, tanto no nível mais amplo das relações sociais, através do preconceito declarado à linguagem popular, quanto no plano mais restrito das representações científicas, em que o elitismo ainda se faz presente, conquanto de forma mais sutil e sofisticada.

Com o desaparecimento das línguas veiculares africanas e das variedades crioulas, a contribuição mais notável da presença africana na língua nacional é ampla simplificação morfológica que afeta as regras de concordância nominal e verbal e a flexão de caso dos pronomes pessoais, em suas variedades populares. Não é por acaso que, exatamente sobre essas características da fala popular, recaia o mais forte estigma social. A simplificação morfológica nada mais é do que o reflexo lingüístico mais notável da origem pluriétnica da sociedade brasileira. E o preconceito, que os grandes meios de comunicação renovam e fortalecem, constitui um poderoso mecanismo de desqualificação e de recalque da fala e *a fortiori* da voz dos segmentos que constituem a grande maioria da população brasileira.

No plano das representações científicas, a força da visão disseminada na ciência da linguagem a partir da perspectiva teórica do estruturalismo lingüístico, que via a história da língua como o desenvolvimento autônomo de sua estrutura interna, conjugada à visão discricionária de uma superioridade cultural do colonizador europeu, fez com que muitos lingüistas e filólogos tentassem minimizar ou mesmo refutar a participação de africanos e crioulos na formação da língua nacional.

Portanto, se a discriminação da cor da pele é hoje fortemente combatida, constituindo crime inafiançável tipificado pelo código penal, ainda se reproduz com renovado vigor aquela que se abate sobre a se-

gunda pele dos indivíduos, a sua fala. No plano simbólico das relações lingüísticas, o preconceito ainda subsiste com força, marginalizando e recalando, não apenas afro-descendentes e índio-descendentes, mas todos aqueles que sofrem a mais pesada das exclusões no *apartheid* social brasileiro: a exclusão econômica.

Referências bibliográficas

- AZEVEDO, Thales. *Democracia racial*. Petrópolis: Vozes, 1975.
- BAXTER, Alan; LUCCHESI, Dante. A relevância dos processos de pidginização e criouliização na formação da língua portuguesa no Brasil. *Estudos Lingüísticos e Literários*, Salvador, n. 19, p. 65-84, set. 1997.
- BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das grandezas do Brasil*. Introdução de Capistrano de Abreu. Salvador: Progresso, 1956.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. 8. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1997.
- CASTRO, Yeda Pessoa de. Os falares africanos na interação social dos primeiros séculos. In: MELLO, Linalda Arruda (Org.). *Sociedade, cultura & língua*. João Pessoa: Shorin, 1990.
- CASTRO, Yeda Pessoa de. A matriz africana no português do Brasil. In: CARDOSO, Suzana Alice; MOTA, Jacyra; SILVA, Rosa Virgínia Mattos e (Org.). *Quinhentos anos de história lingüística do Brasil*. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006. p. 81-116.
- _____. *A língua mina-jeje no Brasil: um falar africano em Ouro Preto do século XVIII*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Secretaria da Cultura do Estado de Minas Gerais, 2002.
- CUNHA, Celso. *Língua portuguesa e realidade brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1970.
- ELIA, Sílvio. *A unidade lingüística do Brasil*. Rio de Janeiro: Padrão, 1979.
- FERREIRA, Carlota. Remanescentes de um falar crioulo brasileiro. In: FERREIRA, Carlota et al. *Diversidade do português do Brasil*. Salvador: EdUFBA, 1984. p. 21-32.
- HASENBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

LUCCHESI, Dante. As duas grandes vertentes da história sociolingüística do Brasil. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 97-130, 2001.

_____. Norma lingüística e realidade social. In.: BAGNO, Marcos (Org.). *A lingüística da norma*. São Paulo: Loyola, 2002. p. 63-92.

_____. O conceito de transmissão lingüística irregular e o processo de formação do português do Brasil. In: RONCARATI, Claudia; ABRAÇADO, Jussara (Org.). *Português brasileiro: contato lingüístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003. p. 272-284.

_____. Século XVIII: o século da lusofonização do Brasil. In: THIELEMANN, Werner (Ed.). *Século das Luzes: Portugal e Espanha, o Brasil e a região do rio da Prata*. Frankfurt: TFM, 2006. p. 351-370. (Série Biblioteca Luso Brasileira, 24).

_____. Parâmetros sociolingüísticos do português brasileiro. *Revista da ABRALIN*, v. 5, n. 1/2, p. 83-112, dez. 2006.

MATTOSO, Katia. *Da revolução dos alfaiates à riqueza dos baianos no século XIX*. Salvador: Corrupio, 2004.

MENDONÇA, Renato. *A influência africana no português do Brasil*. Rio de Janeiro: Sauer, 1933.

MERQUIOR, José Guilherme. *De Anchieta a Euclides*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

MUSSA, Alberto. *O papel das línguas africanas na história do português do Brasil*. Rio de Janeiro, 1991. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

PAGOTTO, Emílio Gozze. Norma e condescendência: ciência e pureza. *Línguas e Instrumentos Lingüísticos*, Campinas: Pontes, n. 2, p. 49-68, 1998.

PETTER, Margarida Maria Taddoni. Línguas africanas no Brasil. In: CARDOSO, Suzana Alice; MOTA, Jacyra; SILVA Rosa Virgínia Mattos e (Org.). *Quinhentos anos de história lingüística do Brasil*. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006. p. 117-142.

QUEIROZ, Sônia. *A língua do negro da costa: um remanescente africano em Bom Despacho (MG)*. Belo Horizonte, 1984. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*. 8. ed. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 2004.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Conquista e colonização da América Portuguesa. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 33-94.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2007.

SILVA NETO, Serafim da. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: INL, 1963.

VILLALTA, Luiz Carlos. O encoberto da Vila do Príncipe (1744-1756): milenarismo-messianismo e ensaio de revolta contra brancos em Minas Gerais. *Revista de História e Estudos Culturais*, [s.l.], ano 4, v. 4, n. 4, 2007.

VOGT, Carlos; FRY, Peter. A descoberta do Cafundó: alianças e conflitos no cenário da cultura negra no Brasil. *Religião e Sociedade*, [s.l.], n. 8, p. 45-52, 1982.

Fontes escritas e história da língua portuguesa no Brasil: as cartas de comércio no século XVIII

Afranio Gonçalves Barbosa¹

Considerações iniciais

A relação entre a pesquisa historiográfica e a pesquisa lingüístico-histórica é tão óbvia que nos instiga a revisita-la reiteradamente, pois, muitas vezes, é no espaço do óbvio que se constrói a ciência. É óbvio, por exemplo, que só há história de uma língua se houver textos e – da invenção da gravação magnetofônica para trás – textos escritos nessa mesma língua. Os mesmos escritos que se configuram a base para estudos histórico-sociais. É óbvio, também, que a historiografia não fica limitada a isso, podendo investigar o passado de povos ágrafos por meio de informações arqueológicas, iconográficas e, de forma indireta, lingüísticas. Isso ocorre, quando, por exemplo, descobrem-se relatos sobre um determinado povo registrados em língua distinta. Dessa maneira, sabemos de povos e de línguas durante o Império Romano na Ibéria e na Germânia não por textos em língua celta ou germânica, mas por escritos em latim. No entanto, o que não fica tão óbvio é de que modo as informações fornecidas e analisadas pela historiografia e pela lingüística auxiliam-se mutuamente na elucidação dos objetos estudados por cada uma.

¹ Doutor em Letras Vernáculas e professor de Língua Portuguesa da UFRJ. É pesquisador do CNPq e da FAPERJ no projeto "Para uma História do Português Brasileiro" www.lettras.ufrj.br/phpb-rj.

A que correntes historiográficas de pesquisa recorrer para entender as circunstâncias dos redatores e sujeitos discursivos nos fólhos de uma devassa setecentista? Se compreendemos o significado de cada vocábulo escrito, como interpretar o sentido de sua expressão sem sabermos dos ritos e interesses paralelos em jogo em seu contexto de preparo e execução? A que correntes lingüístico-históricas recorrer para entender e interpretar a linguagem e as formas de estruturação da escrita a cada sincronia passada? Questão que se coloca desde o nível elementar dos vocábulos não registrados em dicionários, até o nível dos diferentes sistemas de pontuação no passado que geram múltiplas possibilidades de interpretação aos olhos contemporâneos. No interesse de contribuir para essa relação nada óbvia entre historiografia e lingüística histórica, este trabalho se ocupa do ponto inexoravelmente comum entre elas – as fontes escritas – e se centra no problema da construção de *corpora* representativos de grupos sociais em uma sincronia passada.² O conjunto aqui apresentado – as cartas de comerciantes portugueses que habitavam no Brasil ao final do Setecentos – insere-se na macrocategoria textual *administração privada*,³ que se tem mostrado mais aberta a transparecer tanto aspectos lingüísticos raros na documentação oficial, quanto aspectos das atividades mercantis cotidianas e, por vezes, clandestinas. Parece esse ter sido o caso do texto que nela encontramos, impresso na Bahia ainda durante a proibição da imprensa no Brasil.⁴ Procuremos, então, dimensionar o valor desse *filão* tipológico-textual dentro do quadro das tradições discursivas para que se distingam, com maior clareza, aspectos

² Se lembrarmos do sentido geral de *corpora diacrônicos*, ou seja, de textos do passado, em oposição ao de *corpora sincrônicos*, textos do século XX e XXI, perceberemos que, aqui, tratamos da oposição *sincronia* e *diacronia* em termos metodológicos, quer dizer, pela forma de abordagem de dados: *sincronia* refere-se a dados recolhidos reunindo fontes em um ponto do tempo (uma década, um quartel, um século, etc.) para análise de suas propriedades naquele instantâneo sociolingüístico, ao passo que *diacronia*, a dados separados em dois pontos no tempo (duas décadas, dois quartéis, dois séculos, etc.) para análise das mudanças ocorridas em suas propriedades de uma época à outra. Por isso podemos falar em sincronias passadas e diacronia entre as décadas de 70 e 90 do século XX.

³ BARBOSA, Afranio Gonçalves. *Para uma história do português colonial: aspectos lingüísticos em cartas de comércio*.

⁴ BARBOSA, Afranio Gonçalves. *Da história social à sociolingüística histórica do português no Brasil*.

da mudança na língua dos aspectos de mudança nos textos no fim do século XVIII.

Nosso trabalho se insere no âmbito do Projeto Nacional para a História do Português Brasileiro (PHPB), que, desde 1997, articula equipes de pesquisadores de várias universidades no Brasil sob quatro perspectivas principais: lingüística de *corpus*, história social do português brasileiro, sintaxe funcional e gerativa e ainda estudos lexicais.⁵ Em sua vertente lingüística de *corpus*, têm sido editados manuscritos diversos produzidos no Brasil dos séculos XVIII e XIX segundo características que os torne *corpora* de fontes primárias, ou seja, um conjunto reunido por propriedades coincidentes, sejam elas tipológico-textuais, sejam elas vinculadas ao grau de habilidade na escrita alfabética ou, ainda, ao perfil social dos redatores. Quando investigamos os estados de usos lingüísticos do passado, necessitamos de fontes que revelem diferentes situações de escrita não apenas no sentido de diferentes modalidades de escritura, como a forense, palaciana, literária ou particular, familiar, mas também, dentro de qualquer uma dessas modalidades, no de diferentes graus de vigília e artificialidade de seus redatores. Buscamos, assim, conhecer as linguagens especiais de áreas técnicas, sempre em textos mais refratários aos usos lingüísticos porventura generalizados à época, mas não apenas isso. Precisamos, também, descobrir fontes escritas mais transparentes, ou seja, com índices que reflitam um pouco melhor certos traços de oralidade, seja pela inabilidade/desconhecimento por parte de seus redatores de fórmulas textuais de uma dada área técnica, seja pela relação simétrica de poder entre remetente e destinatário, seja ainda pelo caráter intimista de um dado tema.

⁵ Hoje, compõem o PHPB: UFRJ, USP, UNICAMP, UFMG, UFOP, UEL, UFSC, UEFS, UFBA, UFPE, além de membros isolados de diversas outras Instituições de Ensino Superior no Brasil e Alemanha. Ver relatório em HISTORIANDO O PORTUGUÊS BRASILEIRO: história das línguas: variedades, gramaticalização, discursos – Relatório das atividades do Projeto Para a História do Português Brasileiro (PHPB) desenvolvidas ao abrigo do Programa CAPES-DAAD-PROBRAL, de 2000 a 2003 (Projeto 109/00). Disponível em: www.mundoalfal.org. Ver em Projetos, e depois o texto do relatório em P3 “História do português brasileiro: desde a Europa até a América”.

Precisamos ter em mente que os escritos que sobrevivem ao tempo e chegam às nossas mãos são, em geral, produtos de uma ação artificiosa de afastamento da expressão oral: escrever, no passado, muito mais do que hoje, foi sempre, em si, um ato cerimonioso. Assim, por exemplo, a distância de tratamento social entre pai e filho se traduzia, em muitas cartas pessoais na Colônia e no Império brasileiro, em um distanciamento nas formas pronominais de tratamento e no tom de formalidade muito maior do que em cartas entre colegas de tropa. Ao voltarmos nossa atenção para os escritos em uma dada tradição de cerimônia – jurídicos, notariais, correspondência oficial – verificamos que certos padrões vocabulares, estruturas sintáticas, formas de tratamento, entre outros aspectos, mantêm-se, por séculos, intactos, resistentes a deixar refletir uma mudança lingüística na fala. É esse o caso do reflexo, na documentação notarial portuguesa medieval, da troca de sílaba da vogal /i/ nas formas verbais do verbo *saber*: *sabiam* (a mais antiga) para *saibam*.⁶ A fórmula "Sabiam todos quantos este documento virem, ler ou ouvirem que ..." por fim incorpora, mesmo nos notários mais hábeis, a forma nova *saibam*, no entanto, só muito tempo depois. Essa estabilidade que conserva estruturas e vocábulos é característica das tradições formulaicas. Durante esse tempo, os dados de *sabiam* refletiam a tradição do texto, e não os usos cotidianos, testemunhados em outros materiais.

Os estudos histórico-lingüísticos, portanto, precisam conhecer, e considerar, em cada conjunto de fontes escritas, essas e outras tradições discursivas. Caso contrário, os padrões descritos em nível lexical, grafológico, morfossintático e discursivo não refletirão as linguagens erudita(s) e não erudita(s) de cada sincronia passada, mas sim tradições, por vezes, seculares ou até sob processos de mutação, mas mutações encerradas dentro de um círculo de redatores, e não nos círculos de falantes.

⁶ O verbo *saber* é oriundo do verbo latino *sapere* – conjugado *sapio, sapis, sapit, sapimus, sapitis, sapiunt*, no presente do indicativo, e, no presente do subjuntivo, *sapiam, sapias, sapiat, sapiamus, sapiatis, sapiant*. A forma *sapiam*, depois de /p/ sonorizar-se para /b/, perde o /m/ final chega a *sabia*, que por sua vez, passa a *saiba*. No plural, de *sapiant*, pelos mesmos processos, chega-se a *sabiam*.

Opacidade e transparência nos *corpora* lingüísticos: delineando questões

A investigação sobre os materiais reunidos para o levantamento de dados lingüísticos unifica interesses da lingüística histórica e da filologia, hoje, no âmbito do PHPB. Para cada novo *corpus* levantado, viu-se a necessidade de, ao lado dos estudos lingüísticos, serem realizados, quase que ao mesmo tempo, estudos que descrevam e considerem fórmulas, ritos, tradições discursivas e fatores externos desses materiais. Foi esse o caso com os documentos sobre aldeamentos de índios em São Paulo.⁷ Sem a refinada metodologia de levantamento da localização de cada cidade onde se produziram os textos, sem a identificação da nacionalidade dos redatores e sem a investigação de seu estilo entre o oficial e o particular, nenhum trabalho sociolingüístico-histórico proporcionaria afirmações seguras.

De fato, a investida filologicamente criteriosa sobre novos e variados *corpora* foi condição para tentarmos ouvir vozes em geral caladas na história. De negros e afro-descendentes, Klebson Oliveira⁸ trouxe à luz documentação de uma irmandade negra da Bahia oitocentista. Após minuciosa pesquisa de identificação de cada redator, o autor demonstra o alto grau de transparência, no nível de índices grafofonéticos, da escrita daqueles raros negros alfabetizados. De brancos remediados sem cargos oficiais, vez ou outra, encontra-se ou texto formulaico, ou simples menções em processos na máquina burocrática colonial; textos de próprio punho, somente com a sorte incomum de levantarem-se cartas ou escritos avulsos anexados a processos judiciais. Isso dito em relação a remediados, e não à grande massa de homens comuns iletrados que foram chegando à maior e mais atraente colônia do império global luso pelos séculos de migração. Estima-se, só para o século XVIII, em cerca de 800 mil portugueses vindos para o Brasil.⁹ Ainda que se pensasse na impos-

⁷ Ver SIMÕES, José da Silva; KEWITZ, Verena. *Cartas dos séculos XVIII e XIX*.

⁸ Ver OLIVEIRA, Klebson. *Textos escritos por africanos e afro-descendentes na Bahia do século XIX*; e ainda *Negros e escrita no Brasil do século XIX*.

⁹ WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José C. de. *Formação do Brasil colonial*, p. 275.

sibilidade de frota e de frequência de cruzamentos atlânticos o suficiente para se chegar a esse número, uma redução drástica desses dígitos não mudaria o efeito essencial do evento: a massa de portugueses advindos ao Brasil ao longo do século XVIII criou um impacto demográfico tal que se reestruturaram todas as redes de relações sociais (e por isso lingüísticas) da Colônia: portugueses e brancos da terra já representariam duas comunidades lingüísticas. Como dissemos em outros lugares:¹⁰

A sociedade brasileira, ao final do século XVIII, já parecia dividida por essas duas variantes do português em algumas marcas lingüísticas, mas não em todas aquelas que, atualmente, opõem o português europeu e o português brasileiro: se, por um lado, os portugueses já apresentam sinais da centralização de /e/ em dados do tipo *tanho* (<*tenho*), por outro, a mudança quantitativa que privilegiou o uso do infinitivo gerundivo em relação ao da forma nominal gerúndio ainda se encontrava em estágio inicial de implementação. Identificar a naturalidade dos redatores lusos ou reinóis é, portanto, a base de um estudo sociolingüístico-histórico [...]. A partir do confronto de seus escritos, seremos capazes de avaliar a trajetória dos dados lingüísticos de lusos e de reinóis americanos da Coroa portuguesa para identificar: 1) o que, com o passar do tempo, foi abandonado pelo português europeu e mantido no português brasileiro; 2) o que caiu em desuso no Brasil, mas permaneceu vigoroso em Portugal e 3) o que viria a ser criado, de lado a lado do Atlântico, durante a Colônia e a partir da separação política.

É realmente importante não perder de vista que, apesar desse confronto, permanecerá silenciosa a língua da população simples que veio de Portugal, aquela que interagiu com descendentes de portugueses nascidos na colônia ou com mestiços igualmente pobres. Essa língua da maioria dos milhares de analfabetos que vieram pelos ciclos de exploração não deixou um só testemunho escrito das diversas variantes faladas

¹⁰ BARBOSA, Afranio Gonçalves. Da história social à sociolingüística histórica do português no Brasil, p. 252-253.

que entraram em contato com negros e índios. Para a lingüística histórica, cartas de homens comuns sem nobreza, patente, mas com algum dinheiro, é um dos tipos de fontes o mais perto desses testemunhos que se consegue. Mas sempre será uma parcela precária das variedades lingüísticas em competição na lusofonia colonial.

Para além das questões das tradições discursivas e da grande formalidade em torno do ato da escrita – fatores de distanciamento entre padrões de escrituralização e padrões de oralidade – veja-se que a simples falta de capacitação na escrita alfabética principalmente da arraia-miúda, mas também de grande parte de remediados, impede-nos de saber se vários padrões lingüísticos populares ou generalizados, hoje, no Brasil advêm de Portugal ou se aqui foram criados. A língua dos textos coloniais é uma janela bem aberta para o levantamento de dados de linguagens especiais (jurídica, burocrática, eclesiástica, literária, etc.), mas uma fresta por onde espiamos a língua efetivamente usada nas ruas direitas e fazendas e capoeiras.

Vejamos alguns exemplos desse problema. Qualquer um que apure o ouvido para observar os usos do pronome pessoal de primeira pessoa *ele(s)/ela(s)*, poderá afirmar sem sombra de dúvida que seu emprego como complemento verbal (o valor sintático de *objeto direto* na tradição gramatical escolar) é característica geral do Brasil, uma vez que todos os falantes brasileiros, mesmo cultos, em contexto não vigiado de uso, assim o fazem na fala espontânea. Esse mesmo ouvido percebe o patente contraste com o uso geral de pronomes pessoais átonos *o(s)/a(s)* em contextos análogos: “Encontrei ele em casa”, no Brasil, equivale a “Encontrei-o em casa”, em Portugal. Como a gramática escolar no Brasil assumiu, como referencial de padronização lingüística, certas variantes de escritores portugueses do final do século XIX, as regras prescritivas condenam a variante brasileira. Por mais que nos vigiemos, sempre haverá um contexto em que esse uso *natural* escapa na voz de um brasileiro.

O senso comum é de que todo e qualquer contraste entre essas duas modalidades nacionais da língua portuguesa tenha sua origem no Brasil. Isso ocorre não só por se pensar no contato com aloglotas africanos e aborígenes sul-americanos como a raiz de qualquer transforma-

ção lingüística, mas principalmente pela falsa idéia de que se a língua portuguesa veio de Portugal, todas suas variantes seriam mais antigas e mais legítimas. Confunde-se, então, origem geográfica com os caminhos sócio-históricos dos usos lingüísticos. Os migrantes portugueses não perdiam a legitimidade da língua que falavam assim que punham os pés no Brasil. Tampouco seria menos português o que transmitiam aos filhos nascidos na Colônia. Depois de três gerações de sua família na Colônia, um súdito português que nunca saíra da América poderia perfeitamente considerar-se português e falante do português, ainda que, no século XVIII, sua fala fosse identificada pelos lusitanos que viviam no Brasil como a de um “brasileiro”, quer dizer, a de um nascido na América portuguesa. Mas será que os contatos com aloglotas não alteraria o português? Evidente que sim, mas resta definir em que níveis – se lexical, morfológico, sintático, fonético, etc. – onde, quando, por quem e como. Um indivíduo nascido e crescido em Portugal no século XVIII usaria *ele* como pronome objeto? Um indivíduo nascido e crescido no Brasil no século XVIII já o usaria? Seria essa uma simplificação própria de uma língua em processo de crioulização? Ou uma conservação brasileira de um estado de língua trazido pelos portugueses? Vejamos o que é dito sobre a frase “Damos ele a vós”, com *ele* como objeto direto, retirada de um texto do português medieval: “Creio que não podem separar-se estes exemplos da fase antiga da língua de uma construção paralela existente no português do Brasil. Não me parece que se trate de uma inovação ‘brasileira’.”¹¹

Em outras palavras: o emprego de *ele(s)/ela(s)* na função de objeto direto já existia na língua portuguesa como variante lingüística de *o(s)/a(s)* antes de existir a colônia Brasil. O que isso significa? Significa que uma variante pouco freqüente – trazida na fala dos portugueses sem voz nos registros escritos coloniais – sofreu uma mudança quantitativa no Brasil, avançando sobre os pronomes átonos em praticamente todos os contextos de uso. Hoje, no Brasil, o emprego de pronomes objetos átonos *o(s)/a(s)* é fruto da escola. Hoje, em Portugal, encontra-se, em taxas mí-

¹¹ MAIA, Clarinda de A. *História do galego-português*, p. 667.

nimas, *ele(s)/ela(s)* na função de objeto. Mas não se sabe quando e como esse contraste começou a ser percebido, se alguma língua em contato o favoreceu (e qual dentre tantas poderia ter sido?) porque os textos do português clássico e moderno não o deixam transparecer.

O caso da opacidade dos textos escritos à variante *ele* como complemento objeto de verbo é interessante porque, até hoje, é um exemplo da força da tradição escrita. Mesmo os lingüistas que muito discorrem sobre sua normalidade brasileira e advogam pela justa e coerente inclusão na descrição escolar da língua padrão, ao escreverem textos na tradição acadêmica, sejam artigos, conferências, comunicações, quase nunca lançam mão da variante *ele* como objeto verbal. Contudo, para tratarmos da opacidade/transparência das fontes escritas em relação aos usos na oralidade, é oportuno observarmos um outro fenômeno que não tenha vivido sob esse forte estado de vigília à época da consolidação dos parâmetros lusos para a língua padrão escolar no Brasil. Vejamos a diacronia de uma variação entre formas que passaram ao largo da avaliação negativa dos falantes: a variação entre a forma nominal *gerúndio* e o infinitivo gerundivo em dados com mesmo valor de sentido tais como *vivendo* e *a viver*, seja com verbos auxiliares (*estou vivendo* equivalente a *estou a viver*), seja em estrutura sintética (*vivendo sem medo*, *espero pelo futuro* equivalente a *a viver sem medo*, *espero pelo futuro*).

Quais as variantes mais antigas? Aquelas com gerúndio, mais comuns no Brasil ou as com o *a* + *infinitivo* (infinitivo gerundivo), usuais, hoje, em Portugal? Luís de Camões, por exemplo, não registrou nenhum dado do tipo *estou a cantar*. Em outras palavras: a forma transplantada de Portugal foi o gerúndio e o avanço do infinitivo gerundivo configurou-se numa inovação ocorrida em Portugal. Mas desde quando? A resposta depende do tipo de material de onde levantamos os dados.

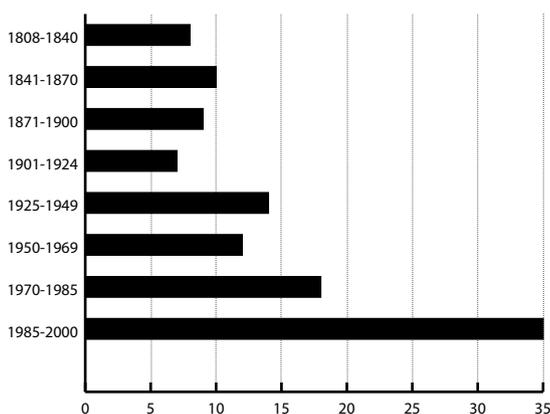
A revista *Veja*, em artigo sobre projeto de lei que deseja coibir o uso da forma nominal gerúndio, arrola resultados de pesquisas ligadas ao gerúndio. O artigo relata:

A professora Odete Menon, da Universidade Federal do Paraná, analisou 13 obras portuguesas do século XIV ao XX e constatou

que, no passado, só se usava o ‘estou fazendo’. A forma ‘estou a fazer’, usual hoje em Portugal, só começou a ser empregada no fim do século XIX e veio a se consolidar na primeira metade do século XX.¹²

Isso não quer dizer necessariamente ter sido a virada do século XIX o momento em que a inovação começou a existir, ou quando seu avanço tenha-se feito significativo na oralidade/escrita da sociedade portuguesa que conheceu a Europa das duas grandes guerras mundiais. O que cada pesquisa afirma é relativo sempre ao *corpus* de que dispõe. Observe-se o gráfico de outra investigadora.

Percentuais de uso de infinitivo gerundivo – séculos XIX e XX – em jornais portugueses.



Núbia Mothé,¹³ trabalhando com uma amostra de jornais portugueses dos séculos XIX e XX,¹⁴ também demonstra ter sido a primeira metade do século XX a fase em que a presença de a + infinitivo no lugar do

¹² Revista *Veja*, 31 out. 2007.

¹³ MOTHÉ, Núbia Graciella Mendes. *Varição e mudança aquém e além-mar*.

¹⁴ *Corpus* disponível em www.lettras.ufrj.br/varport.

gerúndio tornou-se mais significativa (décadas 1920 e 1930). Contudo, diferentemente do que cita a revista, revela que *não* foi somente no final do XIX que formas do tipo *estou a fazer* começaram a ser empregadas. Por seus dados, vemos que, pelo menos desde o início do Oitocentos já contávamos com 8% de infinitivo gerundivo nos jornais portugueses. As taxas de uso teriam seguido abaixo de 11% até a década de 20, quando começam a subir até 35% nos últimos quinze anos do século XX. Em estudos de outros fenômenos de variação e mudança lingüística, os gêneros textuais veiculados em jornais têm apresentado um caráter sempre mais refratário às inovações em estágio inicial de avanço do que outros gêneros de escrita. Podemos supor, dessa forma, as taxas reais de uso na fala de cada fase considerada seriam maiores que as dos jornais. A suposição toma fôlego quando as curvas de elevação na diacronia, ainda que com valores pontuais diferentes, se mantêm semelhantes em diferentes *corpora*.

Com igual fenômeno, mas em abordagem sincrônica de dados retirados de manuscritos da administração privada nos últimos cinco anos do século XVIII – nossas cartas manuscritas de mercadores portugueses setecentistas – encontramos taxa de uso de infinitivo gerundivo similar ao padrão brasileiro atual: 15%. Em manuscritos da máquina burocrática portuguesa, contabilizamos 4% da forma que viria a predominar na variante nacional européia da língua portuguesa. Em manuscritos privados, chegamos a encontrar 6%.¹⁵

Essas diferenças percentuais estão vinculadas ao fato de os textos serem mais ou menos abertos às formas novas. É um zigzague dos textos coevos e não da língua falada por quem os escrevia. Recua-se, com as cartas de comerciantes, portanto, para o século XVIII o afirmado para o final do século XIX por Odete Menon e o demonstrado para o início do século XIX por Núbia Mothé. Quem está certo? Cada uma dessas pesquisas está, em si, correta, pois revelam como cada material escrito deixa transparecer usos vernáculos ou, por outro lado, ajuda a conservar padrões já modificados na oralidade. É isso que representam os 35% em

¹⁵ BARBOSA, Afranio Gonçalves. *Para uma história do português colonial*.

jornais portugueses do final do século XX, uma taxa bem menor do que nossos ouvidos testemunham em Lisboa.

O estudo enviesado que a lingüística histórica obrigatoriamente tem de fazer da oralidade de épocas pretéritas, ou seja, por meio de produtos escritos, necessita cobrir muitos fólhos e páginas impressas de diversos gêneros textuais para afirmar, de modo mais consolidado, qualquer coisa sobre a língua de uma dada fase histórica. Por muito tempo os historiadores só contavam com levantamentos de marcas lingüísticas feitos em personagens em obras literárias.¹⁶ Wehling & Wehling escrevendo sobre a cultura colonial, intitulam um subcapítulo de “A língua falada no Brasil colonial”.¹⁷ Sua menção a características de simplificação sintática não pode ser generalizada à língua falada em todo o período colonial. Na verdade, investigações empíricas, nessas e noutras fontes inevitavelmente parciais, afirmam sempre ao alcance do material disponível.

A construção de *corpora* para os estudos histórico-diacrônicos do português brasileiro

O desafio metodológico na construção de *corpora* para estudos lingüísticos não é privilégio dos estudos sobre sincronias passadas. Chegar a critérios coerentes para estabelecer que recortes serão capazes de constituir células estatísticas ou qualitativas que reflitam a variedade lingüística de uma sociedade é igual tarefa para as investigações sobre o português contemporâneo.¹⁸ Se quisermos vislumbrar um pouco da complexidade dessa tarefa, basta partirmos de uma simples questão: como formar um acervo documental para deixar à posteridade uma amostra representativa da língua portuguesa deste início do século XXI? Que textos orais e escritos deveriam ser selecionados? Se quisermos reunir o publicado

¹⁶ Ver trabalhos mais recentes e completos como os de Tania Alkmin, da UNICAMP, que além de exaustivos desde o século XV, vão além dos dados da linguagem supostamente estilizada das personagens e coteja esses dados com outros de testemunhos diretos.

¹⁷ WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José C. de. *Formação do Brasil colonial*, p. 273.

¹⁸ Ver histórico e *corpora* orais gravados e transcritos do Projeto Norma Urbana Culta, disponíveis em www.lettras.ufrj.br/nurc-rj.

em jornais, qual nosso critério para escolher uns e não outros? Teria de contar com exemplares de todas as capitais? E do interior, seriam necessárias? Note-se que antes de respondermos a essas, outras questões se impõem. Sob que modalidade e/ou conceito de língua tratamos? Língua literária? Língua padrão oficial? Língua como atividade sociolinguística? Língua como uma capacidade cognitiva realizada segundo diferentes parâmetros pelos falantes?

Podemos acrescentar questionamentos sobre os limites do próprio código escrito: até que ponto a língua escrita reflete aspectos e propriedades da língua falada? E seria língua falada de que segmentos nacionais, regionais, sociais, profissionais, estilísticos? Como se pode perceber, nosso acervo de papéis contemporâneos teria de passar por uma longa fase de discussão desses e de muitos outros pontos, para evitar que ele fosse enviesado, ou seja, representativo de uma pequena parcela do que vem sendo escrito, uma pequena ou exclusiva parcela da sociedade ou de apenas alguns estilos de textos que nada tivessem a ver com o que se fala nas diferentes redes sociais e situacionais de uso da língua falada.

Transponha-se, agora, tudo isso para a formação de um acervo escrito séculos passados: os problemas são os mesmos com agravantes. Primeiro, evidentemente, não podemos escolher muito que textos selecionar, pois nem todos os tipos de textos sobreviveram ao tempo. Veja-se que, por exemplo, impressos do século XVI hoje conservados e encontrados em maior número de exemplares são, geralmente, aqueles que menos circularam, que foram menos usados à época. Estão mais intactos porque literalmente foram menos tocados. O segundo agravante é não ter havido tantas pessoas habilitadas a escrever no passado. Se a alfabetização hoje no Brasil caminha nos passos que conhecemos, com vários cidadãos contabilizados como alfabetizados, mas, de fato, sem conseguir entender o que lêem – analfabetos funcionais – imagine-se o número total de redatores no século XVIII. Por último, mas não por fim, há o agravante de não conhecermos os modelos de escritura de cada período seguidos pelos autores de nossos preciosos manuscritos privados.

De fato, se a sociolinguística é capaz de discutir critérios e estabelecer categorias de controle tais *culto* e *não culto*, a sociolinguística histórica

difícilmente consegue controlar perfis sociais por conta de – à exceção de homens ilustres, a cuja biografia temos acesso em diversas fontes – quase nada sabermos de nossos informantes do passado. Até onde foram para além das *primeiras letras*? Foram uns dos poucos alfabetizados que tiveram aulas de gramática? Foram uns dentre os poucos que, até haver produção impressa no Brasil em larga escala, chegaram a manusear livros impressos em uma sociedade colonial manuscrita? Só com o advento da expansão de jornais por todo o Brasil, no século XIX, pode-se pensar no contato mais freqüente entre leitores e textos impressos – referenciais de escritura culta. No século XVIII, se já eram poucos os que liam e escreviam, os livros, todos importados, eram objetos do convívio de um número menor ainda.

Qual era, portanto, o modelo para o século XVIII? Para os pouquíssimos que tiveram aulas gramaticais e conhecimento das gramáticas e ortografias – divergentes entre si –, a obra que lhes chegou à mão. Para os poucos que possuíam impressos, os padrões assumidos por cada impresso – padrões esses que nem sempre se afinavam com a vontade dos autores. Rita Marquilhas¹⁹ demonstrou as divergências entre Rafael Bluteau e o editor de seu *Vocabulário português e latino*, de 1712. Em relação à maioria, os referenciais de padrão para escritura pessoal seriam manuscritos: livros manuscritos e manuscritos oficiais fossem jurídicos, notariais ou da máquina burocrática. Treinar em escrita alfabética, em fases intermediárias de aprendizado, até bem pouco tempo, sempre pressupunha a cópia de textos prontos. Durante o século XVIII não foi diferente. Se copiar textos religiosos era prática desde as cartilhas do século XVI,²⁰ copiar textos manuscritos que circulassem em esferas de quem tinha prestígio, poder ou o raro contato com os impressos era o possível.

Importante observar a relação entre essa questão dos modelos para a escrita pessoal e a questão da maior/menor transparência de fatos orais na escrita. Tratando em nível grafológico, precisamos lembrar que impressos laicos e religiosos, manuscritos oficiais e obras gramaticais não se-

¹⁹ MARQUILHAS, Rita. *Norma gráfica setecentista*.

²⁰ Ver cartilha de primeiras letras de João de Barros, 1539.

guem uma orientação homogênea. A ortografia homogênea – para cada palavra, raríssimas exceções, uma só forma de escrita – é um evento, em linhas gerais, republicano. Em português, Rita Marquilhas afirma que:

A ortografia uniforme depende de uma centralização de instituições que só com o “Estado moderno” se consegue atingir. Na história do português, por exemplo, a ortografia uniforme é tão tardia que pode ser considerada uma reforma republicana.²¹

Em relação à escrita em língua portuguesa do século XVIII, fosse em Portugal, fosse no Brasil, devemos compreender que se vivia sob uma pluriortografia: havia diferentes obras ortográficas predicando formas de escrever diferentes. Essa realidade era tão patente, que mesmo Reis Lobato precisava dizer na introdução de sua gramática:

Advertindo porém que em matérias de ortografia se me apartar das regras, que alguns seguem, ninguém repute isto por erro por serem nesta matéria tantas opiniões quanto os Escritores. Com justa razão julguei que devia seguir a Ortografia, que vejo usada pela Corte, reservando para o tratado desta, que brevemente darei ao público o dizer o que sinto nesta matéria.²²

Lobato, ao que parece, segue não o predicado pelos manuais, mas o praticado em impressos de Lisboa. Uma busca de maior estabilidade, porque, em linhas gerais, as obras ortográficas pendulavam entre orientações mais fonéticas, mais próximas da pronúncia real, e orientações mais artificiais, convenções latinizadas.²³ Grafar *boca* ou *bocca*, *Belem* ou *Bethlem*, *pronto* ou *prompto* nada teria a ver com fala. As formas latinizadas com <cc>, <th> e <mpt> eram grafismos não pronunciados.

²¹ MARQUILHAS, Rita. *A faculdade das letras*, p. 233.

²² LOBATO, Antonio dos Reis. Introdução. *Arte da grammatica da lingua portugueza*, p. lxxvii.

²³ Sobre essa questão, ver GONÇALVES, Maria Filomena. *Madureira Feijó, ortografista do século XVIII*; ver também os demais trabalhos de Filomena Gonçalves, da Universidade de Évora, Portugal.

Grafar *coração* ou *curaçao*, *semelhante* ou *similhante* não estava vinculado ao grau de erudição. Tudo isso era normal aos olhos de redatores que não viviam, como nós, sob ortografia única. Assim, portanto, um redator do Setecentos considerado culto, no Brasil e em Portugal, varia conforme variam os textos impressos e manuscritos que serviam de referência de escrita culta em sua época. Por isso, do ponto de vista lingüístico-histórico, devemos relativizar afirmações como a que encontramos em excelentes manuais paleográficos:

Outra característica desses manuscritos é a variabilidade de algumas palavras. Um exemplo pontual: encontra-se o artigo “uma” grafado, entre outras maneiras, como “ua”, “huma”, “uma”, e isto, por vezes, na mesma fonte. Ponto este que revela o pouco rigor ortográfico, típico dos dois primeiros séculos de Colônia [...].²⁴

Pensar em *pouco rigor* em relação à variação gráfica só fará sentido caso estejamos pensando naqueles que não seguissem *rigorosamente* uma dentre as ortografias vigentes à época. Poderia se tratar, por exemplo, daqueles redatores que aprenderam a ler e escrever, mas não mantiveram contato com algum dos modelos, mas nunca algo típico colonial. Haver mais de uma grafia nos manuscritos coloniais em função da pluriortografia – e não uma única como hoje – não é falta de rigor, é uma diferença na história social da cultura escrita. Essa variação cresce, muito por conta do grau de aquisição de escrita em que pararam ou por conta da escrita deslumbrada que tentava latinizar vocábulos sem conhecimento real da grafia latina. Vejamos esse caso na seção seguinte.

Se nos voltamos para o nível sintático, a questão da maior/menor opacidade é a mesma em relação aos textos-modelo. No caso de dados sintáticos, especialmente, soma-se a questão das tradições discursivas. Como vimos anteriormente, de acordo com o fenômeno lingüístico estudado, os modelos de cultura escrita de que se servem os redatores em

²⁴ SAMARA, Eni de Mesquita. *Paleografia e fontes do período colonial*, p. 19.

seus escritos podem escamotear, por séculos, a incidência de uma forma nova na língua. De acordo com a história de textos que se espelham em tradições discursivas mais elaboradas, como a dos documentos oficiais no Brasil colônia, podemos encontrar estruturas sem paralelo na fala. É o caso, por exemplo, do chamado *gerúndio narrativo*. Observe-se, a seguir, o fragmento de um processo do Arquivo Histórico Ultramarino.

[...] e que *encontrando* na coberta dous Marinheiros assentados em uma Caixa, lhes dissera, / que o fossem fazer; mas um deles, chamado José Caetano, que tinha ido da Fragata / Vênus com outros Companheiros, em companhia do seu guardião, para ajudarem a fazer / os Serviços, que ali eram necessários, formalmente lhe desobedecera; *respondendo*-lhe, / que não queria; e depois *atracando*-se com ele, primeira e segunda vez; *Levantando* / a mão; *rompendo*-lhe. a camisa; *chegando* a puxar por uma navalha, que tinha fecha-/da; posto que a não abriu: e que *acudindo* a apartá-los o guardião da dita Fragata / Minerva, também fora sobre este; *Levantando* a mão para lhe dar uma pancada, / que ainda o tocou, mas Levemente.²⁵

Note-se que não há a divisão sintática em sentenças articuladas por uma oração principal. O que se articula, na verdade, é uma estratégia de encadeamento de formas nominais gerúndio criando o efeito de um simples somatório de informações em um enunciado aparentemente em subordinação. O dito somatório organiza-se, na verdade, em sentenças coordenadas e independentes. Esse tipo de estruturação, presente em vários documentos, aparece em especial concentração em manuscritos oficiais setecentistas quando há contextos em que uma seqüência de eventos são narrados, como essa luta no cais. Apesar de encontrarmos orações absolutas com gerúndio em narrações futebolísticas em rádio ou televisão – contextos, por exemplo, que descrevem quem toca a bola para quem – uma seqüência tão longa de gerúndios em coordenação seria uma estruturação recorrente no material modelar oficial. Aqui não é o

²⁵ Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa: Rio/ documentação avulsa caixa 161/34. Grifo nosso.

caso de vermos marcas de oralidade na escrita, mas o de vermos marcas de escrituralidades especiais na *escrita geral*, ou seja, no sistema alfabético em sua função primária de transcodificação da oralidade.

A construção de *corpora* deve levar em conta tanto o conhecimento e descrição dessa e de outras tradições discursivas, quanto o de fontes primárias mais isentas de fórmulas e ritos, *pré-fabricados*, mais plena de índices de espontaneidade no correr da pena.

Nosso trabalho demonstra o quanto, e em que níveis, as cartas de comércio têm se revelado material bem mais transparente a usos depois generalizados no português. Seja no nível histórico, sociolinguístico ou no da habilidade de escritura, essas cartas não seriam nem oficiais, nem particulares, nem de redatores profissionais, nem de inábeis: um ponto intermédio de relação sob menor estado de vigília – o que é próprio de quem escreve afastado dos modelos de escrita – e por isso revelador de uma linguagem de grupo e de um segmento social – a língua portuguesa no Brasil. Por isso, também, revelador de realidades históricas clandestinas.

Fontes manuscritas para uma sócio-história da língua portuguesa no século XVIII: as cartas de comércio

O que denominamos *cartas de comércio* são correspondências trocadas entre mercadores das e nas colônias europeias, alguns em Lisboa, outros em outros lugares da Europa e África. Não se trata das *cartas comerciais*, documentos oficiais reguladores da economia metropolitana. Nossas *cartas* são cartas no sentido de “missiva”, ao passo que as cartas comerciais são cartas no sentido geral de “documento”; é o sentido de *carta* usado para a Constituição – nossa Carta Magna – ou para a carteira de motorista – a carta de motorista ou simplesmente “a carta” em São Paulo.

Até onde sabemos, do século XVIII, são dois os *corpora* de cartas de comércio já organizados:²⁶ 1) o das cartas de comércio levantadas da Bi-

²⁶ Há uma terceira possibilidade a ser explorada: as cartas estudadas por Maria Júlia de Oliveira e Silva (*Fidalgos-mercadores no século XVIII*). O acervo de cartas desse *fidalgo mercador*, produzido desde o final do século XVII, até perto de sua morte, em 1738, permanece intocado em uma coleção particular.

biblioteca Nacional de Lisboa, e editadas por Afranio Barbosa²⁷ e 2) o das cartas de comércio guardadas no Hospital São José de Lisboa e editadas pelo historiador Luís Lisanti Filho.²⁸

Praticamente todas as cartas de comércio da Biblioteca Nacional de Lisboa foram enviadas a um só destinatário em Lisboa: Antônio Esteves Costa. Somente do Brasil, foram 91 na última década do século XVIII e mais 18 do início do século XIX. Há uma tese de doutorado em curso na UFRJ²⁹ que editará cerca de 100 cartas escritas em Portugal. Permanecerão à espera de edição crítica mais de 300 outras redigidas nas demais colônias ultramarinas e mesmo em Portugal. O material editado por Lisanti Filho (965 missivas escritas no Brasil) garante paralelismo com o *corpus* editado por Afranio Barbosa, não só pelo fato de também terem sido essas cartas redigidas por mercadores portugueses para um só homem em Lisboa, Francisco Pinheiro, mas principalmente pela edição conservadora realizada, garantindo aos lingüistas o acesso aos fenômenos fonéticos transpostos à grafiação dos documentos. Vale ressaltar a qualidade da transcrição realizada pelo pesquisador. Afirmo o editor:

O tratamento do texto foi feito de modo a respeitar a sua versão original. Assim, foram mantidas as abreviações e o tipo de pontuação. [...] Os erros foram mantidos e até mesmo as palavras repetidas. Afinal, de contas, este material reflete uma linguagem e um outro horizonte mental. *Não se tratando aqui nem da linguagem mais cuidada dos documentos oficiais, ou da utilizada pelos autores da época, procuramos conservar o texto no sabor de seu tempo.*³⁰

Como as cartas recebidas por Francisco Pinheiro cobrem a primeira metade do Setecentos, os historiadores da língua podem estabelecer abordagens diacrônicas dentro do século XVIII. Lisanti Filho mencio-

²⁷ BARBOSA, Afranio Gonçalves. *Para uma história do português colonial*.

²⁸ LISANTI FILHO, Luís. *Negócios coloniais: uma correspondência comercial do século XVIII*.

²⁹ De Luís Palladino Neto.

³⁰ LISANTI FILHO, Luís. *Negócios coloniais: uma correspondência comercial do século XVIII*, v. 1, p. xlvi. Grifo nosso.

na que ficaram por vir à luz quase mil cartas escritas tanto de Lisboa, quanto das outras colônias e que se encontram guardadas no Hospital São José, o antigo Hospital Real de Todos os Santos de Lisboa. Para já, a edição das cartas a Antônio Esteves Costa e os cinco volumes que compõem a parte *brasileira* das cartas a Francisco Pinheiro fornecem material significativo de um grupo social migrado de Portugal em contraste social e lingüístico com os grupos sociais de descendentes também lusofalantes no Brasil do Setecentos. Estamos diante de um *filão* de pesquisa para a crítica textual.

No nível grafológico, observamos, para além da variação gráfica normal à época em que convivem mais de uma ortografia, várias ocorrências de reflexos das características fonéticas no plano gráfico – os chamados índices *grafofonéticos*. Para além dos casos inclusos na referida pluriortografia pendular, há casos exemplares de que a escrita das cartas de comércio poderia ser considerada “mais fonética” que a dos documentos oficiais no sentido das *falhas de segunda ordem* no domínio do sistema de escrita alfabética, conforme considera Mirian Lemle:

Se o aprendiz está retido na etapa monogâmica da sua teoria da correspondência entre sons e letras, ignora as particularidades na distribuição das letras. Na leitura, pronuncia cada letra escandindo-a no seu valor central. Sua escrita é como uma transcrição fonética da fala. As falhas típicas são como a dos exemplos seguintes:

matu em vez de *mato*;

bodi em vez de *bode*;³¹

Considerando os *corpora* editados por Afranio Barbosa, para um total de 127 ocorrências de índices grafofonéticos em cartas de comércio, dos documentos oficiais só foram levantados 26 exemplos dessa natureza. Ao que parece, este material é mais refratário ao reflexo de marcas de oralidade na escrita. Observem-se alguns exemplos retirados dos dois *corpora*.

³¹ LEMLE, Mirian. *Guia teórico do alfabetizador*, p. 40.

Exemplos de índices grafofonéticos em cartas de comércio

1. Sulicitar (“Solicitar”)
2. Dipois (“Depois”)
3. chigar (“chegar”)
4. ispera (“espera”)
5. Chigou (“Chegou”)
6. imbolssar (“embolsar”)
7. intregar (“entregar”)
8. impregado (“empregado”)
9. tanha (“tenha”)
10. empanhos (“empenhos”)

Exemplos de índices grafofonéticos em documentos oficiais

1. puder (“poder”)
2. melhor (“melhor”)
3. assemilhava (“assemelhava”)
4. conviniente (“conveniente”)
5. imprego (“emprego”)
6. intregues (“entregues”)
7. sirtificamos (“certificamos”)
8. refurmado (“reformado”)
9. semelhante (“semelhante”)
10. antão (“então”)

No entanto, como o princípio da grafiação setecentista era pendular, contabilizemos as etimologizações gráficas latinizantes, uma marca de prestígio. De um total de 258 ocorrências de latinismos nas cartas de comércio, chegamos ao total de 394 nos documentos oficiais. Como se pode ver, mesmo os redatores da administração privada, das casas de comércio intercontinentais, embora em número menor, reúnem significativo número de latinizações. Contudo, o que caracteriza os dois tipos de documentação não é a simples presença de marcas fonéticas ou a de marcas latinizadas. A identificação dessa propriedade filológica vincula-se à proporção inversa em que aparecem traços de oralidade *versus* traços de

convenção latinizadora em cada grupo de fontes. Além disso, examinando caso a caso, também devem ser considerados como fatores o quanto os redatores de cada grupo acertam na latinização realmente espelhada na escrita latina e o que é latinizado, se vocábulos mais ou menos comuns (*elle* contra *insomnia*). Em *bocca*, há paralelo com *bucca*, mas em *soldado*, há apenas a tentativa de aplicar um valor de erudição da época sem conhecimento de causa. São exemplos de etimologizações:

Exemplos de índices de grafações etimologizadas em documentos oficiais

1. **authoridade** (“autoridade”)
2. **authorizar** (“autorizar”)
3. **Commissão** (“Comissão”)
4. **effeito** (“efeito”)
5. **successivos** (“sucessivos”)
6. **succede** (“sucede”)
7. **sucedendo** (“sucedendo”)
8. **anno** (“ano”)
9. **annual** (“anual”)
10. **ellocuencia** (“eloquência”)

Exemplos de índices de grafações etimologizadas em cartas de comércio

1. **apromptando** (“aprontando”)
2. **anno** (ano)
3. **offerece** (“oferece”)
4. **tracta** (“trata”)
5. **Pannos** (“panos”)
6. **honrra** (“honra”)
7. **effeitos** (“efeitos”)
8. **affectoozo** (“afetuoso”)
9. **fellicidade** (“felicidade”)
10. **prottege** (“protege”)

Podemos, dentro de um contínuo entre redatores profissionais hábeis, em um extremo, e redores inábeis, no outro, encontrar diferentes graus de

Da Bahia para Lisboa, Carta C 224 207
Julho de 1798
R.º. 137824

Tenho a honra de fazer sciente a V. m. que estou estabelecido nesta Cidade, e prompto a empregar-me em manejar os interesses de todos os Amigos, que me quizerem distinguir com as suas Commissões, nas quaes eu me empregarei com aquelle zelo, e actividade a que a honra e probidade me obrigão.

A longa experiencia que teubo de Negocios Mercantis e do Commercio, que se faz nesta Praça, e a felicidade de ter contrahido aqui uteis amizades, me induzem a capacitar-me que V. m. tirará toado o bom partido das Ordens, que se servir passar-me, e que a rectidão da minha conducta me fará ser digno de merecellas; assim como tambem a sua estimação, e honrosa correspondencia.

Todos os Negocios serão debaixo da nova Firma de João Paulo das Chagas: terei todo o cuidado em que ella goste de buan inteiro, e sólido crédito.

Os puros e sinceros offercimentos que faço do meu pouco prestimo, e os grandes desejos que me acompañão de fazer-me agradável a V. m., merecem bem se digno acolhe-los, e que me conceda a liberdade de me confessar ser



De V. m.

Atento venerador e criado

João Paulo das Chagas

habilidade na escrita. O fragmento 1 exemplifica um grau de inabilidade maior que o do fragmento 2. Observe-se cada fragmento a seguir.

Fragmento 1:

Meu *filho* do corasao com sumo gosto resevi a tua accompan /
hada de duas letars cada hua de 200 mil reis os coais / *mu*ito
berbe bou coberar e te fico *mu*ito obirgado pelo teu cui / dado
deos te ha e pagar [...] ³²

Fragmento 2:

Remeto Conhecimento faturas de [[de]]5 Caxas deaSucar / e 6
Sacas dealgodão empluma embarcadas nonavio Pencamento /
Ligeiro que eu tanho caregado *Capitam* Joze Luis Pereira ³³ /
emais [[mais]] 3 Caxas deaSucar e6 *SaCas* dealgodão empluma
/ *que* eu tanho caregado naCorveta Conceição *Capitam* Belxior
/ daCosta Lima enão pude embarcar mais nada por serem / os
em panhos muntos eu não poco hir neste navios *que* ain / tanho
fazenda porvender i manteiga pois nam estou para ca / deixaLa
Sem vender [...] ³⁴

No primeiro, os índices grafofonéticos indicam um homem do norte de Portugal, onde até hoje encontramos a variante /β/, pronuncia de /b/ sem oclusão articulatória total, que se aproxima de /v/. Pessoas de poucas letras costumam oscilar na escrita, inseguras quanto ao padrão, entre *trabalho* e *travalho*, bem como entre *vaca* e *baca* nas regiões em que esse betacismo permaneceu até hoje. Apesar de também encontrarmos esse caso em cartas de comércio de redatores mais hábeis, e mesmo nas de profissionais de escrita, há não apenas uma verdadeira inflação delas na mão do inábil, mas uma co-incidência com outras marcas de inabilidade

³² Biblioteca Nacional de Lisboa – Seção de Manuscritos: caixa 224/manuscrito n. 2.

³³ Toma-se “u tanho” por “eu tanho” em função do que consta das outras vias.

³⁴ Biblioteca Nacional de Lisboa – Seção de Manuscritos: caixa 224/manuscrito n. 262.

na aquisição de escrita alfabética.³⁵ É o caso desse betacismo aliado à dificuldade de se representarem sílabas complexas com consoante seguida de vogal e de outra consoante – por exemplo o <-tur-> de *turcos*, grafado *trucos* por um inábil – ou de consoante seguida de consoante e de vogal – por exemplo, o <- tra- > de *letras*, grafado *letars* no fragmento 1. Essa dificuldade de grafação nada tem a ver com pronúncia. Os inábeis contemporâneos conhecem semelhante dificuldade até que passem para o estágio seguinte de representação silábica para além do padrão básico consoante vogal. É assim com inábeis de qualquer época. No fragmento 1, nesse caso, encontramos: *letars* (letras), *berbe* (breve), *coberar* (cobrar) e *obirgado* (obrigado). De betacismos, do mesmo material, observem-se os dados: *resevi* (recebi), *berbe* (breve) e *bou* (vou).

Aqueles casos de inversão de letras não são comuns nas cartas de comércio editadas por Afranio Barbosa. No referido contínuo de habilidade, os redatores são *pouco hábeis*, quer dizer, um ponto qualquer entre os extremos. O que os caracteriza melhor é a referida freqüência e tipologia de marcas grafofonéticas, aliadas à simplicidade nas latinizações que empregam. É o que destacamos do fragmento 2: *fazenda i manteiga*, exemplo de escrita fonética da conjunção aditiva “e”; *5 caxas de açúcar*, onde encontramos índice de monotongação do ditongo de *caixas*; *eu tanho carregado* (“tenho”), *empanhos* (“empenhos”), em que encontramos dados de centralização da vogal tônica fechada /e/ que passa para /ä/ – pronúncia intermediária entre /e/ e /a/, de percepção mais abafada.³⁶ Esse registro é significativo porque reforça a indicação das cartas de comércio como fonte menos refratária aos traços de oralidade de quem es-

³⁵ Para essa questão, ver trabalho monumental de Rita Marquilhas (*A faculdade das letras*).

³⁶ O processo de mudança fonética chamado de centralização aqui em foco remete à articulação da vogal /ä/ em ponto mais central da boca. No sentido horizontal, enquanto /e/ é articulado com a língua mais à frente, mais perto dos dentes, /ä/ é articulado mais recuado um pouco. No sentido vertical, se /a/ é articulado com a língua mais abaixada /ä/ é pronunciado com a língua mais aproximada do céu da boca, mais fechado em relação à vogal /a/. Por isso que, apesar de /a/ ser chamado de vogal central nos manuais, /ä/ é a sua centralização, ou seja, é mais central ainda: com referência ao meio da boca, /a/ é central no movimento horizontal da língua e /ä/ é sua centralização no movimento vertical da língua.

creve: ele recua para o século XVIII uma centralização catalogada para o século XIX.³⁷

As cartas de comércio e os documentos oficiais encontram-se em diferentes contextos de escritura em função dos seus diferentes modos de circulação: a esfera pública e privada. A essa diferença corresponde um diferente estado de vigília de quem escreve sobre o próprio texto. Talvez por isso tantas marcas de oralidade no contexto menos vigiado das cartas de comércio. Talvez por isso, também encontremos características de oralidade em usos variáveis em níveis morfossintáticos.³⁸ Talvez, ainda, esse modo de circulação – coincidente com as cartas pessoais por ser privado, mas delas distinto por ser administrativo, institucional, corporativo – se torne espaço para fontes primárias de atividades fora do controle régio.

Em publicação recente, foram detalhadas as análises paleográficas de marcas de água para confirmar a circulação de um impresso na Bahia ao final do século XVIII, ainda durante a proibição da imprensa no Brasil.³⁹ Nesse mesmo texto, foi transcrito o seguinte trecho de uma carta de comércio da mesma coleção daquela impressa:⁴⁰

25 Sacas de Algodam Com 142 <i>Contos</i> 29 <i>réis</i>	5800	828\$856
Novo Joseposto	160	22\$865
Carret[o] para a Impren[ca] [SV ^o] Bordo		4\$000
<hr/>		[SV]855\$721

O que vemos são preços cobrados pelo frete de alguns produtos, inclusive uma imprensa: *Carret[o] para a Impren[ca] [SV^o] Bordo*. Para onde seguira essa tipografia? Para a Bahia? Seria clandestina como mui-

³⁷ Ver TEYSSIER, Paul. *História da língua portuguesa*, p. 65.

³⁸ Ver BARBOSA, Afranio Gonçalves. *Para uma história do português colonial*.

³⁹ Ver BARBOSA, Afranio Gonçalves. Da história social à sociolinguística histórica do português no Brasil.

⁴⁰ Biblioteca Nacional de Lisboa – cota: mss. 224/241. Documento 36 no volume anexo em Afranio Gonçalves Barbosa (*Para uma história do português colonial*).

tas mercadorias o eram nos últimos anos do século XVIII? Veja-se fac-símile do documento na página 203.

Até onde soubemos, informalmente, haveria outras encomendas de impressos feitas do Brasil para Portugal que se destinavam a voltar para as terras lusas. No entanto, não nos caiu em mãos a bibliografia em que figurem publicadas e analisadas. De qualquer forma, mais importante que ser evento raro, ou único, é considerarmos as circunstâncias da composição dessa fonte primária.

O documento traz manuscrita a datação, a localização de destino e origem no topo, e a assinatura do remetente ao fim. Ele pode, realmente, ter sido mandado imprimir em Portugal, mas por que manuscrever essas partes? Autenticidade do remetente? Isso não faz sentido porque seu nome está impresso no conteúdo. Para datar mais próximo de alguma época específica? Difícil saber das flutuações de mercado para esperar o tempo atlântico de ida do manuscrito, sua volta impresso ao Brasil para manuscrever início e fim, e, por fim, seu retorno a Portugal, para a casa de comércio de Antônio Esteves Costa. Um dado que reforça a hipótese de ser uma encomenda a Portugal de um comerciante na Bahia é o fato de apenas seu nome estar impresso, mas não o do destinatário. João Paulo das Chagas, que se oferece para comissionário, pode ter encomendado várias cópias desse panfleto para remetê-lo a várias casas de comércio. Isso seria bem razoável. No entanto, ficamos sempre com aquele carroto de uma imprensa mencionado na carta antes citada. Ao menos, neste texto, ficamos com a imagem de uma fonte primária que exemplifica a força dos interesses mercantis traduzida em esforço para impressionar os donos do mercado intercontinental.

Palavras finais

As pesquisas historiográficas, filológicas e lingüístico-históricas alternam-se entre si no papel de ciência *auxiliar* a depender dos objetivos, do quadro teórico, das questões e objetos de cada investigação. Elas se entrevêm ora por janelas, ora por frestas abertas em seu inexorável ponto de contato: o texto escrito. As considerações nesse trabalho procuraram

contribuir para, quem sabe, abrir novas janelas por onde as pesquisas dessas áreas se olhem, ainda que de soslaio, e se sirvam, à vontade, de suas especialidades. Considerações poucas, mas com muitas palavras por página. Por isso, terminemos como uma de nossas cartas de comércio:

Com isto não enfado mais *avossa merce*
Deste Seu Venerador Servo Criado

Referências bibliográficas

BARBOSA, Afranio Gonçalves. *Para uma história do português colonial: aspectos lingüísticos em cartas de comércio*. Rio de Janeiro, 1999. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

_____. Da história social à sociolingüística histórica do português no Brasil: mercadores portugueses no apagar do Século das Luzes. In: THIELEMANN, Werner. *Século das Luzes: Portugal e Espanha, o Brasil e a região do rio da Prata*. Frankfurt am Main: TFM, 2006. p. 553-566. (Biblioteca Luso-Brasileira, 24).

BARBOSA, Afranio Gonçalves; LOPES, Célia Regina dos Santos. *Os corpora*. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de (Org.). *Historiando o português brasileiro: história das línguas: variedades, gramaticalização, discursos: relatório das atividades do Projeto “Para a História do Português Brasileiro” (PHPB) desenvolvidas ao abrigo do Programa CAPES-DAAD-PROBRAL, de 2000 a 2003 (Projeto 109/00)*. Disponível em: www.mundoalfal.org ver em Projetos, e depois em P3 História do português brasileiro – desde a Europa até a América. Acesso em: 27 maio 2008.

FEIJÓ, Madureira. *Grammatica da língua portuguesa*. Lisboa: Typographia, 1770.

GONÇALVES, Maria Filomena. *Madureira Feijó, ortografista do século XVIII: para uma história da ortografia portuguesa*. Lisboa: Ministério da Educação, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1992. (Série Identidade Língua Portuguesa).

KABATEK, Johan. ¿Cómo investigar las tradiciones discursivas medievales? El exemplo de los textos jurídicos castellanos. Em JACOB, Daniel; KABATEK, Johan (Ed.). *Lengua medieval y tradiciones discursivas em la Península Ibérica: Descripción gramatical – pragmática histórica – metodología*. Frankfurt am Main: Vervuert; Madrid: Iberoamericana, 2001. p. 97-132.

LEMLE, Mirian. *Guia teórico do alfabetizador*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1990.

LISANTI FILHO, Luís. *Negócios coloniais: uma correspondência comercial do século XVIII*. Brasília: Ministério da Fazenda, 1973.

LOBATO, António dos Reis. *Arte da grammatica da língua portugueza: 15ª impressão*. Porto. Imprensa na rua de Stº Antonio, 1824. 1ª ed. 1770.

MAIA, Clarinda de A. *História do galego-português: estudo lingüístico da Galiza e do noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI (com referência ao galego moderno)*. Coimbra: INIC, 1996.

MARQUILHAS, Rita. *Norma gráfica setecentista: do autógrafo ao impresso*. Lisboa: INIC, 1991. (Série Linguística, n. 14).

_____. *A faculdade das letras: leitura e escrita em Portugal no séc. XVII*. Lisboa: IN-CM, 2000.

MOTHÉ, Nubia Graciella Mendes. *Variação e mudança aquém e além mar: gerúndio versus infinitivo gerundivo no português dos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro, 2007. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas, Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro. (Disponível em: www.lettras.ufrj.br/posverna.)

OLIVEIRA, Klebson. *Textos escritos por africanos e afro-descendentes na Bahia do século XIX: fontes do nosso latim vulgar?* Salvador, 2003. Dissertação (Mestrado em Letras e Lingüística) – Programa de Pós-Graduação do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, 2003.

_____. *Negros e escrita no Brasil do século XIX: sócio-história, edição filológica de documentos e estudo lingüístico*. Salvador, 2006. Tese (Doutorado em Letras e Lingüística) – Programa de Pós-Graduação do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia.

SAMARA, Eni de Mesquita. *Paleografia e fontes do período colonial*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, Estudos CEDHAL, 1999. (Nova Série n. 11).

SILVA, Maria Júlia de Oliveira e. *Fidalgos-mercadores no século XVIII: Duarte Sodré Pereira*. Lisboa: INCM, 1992.

SIMÕES, José da Silva; KEWITZ, Verena. *Cartas dos séculos XVIII e XIX: uma contribuição para os corpora do PHPB*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas/FFLCH/USP, 2006. 1 CD-ROM.

TEYSSIER, Paul. *História da língua portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa, 1980.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José C. de. *Formação do Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

A formação da língua nacional:
modelos, experiências, conflitos

Língua nacional, histórias de um velho surrão

Ivana Stolze Lima¹

*Respeito ao idioma, saiu escrita [a Resposta]
no que ele mesmo desvanecidamente chama 'o
dialeto brasileiro', surrão amplo, onde cabem à
larga desde que o inventaram para sossego dos
que não sabem a sua língua, todas as escórias
da preguiça, da ignorância e do mau gosto.*

*Rui Barbosa (1902, Réplica)*²

Este artigo compõe-se de duas partes. A primeira procura analisar as idéias correntes sobre a língua nacional nas primeiras décadas do século XIX, propondo uma historicização desse conceito. A segunda apresenta resultados iniciais de um projeto que se dispõe a aprofundar uma das tensões relativas à unificação lingüística no país, tratando especificamente dos escravos africanos e crioulos. Uso a epígrafe acima, que trazia à cena o embate entre um “dialeto brasileiro” – o surrão – e uma “língua portuguesa”, de quase cem anos depois, evocando alguns elementos históricos para entender os motivos de tanta – e tão longa – mobilização em torno da língua do Brasil. Peço licença assim ao patrono da Fundação Casa de Rui Barbosa, mas farei um uso interessado e até um pouco invertido da sua metáfora.

¹ Pesquisadora do Setor de História da FCRB, professora da PUC-Rio e doutora em História pela UFF. Desenvolve o projeto “Língua nacional, voz escrava: conflitos sociais e simbólicos no Império do Brasil” com recursos do CNPq. Agradeço aos bolsistas de iniciação científica que participaram da pesquisa ao longo destes anos: Iris Angela Alves, Cláudia Oliveira, Fernanda Pires, Eduardo Roels, Vanessa Nascimento, Carlos Taveira, Paula Abílio. Cada um à sua maneira, tem trazido importantes contribuições.

² Apud PINTO, Edith Pimentel. *O português do Brasil: textos críticos e teóricos, 1 – 1820-1920...*, p. 383.

Esse uso interessado assenta-se na tentativa de construção de um conhecimento histórico sobre o tema, que supõe atenção para os impasses políticos, os conflitos sociais e para o que Paul Veyne denomina um inventário das diferenças. História aqui não tem o sentido de linearidade reconstruída, ou de uma busca das origens, mas antes de uma disciplina que lida com diferenças e singularidades e que, tanto pelos seus próprios limites metodológicos quanto pelo cunho da sua reflexão sobre a dimensão temporal da existência, seria uma operação intelectual adequadamente definida como uma história conceitual.³

Abramos, portanto, esse amplo surrão, procurando conhecer melhor o que cabe dentro dele, voltando ao período que se inicia em 1822.

Língua nacional, língua brasileira, idioma nacional são alguns exemplos de expressões que se tornaram recorrentes após a Independência do Brasil e que, mesmo sem necessariamente guardar ressentimentos com relação a antiga metrópole, ou serem entendidas como intrinsecamente opostas a uma língua portuguesa, revelam a preocupação de homens da política e das letras com a identidade e a unidade lingüística do país recém-autônomo.

Comumente, atenta-se para a dimensão externa que essas expressões carregariam (uma oposição ou vontade de ruptura diante de Portugal), mas a dimensão interna, no processo de transformação de um conglomerado de regiões, interesses, grupos humanos em um Estado nacional, tornou-se cada vez mais decisivo. O conceito de “expansão para dentro”, desenvolvido por Ilmar Rohloff de Mattos, elucida o movimento de expansão interna da classe senhorial, processo relacionado à sua própria formação como classe, bem como à formação do Estado, com seu aparato não só administrativo, mas pedagógico e simbólico.⁴

Este ponto constitui um dos mais importantes deslocamentos teóricos propostos por esta pesquisa, a partir do diálogo com a documentação. Transpor o antagonismo entre a língua brasileira e a língua portu-

³ Veja-se os textos de Paul Veyne. *Como se escreve a história: Foucault revoluciona a história; O inventário das diferenças*; e “A história conceitual”.

⁴ MATTOS, Ilmar R. de. Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política.

guesa foi um procedimento essencial para, sem abandonar essa primeira tensão, considerar a oposição, essa sim muito forte, entre a língua portuguesa falada no Brasil, e a “barbaria poliglota”,⁵ ou seja, as línguas indígenas e africanas. Isso sim estava em jogo, muito mais do que a suposta autonomia cultural e intelectual diante de Portugal.⁶ Afinal, foi tomando como referência um ideal de civilização, de herança européia, que a classe senhorial tentou pavimentar o seu caminho na construção da unidade política no Brasil como Estado independente, sob um regime monárquico-escravista.

Alguns pressupostos da história conceitual são fundamentais. Como lidar com esses conceitos, que foram recolhidos em campos documentais relativamente distintos – relatórios, debates parlamentares, manifestos literários, dicionários, etc.? Evitar anacronismos, projeções retrospectivas de significados, é uma atitude teórico-metodológica básica. A idéia não é exatamente desvendar ou “revelar” um sentido original, mas antes procurar, a partir do mapeamento do que estava em jogo, conhecer melhor o contexto histórico-social. Além disso, é na tensão entre o “passado” e o presente que a operação historiográfica atua. A minha proposta é que a pesquisa historiográfica acerca das representações sobre a língua nacional pode funcionar como uma espécie de janela por onde podemos tentar entrever a experiência contemporânea, os projetos políticos, os conflitos sociais subjacentes, procurando ouvir o que estava sendo silenciado, e simultaneamente supor que hoje, o que pode ser entendido como uma “língua nacional” tampouco é algo natural, neutro ou auto-evidente.

O que língua brasileira ou língua nacional significaria para os contemporâneos? No campo literário, de acordo com Joaquim Norberto, na década de 1850, Portugal foi a garantia de uma civilização no Brasil. Teríamos a herança da língua e da religião: eis porque não seríamos selvagens. Os brasileiros seriam “irmãos” dos portugueses, herdeiros da

⁵ A expressão foi usada por Martius, de acordo com RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. *A pátria e a flor: língua, literatura e identidade nacional no Brasil, 1840-1930*, p. 57.

⁶ Uma posição diferente da minha pode ser vista em Bethania Mariani e Tania Souza. (“1822, pátria independente. Outras palavras?”). As autoras consideram a inexistência da busca de uma identidade lingüística no Brasil pós-independência, identidade que segundo sua perspectiva seria construída por oposição a Portugal.

língua, tendo portanto direito à mesma. Os limites da diferenciação estavam dados: “somos cristãos e falamos português”. Vejamos as palavras do próprio Joaquim Norberto.

[...] ao menos cá de mim para mim tenho, que quando disser língua portuguesa, entenderão por tal o idioma de que se usa na velha metrópole, e quando disser língua brasileira, tomarão por tal a que falamos, que é quase aquela mesma, mas com muitas mudanças.⁷

Ainda este autor dizia que

[...] herdeiros de tão grande herança, os brasileiros não se houveram como o filho pródigo desperdiçando as riquezas herdadas; não só conservaram o legado de seus maiores, como enriqueceram-no abundantemente, e o seu clima, modificando-o um tanto, deu-lhe essa doçura com que tão harmonioso e elegante se ostenta nos lábios americanos.⁸

Assim, este autor representa o amplo movimento de constituição de uma língua literária própria, uma das facetas do Romantismo, que suscitou uma produção rica, tanto na literatura ficcional como na vertente crítica, publicada em periódicos, manifestos, etc. Sobre esse pensamento idiomático nativista já escreveu Flora Sussekind,⁹ apontando a fonte que a língua literária irá buscar na linguagem falada no Brasil oitocentista, inscrevendo “marcas de oralidade” no texto. Há um grande número de autores envolvidos nesse debate, no qual se imaginavam algumas “so-

⁷ SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. A língua brasileira. *Guanabara: Revista Mensal Artística, Científica e Literária*, 1855, tomo 3, p. 100.

⁸ SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. *História da literatura brasileira e outros ensaios*, p. 46.

⁹ SÚSSEKIND, Flora. O escritor como genealogista: a função da literatura e a língua literária no romantismo brasileiro.

luções” para algo que era visto como um problema: a mestiçagem, ou o material diverso do qual se compunha a população do Brasil.¹⁰

Julgamos por isso que seria interessante investigar outros campos discursivos, além da literatura, acerca do tema.

ooo

Atendendo ao que a Constituição de 1824 havia disposto sobre a instrução primária, em 1827 foi feita a lei que “manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império”. Uma das finalidades seria o ensino da “gramática da língua nacional”. Essa foi a fórmula usada em importante medida na construção da unidade política do Estado independente, quando se procurava criar, através da instrução, um “caráter nacional”.¹¹ Ao tratar da formação do povo, Ilmar Rohloff de Mattos discute o entrelaçamento dos fatores culturais e simbólicos ao processo de centralização política e administrativa do Império do Brasil, em meio à idéia de unidade nacional, ali tão central. A máquina administrativa, a organização política, as instituições pouco valeriam sem a consolidação de um “modo geral de sentir”, como um dos saquaremas tão argutamente disse.

O fato de a denominação “língua nacional” estar registrada na lei de instrução primária, a existência da polêmica literária sobre a “língua brasileira” no Romantismo e das outras polêmicas e paixões envolvendo a forma como o idioma seria denominado em diferentes momentos do século XX deram corpo a um *conjunto de fatores* que nos levou à tentativa de investigar se, na feitura desta lei e, de forma mais ampla, nos debates sobre a instrução pública no

¹⁰ LIMA, Ivana Stolze. *Cores, marcas e falas: sentidos de mestiçagem no Império do Brasil*. Ver o capítulo 3: “Entre o tupi e a geringonça luso-africana: eis a língua brasileira”.

¹¹ Fala do deputado Marcos Antonio, sessão de 12 de maio de 1826. In: ANAIS do Parlamento Brasileiro. Câmara dos senhores deputados. Primeiro ano da primeira legislatura. Sessão de 1826, p. 60.

Brasil, haveria outros sinais acerca do sentimento sobre a língua e a nacionalidade.

Vale a pena lembrar que os fenômenos de construção dos Estados nacionais foram marcados pelo esforço de unificação lingüística e de criação de um sistema público de instrução. Assim como a expectativa de que a *uma* nação corresponderia *uma* língua, também a instrução pública foi um dos resultados das transformações do século XVIII, enfeixadas pelo Romantismo e pelas idéias do liberalismo, ainda que esta expectativa tenha sido um tanto modificada pela era das revoluções. Desde a Revolução Francesa, por exemplo, começa uma política explícita de substituição dos patoás e várias línguas regionais pelo francês. Tratava-se de um problema político novo, próprio do novo formato dos Estados nacionais no século XIX, que exigiria uma compreensão pública e *comum* do conjunto dos habitantes. A língua comum inclusive garantia sua adequação ao que era esperado como próprio de cidadãos. A unificação lingüística ligada à fronteira do Estado é uma marca deste processo.¹² Sabe-se que neste novo regime de economia política, a educação leiga, unificada, foi uma grande máquina para produzir cidadãos obedientes, dispostos a se tornarem soldados e trabalhadores.

Os diários (ou anais) da Câmara dos Deputados, constituem uma documentação riquíssima para problematizar a interseção entre a construção da nacionalidade, a formação do Estado e as questões lingüísticas. Em primeiro lugar pela própria experiência de parlamentares reunidos discursando e debatendo as questões legislativas, expressando paixões, ativando habilidades de convencimento e persuasão, desenhando as suas análises sobre o país. Homens de diferentes regiões, com interesses, recursos e cabedal cultural às vezes distintos, e mesmo com certo grau de variação nos recursos econômicos. Sotaques tornaram-se evidentes naquele fórum quase inédito. A primeira legislatura iniciou os seus trabalhos em 1826. Apenas três anos antes, em 1823, a Assembléia Constituinte foi a

¹² CERTEAU, Michel de et al. *Une politique de la langue: la Révolution Française et les patois...*

primeira reunião pública de homens de diferentes províncias no território.¹³ Eram 60 ou 80 deputados presentes nos dias de sessão, acompanhados por uma platéia que, numa época em que cada vez mais a política havia chegado à praça pública, prezava os debates dos deputados como uma experiência cívica e decisiva.

Se não tudo, ao menos boa parte do que se passava no plenário era registrado pelos taquígrafos para que em seguida se consolidassem os diários da Câmara. Dessa forma, temos um tipo de documentação que toca a oralidade de perto. Os discursos (que em geral deveriam ser proferidos de cor, e não lidos), debates, contendas, e mesmo risadas, vivas, apoios foram registrados. Pode-se lembrar que os deputados tinham todo um cuidado com a palavra, a necessidade da precisão da redação das leis, e as implicações políticas de determinadas fórmulas geravam discussões longas, que ocupavam às vezes muitos dias. Nesse intercurso oralidade-escrita, havia ainda a presença forte do impresso: uma vez que um projeto de lei fosse lido, aprovava-se (ou não) a sua impressão para que se iniciasse a discussão do seu teor.

Ao abrir os trabalhos da Câmara, em maio de 1826, o discurso do imperador D. Pedro I iniciou-se pela importância da “educação da mocidade”. Foi estabelecido que caberia à comissão de instrução pública – José Cardoso Ferreira de Melo, cônego, deputado pela Bahia, Ferreira França, médico, também da província da Bahia e Januário da Cunha Barbosa, padre, deputado pelo Rio de Janeiro – a elaboração de um projeto de lei sobre o tema. Durante a espera desse projeto, e mesmo depois de sua apresentação em 16 de junho, os deputados não paravam de apresentar sugestões ou projetos isolados acerca do tema. Nesse intervalo ocorreu uma das primeiras polêmicas: o que seria mais urgente, a formação de doutores ou as primeiras letras?

Teixeira Gouveia propôs a criação de uma universidade, “porque da instrução da nossa mocidade depende em grande parte a consolidação

¹³ José Honório Rodrigues “The victory of the Portuguese language in colonial Brazil”, p. 60, com bastante sensibilidade, percebe esse momento como um marco simbólico na história dos conflitos lingüísticos no Brasil, uma vez que os constituintes, de diferentes partes do país, falavam pela primeira vez uns aos outros numa assembléia pública.

do sistema constitucional. (Apoiado! Apoiado!)”.¹⁴ E Marcos Antonio, propondo a criação de um curso jurídico no Rio de Janeiro, evidenciou a vontade de formar um “caráter nacional”:

É muito mais fácil que os habitantes das províncias deste império, mandem seus filhos para esta capital, onde desenvolvendo seus talentos e adquirindo luzes que os habilitem para os cargos públicos, *formem um caráter nacional*, resultado da *unidade de estudos e hábitos*: caráter de grande importância a um povo, que acaba de constituir-se em nação livre, e independente.¹⁵

Mas não havia total concordância sobre esse “caráter nacional”. Ferreira França, já se revelando um dos personagens mais especiais de todo esse debate, apresenta indícios de projetos distintos de nação, dentre “artes grosseiras e comuns” e “ciências elevadas”:

Parece-me que o primeiro cuidado da comissão deverá ser o de propor a maneira de promover a primária instrução da mocidade, qual é o ler, escrever, contar, medir comumente, etc. Este deverá ser o trabalho mais importante da comissão, pois o que mais convém é saber-se como esta primeira instrução pode ser adquirida; devendo-se dar maior atenção ao ensino das primeiras letras, e *das artes grosseiras e comuns*, necessárias e indispensáveis a todos do que ao estudo das *ciências mais elevadas e sublimes* que deve ter o último lugar (...)¹⁶

A difusão da escrita e da leitura ou a formação dos quadros para a administração? Decidindo sobre qual seria a prioridade, os deputados compunham retratos sobre o Brasil. Souza França dizia “Temos ou não

¹⁴ Sessão de 12 de maio de 1826, p. 60

¹⁵ *Ibid.* Todos os grifos são meus.

¹⁶ *Ibid.*, p. 61.

temos escolas de primeiras letras? *Eu creio que em qualquer parte do Brasil, ou bem ou mal sabe-se ler e escrever.*”¹⁷

E Lino Coutinho discordava, afirmando

[...] que a instrução da classe, chamada povo, é um elemento de que depende a felicidade do Estado; e talvez se possa avançar esta proposição *‘que do saber ler e escrever depende a prosperidade da nação’*; porque este é o princípio de toda educação moral, que se pode dar. [...] Demais esta primeira instrução, de que tanto precisamos, está muito atrasada; há muita gente, que não sabe ler, nem escrever [...] Nós seremos mais felizes com a instrução do povo, do que com o grande número de doutores. (Apoiado!)¹⁸

Batista Pereira evidenciava como o saber ler e escrever pode ser um instrumento da ordem, e da religião:

O efeito imediato do saber ler e escrever é o conhecimento das verdades da religião: daqui nasce aquela força indispensável sobre as paixões, força que sufoca todos os movimentos, que convidam ao crime e desordem.

Conheço que temos muito poucas escolas e muito imperfeitos são os seus mestres: são inteiramente idiotas, o patronato é quem os escolhe. Não têm um ordenado suficiente, e por consequência não há estímulo público que adiante tais funcionários nos ramos da instrução. Conheço a excelência da arte de ler e escrever, mas o mau método do ensino, retardando a educação, só imprime vícios na mocidade. Portanto tal instrução por agora é pouca coisa, a arte de ler e escrever apenas se reduz, no estado atual, a dar e receber um recado, e a saber dois algarismos.

Querer contudo, como disse um nobre deputado, *que da ciência de ler e escrever provenha a nação maior utilidade do que de um*

¹⁷ *Ibid.*

¹⁸ *Ibid.*, p. 61-62.

número de doutores, é princípio em que não convenho. Sei que os povos não podem ser livres sem serem civilizados: porém se bastassem os conhecimentos primários, por que desprenderíamos tempo e trabalhos em estudos maiores?¹⁹

Através de algumas oposições, vai se percebendo como os deputados imaginavam a nação instruída e civilizada. Lino Coutinho, explicando sua posição, colocava em ação uma imagem sobre os africanos: “Eu não disse que se dispensavam as ciências: isto seria próprio de um habitante da costa d’África.”²⁰ O deputado Vergueiro, por sua vez, contrapunha o projeto de instrução aos índios: não seria tão adequado falar em criação de escolas em todas as vilas, pois há “algumas realmente que as não merecem, foram de índios que as têm desamparado, e apenas conservaram cem pessoas, que mesmo ainda que tivessem muitas escolas, nunca haviam de aprender”.²¹

Nem só o povo “comum” precisaria ser integrado à escrita. O deputado Souza França fala de vereadores, por exemplo, que “assinariam de cruz”. Afinal, “é preciso que os povos saibam ao menos ler para poder prosperar o sistema constitucional”.²²

Independente da polêmica acerca da prioridade dos estudos superiores ou primários, não resta dúvida de que o letramento era algo que inquietava aqueles deputados da primeira legislatura. Saber ler e escrever: parece que aí gostariam de assentar a ordem que buscavam representar, a nação que estavam a imaginar.

Em 16 de junho de 1826 foi apresentado o projeto de lei sobre a instrução pública do Império do Brasil. Tensões internas à comissão foram evidenciadas por Ferreira França, que diz ter sido voto vencido na proposta. De cunho bastante amplo e muito detalhado, estabelecia a divisão da instrução pública em quatro graus: pedagogias, liceus, ginásios e academias. Cada um desses graus recebeu uma formulação

¹⁹ Sessão de 17 de maio de 1826, p. 64.

²⁰ *Ibid.*, p. 65.

²¹ Sessão de 9 de junho de 1826, p. 88.

²² *Ibid.*, p. 87.

específica, sobre o modo de funcionamento, as cadeiras, a progressão das classes, o método de ensino. A “arte de ler, escrever e contar” foi a fórmula usada para os trabalhos das “pedagogias”, ou escolas de primeiro grau. O campo da gramática geral, da retórica, dos modos de escritura, da hermenêutica, seria amplamente estudado no terceiro grau, ou ginásios. Aos professores de filosofia especulativa caberia o ensino da “gramática da língua portuguesa”; os princípios particulares das gramáticas das línguas, “vivas ou mortas” seriam ensinados em “correspondência com a nossa língua”.²³

O projeto previa a criação de um Instituto do Brasil, “uma corporação de homens instruídos” que coordenaria toda a instrução pública no Império. Além de cuidar da inspeção das escolas, de todo o processo relacionado aos professores e lentes, o instituto se ocuparia também da escolha e aprovação dos livros usados nas aulas, estimulando a sua produção na “língua nacional”, ou a tradução. Haveria um prêmio ao qual concorreriam “não só compêndios escritos em português, mas em latim, ou em qualquer das línguas cultas da Europa, não sendo seu autor brasileiro”. Essa sede por compêndios leva ao privilégio de ser aprovado como professor o autor “brasileiro ou estrangeiro que fale ou escreva suficientemente a língua nacional”.²⁴

A preocupação com a produção e circulação de livros “em português”, na “nossa língua” – formas que se alternam quase naturalmente – terá continuidade nas décadas seguintes. O aumento da circulação de impressos foi sem dúvida um dos grandes eixos onde se assentou a expansão da língua pelo Império.

Quando as sessões foram retomadas em 1827, os deputados continuaram apresentando projetos específicos de criação de escolas, expressando opiniões sobre os temas, e também foram levados à Câmara requerimentos sobre ordenado de professores, etc. Vejamos alguns deles. Bernardo Pereira de Vasconcelos mencionou uma proposta do conselho de Minas, sobre as aulas de gramática latina:

²³ Sessão de 16 de junho de 1826, p. 152.

²⁴ *Ibid.*, p. 156.

[...] há lugares em que um mestre ganha 400\$ para ensinar a língua latina, tem três ou quatro discípulos, e nesses lugares muitas vezes não há uma escola de primeiras letras.

A minha opinião é que se acabe com a língua latina e fique só para os seminários ou bispos, que ensinem, enquanto se não põe tudo em língua brasileira. Eu como membro do conselho desejo ser ouvido na comissão.

Ficou inteirada a câmara.²⁵

Apenas três dias depois o deputado Deus e Silva apresentou um projeto de lei:

Art.1º: Criar-se-ão na cidade de Fortaleza, capital do Ceará, uma escola de gramática latina e língua portuguesa, outra de gramática e língua latina, uma de gramática e língua francesa, de ideologia e ética outra, uma de retórica e poética, outra de história geral sagrada e profana e da particular do Império e outra do direito natural, público e universal das nações, com a análise da constituição do Império.²⁶

A comissão de instrução pública, em 9 de junho de 1827, apresentou o projeto de lei *Sobre as escolas de primeiro grau, ou pedagogias*. Januário da Cunha Barbosa foi o relator da comissão, e os demais integrantes eram José Cardoso Pereira de Melo, José Ribeiro Soares da Rocha, Diogo Antonio Feijó e Antônio Ferreira França, mais uma vez assinalado como voto vencido. Salvo engano – possível, dada a extensão da documentação e a inexatidão do índice de assuntos –, o detalhado projeto de 1826, abrangendo os diferentes graus de ensino, não entrou em discussão. As escolas, ou “pedagogias”, seriam criadas em cidades, vilas e lugares mais populosos. O artigo 6º tinha essa forma:

²⁵ ANAIS do Parlamento Brasileiro. Câmara dos Srs. Deputados. Segundo ano da primeira legislatura. Sessão de 16 de junho de 1827, p. 73.

²⁶ Sessão de 19 de junho de 1827, p. 99.

Art. 6º: Os professores ensinarão a ler, escrever, contar, gramática da língua nacional, princípios de doutrina religiosa e de moral, proporcionados à compreensão de meninos.²⁷

Em julho começou a discussão. Ferreira França abriu as contestações, dentre outros pontos condenando o uso da palavra pedagogia, que seria “bárbara”. Ao que Cunha Barbosa respondeu: “receberei sempre uma palavra estrangeira, quando os clássicos dela tiverem usado”. Lino Coutinho também entrou na discussão:

Nós agora também chamamos bárbaro a tudo aquilo que não é brasileiro, mas se assim é, forçoso é riscar dos nossos dicionários todas as palavras gregas, é preciso que se não use da palavra – filosofia – e, de muitos termos técnicos das ciências, porque são bárbaros, e nós temos palavras portuguesas, com que nos podemos exprimir.²⁸

Após outras manifestações, aprovou-se a exclusão da palavra.

Discutindo a possibilidade de supressão de escolas em lugares em que não seriam necessárias, Bernardo Pereira de Vasconcelos voltou a falar dos índios, tema que Vergueiro levantara no ano anterior, ambos apontando aldeias indígenas que estariam desertas. Portanto: para que escolas aí? Batista Pereira diz que uma escola seria inútil apenas por imperícia dos mestres: “Professores tirados de carpinteiros, e sapateiros, serão capazes de educar e ensinar a mocidade?”²⁹ No dia seguinte, Ferreira França, com a sua argumentação peculiar, desprovida de citações letradas e com uma experiência cultural que soa bem distinta da dos bacharéis de Coimbra, acionava uma outra vertente: “não quero outra coisa senão que os meninos aprendam com

²⁷ Sessão de 9 de junho de 1827, p. 39.

²⁸ Sessão de 10 de julho de 1827, p. 104.

²⁹ *Ibid.*, p. 106.

um pedreiro ou carpinteiro”, isto é, com o uso.³⁰

Houve inúmeras discussões e comentários que envolveram o professor, como a do salário, a dos exames que deveria prestar, o nível de conhecimentos exigidos, se o exame seria feito apenas nas capitais – o que exigiria viagens difíceis, mas manteria o controle centralizado da função, ou se poderia ser feito nas cabeças de comarcas. Para Batista Pereira, os professores existentes seriam “grandes ignorantes”: “Alguns há, que não sabem nem a sua própria língua, não sabem ortografia, não sabem nada.” Lino Coutinho discordava, e assim como outros deputados, temia elevar em demasia o rigor e não ter candidatos aprovados para o exercício: “não digo que seja preciso grande perfeição, mas é necessário enfim que mostre o pretendente que sabe ler e escrever corretamente e que sabe os princípios da nossa religião razoavelmente”.

Silva Lobo ponderava que mesmo examinadores aptos seriam raros, pois

[...] a falta de pessoas literatas é tão grande que até em algumas capitais do centro se não encontram, bem como em Oeiras, capital do Piauí, onde além do juiz de fora, o único capaz de preencher as funções de mestres e examinador é só o vigário; pois é o único que ali sabe gramática portuguesa.³¹

Os deputados traçam um país onde é difícil transpor distâncias, onde as letras chegam apenas a alguns notáveis e onde se percebe de alguma forma que a “ignorância” não está só significando uma formação insuficiente, mas uma ameaça política. Toma a palavra Cunha Matos

[...] todos nós convimos que nos sertões do Brasil faltam homens instruídos que queiram ser mestres de primeiras letras: as pessoas de educação liberal são ordinariamente os fazendeiros, que não largam os seus trabalhos para ensinarem meninos ou os vigários, que nem quererão, nem poderão fazê-lo sem faltar às suas principais obrigações! Quem encontramos nós ensinando

³⁰ Sessão de 11 de julho de 1827, p. 115.

³¹ Sessão de 10 de julho de 1827, p. 107-109.

nesses arraiais? Homens ignorantísimos; tabeliães inimigos da humanidade, mestres da infame chicana, perturbadores das sociedades e causadores de todas as desavenças que há entre os povos, que são por eles instigados a demandas em que sempre ganham! São estes homens próprios para educar a mocidade!³²

No dia 11 de julho, entrou em discussão o artigo 6º. Ferreira França propõe a substituição de “gramática da língua nacional” por “declinações e concordância dos nomes da língua portuguesa”. O seu foco não era tanto o adjetivo nacional, mas a gramática, que ele opõe a “exemplos” ou “uso”. A outra proposta de redação era a do ensino da “gramática da língua nacional por via de exemplos”. Não houve nenhuma discussão direta sobre o adjetivo nacional para a língua. Xavier de Carvalho, por exemplo, dizia: “Os conhecimentos da língua nacional se forem a exigirse com perfeição, dando todas as razões, acharemos a mesma dificuldade [...] O que eu quero é que tenham moral.”³³

Muito interessante foram os comentários sobre as leituras recomendadas (sobre as quais o projeto nada falara). Odorico Mendes propôs um artigo aditivo que determinasse “alguns livros por onde isso possa ser ensinado, a saber, a constituição do Império, e alguns dos clássicos da língua portuguesa”, pois aí seriam aprendidos os “termos mais puros da língua”, “sem mistura de língua alheia”.³⁴ E é o nosso Ferreira França que novamente usa a palavra para propor a leitura nas “escolas de ler e escrever a língua nacional”, dos “nossos escritores portugueses”, bem como os livros da “história política do Brasil”.³⁵ Vale ressaltar que esse item entrou na forma final da lei.

Lino Coutinho também apresenta uma fórmula interessante, propondo a necessidade de escolha de livros para o estudo da “*gramática da língua portuguesa, que é a nossa*”, em benefício da “pureza de linguagem portuguesa”. E reclama da falta de livros em português para a mocida-

³² *Ibid.*, p. 110.

³³ Sessão de 11 de julho de 1827, p. 115.

³⁴ *Ibid.*

³⁵ *Ibid.*

de, o que os deputados estavam também combatendo com as tentativas de diminuição ou mesmo isenção total das taxas de importação, apresentando e discutindo projetos de lei específicos para esse item. Língua materna é um conceito que aparece em Lino Coutinho, comentando que o ensino deve se regular pela idade dos alunos. Neste tópico dos livros adequados à formação da mocidade, Vasconcelos chega a propor a leitura dos diários da câmara!³⁶

Dias mais tarde, quando o projeto entrou na terceira discussão, Xavier Ferreira opinou que as professoras deveriam simplesmente ensinar a ler e escrever, e não a “gramática da língua nacional”: como vemos uma expressão já um tanto automatizada, ao menos podemos suspeitar disso. O deputado Maia propôs uma emenda na redação do artigo 6º, com introdução de “prática de conta e medição”, mas que corrobora o uso da expressão aqui focalizada: “Ensinarão a ler, escrever, prática de conta e medição, língua nacional, etc. E lerão a Constituição e leis do Império, história do Brasil, história natural e das artes.”³⁷

No dia 28 de julho, a nova versão do projeto de lei foi apresentada, após ter passado pela comissão de redação que incorporou as emendas aprovadas, e foi enviada para o senado.

Em síntese, foi possível estabelecer que havia uma certa difusão dessas formas de denominação da língua, que não excluíram o uso da expressão língua portuguesa; que estas formas parecem alternar-se de forma relativamente espontânea nas falas dos deputados. Ficou claro que a redação da lei de 1827 não foi algo casual ou fortuito.

ooo

Passemos ao *Dicionário da língua brasileira*, escrito e publicado por Luís Maria da Silva Pinto, em Ouro Preto, em 1832. Esse título é realmente intrigante. Afinal, de que trataria?

³⁶ *Ibid.*, p. 116.

³⁷ Sessão de 18 de julho de 1827, p. 198.

À primeira vista, o volume parece prometer algo originalmente “brasileiro” no seu conteúdo; mas a pesquisa levou a outras conclusões. Cotejando este dicionário com a edição de 1813 do *Dicionário da língua portuguesa* de Antonio de Moraes e Silva, conclui-se que o volume mineiro não tem uma nomenclatura muito distinta da que existe no primeiro. Trata-se mais de uma espécie de resumo, como um “Morais de bolso”. Por outro lado, e essa é a perspectiva que consideramos essencial para a análise, o volume era original justamente por ter sido publicado localmente, e se voltar para a circulação e para a educação. A minha análise não aprofundou a especificidade da construção de Silva Pinto, discutindo por exemplo a leitura e recepção que teria feito dos dicionários então disponíveis. E isso certamente seria muito interessante. Mas, mesmo considerando esse ponto fundamental da semelhança – ter praticamente a mesma lista de verbetes, sendo que cada verbebo foi resumido e simplificado –, há algo de muito singular e concreto, que é o fenômeno da *publicação do Dicionário*. O volume “portátil” proposto pelo autor-tipógrafo, foi, como fenômeno editorial, de fato, brasileiro: composto, impresso, vendido, lido, usado aqui. Além do dicionário, dos prelos da Tipografia de Silva – pois este era o nome do primeiro produtor de livros na província de Minas Gerais – saíram vários outros compêndios e manuais para uso, na instrução pública e particular, entre o final da década de 1820 e início da década de 1840. É de suma importância avaliar que haviam transcorrido apenas 10 anos da independência e pouco mais de 20 anos da introdução da imprensa no Brasil e, principalmente, que se estava em uma capital do interior, numa época em que apenas se ensaiava a ligação marítima entre as capitais do litoral com a navegação a vapor, e que a viagem para a corte seria longa e custosa. Por isso, mais valeria produzir localmente esses volumes. O exemplo mais candente é a publicação do *Código Criminal do Império*, em edição de bolso, no ano seguinte de sua publicação na Corte, de alguns volumes da coleção de leis do Império, de compêndios gramaticais, de manuais de farmácia (em Ouro Preto já havia o núcleo inicial da escola de Farmácia). Encarar o *Dicionário da língua brasileira* como mais um desses volumes impressos onde havia deles demanda, pela expansão das letras e pela distância da

corde, me parece ser o caminho para encontrar o que seria socialmente mais significativo daquele contexto histórico.

Em um breve parêntese, seria muito interessante explorar hipótese semelhante para o *Compêndio da gramática da língua nacional*, de Antônio Pereira de Coruja, da mesma década, com várias edições ao longo do século XIX, abrindo novas dimensões, que em parte podem levar a repensar a análise feita por Fávero e Molina, segundo a qual Coruja limitou-se a seguir os clássicos no seu entendimento sobre a arte de bem expressar o pensamento. As autoras questionam o sentido que nacional teria para o professor, mostrando apropriadamente que brasileiros e portugueses em parte viam-se como comuns. No entanto, parecem manter como critério um “nacional” que seria “mais legítimo”, ou “puro”, que o autor não teria alcançado. A perspectiva, nesse caso, parece equivocada. Por outro lado, poder-se-ia enfatizar também, a meu ver com proveito para o entendimento do processo histórico-social do século XIX, a dimensão da publicação do volume e seu uso no sistema escolar, contribuindo para um nacional cujo sentido maior não busca singularidade face a Portugal, mas antes se espalha e impõe sobre o território brasileiro.

Além disso, ainda no domínio de uma história conceitual, para entender o título do dicionário, é preciso olhar para a efervescente cultura política do Brasil do período regencial (1831-1840). A abdicação de D. Pedro I, a instalação de um governo regencial, as discussões em torno das reformas liberais, os diferentes movimentos sociais espalhados pelo Império foram fenômenos banhados em intensa disputa sobre a identidade e a cidadania. Paixões e fervores acompanhavam as palavras “brasileiro” e “português”. Nada parecia neutro. Insultos, xingamentos, bravatas eram corriqueiros nas ruas, quartéis, teatros e no farto material impresso que circulava na Corte e nas províncias. Como atribuir ao dicionário o título de língua portuguesa se o português era o maroto, pé-de-chumbo, absolutista, inimigo com quem se disputavam cargos públicos e decisões sobre o rumo da política? A nacionalidade, forjada de forma bastante particular, era entendida como inseparável da cidadania e das lutas políticas. Não se tratava simplesmente de um movimento antilusitano, mas de toda uma tensão interna sobre quem seria plenamente identificado

como um cidadão brasileiro, inclusive com a forte participação dos mulatos e homens de cor livres e libertos.

No pequeno prólogo do *Dicionário*, Silva Pinto conta como lançou, em 1829, a proposta de subscrição, que foi prontamente acolhida, em diferentes províncias do Império. Ele comprou o papel necessário, mas logo se deu conta de que, distribuídos os exemplares, quase nada restaria para compensar o seu próprio trabalho. Trabalho esse “árduo” e “longo”, pois

[...] cumpria consultar todos os vocabulários ao alcance, para com efeito dar o da língua brasileira; isto é, compreensivo das palavras, e frases entre nós geralmente adotadas, e não somente daquelas que proferem os índios, como se presumira.³⁸

A expressão língua brasileira, assim, é explicada não em contraposição à língua portuguesa, mas à língua *dos índios*. Este seria, portanto, o sentido corriqueiro e espontâneo da expressão.³⁹ Em 1860, Joaquim Norberto ainda precisava fazer a mesma ressalva ao defender esta “língua brasileira”, dizendo claramente não se tratar da língua “brasílica” ou “guaranina”.⁴⁰

Por tudo isso, levando-se em conta as expectativas da época, os próprios termos em que se davam as disputas políticas, aparece a explicação mais plausível e socialmente significativa para o título de 1832. Tratava-se mais de evitar o uso de um qualificativo impróprio naquele momento do que de advogar de forma consciente e argumentada por uma cisão idiomática.

Mas nada disso estava pacificado.

Possíveis erros, falhas, equívocos nas fontes, não merecem ser desperdiçados, podendo servir de matéria-prima para o historiador, quase

³⁸ PINTO, Luís Maria da Silva. *Dicionário da língua brasileira*.

³⁹ Bethania Mariani faz um levantamento bastante interessante das formas de designação da língua brasílica, língua geral, língua tupi, etc. (Ver MARIANI, Bethania. *Colonização lingüística*.)

⁴⁰ SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. A língua brasileira. *Guanabara: Revista Mensal Artística, Científica e Literária*, 1855, tomo 3, p. 100.

sempre carente de informações e registros mais precisos. Às vezes pode valer a pena ouvir o Dr. Freud e prestar atenção nos “atos falhos” dos sujeitos passados que procuramos compreender. Significados coletivos podem aparecer aí. Inocêncio Silva, dedicado a compilar informações bibliográficas, em 1860, referia-se ao volume como *Dicionário da língua brasílica*. Em edição suplementar procurou – em vão – corrigir o equívoco sobre o título:

Parece que estabeleceu para as suas edições uma tipografia, e entre as obras que imprimiu, sob a sua direção, figura um *Dicionário da língua portuguesa*, e por isso julgo que houve equívoco em indicar sob o número 649 um *Dicionário da língua brasílica*.⁴¹

Em publicação do IHGB persiste a designação de «Dicionário da língua portuguesa» para a obra de Luís Maria da Silva Pinto.⁴² Deveria ser mesmo difícil assumir este título, talvez pela própria dissonância e desacordo quanto ao que seria o sentido mais espontaneamente associado, de língua brasílica, indígena.

Assim, começou a ficar claro que o sentido principal, como fenômeno historiográfico, era ver a relação com Portugal, o outro externo, mas pautada pelos outros “internos”. A fonte de inspiração foi dada pelo trabalho do Manoel Salgado sobre a produção de uma “história nacional” pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. (Aliás, há vários pontos de contato entre as representações de uma nacionalidade lingüística no século XIX e a historiografia, o que é um estudo para ser feito.)

A “ordem” da classe senhorial seria dada na “língua nacional”. Um presidente da província de Minas Gerais, em meados do século, associava a criminalidade à ignorância do idioma nacional. Listando os crimes, ele diz: “[...] a mor parte dos réus é estranha ao conhecimento dos primeiros rudimentos da língua nacional”⁴³

⁴¹ SILVA, Inocêncio Francisco da. *Dicionário bibliográfico português*, 1860, p. 303; e 1893, p. 46.

⁴² IHGB. *Dicionário biobibliográfico de historiadores, geógrafos e antropólogos brasileiros*, v. 5, p. 110.

⁴³ Relatório do Presidente de Província de Minas Gerais, Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos, 1855. Ouro Preto, Tipo-

A ênfase em uma unidade nacional garantida pela língua era uma idéia acionada para elaborar simbolicamente o medo da africanização, como no caso do cônego Pinheiro, em artigo da *Guanabara*, da qual era um dos editores. Este autor, procurando debater com uma estimativa sobre a população do país feita por Nunes de Souza, segundo a qual haveria para cada homem branco, dois de cor, o que seria nefasto, assegurava que no Brasil encontram-se “ligadas as suas diversas partes pela comunidade de interesses, de língua, de religião”.⁴⁴

Aqui temos uma pista já em si bastante significativa para mapear a relação do processo de nacionalização lingüística no Brasil com os escravos, fossem crioulos (nascidos aqui) ou africanos. Essa relação pode ser avaliada pela literatura oitocentista – em síntese, trata-se de como o Romantismo e as elaborações sobre a língua literária brasileira procuraram negar a influência africana⁴⁵ – uma vez que os holofotes estavam voltados para o tupi, objeto da apresentação de João Paulo Rodrigues neste seminário –; mas, nesse próprio movimento de negação, pode-se encontrar, ainda que de forma residual, em notas de rodapé, em cenas literárias, na caracterização de personagens, no uso de metáforas, uma série de indícios da sua presença. Como não há espaço para detalhá-la neste artigo, fiquemos com a pista de que os escravos foram agentes sociais centrais na expansão da língua portuguesa pelo Brasil.

Varnhagen, autor da *História geral do Brasil*, publicada entre 1853 e 1855, é um dos intelectuais que comungava do medo senhorial de uma entrada excessiva de africanos no Brasil e dava uma das pistas, onde aparece uma fala “estropiada”, característica do uso do português pelos africanos.

Sem identidade de língua, de usos e de religião entre si, só a cor e o infortúnio vinha a unir estes infelizes, comunicando-se

grafia do Bom Senso, 1855.

⁴⁴ PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. Uma resposta. *Guanabara: Revista Mensal Artística, Científica e Literária*, 1855, tomo 3, p. 97-98.

⁴⁵ LIMA, Ivana Stolze. Entre a língua nacional e a fala caçanje: representações sociais sobre a língua no Rio de Janeiro imperial.

na língua do colono, estrangeira a todos, e por isso sempre por eles cada vez mais estropiada, em detrimento até da educação da mocidade, que, havendo começado por aprender com eles a falar erradamente tinha depois mais trabalho para se desavezar de muitas locuções viciosas.⁴⁶

Há aí, ao lado da imagem desqualificadora dos africanos, um indício muito interessante, que seria o papel atribuído aos mesmos como difusores do português vernáculo brasileiro. Varnhagen, sem essa intenção, nos comprova a importância dos africanos na difusão da língua: as locuções viciosas, o falar erradamente, seriam marcas que deixariam na “educação da mocidade”. Podemos ver aí um contraponto ao ensino da gramática da língua nacional?

A importância dos escravos tem sido enfatizada pelos estudos de história sociolingüística, ao apontar a variante popular da língua, como faz Rosa Mattos e Silva⁴⁷ e, neste seminário, Dante Lucchesi.

Há várias expressões para designar um português estropiado, que podem ser recolhidas entre os letrados: português caçanje, português xacoco, português nagô, e mesmo português bunda, em referência à língua africana de mesmo nome – que aliás foi a classificação dada por Alexandre Herculano ao código penal português, e exatamente a citada por Rui Barbosa na polêmica da redação do Código Civil Brasileiro, revelando que esta seria um dos equivalentes do amplo surrão.

O objetivo do projeto de pesquisa *Língua nacional, voz escrava* é justamente questionar as diferentes formas de relação entre os escravos e o processo de unificação lingüística no Brasil. Procuramos focalizar estratégias de comunicação travadas pelos escravos. Para isso, elegemos um conjunto documental que traz evidências muito interessantes sobre o seu desempenho lingüístico, que são os anúncios de jornal, principalmente anúncios de fugas de escravos.

⁴⁶ VARNHAGEN, Francisco A. de. *História geral do Brasil antes de sua separação e independência de Portugal*, p. 276.

⁴⁷ SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. Esta obra discute alguns fundamentos de uma história lingüística, e as possibilidades de análise do caso brasileiro.

Na experiência cotidiana, a necessidade de identificação de escravos associava, de forma muito recorrente, as características da fala aos demais sinais físicos e às habilidades dos escravos. A fala era encarada como um sinal identificatório decisivo, como pode ser avaliado nos anúncios publicados em diferentes partes do Império.⁴⁸ Vejamos alguns exemplos:

No dia 25 do passado, fugiu [...] um escravo crioulo, de nome José, vindo proximamente da província das Alagoas, terá de idade pouco mais ou menos 30 anos; é de cor fula, tem falta de dois dentes na frente do queixo superior; estatura baixa, é muito falador, e diz que é forro: julga-se que andar­á trabalhando em alguma roça nos subúrbios desta cidade.⁴⁹

Este anúncio, lido à luz da historiografia, que tem destacado as diferentes formas de resistência desenvolvidas pelos escravos, contém aspectos bastante interessantes, como a fuga, a mobilidade espacial e a tentativa de se empregar como homem livre.⁵⁰ Acompanhando tudo isso, a observação de seu proprietário, de que “é muito falador”, necessária mesmo sendo José um crioulo, com probabilidades portanto de ter aprendido o português desde criança. Não se trataria simplesmente de saber falar o português – um dos atributos dos africanos que fossem qualificados como “ladinos” –, mas de um uso fácil, que permite mesmo o disfarce da liberdade: “diz que é forro”.

⁴⁸ Os anúncios citados nesta seção foram recolhidos do volume organizado por Marymarcia Guedes e Rosane de Andrade Berlink. *E os preços eram cômodos... Anúncios de jornais brasileiros, século XIX*. Este livro é um dos resultados do projeto “Para a História do Português Brasileiro”, e as organizadoras defendem o argumento de que os anúncios de jornal constituiriam uma fonte possível para a modalidade falada da língua e expressariam, espontaneamente, aspectos específicos do português do Brasil. Nós atualizamos a ortografia das citações. Agradeço a Gladys Ribeiro a preciosa indicação desse livro.

⁴⁹ GAZETA Comercial da Bahia, 1 de agosto de 1838, transcrito em GUEDES, Marymarcia; BERLINCK, Rosane de Andrade. *E os preços eram cômodos*, p. 22.

⁵⁰ Ver, entre outros, CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade* e SILVA, Eduardo; REIS, João José. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*.

Mesmo que a principal motivação para mencionar as características da fala fosse a identificação, na medida em que acompanha os demais sinais físicos, isso não excluiu que estas viessem coladas a um conjunto de valores, de medos e prevenções. Mencionar uma característica identificadora e expressar medos e expectativas morais em relação aos escravos eram atos simultâneos na representação da fala dos escravos fujões.

O próximo exemplo trata de um escravo africano, que também não teria maiores problemas em se comunicar:

Desapareceu a José de Lima Nobre, e crê-se que furtado, no dia 28 do passado um escravo de nação nagô, carregador de cadeira, por nome Gaspar, com os sinais seguintes: alto, nariz fino, dentes limados, cara alanhada, idade 30 anos, fala desembaraçado [...].⁵¹

O que significaria a categoria “fala desembaraçado”, muito recorrente nos anúncios? A hipótese desenvolvida explora a direção de um bom desempenho lingüístico na língua senhorial. Vejamos estes outros exemplos:

Marcelina, crioula, era apresentada como “fula, rosto comprido e puxado, bexigosa, boca e olhos pequenos, lábios grossos [...], com uma cicatriz no braço direito, muito regrista, *branda no falar (...)*”.⁵² Um crioulo fugiu em Queluz, Minas Gerais, “de cor fula” e “*de poucas falas*”; outro, de “*fala muito macia, pés chatos*”. Fugiu também João, “estatura baixa, retinto, *pernóstico*”. Outro, também crioulo, “baixo, magro, *muito conversado, e conversa bem*”.⁵³ Havia também Aureliano, um pardo trigueiro, que procurava passar por homem livre, empregando-se em

⁵¹ GAZETA Comercial da Bahia, 1 de agosto de 1838, transcrito em GUEDES, Marymarcia; BERLINCK, Rosane de Andrade. *E os preços eram cômodos*, p. 22

⁵² DIÁRIO da Bahia, 10 de maio de 1833, transcrito em GUEDES, Marymarcia; BERLINCK, Rosane de Andrade. *E os preços eram cômodos*, p. 85

⁵³ *Ibid.*, p. 121, 122 e 124.

seu ofício de tocar tropa, e que “*fala bem*”.⁵⁴ O africano José, oficial de pedreiro, tinha “*fala macia*”.⁵⁵ Outro africano é apresentado como alguém que “*fala desembaraçado*”.⁵⁶ O moleque Serafim “*Fala muito bem; é muito cigano; costuma trazer o chapéu ao lado. Desconfia-se ter acompanhado uns mascates italianos, como camarada [...]*”.⁵⁷

Um indício interessante é que a fronteira entre africanos e crioulos nem sempre era cristalina. José, escravo de nação, “mal-encarado e *fala como crioulo*”.⁵⁸ Outro, ao contrário, era crioulo, mas teria um sotaque de africano: “Miguel, preto, de 30 a 40 anos de idade, estatura do corpo regular, barbado, crioulo do Rio Grande do Sul, fala com sotaque de africano e inculca-se como pedreiro.”⁵⁹ A todos estes exemplos, podemos somar a constante referência a escravos como “ladinos” ou “boçais” e suas gradações, “um pouco ladino”, “muito ladino”, que também abrigam informações sobre as habilidades no domínio da língua.

Também os anúncios trazem elementos para perceber como a expectativa dos senhores era de que os africanos logo aprenderiam a falar português. Em São Paulo houve notícia de “um preto fugido de nação Congo, que ainda não fala português”.

O aprendizado do português poderia servir como uma certa nacionalização dos escravos crioulos e africanos, tal como imaginada pelos dirigentes imperiais, como o cônego Fernandes Pinheiro. Os mesmos

⁵⁴ BOM Senso (MG), 5 maio de 1856, transcrito em GUEDES, Marymarcia; BERLINCK, Rosane de Andrade. *E os preços eram cômodos*, p. 127

⁵⁵ O BEM Público (MG), 25 de Julho de 1860, transcrito em GUEDES, Marymarcia; BERLINCK, Rosane de Andrade. *E os preços eram cômodos*, p. 12

⁵⁶ O BEM Publico (MG), 27 de agosto de 1860, transcrito em GUEDES, Marymarcia; BERLINCK, Rosane de Andrade. *E os preços eram cômodos*, p. 133

⁵⁷ A ATUALIDADE (MG), 18 de abril de 1878, transcrito em GUEDES, Marymarcia; BERLINCK, Rosane de Andrade. *E os preços eram cômodos*, p. 136

⁵⁸ O CONSTITUCIONAL (SP), 1 de abril de 1854, transcrito em GUEDES, Marymarcia; BERLINCK, Rosane de Andrade. *E os preços eram cômodos*, p. 400.

⁵⁹ CORREIO Paulistano (SP), 1 de junho de 1879, transcrito em GUEDES, Marymarcia; BERLINCK, Rosane de Andrade. *E os preços eram cômodos*, p. 418.

poderiam, no entanto, usá-lo para fins próprios. Se era uma adaptação, por um lado, à sociedade escravista, era também mais um recurso para construir formas de solidariedade ou sobrevivência; e isto não era incongruente com a manutenção ou aprendizado de outras línguas, como as línguas francas.

Para muitos dos dirigentes imperiais, homens da política e das letras, a língua comum era considerada o fator de união entre os díspares elementos do que se pretendia conceber como um conjunto. Sua difusão seria uma forma de reduzir os particularismos, de governar pelo caminho da incorporação a uma imagem de unidade. Através da língua, as regiões se uniam, livres e escravos tornavam-se membros (embora sempre diferenciados) de uma comunidade.

Mas os conflitos teimavam em aparecer, bem como outras memórias e outra línguas, disputando com o idioma português, sobre o qual os brasileiros queriam exercer seu direito de herança, lugares próprios de sociabilidade. Como já escrevera José Honório Rodrigues, em artigo que sugere grande potencial de pesquisas ainda não devidamente seguidas:

Em uma sociedade dividida em castas, raças e classes, em um país como o Brasil onde, por três séculos as várias línguas dos indígenas e dos imigrantes africanos lutaram contra uma única língua branca, não poderia haver paz lingüística ou cultural mesmo quando o processo da unificação lingüística já era evidente.⁶⁰

No *Dicionário da língua brasileira* não há a entrada “brasileiro”. Português, tanto em Silva Pinto como em Morais, tem apenas o sentido de moeda que circulava no tempo de D. Manuel. A definição de *nação* segue de perto a de Morais, embora tenha retirado a idéia de língua como uma de suas definições.

Em Morais:

⁶⁰ RODRIGUES, José Honório. *The victory of the Portuguese language in colonial Brazil*, p. 59.

NAÇÃO. A gente de um país, ou região, que tem Língua, Leis e Governo à parte. v.g. Nação francesa, Espanhola, Portuguesa. § Gente de Nação, i.e., descendente de judeus, cristãos novos. § Raça, casta, espécie.⁶¹

Em Silva Pinto:

NAÇÃO. S. f. ões no plur. A gente de um país, que se governa por suas leis particulares. Casta, raça. *Gente de nação*, Descendente de Judeus.⁶²

Terá o tipógrafo-autor suprimido a referência à língua como critério de nacionalidade por causa da especial situação do Brasil diante de Portugal? Sem poder concluir sobre a sua intenção, vale a observação.

No *Dicionário da língua brasileira* aparecem muitos verbetes que designam grupos raciais e de identidade:

CABRA. Filho de pai mulato, e mãe negra, ou ao contrário.
CRIOULO. O preto escravo, que nasce em casa de seu senhor. O animal ou ave que nasce em poder de seu dono.
ESCRAVO. Cativo. Que está em escravidão.
JALOFO. Adj. Boçal, rude.
MAZOMBO. Nascido no Brasil.
MULATO. Nascido de preto com branca, ou de branco com preta.
Pardo.
PARDO. De cor entre branco e preto. Mulato.
PRETO. Homem preto.

Estas marcas fixaram-se na forma como aquela sociedade se representava. Eram marcas naturalizadas, e a partir delas, mas sem questioná-las, é que se buscava construir o modo geral de sentir.

⁶¹ SILVA, Antônio Morais e. *Dicionário da língua portuguesa*, tomo 2, p. 332

⁶² PINTO, Luís Maria da Silva. *Dicionário da língua brasileira*.

Ao longo do século XVIII, a implantação da língua portuguesa no Brasil constituiu uma política explícita em uma série de medidas metropolitanas, culminando nas reformas pombalinas. Mas a língua modificava-se lentamente, e passou a ser apropriada por uma outra classe senhorial, a do Império do Brasil, para a qual os significados de escravos, pretos, mulatos, calhambolas, cafres, cabras, crioulos pouco mudaram. A unidade política do Império do Brasil, reelaborando as heranças do Império português, executou um movimento interno de expansão, na veiculação de valores, memórias, imagens que atravessavam a literatura, a história, a arte, a língua nacionais. O Império construiu a Nação, procurando dominar as “nações” internas, os particularismos, as outras heranças da colonização.⁶³ De qualquer forma, assim como as disputas sociais tiveram continuidade, a disputa com a heterogeneidade lingüística também irá continuar.

Fechemos aqui agora esse amplo surrão, com a aposta de que conseguimos olhar um pouco para dentro dele, quem sabe perdendo um pouco do medo do que encontraríamos.

⁶³ MATTOS, Ilmar R. de. Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política.

Referências bibliográficas e documentais

ALKMIM, Tania. A fala como marca: escravos nos anúncios de Gilberto Freire. *Scripta*, Belo Horizonte, v. 9, n. 18, p. 221-229, 1. sem. 2006.

ANAIS do Parlamento Brasileiro. Câmara dos senhores deputados. Primeiro ano da primeira legislatura. Sessão de 1826. Rio de Janeiro, Tip. do Imperial Instituto Artístico, 1874.

ANAIS do Parlamento Brasileiro. Câmara dos senhores deputados. Segundo ano da primeira legislatura. Sessão de 1827. Rio de Janeiro, Tip. de Hipólito José Pinto & Cia, 1875.

CERTEAU, Michel de et al. *Une politique de la langue: la Révolution Française et les patois: l'enquête de Gregoire*. Paris: Gallimard, 1975.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GUANABARA: Revista Mensal Artística, Científica e Literária. Rio de Janeiro: Tip. Dois de Dezembro, 1849-1856.

GUEDES, Marymarcia; BERLINCK, Rosane de Andrade. *E os preços eram cômodos... anúncios de jornais brasileiros, século XIX*. São Paulo: Humanitas: FFLCH/USP, 2000.

IHGB. *Dicionário biobibliográfico de historiadores, geógrafos e antropólogos brasileiros*. Rio de Janeiro, 1996. v. 5

LIMA, Ivana Stolze. *Cores, marcas e falas: sentidos de mestiçagem no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

_____. Entre a língua nacional e a fala caçanje: representações sociais sobre a língua no Rio de Janeiro imperial. In: OLIVEIRA, Cecília Helena de Sales; COSTA, Wilma Peres (Org.). *De um império a outro: estudos sobre a formação do Brasil, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: FAPESP/HUCITEC, 2007. p. 63-99.

MARIANI, Bethania. *Colonização lingüística*. Campinas: Pontes, 2004.

MARIANI, Bethânia; SOUZA, Tania. 1822, pátria independente. Outras palavras? *Organon*, v. 21, p. 43-51, 1994.

MATTOS, Ilmar R. de. Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política. *Almanack Brasiliense*, n. 1, p. 8-26, 2005.

PINTO, Edith Pimentel. *O português do Brasil: textos críticos e teóricos*, 1 – 1820-1920, fontes para a teoria e a história. São Paulo; Rio de Janeiro, EDUSP: Livros Técnicos e Científicos, 1978.

PINTO, Luís Maria da Silva. *Dicionário da língua brasileira*. Ouro Preto: Tip. de Silva, 1832.

RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. *A pátria e a flor: língua, literatura e identidade nacional no Brasil, 1840-1930*. Campinas, 2002. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas.

RODRIGUES, José Honório. The victory of the Portuguese language in colonial Brazil. In: HOWER, Alfred; PRETO-RODAS, A. Richard (Org.). *Empire in transition: the Portuguese world in the time of Camões*. Gainesville: Univ. of Florida, 1985.

SILVA, Antônio Morais e. *Dicionário da língua portuguesa recopilado*. 2. ed. Lisboa: Lacerdina, 1813.

SILVA, Eduardo; REIS, João José. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SILVA, Inocência Francisco da. *Dicionário bibliográfico português*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1860.

_____. _____. Lisboa: Imprensa Nacional, 1893.

SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. *História da literatura brasileira e outros ensaios*. Organização, apresentação e notas de Roberto Acízelo de Souza. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional: Zé Mário Ed., 2002.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2004.

SÜSSEKIND, Flora. O escritor como genealogista: a função da literatura e a língua literária no romantismo brasileiro. In: PIZARRO, Ana (Org.). *América Latina: palavra, literatura e cultura*. São Paulo: Memorial; Campinas: Ed. da Unicamp, 1994.

VARNHAGEN, Francisco A. de. *História geral do Brasil antes de sua separação e independência de Portugal*. 3ª. ed. integral. São Paulo: Melhoramentos, 1854-1857.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história: Foucault revoluciona a história*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982.

_____. *O inventário das diferenças*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. A história conceitual. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Org.). *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1988.

Falas e cores: um estudo sobre o português de negros e escravos no Brasil do século XIX

Tania Alkmim¹

Um texto exemplar: *O preto e o bugio* (1789)

Integrados à sociedade portuguesa desde os finais do século XV, os africanos aparecem como personagens em produções culturais (em autos, peças, por exemplo) já no início do século XVI. Assim é que no *Cancioneiro geral* de Garcia de Rezende, publicado em 1516, encontram-se composições literárias que apresentam personagens negros, caracterizados pelo uso de uma variedade de português particular, cheia de erros e deformações: a composição de Fernão Silveira (provavelmente de 1445), em que o rei de Serra Leoa faz uma elocução na celebração do casamento de uma princesa portuguesa, e a de Henrique da Mota (provavelmente, do início de século XVI), conhecida como *Pranto do clérigo*, que consiste em um diálogo conflituoso entre um padre e sua escrava africana, acusada de quebrar uma pipa de vinho. O negro como tipo cômico, preguiçoso, ingênuo, dado a furtos, pouco inteligente, usuário de uma variedade de português “estropiado”, surgiu em Portugal e fez história na tradição literária portuguesa, tendo permanecido vivo até o século XIX em obras de caráter popular como comédias, entremezes e almanaques.² A variedade de português posta na boca de tais

¹ Professora associada do Departamento de Linguística, no Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp. Integra os projetos: 1) "A Participação das Línguas Africanas no Português Brasileiro" (Capes/Cofecub/511/05); 2) "Para a História do Português Paulista" (Projeto Caipira) – projeto temático de equipe/Fapesp.

² Ver, a respeito, TINHORÃO, J. Ramos. *Negros em Portugal: uma presença silenciosa*.

personagens negros, que ficou conhecida como *língua de preto*, foi alvo de interesse de estudiosos como Carolina de Michaëlis de Vasconcelos, Wilhelm Giese, Leite de Vasconcelos, Jacques Raimundo, Paul Teyssier e Anthony J. Naro. Algumas peças de Gil Vicente e de Chiado deram vida a personagens africanos no século XVI e constituem bons documentos da chamada *língua de preto*.³ Inspirada na tradição portuguesa, a literatura espanhola dos séculos XVI e XVII produziu algumas obras com personagens cômicos, que se expressavam em linguagem *bozal* – isto é, em uma variedade de espanhol marcadamente distorcido – entre as quais se destacam peças teatrais de Rodrigo de Reinosa, Diego Sanchez de Badajos e Lope de Vega, como mostram os trabalhos de Kurlat, Chasca, Granda, Leturio e Lipski.

Entre os variados textos da tradição portuguesa, produzidos entre os séculos XVI e XIX, vale a pena destacar um folheto de cordel, aparecido em 1789, intitulado *Historia curiosa e engraçada do preto e do bugio ambos no mato discorrendo sobre a arte de ter dinheiro sem ir ao Brasil*.⁴ Trata-se de um diálogo entre um bugio e um escravo africano, que fugiram de seus senhores e se refugiaram nas matas brasileiras. Nesse diálogo, o bugio, por ter pertencido a um sábio, mostra-se ilustrado, iluminado pela filosofia rousseauiana. É o bugio quem tira o negro da sua condição de bruto, convencendo-o de que a natureza é pródiga e benfazeja a todos os seres, os quais, com seus talentos, através do trabalho e munidos de liberdade, podem ser felizes. Segundo o bugio-filósofo: “A natureza destinou o homem para a felicidade: por conseguinte concedeu-lhe os meios para ser feliz.”⁵ E, para tanto, basta seguir duas regras básicas de modo a garantir a obtenção de dinheiro em seu próprio país “sem ir buscar a sepultura nas ondas do mar, ou debaixo das abóbodas das minas.”⁶

³ Peças de Gil Vicente: *Frágoa de amor* (1524), *Nau de amores* (1527) e *Clérigo da Beira* (1529/1530); peças de Chiado: *Prática das oito figuras* (cerca de 1550), *Auto da natural invenção* (cerca de 1550) e *Auto das regateiras* (cerca de 1570).

⁴ A edição utilizada no presente trabalho é a de 1816, que tem como título *O preto, e o bugio ambos no mato discorrendo sobre a arte de ter dinheiro sem ir ao Brasil. Diálogo, em que o bugio com evidentes razões convence ao preto sobre a verdade desta proposição*. A edição de 1789 é citada por TINHORÃO, J. Ramos. *Negros em Portugal: uma presença silenciosa*.

⁵ O PRETO, e o bugio ambos no mato discorrendo sobre a arte de ter dinheiro sem ir ao Brasil, p. 16.

⁶ *Ibid.*, p. 9.

“Seguir o gênio, e cultivar os talentos de que o adornou a Natureza.” e “Evitar os excessos da prodigalidade, e também da avareza.”⁷ A assimetria evidenciada pelos papéis de mestre e de aprendiz se traduz no plano lingüístico pelo uso de variedades de português absolutamente distintas: o português “perfeito” do bugio e uma espécie de algaravia do negro. Uma pequena mostra dessas falas pode ser vista no trecho abaixo, que reproduz a abertura do diálogo:⁸

Preto: Agola si: já nem Siolo, nem os fio da puta dos fio, e do muier, nem os roça, nem os mina, nem quanto diabrula ha, fará afluçon aos Pleto... Ma os mato bore, e os vento non fá buia! Non seie ere mia Siolo, que veia por ahi suraparo a por-me os man, e os boa vontare! Mim ergue os cabeça, e arregaia os oia lá pla dentro dos mato, e vê outros Pleto, e non mi palece Pleto! Quem sá vozo, e que plocura pola qui?

Bugio: Eu sou hum vivente, como tu, nascido, e criado nestes bosques.

Preto: que maravia! Vozo mi palece huns Pleto pequeno, nasciro como mim lá nos Cóssa ra Mina: nos fala, nos mam, nos oreia, nos cabeça, nos oia... ma sá muy caberuro, e non sei, que riabo de feitio, e clecença ter vozo nos cabamento do costa!

Bugio: Pois aqui verás, que não Preto como tu, ainda que fosse nascido na tua mesma patria.

Vemos, aí, no trecho selecionado, exemplos de marcas indicativas do caráter ‘desviante’ da variedade de português falado por negros, observadas no conjunto de obras portuguesas. Assim é que personagens negros de Gil Vicente e de Chiado, ambos do século XVI, de um entremez anônimo de 1658 – *Entremez do negro mais bem mandado*,⁹ de comédias do século XVIII como *A beata fingida* de 1774 e *O contentamento dos pretos por terem a sua alforria*, de 1787, ambas anônimas, e de almanaques,

⁷ Ibid., p. 9.

⁸ Ibid., p. 3.

⁹ Apud TINHORÃO, J. Ramos. *Negros em Portugal: uma presença silenciosa*.

como *Plonostico culioso, e lunario pala os anno de 1819* (anônimo)¹⁰ e de operetas do século XIX como *O processo do rasga*,¹¹ de Jorge Venâncio, de 1879, apresentam, entre outras, marcas lingüísticas como as observadas em *O preto e o bugio*:

Marcas fonéticas:

- [l] em lugar de [r]: agola, diabrula, ere, parece, pleto, plocula, clecença
- [r] em lugar de [l]: bore
- iotização: fio, muier, maravia, buia
- redução de ditongos: afiçon, man
- desnasalização: si
- [r] em lugar de [d]: vontare, nasciro, riabo, ra
- paragoge: Siolo, vozo
- assimilação: Cossa (Costa) ra (da) Mina
- aférese: cabamento (acabamento)

Marcas gramaticais:

- flexão de número marcada apenas no determinante: nem os fio da puta, os mato
- concordância de gênero incorreta: do muier, mia Siolo, os oia (olhos)
- ausência de concordância sujeito verbo: ma os mato bore (bolem), os vento non fá (fazem) buia (bulha)
- pronome pessoal tônico em função de sujeito: Mim ergue os cabeça
- a forma sá equivalente ao verbo ser: Quem sá (sois) vozo?, ma sá (sois) muy caberuro (cabeludo).

A língua de preto, em parte caracterizada em *O preto e o bugio*, antes de mais nada, representa a contraparte lingüística da imagem do negro na sociedade portuguesa. Em Portugal, como em todas as regiões que utilizaram a mão-de-obra escrava, o negro foi associado à inferioridade biológica, cognitiva e cultural. Do ponto de vista lingüístico, um exame superficial

¹⁰ Ibid.

¹¹ Ibid.

dos dados da *língua de preto* nos faz reconhecer, de imediato, a natureza estereotipada da representação da fala de negros. É clara a intenção de ressaltar a origem estrangeira dos negros através do uso de construções gramaticais e de pronúncia incorretas. O negro, como tantos outros tipos populares – ciganos, judeus, camponeses, provincianos – foi alvo do olhar preconceituoso e discriminador, que selecionava e estereotipava seus traços característicos. Mas teriam tais representações estereotipadas alguma relação com a realidade lingüística de negros em Portugal? Um exame do que ocorreu no Brasil nos ajuda a discutir essa questão.

Fantasia ou realidade?

A ausência de registros históricos sobre a realidade lingüística de negros e escravos no Brasil é um fato notável. Muitos e variados aspectos da história dos africanos e seus descendentes no Brasil têm sido objeto de pesquisas e assim transformado a compreensão da sociedade brasileira. Mas pouco sabemos sobre as práticas lingüísticas. Nas fontes históricas mais tradicionais (por exemplo, cronistas, viajantes, historiadores), encontramos registros esparsos, informações pouco detalhadas. Nesse contexto, foi extremamente produtivo buscar o testemunho de fontes literárias no Brasil. Mas não podemos deixar de assinalar as limitações e restrições que toda fonte escrita apresenta em relação à representação de uma oralidade original. Embora as fontes literárias não forneçam dados indiscutíveis, sugerem pistas e indícios que não podemos desprezar.

No Brasil, os primeiros exemplos de uma caracterização lingüística particular de personagens negros e escravos foram encontrados em duas peças de Martins Pena – *Os dous* ou *O inglês e o maquinista*, de 1842, e *O cigano*, de 1845. Mas, ao longo do século XIX, muitos autores de teatro e de prosa de ficção procuraram construir seus personagens negros e escravos com a ajuda de marcas lingüísticas que assinalavam o caráter ‘desviante’ de suas falas em relação à fala de personagens

brancos.¹² Nesse sentido, podemos citar José de Alencar, Joaquim Manuel de Macedo, França Júnior, Artur Azevedo, Bernardo Guimarães, José do Patriocínio, Júlio Ribeiro e Machado de Assis. Como exemplos ilustrativos, apresentamos trechos de algumas obras:

– Pai Francisco: escravo doméstico africano, velho, residente em zona urbana, personagem da peça *Os extremos*, de Aníbal Teixeira de Sá, 1866:

Eh! Eh! ... Balanco nô tem qui fazê, é mandingueiro. Zicrive, zarabisca e tá rizendo, e tá farando! Óia lá! ... Balanco é o riabo ... fitiçaria tá i! ... (Ato 3, cena I.)

– Domingos: escravo negro, adulto, residente em uma fazenda no interior do Rio de Janeiro, personagem da peça *Como se fazia um deputado*, de França Júnior, de 1882:

Eh! Eh! Domingos não é negro novo. Eu já não tem votado tantas vezes? (Ato 2, cena II.)
Meu sinhô; se vosmecê nos dá licença, nós vem saudar também sinhozinho com a nossa festa. (Ato 3, cena XII.)

– Marcolina: mucama (escrava doméstica), residente em zona rural do Rio de Janeiro personagem da peça *Abel, Helena*, de Artur Azevedo, de 1877:

Seu Pantaleão, Seu Pedrinho, aqueles dois estudante da cidade, aqueles dois lojista da rua do Imperadô, e que andam sempre cumo unha com carne, e mais um punhado deles. Tá tudo na sala, e vossem'cê metida na sala do engomado, no lugar das pre-tas... (Ato 2, cena II.)

¹² É fato que nem todos os personagens negros e escravos do século XIX são representados com uma fala incorreta ou distorcida.

Teriam os autores brasileiros copiado os portugueses? Ou inventaram um “português de negros”? Ou suas representações lingüísticas tomaram como base as práticas reais de negros e escravos?

A propósito da questão da verossimilhança ou não da representação literária da fala de negros e escravos no Brasil, é muito oportuno revisitar a famosa polêmica entre Joaquim Nabuco e José de Alencar, travada pelo jornal, em 1875. Em meio às pesadas críticas feitas em relação à qualidade da produção literária de Alencar, Nabuco focaliza a linguagem do personagem Pedro – um moleque, isto é, um escravo jovem – da peça *Demônio familiar*, de 1857. Nabuco assim se expressa:

A primeira acusação que eu faço ao *Demônio familiar* é de que essa comédia *de costumes* não conta a vida de nossa sociedade, mas a deprime e desmoraliza a nossa família, sem mesmo ter o mérito da verdade. Pedro não é um tipo conhecido; não há entre os negros criados no seio das famílias do país um só que fale essa língua inventada pelo Sr. J. de Alencar, com a mesma paciência com que inventou o seu dialeto tupi. Ninguém ainda ouviu o singular idioma áfrico-português que fala o *Demônio familiar*.

Pedro

É já; não custa! Meio dia, nhanhã vai passear na rua do Ouvidor, no braço de marido. Chapeuzinho aqui na nuca; peitinho estufado; tundá arretando só. Assim moça bonita! Quebrando debaixo de seda, e a saia fazendo xô, xô, xô! Moço, rapaz deputado, tudo na casa do Desmarais de luneta no olho: ‘Oh! Que paixão...’ O outro já: ‘V. Exa. Passa bem.’ E aquele homem que escreve no jornal tomando nota (este era provavelmente o Sr. J. de Alencar, que à maneira dos grandes pintores retrata-se sempre em suas obras, para meter nhanhã no folhetim!).¹³

¹³ Apud COUTINHO, Afrânio (Org.). *A polêmica Alencar-Nabuco*, p. 105.

Em seguida, Nabuco acrescenta:

Essa linguagem de telegrama não é falada entre nós; mas se o fosse, ainda não teria o direito de passar da boca dos *clowns*, pintados de preto, dos nossos circos para a dos atores. O negro, nascido no país e criado na família do senhor, como esse Pedro, que teve a mesma educação dos filhos da casa, não suprime assim o artigo e não fala uma língua que nos parece bárbara. Falasse-a porém, ela não devia ser repetida em cena. Já é bastante ouvir nas ruas a linguagem confusa, incorreta dos escravos; há certas máculas sociais que não se devem trazer ao teatro, como nosso principal elemento cômico, para fazer rir.¹⁴

Alencar, em sua resposta, também não se mostra ameno em relação à pessoa de Nabuco, e no que diz respeito à questão da linguagem, reafirma a verossimilhança da sua representação lingüística. Nas palavras de Alencar:

Pedro é pura e simplesmente uma cópia no que se refere à linguagem, não aos fatos que são de mera fantasia. Há muito quem ainda conheceu o original, no tempo de sua garrulice infantil, e eu ao escrever estas linhas, apesar dos faniquitos do Sr. Nabuco, sinto molhar-me as pálpebras uma lágrima de saudade por aquele bom companheiro de minha adolescência que tantas vezes nas longas e frias noites de São Paulo, deliu-me o tédio e tristeza com a sua palrice jovial, como o trinado de um passarinho. Morreu a tempo de não ver negada a sua existência, e qualificada de invenção a sua linguagem pitoresca aliás falada com pequena diferença por todos os garotos fluminenses de sua idade, brancos, ou pretos.¹⁵

¹⁴ *Ibid.*, p. 106.

¹⁵ *Ibid.*, 122-123.

Como veremos adiante, o testemunho de Alencar se revela digno de confiança.

A representação lingüística de negros e escravos na literatura brasileira do século XIX¹⁶

O exame de dados coletados na literatura brasileira do século XIX (peças de teatro e prosa de ficção), que envolvem personagens negros e escravos, nos permite perceber de imediato, que a representação lingüística destes contrasta com a de personagens brancos. Vemos, assim, que os negros e escravos são caracterizados por um conjunto de marcas que os singulariza e os distancia dos brancos. Como observado em relação à tradição portuguesa, os negros e escravos brasileiros se expressam em uma variedade de português cheia de erros e imprecisões. Em um segundo momento, vemos que os dados apontam também para uma nítida distinção entre a representação lingüística de personagens africanos e de crioulos (escravos e negros nascidos no Brasil), independente de serem livres ou escravos. Ou seja, se de um ponto de vista global, havia uma oposição primária entre um “português de brancos” e um “português de negros”, havia também uma oposição secundária entre um “português de africanos” e um “português de crioulos”. Mais precisamente:

- africanos e crioulos apresentam marcas lingüísticas comuns;
- africanos apresentam marcas lingüísticas privativas, não observáveis nos personagens crioulos.

Consideremos alguns exemplos das principais marcas lingüísticas acima referidas:

Marcas lingüísticas comuns a crioulos e africanos:

¹⁶ Os dados aqui referidos são resultado do meu projeto de pesquisa de pós-doutorado “Linguagem de negros e escravos: um estudo a partir da literatura brasileira do século XIX”. Todas as obras consideradas envolviam personagens negros e escravos, que usavam uma variedade de português distinta daquela usada por personagens brancos.

– Fonéticas: apócope (quebrá, qué, majó, azá, jorná, agradave), iotização (óia, canaia); fechamento do timbre de vogal em sílabas pretônica, átonas finais e em monossílabos (piquinina, minti, desgraça, podi, qui, mi); aférese (tá, cunteceu, trapalhado); metátese (pruquê, primita, cravão).

– Gramaticais: forma subjetiva do pronome em função de objeto (encontrei ela, Siá Dona mandou nós); ausência de artigo (Marido já tinha morrido, Moleque está fino no namoro); concordância de número marcada apenas no determinante (cinco vassoura, meus filho); ausência de concordância verbal (nós agora vai ajustá conta, meus filho tudo também fica livre?).

Marcas lingüísticas privativas de africanos:

– Fonéticas: [r] em lugar de [d] (rizendo, riabo); [l] em lugar de [r] (fando, ronge); r ‘fraco’ em lugar de r ‘forte’ (tera, moreu); [z] em lugar de [ʒ] (Zoaquim, hozi); paragoge (mazi, cruzo); prótese do segmento zi (zincontrô, zere).

– Gramaticais: concordância de gênero incorreta (numa campo, sua pai, esse gente); concordância verbal de primeira pessoa incorreta (eu vai, eu toca).

Como no caso português, vemos que os africanos são representados como usuários de uma variedade de português bem distanciada daquela falada por brancos, que os identifica como estrangeiros: sua “pronúncia” e suas frases os tornam quase incompreensíveis. Quanto aos crioulos, a representação parece incidir sobre marcas fonéticas e gramaticais que os caracterizam como falantes de um “mau português”, diferente do português dos brancos, próprio a indivíduos grosseiros, socialmente inferiores.

Os dados considerados até aqui, obtidos em um conjunto de obras literárias do século XIX, nos permitiram esboçar um quadro em que negros e escravos como um todo se distinguiriam lingüisticamente dos brancos, e que, tomados como um grupo, internamente, apresentam comportamentos lingüísticos diferenciados.

“Português de brancos” e “português de negros” no Brasil do século XIX? Foi preciso redimensionar o olhar sobre a questão da representa-

ção lingüística, e também buscar novas fontes de dados para perceber que essa oposição, na verdade, era redutora e simplista.

Um novo olhar

Duas ordens de fatos concorreram para que a visão de uma oposição entre um “português de brancos” e um “português de negros” fosse ultrapassada:

- a consideração de obras literárias do século XIX que incluíam personagens brancos, pouco ou não escolarizados, originários de zona rural;
- a sistematização de informações históricas do século XIX que apontam características lingüísticas, de natureza fonética e gramatical, de variedades regionais e sociais da época.

Embora não tenha sido possível examinar um número significativo de obras literárias que procuraram representar lingüisticamente personagens populares, pouco ou não escolarizados e originários de zona rural, a pequena mostra considerada forneceu dados muito interessantes. Observemos, inicialmente, trechos de duas peças de França Júnior:

- Matias Novais, capitão de cavalaria, 50 anos, originário de Alagoas, residente no Rio de Janeiro, personagem da peça *O defeito de família*, de 1871:

- Pornuncia lá isso, mas com toda vagareza. (Cena III.)
- Tens razão; com uma mulher de tua orde e um criado destes pode-se passar a vida de braços encruzados. (Cena III.)
- [...] Vinha uns cadetinhos no bôndio dos fumantes, já se sabe
- charutinho na boca, e nada de me tirarem os chapéus, apesar de eu estar fardado e trazer as competentes divisa. Eu viro-me para eles e digo com certo ar de ironia: Senhores cadetes, como vai?... (Ato 2, cena VIII.)

- Gregório: doente, originário da zona rural, que veio ao Rio de Janeiro consultar-se com uma médica, personagem da peça *As doutoras*, de 1889:

- Uê gentes! Tinham-me dito lá na roça que era uma muié véia e feia. Ora essa! ... (Ato 2, cena VIII.)

– ... Tarvez ela te dê vorta. E aqui estou eu nas mão da sinhá dona. (Ato 2, cena VIII.)

Observemos ainda outros dados:

– Aluísio Azevedo, em *Casa de pensão*, de 1884, assim descreve um personagem, natural do Maranhão: “Era um velho de sua província, muito falador de política, apaixonado pelas eleições, pelos conservadores, mas que, nem à mão de Deus Padre, pronunciava os rr e os ss e dizia: ‘Os partido liberá, os senadô’ e outras barbaridades.”¹⁷

– No conto “Praça de escravos”, de Valentim Magalhães (1886), o personagem Barroso – ruivo – traficante de escravos, diz: “Mas, então, vamos ver a gente. Eu sem ver ela não remato.”; “– O que ele tem é iteriça.”¹⁸

– Na peça *A mascote na roça*, de Artur Azevedo, de 1882, um coronel e um major, residentes na zona rural do Rio de Janeiro, assim se expressam: “[...] Se esta mulata é uma mascote de verdade, e se meu irmão me manda ela, não cedo.” (major, ato 2, cena VI); “[...] Previno aqui minha mulher que trate ela com todo carinho [...]” (coronel, ato 2, cena VIII). Vemos, nos trechos apresentados, algumas marcas lingüísticas que também aparecem nas representações da fala de negros e escravos, e, particularmente, na fala de crioulos. Por exemplo:

– Metátese, como em “pornúncia”; redução de ditongo como em “orde” (ordem), “iteriça” (icterícia); iotização, como em “muié véia”; [r] em lugar de [l], como em “tarvez”, “vorta”; apócope, como em “liberá”, “senadô”; aférese, como em “remato” (arremato); concordância de número apenas no determinante, como em “os chapéu”, “nas mão”, “os partido liberá”; forma subjetiva do pronome em função de objeto, como em “ver ela”, “se meu irmão me manda ela”, “que trate ela”; ausência de concordância verbal, como em “Senhores cadetes, como vai?”.

São esparsas e nada sistemáticas as observações de natureza lingüística que alguns comentadores, estudiosos e intelectuais do século XIX fizeram sobre a língua do seu tempo, mas são de grande interesse. Assim é que Serafim da Silva Neto nos fornece as seguintes informações:

¹⁷ AZEVEDO, Aluísio. *Casa de pensão*, p. 168.

¹⁸ MAGALHÃES, Valentim. *Praça de escravos*, p. 49.

– Em 1819, o frei Francisco dos Prazeres comenta o português falado por indivíduos “rústicos” do Maranhão, dando exemplos como: apócope (pescá, feitô, má), iotização (mió, cuié), forma subjetiva do pronome em função de objeto (que eu cuidei ele), flexão nominal de número marcada apenas no determinante (das tua sezão, duas faca, muitas lembrança), ausência de concordância verbal (tu esteja).¹⁹

– Em 1820, o viajante francês Saint-Hilaire aponta, como característica da fala do Espírito Santo, a “supressão quase inteira do R final talvez adquirida dos negros e que deixa a pronúncia destes tão infantil e estúpida”.²⁰

– Em 1842, o frei Miguel do Sacramento Lopes Gama, no jornal *O Carapuceiro*, de Recife, critica a fala dos regionais de todas as classes sociais, apontando, entre outros, exemplos como: apócope (mandá, dormi, singular) e iotização (oreia, veiacó, cuié, muié).²¹

Em *O português do Brasil: textos críticos e teóricos (1820-1920)*, de Edith P. Pinto, de 1978, encontramos textos de autores do século XIX, que apontam algumas particularidades de variedades regionais e sociais brasileiras. São autores como: Paulino de Sousa (1870), José de Alencar (1874), Couto de Magalhães (1876), Teófilo Braga (1877), Batista Caetano (1881), Pacheco da Silva Jr. e Lameira de Andrade (1887) e Sílvio Romero (1888). Entre as muitas características apontadas pelos autores, encontramos aquelas já assinaladas anteriormente: metátese (percisão), iotização (muié), apócope (pió, casá, mé), aférese (maginar), concordância de número marcada apenas no determinante (as casa), forma subjetiva do pronome em função de objeto (vi ele).

É fato que um trabalho de pesquisa mais amplo, que reúna um número maior de dados, precisa ainda ser feito. Mas o que queremos destacar aqui é o fato de que há indícios seguros que apontam uma proximidade entre a fala de crioulos – livres ou escravos, negros ou mestiços – e a fala de brancos com pouca ou nenhuma escolaridade, originários

¹⁹ SILVA NETO, Serafim. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*, p. 81.

²⁰ *Ibid.*, p. 200.

²¹ *Ibid.*, p. 65.

de zona rural. Tal proximidade sugere um novo olhar sobre a realidade lingüística do Brasil do século XIX: crioulos não se destacaram lingüisticamente do conjunto da população brasileira. Mais precisamente, os crioulos, diferentemente dos africanos, estariam perfeitamente integrados à comunidade lingüística brasileira, como falantes de variedades lingüísticas não padrão ou populares, distintas das variedades faladas pelos grupos letrados, social e culturalmente dominantes – o “português de brancos”. Nesse sentido, o quadro sociolingüístico do Brasil do século XIX se organizaria em torno da oposição “português de letrados” e “português de não letrados”.

Referências bibliográficas

A BEATA fingida. Lisboa: Of. de Francisco Sabino dos Santos, 1774.

ALENCAR, José de. *Demônio familiar*. Rio de Janeiro: MEC, 1957. 1. ed. 1857.

ALKMIM, Tania. Um estudo sobre a representação da fala de negros e escravos no Brasil e em Portugal. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO DE CRIoulos DE BASE PORTUGUESA E ESPANHOLA, 2006, Coimbra. *Anais...* Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2006. p. 2-3.

_____. Itinerários lingüísticos de africanos e seus descendentes no Brasil do século XIX. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL ACOLHENDO LÍNGUAS AFRICANAS: linguagem e educação, 2006, Salvador. *Anais...* Universidade Estadual da Bahia, 2006.

_____. A fala como marca: escravos nos anúncios de Gilberto Freire. *Scripta*, Belo Horizonte, v. 9, n.18, p. 221-229, 2006.

ALKMIM, Tania; ALVAREZ, Laura. Registros da escravidão: as falas de pretos-velhos e de Pai João”. In: SEMINÁRIO DO GRUPO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO, 53., 2005, São Carlos. *Anais...* Universidade do Estado de São Paulo. v. 1, 461- 462.

AZEVEDO, Aluísio. *Casa de pensão*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1979. 1. ed. 1884.

AZEVEDO, Artur. A mascote na roça. In: _____. *Teatro de Artur Azevedo*. Rio de Janeiro: INACEN, 1985. 1. ed. 1882.

_____. Abel, Helena. In: _____. *Teatro de Artur Azevedo*. Rio de Janeiro: INACEN, 1985. 1. ed. 1877.

CHASCA, E. de. The phonology of the speech of the negroes in early Spanish drama. *Hispania Review*, Madrid, n.14, p. 322-339, 1946.

CHIADO, Antônio Ribeiro. *Autos de Antônio Ribeiro Chiado*. Edição preparada por Cleonice Berardinelli e Ronaldo Menegaz. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1968. v. 1.

COUTINHO, Afrânio (Org.). *A polêmica Alencar-Nabuco*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965.

FRANÇA Jr., Joaquim José. As doutoras. In: _____. *Teatro de França Jr.* Rio de Janeiro: MEC, SNT, Funarte, 1980. 1. ed. 1889.

_____. Como se fazia um deputado. In: _____. *Teatro de França Jr.* Rio de Janeiro: MEC, SNT, Funarte, 1980. 1. ed. 1882.

_____. O defeito de família. In: _____. *Teatro de França Jr.* Rio de Janeiro: MEC, SNT, Funarte, 1980. 1. ed. 1871.

GIESE, Wilhelm. Notas sobre a fala dos negros em Lisboa no princípio do século XVI. *Revista Lusitana*, Lisboa, n. 30, p. 251-257, 1932.

GRANDA, Germán de. *Estudios lingüísticos hispánicos, afrohispanicos y criollos*. Madrid: Gredos, 1978.

KURLAT, F.W. de. Sobre el negro como tipo cómico em el teatro español del siglo XVI. *Romance Philology*, Berkeley, v. 17, n. 2, p. 380-391, nov. 1963.

LETURIO, C. B. Las hablas de negros. Orígenes de um personaje literario. *Revista de Filología Española*, Madrid, n. LXIX, p. 311-333, 1989.

LIPSKI, John M. Perspectiva sobre el español *boza*. In: PERL, Matthias; SCHEWGLER, Armin (Org.). *América negra: panorámica actual de los estudios lingüísticos sobre variedades hispanas, portuguesas y criollas*. Madrid: Iberoamericana, 1998. p. 294-327.

MAGALHÃES, Valentim. Praça de escravos. In: _____. *Vinte contos*. Rio de Janeiro: A Semana, 1886.

MENDES, Miriam G. *A personagem negra no teatro brasileiro*. São Paulo: Ática, 1982.

NARO, Anthony J. A study on the origins of pidginization. *Language*, Washington, v. 54, n. 2, p. 314-347, 1978.

O CONTENTAMENTO dos pretos por terem a sua alforria. Lisboa: Of. de Domingos Gonsalves, 1787.

O PRETO, e o bugio ambos no mato discorrendo sobre a arte de ter dinheiro sem ir ao Brasil. Diálogo, em que o bugio com evidentes razões convence ao preto sobre a verdade desta proposição. Lisboa: Imprensa Régia, 1816. 1. ed. 1789.

PENA, Luís Carlos Martins. Os dous ou O inglês e o maquinista. In: _____. *Obras completas de Martins Pena*. Rio de Janeiro: MEC: INL, 1956.

_____. O cigano. In: _____. *Obras completas de Martins Pena*. Rio de Janeiro: MEC: INL, 1956.

PINTO, Edith P. *O português do Brasil: textos críticos e teóricos*. São Paulo: Edusp, 1978. v. 1.

RAYMUNDO, Jacques. *O elemento afro-negro na língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Renascença, 1933.

REZENDE, Garcia de. *Cancioneiro geral*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1917. 1. ed. 1516.

SÁ, Aníbal Teixeira de. *Os extremos*. Rio de Janeiro: Tip. de J.A. Charega, 1866.

SAYERS, Raymond S. *O negro na literatura brasileira*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1958.

SILVA NETO, Serafim. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Presença, 1950.

TEYSSIER, Paul. *La langue de Gil Vicente*. Paris: Klincksiek, 1959.

TINHORÃO, J. Ramos. *Os negros em Portugal: uma presença silenciosa*. Lisboa: Caminho, 1997.

VASCONCELOS, Carolina Michäelis de. *Notas vicentinas*. Lisboa: Ed. da Revista do Ocidente, 1949.

VASCONCELLOS, José Leite de. Língua de preto num texto de Henrique da Mota. In: *Estudos de filologia Portuguesa*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1961. p. 307-312. 1. ed. 1932.

VICENTE, Gil. *Compilaçam de todas as obras de Gil Vicente*. Introdução e normalização do texto de Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1983. v. 2.

Espaços de normatização do português brasileiro: professores e alunos nas aulas de primeiras letras, na Corte e no Recife, em meados do século XIX

Adriana Maria Paulo da Silva¹

O objetivo central deste trabalho será demonstrar a diversidade social e racial do público discente e docente que freqüentou e atuou nos espaços públicos e privados de instrução primária da Corte Imperial e da cidade do Recife durante a primeira metade do século XIX.

Minha argumentação central sustentará que estes espaços de normatização do português no Brasil – durante o período em questão, nas cidades pesquisadas – não estiveram restritos às elites nacionais sob qualquer ponto de vista e que, diferentemente de proposições clássicas da historiografia sobre o Brasil do Oitocentos, abrigaram meninos livres, inclusive forros, que puderam, por diversas razões, ingressar nesses espaços.

Os registros com os quais venho trabalhando me possibilitam sustentar as seguintes afirmações:

a) Na Corte Imperial e na província de Pernambuco, durante a primeira metade do século XIX, época do auge da instituição escravista, a prática do ensino particular de primeiras letras, para meninos e para meninas, tornou-se uma atividade social e politicamente disputada por vários segmentos sociais, na condição de docentes e discentes;

¹ Graduada em História e mestre em Educação pela UFF, doutora em História pela UFPE. É professora adjunta da UPE, no curso de Licenciatura em História do Campus de Nazaré da Mata. Integra as pesquisas: 1) sobre a Escola de Ensino Mútuo do Recife; 2) sobre a emergência e a natureza das exigências profissionais veiculadas pelo *Jornal do Commercio* e pelo *Diário de Pernambuco*, nos anúncios de emprego da cidade do Recife no pós-abolição.

- b) Os espaços públicos de escolarização masculinos, na Corte e no Recife, destinados ao ensino/aprendizado de primeiras letras e desvinculados do aprendizado de ofícios específicos, foram freqüentados por meninos livres de todas as cores na condição de discentes;
- c) O funcionamento dos espaços públicos de instrução primária, em Pernambuco, durante o período em questão, esteve sempre na dependência das disputas políticas locais, nas quais se envolveram docentes, autoridades do governo, políticos e comunidades.

Entre as pesquisas e o senso comum

Os historiadores brasileiros, tradicionalmente, não se interessaram muito pela temática da educação nos anos anteriores à década de 30 do século XX. São várias as razões deste desinteresse e não nos deteremos neste assunto. Contudo, importa assinalar que, até os dias que seguem, poucos são os pesquisadores interessados em pesquisar as temáticas educacionais no Setecentos e no Oitocentos. Não obstante esta constatação, identifiquei dois trabalhos basilares, freqüentemente citados por historiadores que os têm utilizado em prol de argumentações sobre várias questões: a precariedade das práticas de escolarização no Oitocentos; a forte hierarquização social e a situação de carência material às quais estavam submetidas populações não-brancas (notadamente as populações negras ou afro-descendentes) em todo o tipo de prática social ocorrida no período; e a importância destas populações (demograficamente superiores e onipresentes na maioria das regiões) para a disseminação da língua atualmente compartilhada pela imensa maioria dos habitantes do país.

O primeiro destes trabalhos é o clássico *Ser escravo no Brasil*, da professora Kátia M. de Queirós Mattoso, responsável pela formação de, no mínimo, três gerações de historiadores e pesquisadores da história do Brasil, no Brasil e no mundo, que assim escreveu:

A educação escolar do escravo é totalmente proibida no Brasil e os próprios forros não têm o direito de freqüentar aulas. Esta proibição será mantida durante toda a época da escravidão, mes-

mo durante a segunda metade do século XIX, em plena desagregação do sistema servil.²

Esta afirmação, de fato, nos dias de hoje, não causa espécie a quase ninguém e, de uma maneira específica, foi incorporada por alguns setores de certo tipo de militância política: negros, livres ou escravos, não podiam freqüentar aulas enquanto esteve vigente a escravidão. Há mesmo algumas pessoas que, diante desta afirmação, ironicamente, dirão: que grande novidade!

Voz corrente e senso comum é esta perspectiva segundo a qual, durante a escravidão, a cor era o fator determinante de quase todo o tipo de prática social ocorrida no mundo escravista. As coisas daquele passado são facilmente compreendidas, em linhas gerais, da seguinte maneira: os “brancos podiam tudo” e eram privilegiados “em tudo”; enquanto os “negros” – quando não são imediatamente considerados como sinônimos de “escravos” (e como tais desprovidos de toda e qualquer possibilidade e dignidade) –, ou não “podiam nada”, ou não faziam nada além de agüentar a exploração e o massacre dos “senhores”, expressão comumente considerada como sinônimo de “brancos”. Em resumo, a “brancura” é comumente associada à liberdade, ao senhorio, à riqueza e ao poder, e a “pretidão” ao cativo, à miséria e à fraqueza.

Outra perspectiva, defendida por uma pesquisadora responsável pela formação de vários historiadores da educação e da infância, bastante popularizada e difundida entre a militância política e os meios acadêmicos no Brasil, pode ser exemplificada no seguinte trecho:

No século XIX, a alternativa para os filhos dos pobres não seria a educação, mas sua transformação em cidadãos úteis e produtivos na lavoura, enquanto os filhos de uma pequena elite eram ensinados por professores particulares.³

² MATTOSO, Kátia Queirós. *Ser escravo no Brasil*, p. 113.

³ DEL PRIORE, Mary. *História das crianças no Brasil*, p. 10.

Segundo esta perspectiva – que também não parece apresentar novidade –, as escolas em geral foram, até bem pouco tempo, um espaço freqüentado basicamente pelas elites, e a educação particular foi uma prática distintiva de pessoas de posses.

Os resultados das pesquisas que venho fazendo nos últimos anos, bem como trabalhos referentes à historicidade de várias províncias do Império do Brasil têm seguido, de diferentes maneiras, na contramão destas “tradições”⁴ e apontam para o fato de que as interdições raciais ou sociais às práticas de escolarização sofridas por populações não-brancas e pobres, muito embora tenham ocorrido (e isso é inegável), não o foram de modo definitivo.

Este texto privilegiará a exposição de alguns resultados das pesquisas nas quais tenho trabalhado, apresentando dados e casos referentes à Corte Imperial, ao Recife e à província de Pernambuco durante a primeira metade do século XIX.

As aulas particulares do Recife e da Corte durante a primeira metade do século XIX

Em comparação à quantidade de registros referentes às aulas e escolas públicas no período, raros são os registros referentes às aulas e escolas particulares em ambas as cidades. Faz-se necessária, portanto, uma explicação a este respeito.

Mario Sette, no seu livro *Arruar*, referindo-se ao Recife, argumentou ter sido comum a busca pelo anonimato por parte dos professores e professoras particulares da cidade, em função da “arraigada e imperiosa prevenção contra o exercício de funções remuneradas” e em função dos temores às críticas públicas a respeito da competência dos mesmos. Ratificando sua argumentação, apresentou três exemplos de anúncios de jornais, sem títulos nem datas, nos quais professores ofereceram seus

⁴ Cf. publicações de Adriana Maria Paulo da Silva, Cynthia Greive Veiga, Marcus Vinícius Fonseca, Maria Cristina Soares de Gouvêa.

serviços, mantiveram o sigilo de seus nomes e anunciaram um endereço para contato dos possíveis interessados.⁵

Concordo com Sette. E sustento que, além daquele presumível orgulho, presente ao longo do XIX, houve uma grande resistência daqueles profissionais ao crescente enquadramento que lhes foi sendo imposto pelas autoridades governamentais desde o século XVIII. Tal enquadramento ocorreu por meio da determinação e da cobrança dos atributos pessoais e profissionais necessários ao magistério, da definição dos conteúdos a serem ministrados, do público para o qual poderiam ou não lecionar ou mesmo da cobrança de tributos para o exercício autônomo daquele ofício.⁶

Via de regra, aqueles profissionais, principalmente os mais modestos, resistiram às ações legais de controle, uniformização, regulamentação e taxaço impostas pelas autoridades governamentais encarregadas de dirigir e fiscalizar a instrução pública em ambas as cidades, durante a primeira metade do século XIX. E como a imensa maioria dos registros atualmente preservados e disponíveis sobre a instrução pública neste período, tanto para Pernambuco quanto para a Corte, foram produzidos por aquelas autoridades (das quais aqueles profissionais, via de regra, queriam distância), são escassas as informações acerca de inúmeros aspectos relacionados às práticas privadas de educação e instrução nestas cidades.

Muito embora, do ponto de vista das regulamentações, o exercício efetivo do magistério público ou privado dependesse de comprovações documentais acerca da vida pessoal dos professores, são raríssimos os registros destas comprovações nos acervos pesquisados, em ambas as cidades e na documentação referente à província de Pernambuco em geral. Voz corrente nas documentações cotidianas da província de Pernambuco – trocadas entre as câmaras municipais, os fiscais de freguesias, os funcionários do governo provincial e os professores –, em quase todos os Relatórios dos presidentes de província de Pernambuco e em quase todos

⁵ SETTE, Mario. *Arruar: história pitoresca do Recife Antigo*, p. 290-291.

⁶ SILVA, Adriana Maria Paulo da. *Aulas, professores e comunidades no turbilhão da política: Pernambuco, século XIX*.

os Relatórios dos ministros do Império, até, pelo menos a década de 60 do século XIX, partilhada tanto por liberais quanto por conservadores, eram as reclamações a respeito da falta de informações concernentes ao magistério particular e às escolas particulares. E tamanho era o esforço feito pelos docentes para passarem despercebidos que os registros a respeito das suas práticas comumente dão conta de situações nas quais eram surpreendidos em algum tipo de delito pelas autoridades, ou de situações em que pleiteavam algo às autoridades governamentais. Nesta posição estiveram as senhoritas Balbina Firmina da Rosa e sua irmã, Maria Firmina da Rosa.

Ambas tinham, em 1856, uma aula para meninas numa das ruas do centro da cidade do Recife. Elas nunca tinham respondido aos chamados feitos pelas autoridades da província no sentido de identificarem, examinarem e conferirem suas atestações e títulos, conforme era obrigação de todos os professores e professoras particulares da cidade.

Acontece que as professoras precisaram mudar o endereço de sua aula e, para que seus prováveis clientes soubessem da mudança, resolveram anunciá-la pelo *Diário de Pernambuco*. Por causa do anúncio, elas receberam a visita do diretor-geral da Instrução, em seu novo endereço, cobrando-lhes as atestações que deveriam ter para exercer o magistério particular.

O diretor-geral vendo que, além de não terem os documentos necessários – fato menor, em sua opinião –, “as peticionárias falavam mal o português”, pretendeu logo fechar a aula. Mas, segundo ele “em atenção a serem as peticionárias duas senhoras, que não tinham 25 anos de idade, em casa de seus pais” resolveu dar-lhes mais 15 dias para obterem a licença. Passados os 15 dias, pediram ainda mais dois meses de prazo e o diretor lhes concedeu.⁷ Não fosse aquela desastrada estratégia de *marketing*, poderiam, talvez, passar a vida toda escondidas, como creio, centenas de professoras e professores particulares passaram. Não fosse também o seu “jogo de cintura”, teriam perdido, naquela ocasião, a escola onde podiam

⁷ APEJE – Série Instrução Pública – IP 9 (1856).

lecionar mesmo sem, provavelmente, dominar o português canônico, de acordo com os padrões do ilustrado diretor-geral da Instrução.

Em uma outra situação, salvo do tempo e do esquecimento, está o registro do caso da professora Maria Serafina. No Recife, Maria Serafina foi uma senhorita (porque solteira) de 54 anos de idade nos idos de 1851. Moradora da freguesia de São Frei Pedro Gonçalves (nome antigo do atual bairro do Recife), “vivia de ensinar meninas” na sua própria casa a “ler, escrever e contar as quatro operações aritméticas, doutrina cristã por catecismo aprovado nas aulas públicas, costuras e bordados”.⁸ Naquele ano, a recém-criada Diretoria da Instrução Pública de Pernambuco lançou um regulamento segundo o qual todos os professores e professoras particulares que quisessem continuar lecionando deveriam pleitear (e pagar) sua licença.⁹ Para isso deveriam apresentar os atestados de boa conduta do pároco do seu bairro, do juiz de paz da sua comarca, do chefe de polícia da sua cidade; deveriam apresentar atestados de idade (por meio da certidão de batismo); e por fim deveriam apresentar o programa de ensino, o horário de funcionamento e o perfil dos alunos das suas escolas.

Maria Serafina montou o seu dossiê e, por seu intermédio, pudemos saber que ela era uma “parda” (qualificada desta forma) nascida no Recife em 8 de outubro de 1797; descendente de uma família que, de acordo com a documentação, aparentava estar uma geração distante da experiência do cativoiro:

⁸ APEJE – Série Petições: Escolas Particulares (1851-1946), f. 13.

⁹ Tratou-se da lei de 12 de maio de 1851, cujo texto, infelizmente, já se encontrava perdido por ocasião das pesquisas de Primitivo Moacyr para a sua obra *A Instrução e as províncias* (v. 2, p. 496). Vale dizer que até o presente momento ainda não consegui encontrar o texto desta lei. De acordo com as várias referências a respeito das disposições presentes nesta lei na documentação pesquisada, ela parece ter se assemelhado, e muito, à lei nº 13 de 28 de março de 1835, promulgada pelo presidente Bernardo Pereira de Vasconcelos, na província de Minas Gerais. Nem Ruy Bello, no seu trabalho basilar, fez nenhuma referência a esta legislação (cf. BELLO, Ruy. *Subsídios para a história da educação em Pernambuco*). Além da criação da Diretoria Geral da Instrução e dos Círculos Literários, e da obrigatoriedade do ensino, esta lei tratou também de dividir as aulas elementares em dois graus e decidir pela necessidade de unificação das leituras feitas nestas escolas (cf. APEJE – Série Instrução Pública – IP 8 (1851), p. 56, 74, 187).

[...] filha legítima de Francisco Manoel Vieira e de sua mulher Balbina Joanna de São José, pardos forros naturais dessa freguesia. Neta paterna de Manoel Lourenço Netto, e de sua mulher Ana Joaquina do Carmo Vieira, naturais dessa freguesia, e pelo lado materno não declararam [...].¹⁰

Não sabemos quanto tempo durou o magistério de Maria Serafina e nem como ele acontecia, mas com relação às suas alunas, Maria Serafina declarou que eram “poucas meninas, entre estas algumas pobres [...]”.¹¹ Ainda ficam sem respostas questões do tipo: quem seriam aquelas “poucas meninas”? Quem eram as “não-pobres” que, em meio a uma oferta razoável de professoras particulares numa das maiores cidades escravistas do continente, preferiram estudar com uma professora parda, filha de forros? Quem ensinou à Maria Serafina? Quantas terão sido as meninas ensinadas por ela e por outras professoras semelhantes a ela? Não sei. Mas suponho que casos como o de Serafina fossem bastante comuns na cidade, senão vejamos.

No código da Série Instrução Pública referente ao ano de 1851¹² (ano do dossiê de Maria Serafina) foram encadernados, dentre outros, 112 pedidos para autorização do funcionamento de aulas, escolas, colégios e casas de educação por parte de 75 professores e 37 professoras particulares da cidade do Recife. Os pedidos de autorização partiram tanto dos professores e professoras já estabelecidos na cidade que reivindicaram o direito de “continuar no seu magistério”, quanto dos professores e professoras que almejavam ingressar no magistério, os quais, para isso, no mínimo, declararam seus nomes, o local ou o tipo de estabelecimento no qual pretendiam trabalhar, e as matérias que pretendiam lecionar. Coincidentemente, entre as 37 professoras, a única que não declarou o tipo de estabelecimento para o qual pedia autorização e nem as matérias que pretendia ensinar foi Maria Serafina. Caso o seu dossiê, junto com

¹⁰ APEJE – Série Petições: Escolas Particulares (1851-1946), f. 18.

¹¹ *Ibid.*, fl. 13.

¹² APEJE – Série Instrução Pública – IP 8 (1851).

apenas outros dois do mesmo ano, não tivesse sido preservado, nada mais saberíamos a seu respeito.

Inúmeros professores e professoras de primeiras letras, principalmente aqueles que lecionavam para as camadas mais populares, foram acusados por letrados de todo o tipo (autoridades governamentais, políticos, publicistas, etc.) de não possuir os conhecimentos “necessários” e nos níveis “adequados” para lecionar, conforme ocorreu com as irmãs Firminas, segundo a crítica do diretor. E, apesar da recorrência deste tipo de crítica nas fontes pesquisadas, nunca encontrei nenhum registro de fechamento de aulas ou escolas apenas por esta razão, durante a primeira metade do século XIX. O caso das irmãs Firminas, por exemplo, foi registrado pelo próprio diretor-geral da Instrução de Pernambuco e, segundo a sua versão, ele pretendeu fechar a aula das irmãs, mas não fechou. Em geral, as autoridades argumentavam que aquelas práticas, mesmo sendo consideradas precárias, eram preferíveis à não existência de aulas e escolas.

Por outro lado, aquelas práticas contavam também com amplo apoio popular: ainda não encontrei nenhum caso de denúncia, por parte de pais ou responsáveis, na Corte e na província de Pernambuco em geral, por causa especificamente destas razões. Encontrei registros de denúncias por outros motivos, mas não por estes.¹³ Neste sentido, creio, o magistério particular e popular, muito em função do apoio que recebia, não era uma atividade facilmente controlada pelos poderes públicos – também em construção no período – e também por esta razão constituiu-se numa prática que abriu possibilidades de vida e trabalho para significativas parcelas dos segmentos populares, tanto na qualidade de discentes, quanto de docentes.

A respeito da Corte, conforme afirmei, a quantidade de registros sobre os professores e aulas particulares da primeira metade do século XIX também é diminuta. Dentre aqueles, encontrei o relatório do diretor das Escolas de Primeiras Letras da Corte – Joaquim José da Silveira –, que havia sido pessoalmente encarregado (em caráter de urgência) pelo minis-

¹³ SILVA, Adriana Maria Paulo da. *Processos de construção das práticas de escolarização em Pernambuco...* (2006).

tro do Império, Joaquim Marcelino de Brito, em fins de 1846, de fazer um levantamento sobre tudo o que dissesse respeito à instrução pública e privada do município.¹⁴

Especificamente com relação ao ensino privado, o diretor Silveira dividiu as aulas e colégios em três classes. Na primeira classe estavam os que eram “muito bem freqüentados, com muitos pensionistas; que apresentavam uma multiplicidade de matérias; [...] que se encarregavam do primário e secundário com decência, regularidade, capacidade, asseio e estão localizados num ótimo local”. Estas escolas de “primeira classe” são aquelas conhecidas pelo senso comum, descritas pela literatura e associadas às elites.

As escolas de “segunda classe” foram simplesmente descritas como aquelas que teriam menos alunos, menos matérias e menos conforto em geral.

Com relação às escolas de “terceira classe”, tipo mais numeroso dentre as três classes, Joaquim Silveira disse serem elas as que “ou nada oferecem de interessante, ou não se podem mesmo qualificar, nem quanto ao ensino e capacidade de seus diretores e nem quanto ao seu arranjo e regime”. Disse ainda que, apenas para dar conta daquilo que ele mesmo viu – “sem querer avançar em conjecturas” –, em uma “escola ou colégio de meninas vi[u] admitidas alunas cativas de mistura com meninas brancas, e isto é [...] um grande abuso por todos os princípios [...]”. A diversidade das escolas, conforme este registro, corresponde à diversidade do público que as freqüentava, como docentes e discentes. Ou seja, a diversidade era a “regra”. Que meninas livres eram aquelas? Que meninas escravas eram aquelas? Como será que as professoras geriam a convivência entre elas? Quais eram, de fato, os seus aprendizados?

Alguns episódios ocorridos no Recife a este respeito nos ajudam a pensar sobre o lugar desta diversidade nos espaços escolares de ambas as cidades. Lá, em junho de 1833, segundo o fiscal da freguesia do bairro do Recife, funcionavam 17 aulas particulares (uma de latim, sete aulas masculinas de primeiras letras e nove aulas femininas) e três aulas públicas

¹⁴ ANRJ: IE 5 126 (1850-1851) – Fundo 93.

(uma aula de latim, três aulas de primeiras letras para meninos e apenas uma aula para meninas).¹⁵

Dentre as 10 aulas femininas do bairro (nove particulares e uma pública), quatro eram as mais bem freqüentadas, a saber: a aula da professora Ignez Maria da Conceição, com 34 alunos de ambos os sexos; a aula da professora Ângela Custódia Rufina do Sacramento, com 32 alunos de ambos os sexos; a aula pública da professora Jesuína Cândida Monteiro de Andrade, com 28 alunas; e a aula da professora Maria Magdalena da Silva Castro, com 27 alunos de ambos os sexos. Tanto nas aulas particulares, quanto na única aula pública, segundo o fiscal, todas as mestras ensinavam o que lhes facultava a lei: primeiras letras, costuras e bordados.

Pois bem, a presença de meninas livres e escravas nestes espaços e a descrição do fiscal sugerem que as aulas femininas, quando comparadas às masculinas, extrapolavam, e muito, as práticas escolares propriamente ditas. Ou seja, suas professoras podiam atuar como professoras de primeiras letras para meninas e meninos pequenos (até os 10 anos), como costureiras e bordadeiras, como babás e ainda podiam trabalhar como instrutoras de escravas, tudo isso ao mesmo tempo. Era o que acontecia com a professora Ângela: além dos seus 32 alunos, ela ainda ensinava a duas escravas. Neste sentido, embora suas aulas não fossem, em tese, direcionadas ao aprendizado de ofícios específicos, acabavam tendo este encaminhamento na prática e permitiam a ocorrência de várias situações que vinculavam alunas e professoras ao universo doméstico e ao mundo do trabalho; tanto na condição de senhoras quanto na de escravas.

Nada posso inferir a respeito da “classe” em que se enquadraria a escola da professora Ângela, na hipótese de ela entrar no *ranking* proposto por Joaquim Silveira para o caso da Corte. Levando, porém, em consideração que aquela aula era uma das mais freqüentadas num dos bairros centrais da capital – mais freqüentada, inclusive, que a aula pública, gratuita –, podemos imaginar que ela gozasse do respeito e da admiração das pessoas do lugar, as quais, caso contrário, não entregariam a

¹⁵ APEJE – Série Câmaras Municipais – CM 11 (1833), p. 103-104.

ela – tendo possibilidade de recorrerem, a outras nove professoras – suas crianças livres e escravas e nem pagariam por seus serviços.

Outro registro, a respeito da diversidade dos espaços privados de instrução na Corte, foi sugerido pelo articulista do panfleto *O Veterano ou o Pai do Filho da Terra*, produzido durante os tempos da chamada “revolução impressa”, que se seguiu à Abdicação. Nesta “revolução”, os diferentes grupos políticos disputaram, por meio de jornais e panfletos, todos os espaços de atuação na Corte Imperial entre os anos de 1831 e 1833. Na guerra entre jornais, uma das batalhas mais acirradas ocorreu em torno das discussões acerca das relações entre cor e cidadania, acerca das desigualdades raciais e das práticas de hierarquização social e política ocorridas no Império do Brasil e comuns à sociedade escravista.

Várias gazetas foram postas em circulação e outras tantas se encarregaram de combatê-las no todo ou por partes, procurando atingir, via de regra por meio do escárnio, todo tipo de público. O primeiro número de *O Veterano ou o Pai do Filho da Terra* foi um destes casos. Esta gazeta foi publicada para dar combate a uma outra, chamada *O Filho da Terra* – que circulou entre outubro de 1831 e fevereiro de 1832 – cuja intenção, em linhas gerais, foi defender os homens de cor nascidos no Brasil (daí o título), sua plena igualdade civil, política e jurídica com relação ao conjunto de cidadãos do Império.¹⁶

Nesta publicação o articulista inventou um diálogo entre o Veterano (um fazendeiro fluminense) e um “amigo” da Corte. No diálogo o Veterano queixou-se das inúmeras ingratidões de seu filho *fusco* e bastardo, conhecido como seu *afilhado*, que tinha sido gerado por uma escrava que muito apanhou por tanto comer terra e que, por esta razão, era chamado

¹⁶ A conjuntura de produção destes e de vários outros panfletos, bem como suas estratégias discursivas e intencionalidades políticas foram analisadas por Ivana Stolze Lima, em trabalho premiado pelo Arquivo Nacional em 2001. Cf. LIMA, Ivana Stolze. *Cores, marcas e falas: sentidos na mestiçagem no Império do Brasil*, p. 48-51; ver também todo o capítulo 1. A respeito das disputas políticas travadas na imprensa da Corte e do ambiente intelectual daquele momento, cf. VIANNA, Hélio. *Contribuição à história da imprensa brasileira*; SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*; SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro*; LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência*; LUSTOSA, Isabel. *O nascimento da imprensa brasileira*; MAXWELL, Kenneth. *Chocolate, piratas e outros malandros: ensaios tropicais*.

de *o Filho da Terra*. E esta origem, nada digna, do *Filho da Terra* foi a primeira de uma série de ofensas e deboches em cujas bases o *Veterano* construiu seu enredo sobre a ingratidão de seu “filho”, procurando ridicularizar e humilhar o redator do jornal que era, provavelmente, um homem de cor, seu inimigo político. E, por conseguinte, pretendeu fazer o mesmo com relação ao “de cor” em geral.

O limite do escárnio pretendido pelo *Veterano* foi demonstrar, em primeiro lugar, que os homens de cor deveriam ser gratos aos brancos pelo fato destes lhes terem permitido o acesso às letras (a idéia de que a possibilidade de escolarização é uma concessão e não um direito, uma conquista) e, em segundo lugar, a total incapacidade moral e intelectual dos homens de cor em suas pretensões de serem “escritores públicos”, de publicarem jornais e entrarem também como formadores e portadores de opinião (inclusive na qualidade de professores e alunos) no palco de disputas do efervescente circuito letrado, característico dos primeiros anos da experiência regencial na Corte.

Minha intenção ao apresentar alguns episódios daquele deboche é demonstrar as imagens veiculadas por aquele tipo de material impresso a respeito da (des)importância das aulas para determinados setores da sociedade, dos seus locais de funcionamento e das práticas comuns aos seus professores. Ou seja, pelo caminho inverso, quero ratificar a proposição de que o exercício do magistério particular foi disputado e exercido por vários segmentos sociais não-brancos e populares, e de que apresentou também uma significativa diversidade com relação à forma como era exercido (mas esta é apenas uma hipótese). Estarei menos preocupada com o caráter ficcional do registro e mais com as idéias que ele veiculou, com os códigos de conduta que ele pôs em movimento.

Pois bem, assim disse o *Veterano* a respeito de seu filho:

Chegando à idade de tomar as primeiras letras, mandei-o para a escola das primeiras letras, aonde pouco ou nada aprendeu; porque o mestre sendo um matrialão [vadio] da primeira ordem, gastava o tempo que devia empregar na instrução de seus

discípulos, em ler gazetas e questionar política em casa de um vizinho barbeiro.¹⁷

Segundo o texto, o menino *fusco* e bastardo foi mandado estudar por ordem de seu pai, mas nada aprendeu por culpa de seu professor se interessar mais por política, jornais e conversas públicas do que com o seu ofício. Esta era uma crítica tanto à qualidade de escolas freqüentadas pelos *fuscos*, quanto à conduta dos professores que se encarregavam de lecionar para aquele tipo de público.

Imaginemos que essa prática não devia ser incomum a muitos professores da Corte (e do Recife também!), com aulas abertas nas estreitas e barulhentas ruas da cidade: ler aquele tipo de jornal – num tempo de livros raros e caros, e no qual os impressos faziam muita falta aos meninos que iam aprender a ler e a escrever –, talvez teatralizando a leitura e discutindo com outros àquele respeito. Seja como for, pode ser que naquela conjuntura, da Abdicação e da “revolução impressa”, a política cotidiana fizesse parte dos conteúdos ensinados (ou discutidos) nas aulas de primeiras letras, nas quais estavam também os meninos *fuscos*.

Àquela queixa do Veterano completou, em tom de incentivo, o seu Amigo:

Ainda esse escolápio [o professor], ao menos lia, que há muito ainda hoje que não sabem ler e mal sabem assinar o seu nome. Um, conheço eu, e que se preza de sabichão e liberal, que passa o dia inteiro à janela: não direi se é para mostrar-se ou para namorar, que ali se conserva horas e horas; o que é certo é que junto dele assiste um alfaiate, cuja filha não é mau pedacinho. Veja meu amigo em que mãos estão metidos os inocentes filhos dos incautos pais, que os mandam para a escola de semelhante mestre!

Bastante comum esta afirmação segundo a qual, atuando no magistério particular da Corte, havia professores que não sabiam ler e nem

¹⁷ FBN – Periódicos Raros - O VETERANO ou o Pai do Filho da Terra, n. 1, 24 out. 1831, p. 2.

escrever! Já fiz referência ao fato, ao comentar o caso das irmãs Firmianas. Quero destacar, neste trecho, a crítica ao professor “liberal”, metido a “sabichão”, exibicionista ou namorador. Em comum, ambos os professores, o “matrão das primeiras letras” (contado pelo Veterano) e o “sabichão liberal” (contado pelo “Amigo”), tinham o hábito de interferir no espaço público, por meio de conversas com outros profissionais ou pela simples exposição da sua figura, práticas incompatíveis com o recato defendido pelo articulista, que deveria ser modelar para os profissionais do magistério.

Sua intenção nestes trechos e em outros, compartilhada por outros homens de seu tempo, foi propor uma espécie de desconfiança pública acerca das aulas freqüentadas pelos “fusco” – tão “eficazes” que já lhes permitia, inclusive, se arvorarem a publicistas –, acerca dos professores que a eles ensinavam e acerca dos professores politizados (ou politizados), os quais se expunham publicamente e utilizavam os materiais do cotidiano em suas aulas. Quis também demonstrar que menino “fusco” – à semelhança de todos os “fusco”, os de cor –, além de “burro”, era também muito indisciplinado. Burrice e indisciplinada: males irremediáveis dos “fusco”.

Invertendo o sentido da leitura do Veterano, por intermédio de suas críticas, podemos imaginar a existência de aulas particulares com um formato bastante singular: com portas abertas, onde circulavam as gazetas políticas e cujos professores, na ausência de materiais didáticos comuns, ou mesmo apesar deles, escolhiam fazer da efervescência política do período os assuntos de suas aulas. Estas são possibilidades. Inúmeros eram os universos em que os professores e professoras particulares, principalmente os de primeiras letras – muitos dos quais nunca foram sequer registrados, a maioria, talvez – circularam, e variadas eram as suas práticas. Estes universos e práticas, a despeito do desejo e das ações das autoridades públicas e das elites, durante a primeira metade do século XIX, foram bastante diferenciados dos modelos de aulas e de professores aos quais nós costumamos, na atualidade, nos referir, principalmente com relação ao que chamamos de “passado”.

Turmas monocromáticas, aulas despolitizadas, assépticas de “realidade”, regidas por manuais uniformizados e certo comportamento padrão por parte dos professores – com um tipo de “recato” que os transformou, ao longo do tempo, em profissionais quase socialmente invisíveis – foram práticas que corresponderam a um dos modelos de aulas e de regras de conduta em disputa durante a primeira metade do século XIX. Este modelo foi o vitorioso, mas não foi o único e, talvez, nem sequer tenha sido o mais praticado. Localizar e fazer emergir estas disputas, sempre políticas, creio, é tarefa que exige ainda muitos esforços e pesquisas.

Exemplo de engajamento político por parte de um professor particular de uma aula nada convencional aos padrões da época foi o caso da escola do professor Pretextato dos Passos e Silva, que esteve em funcionamento na Corte, no mínimo, entre os anos de 1853 (na rua da Alfândega) e 1873 (na rua Senhor dos Passos) e que foi especificamente criada para receber “meninos de cor preta e parda”.¹⁸

Os registros desta experiência foram inicialmente produzidos porque o professor quis se livrar de prestar os exames públicos que condicionavam a prática do magistério e o funcionamento de aulas particulares de então, pretensão compartilhada com vários outros professores e professoras do período. Para solicitar a sua dispensa, o professor montou um dossiê, em 1856, a ser entregue à Inspetoria Geral de Instrução Primária e Secundária da Corte – chefiado por Eusébio de Queirós. Com o dossiê, Pretextato pretendeu mostrar ao inspetor que a sua aula contava com o total apoio dos pais dos meninos, tinha intenções formativas modestas, era publicamente reconhecida e que ele, professor, possuía a moralidade e a competência necessárias para geri-la, sem ter que passar pelos exames.¹⁹

Os pais dos alunos de Pretextato, majoritariamente analfabetos, participaram daquele dossiê com dois documentos nos quais pediam que a

¹⁸ Cf. SILVA, Adriana Maria Paulo da. *Aprender com perfeição e sem coação*; A escola de Pretextato dos Passos e Silva: questões a respeito das práticas de escolarização no mundo escravista.

¹⁹ ANRJ – IE: 397 (1850-1890). Documentação avulsa.

escola continuasse a funcionar. Argumentaram diretamente ao inspetor-geral, dizendo que estavam muito satisfeitos com a escola do professor Pretextato porque lá seus filhos, mesmo que (talvez) não aprendessem a ler, a escrever e a fazer as quatro operações “com perfeição”, aprendiam muito melhor do que nas outras escolas da Corte, pois o professor era carinhoso e desvelado com eles.

O professor, que se autoqualificou como “preto”, afirmou às autoridades ter aberto sua aula a pedido dos pais, os quais o procuraram para que seus filhos recebessem uma “ampla instrução” e ficassem protegidos do racismo, das coações e agressões dele recorrentes, reinantes nas escolas da Corte, mesmo naquelas que recebiam meninos não-brancos. Seu pedido logrou deferimento.

Enfatizemos, então, que as práticas de escolarização particulares eram bastante variadas, com alunos e professores pertencentes aos vários segmentos sociais; com diferentes práticas docentes e com intencionalidades diferentes que extrapolavam o ensino do ler, escrever e contar. Os poderes públicos sabiam desta diversidade (e tiveram que conviver com ela), registrada em dois dos grandes centros escravistas da América no Oitocentos. Logo, nem a existência da escravidão e nem a forte hierarquização social característica do período foram impeditivos definitivos à presença da população livre, pobre e colorida nos espaços privados de instrução, tanto na condição de discentes, como na de docentes.

As aulas públicas de primeiras letras em Pernambuco: mobilidade espacial e diversidade discente

Exercido majoritariamente por homens, o magistério público de primeiras letras em Pernambuco permitiu aos seus profissionais, durante a primeira metade do século XIX, o desfrute de um cargo público vitalício, independente de uma chefia direta (conforme ocorria com os funcionários de repartições, por exemplo), passível de ser exercido em toda a província, portador de um significativo prestígio social em meio às camadas mais modestas da sociedade e significativamente valorizado

para o ingresso nas redes locais e provinciais de clientela, apesar dos baixos ordenados.²⁰

Uma vez que os professores demonstrassem ter a capacidade requerida e a moralidade exigida – atributos dependentes das confirmações das autoridades públicas dos locais nos quais fossem lecionar: juízes, párocos, Câmaras Municipais, membros e/ou funcionários graduados do governo provincial – poderiam dividir-se sem impedimentos legais, até 1855,²¹ entre o magistério e outras funções, desde que estas não embaçassem o “bom desempenho” das tarefas a seu cargo. Basicamente, para que apresentasse um “bom desempenho”, o professor público de primeiras letras devia manter sua aula funcionando regularmente durante três horas pela manhã e duas horas à tarde. Estes horários não eram especificados em lei e, de acordo com os costumes de cada lugar, podiam ser negociados entre os professores, as autoridades locais e os pais dos alunos.

Além de assíduo e pontual (em função dos horários que ele mesmo estabelecesse), todo professor público deveria ter, anualmente, alguns de seus alunos aprovados nas provas públicas de proficiência em primeiras letras, feitas em presença das autoridades públicas, nos espaços por elas determinados e relativamente espalhados pela província. No comando destes exames, acima dos professores, estavam a presidência da província e o diretor do Liceu Provincial, no caso do Recife, e os presidentes das câmaras e/ou os prefeitos e subprefeitos das comarcas, para o caso das localidades do centro da província – denominação dada tanto às áreas mais afastadas do litoral, como as do sertão.

Houve professores públicos primários desempenhando todo o tipo de atividades, exercendo cargos políticos (oficiais e oficiosos), atuando como professores particulares, como profissionais liberais de outras áre-

²⁰ Cf. BARROS, Edval de Sousa. Rede de clientela, funcionários régios e apropriação de renda no Império português (séculos XVI-XVIII). Alguns trechos desta discussão foram apresentados sob o título “Aulas, professores e comunidades no *turbilhão da política*: Pernambuco, século XIX”, no 18º Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste, ocorrido em julho deste ano de 2007, em Maceió.

²¹ Lei nº. 369 de 14 de maio de 1855. PERNAMBUCO. *Coleção das Leis Provinciais*. Livro 2, p. 42.

as, como comerciantes de toda cepa, etc.²² Tamanha multiplicidade de ocupações tendia a aumentar a já bastante característica exposição pública dos professores. E uma das formas dos professores e professoras lidarem com o controle público a que estiveram expostos (por parte dos pais, de outros professores, e das autoridades provinciais) foi contar com o apoio dos agentes municipais encarregados de fiscalizá-los. Este tipo de expediente, bastante comum no período estudado, colocou os professores e professoras que dele lançaram mão na condição de “clientes” dos representantes das facções políticas locais.

Vejam os registros de uma situação difícil de ser detalhada em razão dos limites impostos pelas fontes, mas extremamente importante para a compreensão das íntimas relações existentes entre a política local, o magistério público de primeiras letras e as comunidades representadas pelas famílias que conseguiam pôr suas crianças nas escolas.

Tive notícias desta situação através da pena do diretor-geral da Instrução Pública, Antônio Coelho de Sá e Albuquerque, por ocasião do seu relatório a respeito da instrução pública da província, anexo ao relatório do presidente da província – José Bento da Cunha de Figueiredo –, nos idos de 1854.

Preocupado com o fato dos professores públicos encarregarem-se de inúmeros e diversos afazeres, além do exercício do magistério, bem como com a variação numérica das matrículas nas escolas – sempre considerado aquém do desejado – o diretor-geral declarou ao presidente que, em sua opinião, urgia retirar os professores da vida política. Em sua opinião, caso fosse feita uma pesquisa a respeito da

[...] causa pela qual têm sido extintas, por falta de alunos, algumas escolas públicas, outrora suficientemente freqüentadas, reconheceremos que o espírito político do professor, a parte viva que ele tomou nos negócios públicos da localidade, foram o mo-

²² A primeira lei provincial, a de 1837, inclusive, não proibiu esta prática e no artº. 4, do capítulo 8º, determinou ao “professor público, seja de que faculdade for, que aceitar emprego ou ocupação de que possa escusar-se, a qual, de alguma forma o embarce do exercício e bom desempenho do seu magistério, será demitido”. Melhor dizendo, não proibiu a prática, apenas limitou-a. PERNAMBUCO. *Coleção das Leis Provinciais*. Livro 1, p. 34.

tivo da deserção dos alunos [...] É preciso tirar o professor público do *turbilhão da política*.²³ (grifo meu)

Até, no mínimo, a década de 60 do século XIX, as autoridades públicas da Corte e de Pernambuco sempre reclamaram, com relação à instrução pública, do fato de essas escolas públicas serem pouco procuradas pela população (ao menos pela parte da população que interessava às autoridades). Reclamaram também da irregularidade da frequência dos alunos já matriculados e do ilimitado poder dos pais em tirá-los das aulas quando lhes conviessem, independentemente de estarem “prontos” ou não. Estas foram apontadas como as principais causas dos “diminutos resultados” (como então se considerava) obtidos com a instrução pública de primeiras letras.

Via de regra, aquelas reclamações foram acompanhadas por observações nada lisonjeiras aos pais dos meninos, principalmente aos pais pobres, considerados ignorantes, desleixados, pouco zelosos, etc. Além disso, as autoridades públicas costumavam associar os maus resultados da instrução pública primária a outros dois fatores: aos péssimos hábitos e métodos dos professores e ao preconceito das populações contra a escola pública por aquela admitir “gente de toda a classe”.²⁴ Desta forma, as gentes de todo o tipo que puderam frequentar os espaços públicos de instrução primária em Pernambuco também estiveram imersas “no turbilhão da política” porque, no limite, as famílias cujas crianças estudavam também eram responsáveis pela boa ou má conceituação dos professores públicos e eram elas as responsáveis pela permanência ou não das crianças nas aulas públicas.

Foi comum para os potentados locais espalhados por toda a província – os quais, como sabemos, tinham (tinham?) inclusive poderes de vida e morte sobre comunidades inteiras – a prática de pressionarem os pais desta ou daquela aula pública de primeiras letras a retirarem ou colocarem suas crianças nas aulas em função dos seus afetos ou desafetos

²³ Cf. PERNAMBUCO. *Relatório que à Assembléa Legislativa Provincial de Pernambuco apresentou no dia da abertura da sessão ordinária de 1854 o Exmo. Sr. Conselheiro Dr. José Bento da Cunha Figueiredo...* Anexos, p. 68-69.

²⁴ *Ibid.* Cf. também SILVA, Adriana Maria Paulo da. *Aprender com perfeição e sem coação*.

políticos, e esta prática era do conhecimento das autoridades publicamente constituídas. Creio que a manutenção deste tipo de prática – local, impermeável a qualquer regra geral e forjadora de seus próprios códigos, que contou, sem dúvida, com a anuência das comunidades e dos professores envolvidos nas diversas redes de clientela – é um dos aspectos de continuidade entre a situação colonial e a experiência imperial (e entre a experiência republicana, também suponho), do ponto de vista das práticas públicas de educação.

As aulas públicas de primeiras letras da grande maioria das localidades da província, com exceção de algumas aulas das principais cidades (dos bairros centrais do Recife e de Olinda, e a aula da cidade de Goiana), foram episódicas e espacialmente móveis. Ou seja, funcionavam durante um período em um lugar e deixavam de funcionar em outro período. Ou então eram “remanejadas” de uma localidade para outra a depender de vários fatores, como as intenções dos governos da província, a demanda de determinadas comunidades, os pedidos pessoais dos professores (majoritariamente responsáveis pelos aluguéis das casas nas quais as aulas aconteciam e onde eles mesmos moravam) ou determinações políticas locais, conforme afirmou o diretor-geral da Instrução, no trecho apresentado anteriormente. Muito embora entre 1798 e 1850 haja o registro de que funcionaram aulas públicas de primeiras letras em 76 localidades da província, estas nunca funcionaram ao mesmo tempo.

Do ponto de vista das comunidades que demandaram e nas quais funcionaram as aulas públicas de primeiras letras, a possibilidade de tê-las e/ou mantê-las dependia, em larga medida, dos graus de imersão de pais e de professores públicos no *turbilhão da política*. E com relação à trajetória das práticas de escolarização públicas na América portuguesa, no Império do Brasil e, particularmente em Pernambuco, sustento ter sido uma estratégia comum aos grupos de dirigentes que se sucederam nos vários níveis do governo – não obstante suas inúmeras divergências – o esforço sempre renovado de fazer do magistério público, principalmente o de primeiras letras, uma atividade dependente das regras dos jogos políticos, jogados aqui e alhures, por intermédio da qual pretenderam (e nem sempre conseguiram) “amarrar” as comunidades e os profes-

res. As comunidades e os professores, por sua vez, quando participavam destes jogos, ratificavam e atualizavam as práticas sociais que, ocasionalmente, podiam lhes prejudicar.

E quais foram, em linhas gerais, os perfis dos meninos cujas famílias, em Pernambuco, ingressaram no *turbilhão da política* e tiveram a oportunidade de colocá-los nas aulas públicas?

Em síntese, posso afirmar o seguinte: entre 1828 e 1846, funcionaram aulas públicas de primeiras letras em não menos do que 58 localidades em toda a província (mas não é possível afirmar terem estas funcionado ao mesmo tempo, em função da mobilidade a que me referi anteriormente). Deste total, sobreviveram listas referentes a 17 localidades, equivalentes a, no mínimo, 29% do total das localidades nas quais houve escolas em funcionamento durante o período (quase um terço). Nestas listas foram registradas informações a respeito de 936 meninos que freqüentaram as aulas de primeiras letras da província, e estas listas constituem a principal documentação com base na qual proponho ter sido étnica e socialmente diversificado o público discente das aulas públicas de primeiras letras da primeira metade do século XIX, na província de Pernambuco.²⁵

De todos os meninos listados apenas dois foram descritos como cativos. Isso significa haver um forte indicativo (na medida em que ainda faltam registros sobre os outros dois terços do alunado) de que as aulas públicas de primeiras letras eram um espaço de convivência para meninos livres.

Em três localidades, todas na Zona da Mata, foram feitos registros sobre as cores dos meninos (em Goiana e Tejucupapo em 1828; e em Paudalho em 1839). Em 1828, os meninos não-brancos correspondiam a 39% do alunado de ambas as localidades (cujo total era de 88 alunos) e em 1839 eles correspondiam a 22% do alunado (num total de 67 meninos). Nas outras localidades não houve nenhum outro registro referente às cores ou à condição civil dos meninos. Logo, muito embora as referências a respeito destas três localidades não nos possibilitem afirmar

²⁵ SILVA, Adriana Maria Paulo da. Os meninos das aulas públicas de primeiras letras.

que em todas as aulas públicas da província houvesse esta diversidade, a ausência deste registro nos impede também de afirmar que os não-brancos, brasileiros, eram impedidos de freqüentar as aulas públicas de primeiras letras.

Entre 1828 e 1846, cerca de 87% dos meninos que puderam freqüentar as aulas públicas de primeiras letras eram reconhecidamente criados por ambos os genitores e estavam sob a responsabilidade de seus pais na escola. Ou seja, os pais (e não as mães) dos meninos assinavam como responsáveis por eles. Logo, os meninos pertencentes a famílias com funcionamento nuclear (com pai, mãe e filhos) tiveram mais chances de ingressar nas aulas públicas do que os que possuíam apenas as mães ou os que eram criados por avós ou os que eram órfãos. Todos os meninos “pretos” listados nas aulas públicas pertenciam a famílias com funcionamento nuclear. Logo, o fato de os meninos pertencerem a famílias nucleares publicamente reconhecidas, ao que parece, eram fatores importantes para o seu ingresso nas aulas públicas durante o período em questão.

Neste sentido, importa articular mais dois dados a este respeito: 77% dos meninos matriculados nas aulas públicas eram naturais dos locais nos quais as aulas funcionavam. Quer dizer, pertenciam a famílias que já tinham se estabelecido nas localidades. Isso sugere que a fixidez das famílias era um fator fundamental para o sucesso no encaminhamento das crianças às aulas, que devia, no mínimo, contrastar (e exigir significativos esforços por parte das famílias dos meninos) com a potencial mobilidade espacial das aulas públicas de primeiras letras (por variadas razões, todas políticas). Conseqüentemente, a manutenção de uma criança numa aula pública de primeiras letras, em Pernambuco e no período em questão, devia exigir também um esforço político das famílias no sentido de evitar que, no *turbilhão da política*, esta aula fosse fechada ou removida.

De acordo com as listas, a maioria das famílias (84%) colocou apenas uma criança sua nas escolas e, como, segundo os especialistas,²⁶ as

²⁶ Cf. MELLO, Jeronymo Martiniano Figueira. *Ensaio sobre a estatística civil e política da província de Pernambuco*; e PALA-

listas referem-se majoritariamente a localidades bastante modestas na província, penso poder afirmar que as aulas públicas abrigavam também meninos oriundos de famílias modestas.

Com relação às idades de ingresso dos meninos, a maioria deles ingressou entre os nove e 12 anos (para todas as cores), entretanto, os registros indicam a possibilidade de ter havido uma diferença das idades de ingresso entre “brancos” e não-brancos: os “brancos” puderam colocar seus filhos mais cedo nas aulas públicas (até os seis anos), os “pardos” escolarizaram seus meninos a partir de sete anos e os “pretos” a partir dos 10 anos. De outra forma, os registros de meninos maiores de 14 referem-se apenas aos brancos. Pode-se então inferir que os “brancos” puderam ingressar mais cedo e sair mais tarde das escolas, confirmando, portanto, que o fato de os não-brancos estarem nas escolas públicas não significa que eles estivessem em situação de igualdade plena com relação aos brancos. Nas aulas públicas de primeiras letras da província de Pernambuco ocorriam embates semelhantes aos ocorridos na sociedade em geral, mas elas não eram, em princípio, espaços interditados aos não-brancos e aos populares.

Estas conclusões podem ser compartilhadas para a compreensão das aulas públicas de primeiras letras da Corte, neste mesmo período. Vejamos o exemplo a seguir.

Tendo por base alguns registros sobre a trajetória profissional do professor João José Pereira Sarmiento, atuante no magistério público de primeiras letras numa das principais freguesias da Corte entre 1816 e 1848 (na freguesia de Santana), e falecido em 9 de maio de 1852, e a “lista de alunos” que ele produziu, à semelhança das listas referentes à província de Pernambuco, anteriormente referidas, pude desenvolver a seguinte análise, que será comparada com algumas reflexões já feitas e encaminhará minhas conclusões.

As aulas do professor Sarmiento foram freqüentadas no ano de 1836 por 100 meninos, que ingressaram em diferentes anos. Dentre estes meninos estiveram dois alemães e cinco forros. Com exceção destes meni-

CLOS, Guillermo. *Campesinato e escravidão no Brasil*.

nos, a respeito dos quais podemos ter a certeza de que eram brancos e não-brancos, respectivamente, não é possível fazer nenhuma suposição a respeito das cores dos outros matriculados. O professor Sarmento não fez nenhum registro a este respeito, e esta ausência nos permite supor que a sua escola fosse “colorida”. Aliás, importa afirmar que a imensa maioria dos registros com os quais venho trabalhando, referentes à primeira metade do século XIX nada nos informa a respeito das “cores” das pessoas.

Percorrendo os registros feitos pelo professor, nem os meninos estrangeiros, nem os meninos forros deixavam nada a dever aos outros meninos no que diz respeito ao aproveitamento e ao comportamento.

Considerando os 100 alunos listados pelo professor Sarmento em 1837, além de estarem numa das principais aulas públicas da cidade (demonstrando não estarem escondidos e nem serem casos excepcionais), representavam pouco mais de 16% do total de alunos matriculados nas aulas da Corte, na qual havia, naquele ano, 11 aulas públicas de primeiras letras para meninos, com uma média de 613 matriculados.²⁷ Isto nos permite, no mínimo, contra-argumentar as teses que sustentam ter havido interdições raciais e sociais definitivas nos espaços públicos de instrução primária na Corte. Dentre os meninos, variadas eram as suas idades; variadas eram suas situações familiares e variadas eram suas condições de existência.

Professoras pardas e outras que “mal falavam o português”; meninos pequenos freqüentando as aulas femininas; “fuscos bastardos”, europeus, forros, meninos sem pai e meninos pretos freqüentando escolas públicas, escravas freqüentando escolas particulares; professores à janela das escolas, lendo panfletos e discutindo política; professores “pretos” engajados na educação de meninos de cor; autoridades desautorizadas pe-

²⁷ SILVA, Adriana Maria Paulo da Silva. *Aprender com perfeição: escolarização e construção da liberdade na Corte da primeira metade do século XIX* (cf. nos anexos: “Quadro quantitativo da média de matrículas nas escolas públicas primárias masculinas da Corte, 1830-1854, por freguesias” e “Quadro quantitativo das escolas públicas primárias da Corte, 1830-1854”).

las ações cotidianas dos professores... Estes registros indicam um fato há muito sabido, mas pouco explorado do ponto de vista das nossas análises teóricas: as experiências humanas são muito mais complexas do que todo nosso esforço de sistematizá-las.

Os espaços escolares, repito, nada ficavam a dever à sociedade ao seu redor, muito pelo contrário. A existência destes espaços foi fruto de inúmeros embates travados na sociedade e reconhecidos pelas autoridades públicas. Em seu interior havia diferentes projetos políticos defendidos por diferentes segmentos da sociedade; havia variados modelos de professor e várias práticas educativas em disputa.

Em meio àquelas disputas, provocando-as e direcionando-as também, estiveram as populações livres não-brancas e não-ricas. Estas estiveram do lado de dentro das aulas e escolas de primeiras letras, públicas e privadas, como docentes e discentes, ocupando os espaços sociais possíveis para si e para os seus, apesar da existência da escravidão, da experiência do racismo e da intensa desigualdade social características do Império do Brasil.

Acervos e fontes citadas

Fundação Biblioteca Nacional (FBN):

– Periódicos Raros: *O Veterano ou o Pai do Filho da Terra*, n. 1, 24 nov. 1831.

Arquivo Nacional do Rio e Janeiro (ANRJ) – manuscritos:

– Arranjo Boullier. Série educação. Ensino Primário. Ofício do Diretor das Escolas de Primeiras Letras da Corte. Documentação avulsa. IE⁵ 126 (1850-1851). Fundo 93 – CODES – 61 p.

– Arranjo Boullier. Série Educação. Gabinete do Ministro. Ministério do Império. Requerimentos sobre instrução em ordem alfabética. 1850/1890. Documentação avulsa. IE¹ 397.

Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE) – manuscritos:

– Série Instrução Pública – IP 9 (1856).

– Série Instrução Pública – IP 8 (1851).

– Série Petições: Escolas Particulares – (1851-1946).

– Série Câmaras Municipais – CM 11 (1833).

Referências bibliográficas

BARROS, Edval de Sousa. Rede de clientela, funcionários régios e apropriação de renda no Império português (séculos XVI-XVIII). *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 17, p. 127-146, 2001. Disponível em: www.revistasociologiaepolitica.org.br/download/resumo/f09n17.pdf. Acesso em: maio 2005.

BELLO, Ruy. *Subsídios para a história da educação em Pernambuco*. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978.

CASTRO, Yeda Pessoa de. *Falares africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.

DEL PRIORE, Mary. *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999.

FONSECA, Marcus Vinícius. A arte de construir o invisível: o negro na historiografia educacional brasileira. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, n. 13, p. 12-50, 2007.

GOUVEA, Maria Cristina Soares de. *Escolarização da criança brasileira no século XIX*: apontamentos para uma reescrita. No prelo, 2007.

LIMA, Ivana Stolze. *Cores, marcas e falas*: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos*: a guerra dos jornalistas na Independência. São Paulo: Companhia da Letras, 2000.

LUSTOSA, Isabel. *O nascimento da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003.

MATTOSO, Kátia Queirós. *Ser escravo no Brasil*. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

MAXWELL, Kenneth. *Chocolate, piratas e outros malandros*: ensaios tropicais. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

MELLO, Jeronymo Martiniano Figueira. *Ensaio sobre a estatística civil e política da província de Pernambuco*. Recife: Conselho Estadual de Cultura, 1979. 1. ed. 1852.

MOACYR, Primitivo. *A instrução e as províncias*: subsídios para a história da educação no Brasil: 1835-1889. São Paulo: Nacional, 1939. v. 2.

PALACIOS, Guillermo. *Campesinato e escravidão no Brasil*: agricultores livres e pobres na capitania geral de Pernambuco (1700-1817). Brasília: Ed. da UnB, 2004.

PERNAMBUCO. Apeje. *Atas do Conselho do Governo de Pernambuco*: 1821-1834. Recife: ALEPE: CEPE, 1997. v. 2.

PERNAMBUCO. *Coleção das Leis Provinciais*. Livro 1. Recife.

PERNAMBUCO. *Coleção das Leis Provinciais*. Livro 2. Recife.

PERNAMBUCO. *Relatório que à Assembléa Legislativa Provincial de Pernambuco apresentou no dia da abertura da sessão ordinária de 1854 o Exmo. Sr. Conselheiro Dr. José Bento da Cunha Figueiredo, Presidente da mesma província*. Anexos, p. 68-69. Pernambuco, 1854. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/669.index.html>. Acesso em: maio 2003.

PERNAMBUCO. *Relatório que à Assembléa Provincial de Pernambuco apresentou no dia da Abertura da sessão ordinária de 1857, o Exmo. Sr. Conselheiro Sérgio Tei-*

xeira de Macedo, Presidente da mesma Província. Recife, 1857 b. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/673/index.html>. Acesso em: maio 2003.

SETTE, Mario. *Arruar: história pitoresca do Recife Antigo*. 2. ed. aum. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, [19-]. 1ª ed. 1948.

SILVA, Adriana Maria Paulo da. Aulas, professores e comunidades no turbilhão da política: Pernambuco, século XIX In: ENCONTRO DE PESQUISA EDUCACIONAL DO NORTE E NORDESTE, 18., 2007, Maceió. *Anais...* Maceió: Ed. da Universidade Federal de Alagoas, 2007.

_____. A escola de Pretextato dos Passos e Silva: questões a respeito das práticas de escolarização no mundo escravista. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas: Autores Associados, n. 4, p. 145-166, jul./dez. 2002.

_____. *Aprender com perfeição: escolarização e construção da liberdade na Corte da primeira metade do século XIX*. Niterói, 1999. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Estudos Gerais, Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense.

_____. *Aprender com perfeição e sem coação: uma escola para meninos pretos e pardos na Corte*. 1. ed. Brasília: Plano, 2000.

_____. Os meninos das aulas públicas de primeiras letras: Pernambuco, primeira metade do século XIX. In: GALVÃO, Ana Maria O. et al. *História da cultura escrita: estudos nos séculos XIX e XX*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. No prelo.

_____. *Processos de construção das práticas de escolarização em Pernambuco, em fins do século XVIII e primeira metade do século XIX*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007.

_____. *Processos de construção das práticas de escolarização em Pernambuco, em fins do século XVIII e primeira metade do século XIX*. Recife, 2006. Tese (Doutorado em História) Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco.

_____. Reinventado um passado: diversidade étnica e social dos alunos das aulas públicas de primeiras letras na Corte, na primeira metade do século XIX. *Cadernos Penesb*, FEUFF, Rio de Janeiro: Quartet; Niterói, EDUFF, n.º 8, p. 36-71, 2006.

_____. Escolas misturadas: diversidade étnica e social das escolas da cidade do Recife na primeira metade do XIX. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 22. 2003. João Pessoa: ANPUH: Universidade Federal da Paraíba, 2003. 1 CD-ROM.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro*. São Paulo: Nacional, 1978. (Brasiliana, v. 363).

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2004.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

VEIGA, Cynthia Greive. Conflitos e tensões na produção da inclusão escolar de crianças pobres, negras e mestiças, Brasil, século XIX. CONGRESSO IBEROAMERICANO DE HISTORIA DE LA EDUCACIÓN LATINOAMERICANA, 7, 2005, Quito. *Anais...* Quito, 2005.

VIANNA, Hélio. *Contribuição à história da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: MEC, INL, 1945.

Modelos de formação da língua nacional sob a perspectiva do contato de populações

Heliana Mello¹

*A verdade consiste em evitar o esquecimento.
Existe um dever de memória, principalmente
em relação ao que dói e incomoda.*

Jacques Le Goff

Introdução

A complexidade do cenário sociocultural e lingüístico dos séculos de composição da língua nacional do Brasil talvez jamais possa ser inteiramente desvelada. Faz-se necessária uma permanente pesquisa histórico-lingüística, que deve ser desenvolvida a fim de que sejam encontrados mais elementos esclarecedores sobre o nosso passado. Temos, entretanto, elementos indiciais para propormos modelos factíveis sobre os possíveis cenários que propiciaram o surgimento da língua nacional em suas duas grandes modalidades: o português popular brasileiro (ou português brasileiro vernáculo) e o português brasileiro padrão.² Espera-se que tais modelos sejam confirmados ou desconfirmados, a partir do desenvolvimentos de novas pesquisas sobre a temática da formação cultural e

¹ Professora associada da Faculdade de Letras da UFMG e integrante da linha de pesquisa: Estudos das Inter-relações entre Linguagem, Cognição e Cultura; Projeto: C-ORAL Brasil (*Corpus de Fala Espontânea do Português do Brasil*). É co-autora de "Cape Verdean, or Kabuverdianu, and Guinea-Bissau, or Kriyol (Creole portuguese)" (In: HOLM, John A.; PATRICK, Peter L. (Ed.) *Comparative Creole syntax: parallel outlines of 18 Creole grammars.*).

² Quando se fala de uma dada variedade lingüística tem-se em mente uma grande abstração sistêmica, uma vez que qualquer variedade é formada por contínuos variáveis (variações diatópicas, diastráticas, diafásicas, diaméricas, etc.).

populacional do Brasil, ou que outras propostas sejam feitas a partir de novos dados sócio-históricos e lingüísticos que sejam agregados ao que já é do nosso conhecimento.

Neste artigo será enfocada a formação do português brasileiro vernáculo (PBV), levando-se em conta os cenários de contato de populações, onde estiveram presentes os diversificados insumos de línguas africanas, línguas indígenas – aí incluídas as diversas modalidades da assim chamada *língua geral* – e o português lusitano, também em suas variedades aportadas no Brasil.

A chegada dos portugueses à costa baiana, em 22 de abril de 1500, certamente não terá sido o início de uma complexa realidade lingüística em terras brasileiras. Apesar de, normalmente, nos confrontarmos com a instigante pergunta sobre os desdobramentos do contato entre o português lusitano aqui chegado e as línguas americanas, devemos também lembrar-nos da intrincada história de contato prévio de tais línguas, que por séculos coexistiram em terras onde hoje está o Brasil, antecedendo o seu contato contínuo com a língua colonizadora nas décadas subsequentes. Feito esse passo, devemos olhar para a inserção do português no Brasil, como uma complexificação de uma realidade lingüística prévia, que receberia ainda outros insumos, através da chegada das línguas africanas para cá trazidas, via tráfico negreiro.³ Como se vê, estamos diante de uma situação de contato de populações, com todas as conseqüências sócio-político-culturais que daí se depreendem, dentre elas, o contato lingüístico.

Pressupostos

Ao aqui falarmos de contato lingüístico, estamos fazendo alusão apenas à prática da oralidade que caracterizou os séculos que marcaram a era colonial brasileira. Esse fato é relevante, uma vez que há diferenças entre processos aquisicionais de competência lingüística oral e escrita, as-

³ Devido ao foco temático deste artigo, o insumo das línguas de imigração não é aqui abordado. Note-se, entretanto, que tais línguas compuseram a complexificação dos contatos lingüísticos ocorridos no Brasil e têm grande relevância nesse cenário.

sim como as há nos processos de perda lingüística. As variedades escritas de uma dada língua representam uma maior possibilidade de documentação e permanência no eixo temporal, enquanto as variedades orais são mais fluidas, mutáveis e certamente, de muito mais difícil documentação e recuperação no eixo do tempo, o que freqüentemente as torna objeto de reconstrução lingüística através de artefatos teóricos.

Muitas são as menções nos relatos dos primeiros contatos entre europeus com as populações aloglotas brasileiras do recurso à gestualidade para se fazerem entender as intenções comunicativas entre os interlocutores envolvidos. Daí poder-se supor que em contatos dessa natureza, haveria uma boa vontade mútua na tentativa de estabelecimento de um processo comunicativo. O desejo de fazer-se entender e de entender ao outro é um primeiro passo para o amálgama criado em situações lingüísticas de contato. Poder-se-ia dizer que assim começam a surgir as primeiras variedades de mescla lingüística, que podem resultar em jargões, que por sua vez poderiam seguir um caminho de desenvolvimento passando por um processo de pidginização e posterior criouliização. Entretanto, o desenvolvimento de mesclas lingüísticas, não é, de forma alguma, a única possibilidade resultante do contato entre línguas e populações. Várias possibilidades, que vão desde o abandono completo das línguas primeiras de populações deslocadas ou que sofreram invasões até a constituição e emergência de novas línguas são resultados viáveis e documentados ou reportados ao longo da história das línguas. Poderíamos pensar nessas diversas possibilidades como o espectro de momentos contíguos em um contínuo lingüístico resultante do contato entre populações e suas línguas.

É importante, também, notar que a história de uma língua está diretamente associada à história das gerações de seus falantes. Nenhuma língua jamais foi estática. O processo de mudança lingüística ocorre tanto sincronicamente quanto diacronicamente e toda língua será sempre uma abstração, formada por variedades e registros distintos em um mesmo momento no eixo temporal. Some-se a isso o fato de que a cada processo aquisicional, ou seja, cada vez que uma criança adquire sua língua materna, algo de novo acontece com o sistema uma vez que os

adquirentes de uma língua não recebem um único modelo como insumo. O seu insumo é uma composição da mesma língua falada, em suas variedades, por todas aquelas pessoas que lhe servem de modelo.

Situação lingüística e demográfica no Brasil Colônia

A fim de propormos modelos para a formação do português brasileiro, faz-se necessário que conheçamos os principais aportes lingüísticos que integraram esse processo. O estado da arte não nos permite ter certezas em relação a um grau de detalhamento necessário para que se possam aventar hipóteses com um grau de certeza alto. Porém, de posse dos dados disponíveis em relação aos principais aportes lingüísticos presentes no Brasil Colônia, e as suas relações com os índices demográficos conhecidos, poderemos esboçar algumas considerações sobre possíveis trajetórias de evolução da língua nacional. Mencionaremos, a seguir, dados sobre os aportes lingüísticos indígenas, africanos e português, além de algumas considerações demográficas.

O aporte indígena

As línguas indígenas faladas na costa brasileira, ao tempo do descobrimento, têm sido classificadas contemporaneamente como pertencentes aos grupos caribe (Karib), macro-aruaque, macro-tupi e macro-jê. Nas três primeiras décadas de contato, no século XVI, prevaleceram as relações de falantes do português com as populações indígenas associadas às famílias tupi-guarani do grupo macro-tupi e jê do grupo macro-jê.⁴

As descrições de viajantes sobre a realidade lingüística que encontraram no litoral brasileiro dizem respeito, em sua maioria, a variedades tupinambá e tupiniquim, tão semelhantes, que poderiam ser consideradas variedades de uma mesma língua, assim como o eram variedades regionais em Portugal.

⁴ RODRIGUES, Ayron. *Línguas brasileiras*.

Uma das primeiras publicações que trouxe algum tipo de relato sobre os jargões comerciais utilizados na costa brasileira por europeus e povos locais terá sido o relato de Antonio Pigafetta, publicado em Veneza em 1536. Nele, o autor menciona alguns poucos itens lexicais pertinentes ao domínio da alimentação e nomes de objetos comuns. Isso nos leva a crer que as interações lingüísticas para fins comerciais nos primeiros tempos de ocupação do Brasil, em que se sobressaía como atividade econômica o comércio do pau-brasil, eram bastante precárias. Provavelmente se limitavam a poucas estruturas sintáticas e a um léxico estritamente pertinente aos domínios comunicativos de relevância para as atividades então desenvolvidas.

Não se deve esquecer, todavia, que desde a passagem de Cabral pela costa brasileira, foram aqui deixados degredados, com a função explícita de aprenderem a língua local e assim servirem de intérpretes e intermediadores nas relações entre portugueses e povos locais. Relato de tal feito pode ser encontrado na *Carta* de Pero Vaz de Caminha. Seria importante o papel desempenhado pelos intérpretes culturais e degredados na comunicação intercultural nas décadas iniciais de exploração do pau-brasil.

Tal cenário, entretanto, cambiou-se com o passar do tempo e o estabelecimento de pontos de ocupação territorial consistentemente ocupados pelos portugueses levaram ao desenvolvimento da chamada *língua brasílica*, também conhecida como *língua geral*, uma coíné⁵ de base tupi-guarani. É relevante mencionar que, já em 1595, seria publicada a obra do padre Anchieta, intitulada *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*, o que sinaliza a dimensão de importância que a família tupi-guarani exercia naquele momento nas relações de ocupação territorial do Brasil.

A língua brasílica manteve sua importância como língua franca na maior parte do território brasileiro até pelo menos meados do século XVIII, quando houve a intervenção do marquês de Pombal e o portu-

⁵ Qualquer língua ou dialeto comum constituído pela fusão de diversos falares e utilizado como padrão numa vasta área. [Nota das organizadoras.]

guês passou a ser legalmente língua mandatória no Brasil. Sua importância para a colonização da região amazônica foi ainda mais duradoura, e uma variedade denominada nheengatu ainda é falada nos dias atuais em locais pontuais daquela área, sobretudo às margens do rio Negro.

O aporte africano

A chegada dos primeiros africanos trazidos para o Brasil na condição de escravos é datada de 1538.⁶ Ao longo de mais de três séculos de tráfico negreiro, as estimativas numéricas sobre a população desalojada da África e realocada para o Brasil alcança a casa de quatro milhões de indivíduos. A importância foi duradoura e difusa em todos os níveis da estruturação sociocultural brasileira.

Dois foram os troncos lingüísticos trazidos da África para o Brasil: o afro-asiático e o congo-cordofânio. O primeiro teve importância reduzida e local: representado pelos africanos islamizados do ramo chadiano, de língua hauçá, que foram instalados sobretudo na Bahia. O segundo teve grande importância e a ele pertencia a grande maioria dos africanos trazidos para o Brasil, que falavam línguas de uma mesma família lingüística para cá trazida: a família nigero-congo. Essa família lingüística foi aqui representada sobretudo por dois grandes grupos – o ramo kwa e o ramo bënue-congo.

Do ramo kwa foram trazidas as línguas ewe, fon, mahi (jeje, mina, ijó e iorubá [nagô]). Do ramo bënue-congo aqui chegaram sobretudo as línguas banto, representadas por falantes de quicongo, umbundo e quimbundo.⁷

O número de africanos falantes de línguas banto em muito superava aquele de falantes de línguas kwa. Enquanto os africanos de procedência banto tiveram uma entrada difusa ao longo dos séculos de tráfico negreiro e foram espalhados pelo Brasil, aqueles falantes de línguas kwa aqui

⁶ MATTOSO, Katia. *To be a slave in Brazil: 1550-1888*.

⁷ CASTRO, Yeda Pessoa de. *Falares africanos na Bahia*.

chegaram mais tardiamente, em menores números e foram alocados sobretudo para a Bahia.⁸

Na história da vinda de africanos para o Brasil, há menção de escravos trazidos diretamente de Portugal (*negros do Reino*), em cujo caso, já teriam chegado em terras brasileiras falando algum tipo de português. Há relatos também da realocação de senhores de engenho de São Tomé que teriam trazido consigo seus escravos, falantes de um crioulo de base lexical portuguesa.⁹

No que diz respeito ao desempenho que os escravos mostravam de suas habilidades lingüísticas em relação ao português, esses eram classificados como *negros boçais* aqueles que não se expressavam compreensivelmente naquela língua e de *negros ladino* aqueles que demonstravam um grau de proficiência razoável nela. Claramente os assim chamados ladinos usufruíam de *status* superior uma vez que possuem o domínio de um bem imaterial e altamente valorizado: a capacidade de comunicação com os seus senhores e a possibilidade de algum tipo de integração e ascendência social na sociedade colonial.

O aporte português

Como já mencionado, após a partida da esquadra cabralina do litoral brasileiro, aqui foram deixados degredados para aprenderem as línguas locais e servirem de elo entre o novo território descoberto e o Reino. Nos anos seguintes ao descobrimento, muitas viagens foram feitas ao litoral brasileiro, com interesses sobretudo de prospecção de riquezas. A ocupação da terra, como estabelecimento colonial de fato, iniciou-se em 1530.

Os portugueses que inicialmente vieram para o Brasil pertenciam às camadas populares: homens em sua maioria, que buscavam oportunidades de trabalho e a possibilidade de iniciar uma nova vida. Disso depreende-se que a grande maioria dos colonizadores falavam variedades vernáculas do português lusitano, possivelmente de origem rural,

⁸ Ibid.

⁹ MELLO, Heliana Ribeiro de. *The genesis and development of Brazilian vernacular Portuguese*.

eram analfabetos e desprovidos de instrução formal. A mão-de-obra portuguesa aqui chegada era oriunda de várias localidades como Madeira, Açores, Porto, Alentejo, Minho e Lisboa.¹⁰

Essa grande diversidade de proveniência dos colonos provavelmente garantiu um equilíbrio lingüístico, em que nenhum dos dialetos vernáculos locais teve uma preponderância marcante. É possível que tenha havido no Brasil um nivelamento dialetal do português europeu, como ocorrido em outras colônias, como os Estados Unidos e a Austrália.¹¹ Evidência para tal se vê presentemente em formas arcaicas portuguesas, de diversas proveniências dialetais, ainda encontradas no Brasil.

Houve uma grande miscigenação entre portugueses e mulheres indígenas no início da colonização, e mais tarde, ao longo de séculos, também com mulheres africanas. Esse fato garantiu a formação de uma população mestiça desde o início da colonização brasileira, o que não poderia deixar de carregar conseqüências lingüísticas.

A língua geral, já mencionada, serviu como língua materna para um grande contingente de brasileiros mestiços, filhos de portugueses com mulheres indígenas, sobretudo habitantes da capitania de São Vicente e conhecidos como bandeirantes, que posteriormente se espalharam pelo território em busca de riquezas e assim também propagaram a sua língua.

A miscigenação com mulheres africanas resultou em um grande contingente de mulatos, que mesmo sendo considerados escravos, tinham maiores possibilidades de alforriarem-se e de trilharem caminhos de ascensão social, sobretudo por aparentemente falarem o português.

À medida que o processo colonial deixou de ser estritamente exploratório-nômade, como o era no ciclo do pau-brasil, e passou a se fixar em propriedades agrícolas, a vinda de portugueses, originários de classes trabalhadoras, cresceu substancialmente. Nesse momento, certamente, foram se consolidando a ordem colonial e os laços com a metrópole. Com isso o insumo lingüístico português pouco a pouco foi aumentando e se

¹⁰ SILVA NETO, Serafim da. *Introdução ao estudo da lingua portuguesa no Brasil*.

¹¹ MELLO, Heliana Ribeiro de. *The genesis and development of Brazilian vernacular Portuguese*.

fixando, em convivência com a língua geral e variedades de português como segunda língua, faladas tanto por indígenas como por africanos.

O insumo consistente da variedade portuguesa lusitana culta deu-se apenas mais tardiamente, com a vinda da família real e sua comitiva de intelectuais e cortesãos abastados para a Colônia. Naquele momento a vida intelectual brasileira cresceu enormemente com a circulação de jornais e livros, fundação de universidades e difusão de hábitos sociais inspirados nas classes altas européia. Pelo menos nas regiões urbanizadas, houve um significativo impacto lingüístico e de escolarização.

Os dados demográficos

Ao longo dos quinhentos anos de nossa história, muitos foram os contatos populacionais que aqui se deram. Inicialmente entre povos indígenas e europeus, subseqüentemente esse quadro foi complexificado pela chegada de povos africanos e pela formação de uma população mestiça. A história etnolingüística brasileira ainda está muito longe de ser conhecida completamente. Entretanto, há alguns dados firmemente estabelecidos que podem servir de norteadores na nossa formação de hipóteses sobre o desenvolvimento da língua nacional. Passemos a eles.

Os dados aqui apresentados são oriundos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e presumivelmente os mais confiáveis dentre aqueles disponíveis a pesquisadores nesse momento.¹² São apresentados dados em relação ao contingente indígena, em chave comparativa entre o século XVI e o presente. Pode-se observar um decréscimo populacional dramático. Não é possível inferir-se o percentual da população indígena que provavelmente esteve em contato próximo com os portugueses e, conseqüentemente, com a língua portuguesa no período colonial da história brasileira. Tampouco é possível traçar inferências sobre índices de mestiçagem populacional, o que restringe a discussão sobre o percentual da população que falava a língua geral.

¹² Note-se que, na tabela com dados numéricos da população indígena, onde se vê células desprovidas de números, infere-se que há falta de estatística que aponte para números seguros.

Comparativo entre estimativas da população indígena moderna e da existente no século XVI

Grupos indígenas selecionados e localização	Estimativas da população indígena	
População indígena moderna	Século XVI	
Acre Rio Purus, não menos de 16 grupos	3.000-5.000	3.000
Amazonas Rio Branco, 9 grupos	11000-16000	33.000
Tocantins 9 grupos	5.000-5.600	10.1000
Nordeste Litoral, 7 grupos	1.000	208.000
Nordeste Interior, não menos de 13 grupos	-	85.000
Maranhão 14 grupos	2.000-6.000	109.000
Bahia 8 grupos	-	14.9000
Minas Gerais 11 grupos	0-200	91.000
Espírito Santo Ilhéus, 9 grupos	-	160.000
Rio de Janeiro 7 grupos	-	97.000
São Paulo 8 grupos	-	146.000
Paraná e Santa Catarina 9 grupos	3.200-4.200	152.000
Rio Grande do Sul 5 grupos	-	95.000
Mato Grosso do Sul 7 grupos	6.200-8.200	118.000
Mato Grosso Central Não menos de 13 grupos	1.900-2.900	71.000
Outros	...	786.000
Total	...	2.431.000

Fonte: Brasil: 500 anos de povoamento, Rio de Janeiro : IBGE, 2000. Apêndice: estatísticas de 500 anos de povoamento, p. 222

Apresentam-se, a seguir, os números aproximados de africanos desembarcados no Brasil durante o período do tráfico negreiro. Os números são contundentes e apontam para um grande potencial de influências translingüísticas em situação de contato, dado o fato de sabermos que os povos africanos para cá trazidos sofreram um processo de interrupção lingüística. Ou seja, o insumo comunicativo de suas línguas maternas foi drasticamente reduzido ou eliminado, ao mesmo tempo em que novos insumos lingüísticos lhes foram introduzidos, notadamente o português e a língua geral, que potencialmente foram aprendidos como segundas línguas, em diferentes níveis de proficiência.

Desembarque estimado de africanos no Brasil

Séculos XVI-XVIII

Períodos de 1531-1575 a 1771-1780

Períodos	escravos
1531-1575	10.000
1576-1600	100 40.000
1601-1625	100.000
1626-1650	100.000
1651-1670	185.000
1676-1700	175.000
1701-1710	153.700
1711-1720	139.000
1721-1730	146.300
1731-1740	166.100
1741-1750	185.100
1751-1760	169.400
1761-1770	164.600
1771-1780	161.300
Total	1.895.500

Desembarque estimado de africanos no Brasil

Séculos XVIII e XIX

Quinquênios de 1781-1785 a 1851-1855

Períodos	escravos
1781-1785	63.100
1786-1790	97.800
1796-1800	125.000
1801-1805	108.700
1806-1810	117.900
1811-1815	123.500
1816-1820	139.400
1821-1825	188.300
1826-1830	181.200
1831-1835	250.200
1836-1850	93.700
1851-1840	240.600
1841-1845	120.900
1546-1550	157.500
1551-1555	6100
Total	2.113.900

Fonte: Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

As estimativas populacionais disponíveis revelam que durante todo o período colonial houve minoria portuguesa em território brasileiro.

Os maiores contingentes populacionais eram formados inicialmente por indígenas, posteriormente por africanos e seus descendentes, e mestiços.¹³ Esse padrão demográfico favorece a hipótese de um processo de convivência de múltiplos níveis interlinguais durante o período colonial, uma vez que é fato a preponderância do português sobre as outras línguas que com ele coexistiram naquele período da história brasileira. A seguir, passaremos à discussão sobre modelos de formação da língua nacional, tendo em mente os fatos e dados até aqui apresentados.

Modelos de formação da língua nacional

O equilíbrio entre grupos populacionais (aspectos demográficos), a variação de idioletos¹⁴ e situações comunicativas, as línguas em contato (tipologia lingüística), as atividades socioeconômicas e o meio em que ocorrem atividades humanas são cruciais para a compreensão do processo de formação, evolução e mudança lingüísticas. No caso da formação do português brasileiro não poderia ser diferente.

Levando-se esses fatores em consideração e seguindo a tradição dos estudos sobre as origens do português brasileiro, duas grandes linhas investigativas se colocam. São elas: (a) mudanças intra-sistêmicas e deriva lingüística (ou continuidade do português arcaico),¹⁵ e (b) mudanças intersistêmicas e inovações oriundas de contato lingüístico (há diferentes interpretações: crioulização leve, crioulização e posterior descrioulização, semi-crioulização, nativização através de aquisição – incompleta – de segunda língua, estabilização de interlíngua, transmissão irregular).¹⁶

A proposta aqui apresentada rejeita os dois extremos das duas linhas investigativas acima apontadas (deriva estrita e crioulização, respecti-

¹³ MUSSA, Alberto. *O papel das línguas africanas na história do português do Brasil*.

¹⁴ Idioleto é a variação de uma língua, característica a um único indivíduo. Manifesta-se através de uma escolha individualizada de padrões lexicais, construcionais, gramaticais, metafóricos, etc.

¹⁵ NARO, Anthony; SCHERRE, Maria Marta Pereira. *Origens do português brasileiro*.

¹⁶ HOLM, John. *Popular Brazilian Portuguese: a semi-creole*; MELLO, Heliana Ribeiro de. *The genesis and development of Brazilian vernacular*.

vamente) e argumenta a favor da possibilidade de convergência entre elas, desde que se adote uma perspectiva multifacetada e que admita processos complexos que levam a um equilíbrio entre forças evolutivas divergentes.

No cenário de formação da língua nacional poderíamos dizer que apenas temos conhecimento seguro do resultado lingüístico vislumbrado nos dias atuais: qual seja, a morte das línguas africanas para cá transplantadas e o decréscimo substancial do número de línguas indígenas, ao lado do firme estabelecimento do português como língua absolutamente majoritária no Brasil.

Para que tal feito se consumasse, foi necessário que falantes de línguas indígenas e africanas, assim como seus descendentes, pouco a pouco abandonassem suas primeiras línguas e adotassem o português como sua língua veicular. Ao longo do eixo do tempo, o contato entre o português adquirido como segunda língua e o português falado pelos colonizadores foi se consolidando e mesclando, de tal forma a assegurar traços característicos ao português brasileiro vernáculo.

É muito provável que durante os primeiros séculos de colonização tenha havido uma grande instabilidade lingüística na perspectiva da ordem colonizadora. Os primeiros contatos na costa brasileira apresentavam um léxico básico, recurso amplo à gestualidade e à utilização de intérpretes à medida que as transações comerciais se complexificaram.

Com um percentual populacional branco ainda bastante restrito nos dois séculos iniciais, a língua brasílica se desenvolveu amplamente, sendo inclusive adotada como língua materna em algumas localidades, como no interior de São Paulo. Esse foi um momento de grupos populacionais esparsos, em que a densidade demográfica ainda era bastante baixa e a ordem colonial limitava-se a posições isoladas e ainda frágeis.

Quando se iniciou, de fato, o crescimento do interesse econômico português pelo Brasil, com o seu potencial para a indústria açucareira, os padrões de ocupação e exploração territoriais foram alterados, com uma presença mais organizada e consistente de portugueses, assim como com a chegada de milhões de africanos a serem aqui escravizados.

As relações sociais nas propriedades agrícolas se faziam necessaria-

mente mais próximas que aquelas em postos de exploração do pau-brasil. Nas propriedades agrícolas de pequeno porte, os senhores trabalhavam lado a lado com seus escravos e muitas vezes adotavam mulheres negras como concubinas. Tais fatos levariam a uma troca lingüística relevante entre escravos e senhores. Se por um lado os escravos adquiriam o português, por outro, a convivência diária com escravos falantes do português como segunda língua, influenciaria o português falado pelos senhores e seus filhos, estes muitas vezes crianças mestiças, filhas de escravas.

Mesmo nas propriedades agrícolas de maior porte, como os engenhos açucareiros, o contato entre brancos e negros era bastante amplo, e a existência da casa grande como símbolo e *locus* desse contato é bastante conhecido.¹⁷

É possível que jargões instáveis tenham existido nessas propriedades maiores entre os escravos do campo. Entretanto, tais códigos não sobreviveram ao passar das gerações, dando lugar ao português adquirido através do insumo disponível, mesmo que limitado.

Com o crescimento da exploração de pedras e metais preciosos, iniciou-se uma grande movimentação populacional no Brasil. Contingentes de escravos foram deslocados do Nordeste para o Sudeste do país. Adicionalmente, também o número de portugueses que para cá imigraram em busca de riquezas aumentou consistentemente. Esse fato aumentou ainda mais o insumo da língua portuguesa em localidades com preponderância de população escrava, uma vez que além das atividades mineradoras, coordenadas por portugueses, o comércio, assim como a prestação de serviços, desenvolveram-se rapidamente, e ampliaram-se as possibilidades do contato de grupos populacionais distintos com o crescimento e complexificação da organização social.

O que se notou no Brasil foi uma crescente expansão do português após meados do século XVIII, resultantes de mudanças desencadeadas pela transferência da Corte e da ampliação da escolarização a partir do século XIX. A partir de então, poder-se-ia dizer que estava formada uma língua portuguesa do Brasil, com suas características peculiares,

¹⁷ FREIRE, Gilberto. *Obra escolhida*.

adquiridas e desenvolvidas ao longo dos séculos, a partir de uma base língua portuguesa, trazida pelos colonizadores, adquirida como segunda língua por milhões de africanos e por povos indígenas, e em permanente evolução através da transmissão e contato lingüísticos.

O modelo que propomos, portanto, acomoda características notadas nas duas linhas de investigação mencionadas no início desta seção, quais sejam: a matriz portuguesa lusitana, com traços diastráticos baixos, e o contato lingüístico através de processos aquisicionais, do contínuo interlingual e de empréstimos intra-sistêmicos.

Conclusão

Muito ainda há para ser investigado sobre a formação da língua nacional. Apresentamos neste artigo uma linha de investigação que advoga em favor da consideração de fatores demográficos e lingüísticos na conceptualização de modelos explanatórios para a trajetória do português no Brasil. Em vista dos dados de que dispomos, descartamos a hipótese que desconsidera os aportes lingüísticos indígenas e africanos no cenário de formação da língua nacional. Em vista da falta de evidências, descartamos também a hipótese do contato radical que defende a reestruturação do português em território brasileiro nos moldes que levariam à formação de uma língua crioula, com posterior descrioulização.

Dado o valor social que o português sempre teve ao longo da história do Brasil, e dadas as relações sociais e econômicas que aqui se estabeleceram, notadamente o surgimento de um contingente extremamente significativo de população mestiça e atividades agrícolas e comerciais que estabeleceram a convivência próxima de grupos étnicos e lingüísticos distintos, propõe-se que o português foi adquirido como segunda língua por grupos populacionais de origem indígena (em menor escala) e africana (em ampla escala). O português aqui nativizado foi caracterizado por um contínuo de variedades que mutuamente influenciaram e foram influenciadas pelo português trazido pelos colonizadores.

Para o futuro, espera-se que a elucidação de novos dados históricos, estudos comparativos entre o português brasileiro vernáculo e as varie-

dades do português faladas por povos indígenas no Brasil e por africanos nas ex-colônias lusófonas da África, associados a dados demográficos mais consistentes nos ajudem a melhor compreender e explicar o desenvolvimento da língua nacional no Brasil.

Referências bibliográficas

CASTRO, Yeda Pessoa de. *Falares africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2001.

FREIRE, Gilberto. *Obra escolhida*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

HOLM, John. Popular Brazilian Portuguese: a semi-creole. In: D'ANDRADE, Ernesto e KIHM, Alain (Org.). *Actas do Colóquio sobre crioulos de base lexical portuguesa*. Lisboa: Colibri, 1992. p. 37-66.

IBGE. *Brasil: 500 anos de povoamento*. 2000. Disponível em: <http://www.ibge.org.br/>. Acesso em: 15 out. 2007.

MATTOSO, Katia. *To be a slave in Brazil: 1550-1888*. New Brunswick, London: Rutgers University Press, 1989.

MELLO, Heliana Ribeiro de. *The genesis and development of Brazilian vernacular Portuguese*. Ann Arbor: University Microfilms, 1997.

MUSSA, Alberto. *O papel das línguas africanas na história do português do Brasil*. Rio de Janeiro, 1991. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

NARO, Anthony e SCHERRE, Maria Marta Pereira. *Origens do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2007.

RODRIGUES, Aryon. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Palo: Loyola, 1994.

SILVA NETO, Serafim da. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Departamento da Imprensa Nacional, 1963.

Projetos intelectuais e construções de nacionalidade

A ponto precário: o parnaso fundacional de Januário da Cunha Barbosa

Janaína Senna¹

“[...] uma figura nebulosa e esquiva, feita de retalhos, um retalho de impalpável, outro de improvável, outro de invisível, cosidos todos a ponto precário, com a agulha da imaginação.”

Machado de Assis

Quando Francisco Adolfo de Varnhagen publica o *Florilegio da poesia brasileira*, no início da década de 1850, deixa claro que recolher “o que por mais americano tivemos”² foi o critério que adotou para selecionar as obras a serem incluídas em sua coletânea. “Julgamos”, escreve ainda Varnhagen, “dever dar sempre preferência a esta ou àquela composição mais limada, porém semigrega, outra embora mais tosca, mas brasileira, ao menos no assunto”.³

Na verdade, o antologista está simplesmente traduzindo uma idéia que se encontrava, em termos mais ou menos difusos, no “Bosquejo da história da poesia brasileira”, de Joaquim Norberto, publicado em 1841; no *Parnazo brasileiro*, de Pereira da Silva, que veio à luz em 1843 e em 1848, mas que despontou nos trabalhos do chamado grupo da *Nictheroy* ainda em 1836, na trilha das críticas e sugestões feitas por Almeida Gar-

¹ Bolsista de pós-doutorado júnior / Faperj – FCRB. Doutora em História Social da Cultura pela PUC-Rio, com a tese *Flores de antanho: as antologias oitocentistas e a construção do passado literário*.

² VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Florilegio da poesia brasileira*, p. 4.

³ *Ibid.*, p. 3.

rett e Ferdinand Denis nas obras *Parnaso lusitano* e *Résumé de l'histoire littéraire du Portugal, suivi du Résumé de l'histoire littéraire du Brésil*, respectivamente, ambas publicadas em 1826.

Acontece, porém, que a obra inaugural do gênero antológico entre nós – o *Parnazo brasileiro*, do cônego Januário da Cunha Barbosa –, à primeira vista pelo menos, não traz qualquer traço desse modelo de discurso nacionalista que marca a grande maioria dos ensaios, artigos e coletâneas que a sucedeu e que vai informar a escrita da história da literatura brasileira.

Em sua antologia parece que o único critério adotado por Cunha Barbosa foi concorrer “para acordar o louvor dos beneméritos passados, e para estimular a sua imitação, assim a presente, como as gerações futuras”.⁴ Tratava-se, portanto, de reunir e divulgar o maior número possível de composições, todas elas consideradas brasileiras simplesmente por terem sido produzidas por autores aqui nascidos (ou que se acreditava terem nascido aqui, como é o caso de Tomás Antônio Gonzaga). Mais que atribuir a tal ou qual tema ou aspecto o poder de conferir nacionalidade a uma obra, Cunha Barbosa se propunha contribuir para o “conhecimento do *patrimônio* opulento, deixado como herança [...] por [nossos] tão gloriosos antepassados”.⁵

Hoje já não é mais novidade dizer que, em termos de constituição de uma literatura nacional entre nós, muito cedo foi dada como verdade assente uma pequena equação formulada por Ferdinand Denis no referido *Résumé* de 1826: se, pela língua, a produção discursiva da colônia, ou mesmo do país já independente, se identificava à da ex-metrópole e podia ser englobada por ela, era particularmente no campo da temática ou da realidade com a qual aquela língua lidava que seria preciso buscar as marcas que caracterizariam o nacional. No caso específico do continente americano, o que se procurou ressaltar foram sobretudo as dimensões territoriais, a natureza, o clima e quaisquer outros elementos que pudessem instaurar uma diferença com relação ao Velho Mundo.

⁴ BARBOSA, Januário da Cunha. *Parnazo brasileiro*, s/nº.

⁵ *Ibid.*, grifo meu.

Certamente, algo que ilustra muito bem essa convicção é a passagem pitoresca encontrada no trecho final do célebre “Bênção paterna”, prefácio ao romance *Sonhos d’ouro*, de José de Alencar, que se assina aí sob o pseudônimo de Sênio:

[...] pergunto eu, e não se riam, que é mui séria a questão:
O povo que chupa o caju, a manga, o cambucá e a jabuticaba,
pode falar uma língua com igual pronúncia e o mesmo espírito
do povo que sorve o figo, a pêra, o damasco e a nêspera?⁶

Foi precisamente por esse viés de uma natureza considerada propriamente americana que as antologias poéticas e, depois, as histórias da literatura brasileira arrolaram as produções de épocas as mais diversas e estabelecer entre elas uma linha de continuidade. Cunhou-se, para tanto, o conceito de *nativismo*, que funciona como pedra de toque dessa unidade. É o que se lê, por exemplo, no parágrafo inicial da *História da literatura brasileira*, de José Veríssimo, publicada já em 1916. Referindo-se ao movimento romântico, iniciado na segunda metade da década de 1830, como a efetiva emancipação literária do país, o autor faz questão de assinalar: “o sentimento que [...] promoveu e principalmente [...] distinguiu” essa estética, “o espírito nativista primeiro e o nacionalista depois, esse se veio formando desde as nossas primeiras manifestações literárias”.⁷ “É exatamente essa persistência no tempo e no espaço de tal sentimento, manifestado literariamente”, acrescenta Veríssimo logo a seguir, “que dá à nossa literatura a sua unidade e lhe justifica a autonomia”.⁸

Todo esse empenho em encontrar feições características do Brasil nas produções literárias se insere em um projeto maior de constituição de uma identidade nacional, delineando os contornos de um panorama que o ensaísta uruguaio Hugo Achugar denomina “esforço fundacional”⁹ e

⁶ ALENCAR, José de. *Sonhos d’ouro*, p. 702.

⁷ VERÍSSIMO, José. *História da literatura brasileira*, p. 1.

⁸ *Ibid.*

⁹ ACHUGAR, Hugo. *La fundación por la palabra*, p. 17.

que se pode descrever de forma sumária como uma recusa do passado – no caso, o colonial –, aliada a uma tentativa de traçar um futuro inteiramente novo. Tudo isso, porém, sem perder o que aquele passado representaria em termos de tradição. Afinal, como escrevia Gonçalves de Magalhães, no “Discurso sobre a história da literatura do Brasil”, era “mister reunir todos os títulos [de] existência [do país] como o nobre recolhe os pergaminhos da sua genealogia”.¹⁰

No que diz respeito à poesia, as antologias desempenharam um papel fundamental em todo esse processo – e não apenas nos países recém-independentes, diga-se de passagem: o de contribuir para a fundação de uma identidade, na medida em que afirmavam a existência de um patrimônio coletivo, às vezes preexistente à institucionalização do grupo cultural cuja realidade atestavam e ao qual forneciam referências comuns, como assinala Emmanuel Fraisse.¹¹

É importante frisar, no entanto, que, embora o *Parnazo brasileiro*, de Januário da Cunha Barbosa, não assuma explicitamente esse discurso, isso não equivale a dizer que essa obra esteja alijada do esforço fundacional que permeia o pensamento brasileiro ao longo de todo o século XIX. Aliás, mesmo em termos biográficos, seria descabido supor que um dos fundadores do *Revérbero Constitucional Fluminense*, um dos membros mais atuantes da chamada *elite brasiliense*, e, posteriormente, fundador e secretário-perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro pudesse se pôr à margem de tal tarefa.

Já por seu título, o *Parnazo brasileiro, ou collecção das melhores poesias dos poetas do Brasil, tanto ineditas, como já impressas*, compilado e publicado em oito cadernos, entre 1829 e 1832, pode ser pensado como eventual *resposta* ao *Parnazo lusitano*, de Almeida Garrett, publicado três anos antes e que incluía diversos poetas nascidos no Brasil. Pela simples substituição do adjetivo pátrio, a antologia de Cunha Barbosa parece tencionar *pôr as coisas em seus devidos lugares* e restituir ao Brasil o quinhão que lhe caberia por direito. A opção por essa denominação

¹⁰ MAGALHÃES, Gonçalves de. Discurso sobre a história da literatura do Brasil, p. 254.

¹¹ FRAISSE, Emmanuel. *Les anthologies en France*, p. 11.

traz ainda outra implicação: ao unir os termos *parnaso* e *brasileiro* está se estabelecendo um elo entre a tradição greco-romana – o patrimônio da cultura ocidental – e a produção poética do Brasil. Com isso o cômico estaria integrando o país ao grupo dos legítimos herdeiros de tal patrimônio, em pé de igualdade com a ex-metrópole.

Os breves textos introdutórios dessa antologia, embora em número reduzido, confirmam o que o título já anunciavam, ao se definir como tentativa de realizar uma tarefa considerada da maior urgência, pois “carecia [...] fazer patente ao mundo ilustrado quanto” a nação brasileira “tem sido bafejada e favorecida das musas”. Nesse sentido, acrescentava ainda o cômico: “particularmente daquelas que, empregando a linguagem das paixões e da imaginação animada, oferecem à admiração das eras exatos modelos do mais delicado engenho e apurado gosto”.¹²

Vale apontar aqui a semelhança entre essa tarefa que o cômico se impôs e a já mencionada proposta que Gonçalves de Magalhães apresenta, poucos anos depois, como única forma de se dar ao país à sua identidade devidamente documentada. Acrescente-se que não se trata de mera coincidência, uma vez que o próprio Gonçalves de Magalhães, em texto que prepara de certa forma o célebre “Discurso sobre a história da literatura do Brasil”, referia-se ao *Parnazo brasileiro* como um “trabalho [...] digno de louvor [que] muito serviu” à elaboração de seu próprio ensaio.¹³

Em diversos trechos de sua coletânea, o cômico é taxativo ao afirmar que, ao contrário do que se poderia pensar, o Brasil era plenamente capaz de “ostentar-se entre as nações cultas tão fecundo e rico em tesouros de Nobre Poesia”, pois “em realidade deles se achava abastado”.¹⁴ Segundo o antologista, se “as muito bem acabadas produções de seus melhores engenhos”¹⁵ não tinham o destaque e o reconhecimento que mereciam, era apenas porque

¹² BARBOSA, Januário da Cunha. *Parnazo brasileiro*, caderno 2º, s/nº.

¹³ MAGALHÃES, Gonçalves de. *Discurso sobre a história da literatura do Brasil*, p. 246-247.

¹⁴ BARBOSA, Januário da Cunha. *Parnazo brasileiro*, caderno 2º, s/nº.

¹⁵ *Ibid.*

jaziam nas trevas do esquecimento, já por existirem inéditas em mãos avaras ou incuriosas, já por havem [sic] sido dadas à estampa confusa, e destacadamente em coleções a que nem sempre presidiu o bom gosto.¹⁶

Além de afirmarem a existência de um patrimônio cultural que nos pertenceria, essas passagens introduziam uma espécie de justificativa para o tão alardeado descaso dos brasileiros pelas coisas de seu país; afinal, até então ninguém havia tomado a iniciativa de proceder a um trabalho sério de compilação. Por outro lado, o cônego deixa claro que a culpa por tal falha cabe ao processo colonizador, pois, em “mais de trezentos anos de opressiva tutela”,¹⁷ Portugal pouco ou nenhum cuidado dispensou à produção proveniente de sua colônia na América. Essa falta de cuidado ficava patente, aos olhos do cônego, no fato de “nomes dos mais abalizados autores” brasileiros aparecerem trocados e também de muitas “composições poéticas” – “e não das menos distintas” – “corr[erem] anônimas” nas edições realizadas em Portugal.¹⁸

Aliás, as críticas à ex-metrópole não param por aí. Na apresentação que faz de Delfina Benigna da Cunha, a poeta gaúcha “cega desde a idade de dous anos”, Cunha Barbosa a declara dotada de um “gênio raríssimo” e de “uma prodigiosa memória”, o que a tornava “digna de honrar a poesia brasileira”.¹⁹ A referência a essa autora, porém, serve de pretexto para o cônego louvar *suas patrícias* que “muito se distinguem, quando se dedicam nos encantos da literatura”,²⁰ e para criticar a condição em que se encontravam as mulheres brasileiras:

Se por ora não aparecem em maior número escritoras dignas da pública atenção, deve isso atribuir-se a uma educação acanhada, que no Brasil reduzia uma Senhora à curta esfera do manejo

¹⁶ Ibid.

¹⁷ Ibid.

¹⁸ Ibid.

¹⁹ Ibid., p. 25 e 26.

²⁰ Ibid., p. 25.

doméstico, como se as belas-letras fossem vedadas ao seu sexo. Mas a civilização vai já fazendo desaparecer esses prejuízos.²¹

Lado a lado com a contínua afirmação das qualidades intelectuais do país e com a consciência de estar realizando um trabalho pioneiro, Januário da Cunha Barbosa não se cansa de insistir no potencial que teria sua obra de contribuir para o aprimoramento da formação cultural do país. Não por acaso, abre o texto intitulado “Ao público”, no início do caderno primeiro de sua publicação, afirmando que a coleção que se tornava agora acessível aos eventuais leitores visava dar a conhecer “o gênio daqueles brasileiros que, ou podem servir de modelos, ou de estímulo à nossa briosa mocidade que já começa a trilhar a estrada das belas-letras”.²²

É certo que, no plano discursivo, o *Parnazo brasileiro*, de Cunha Barbosa não revela o traçado de uma identidade nacional tal como nos habituamos a vê-lo posteriormente, sobretudo a partir da entrada em cena da chamada Escola Romântica. Aliás, qualquer expectativa contrária configuraria por certo uma visada anacrônica. Isso, não apenas porque o cômego ainda transita pelo campo da arte retórica e, portanto, não se poderia esperar que seu texto apresentasse elementos do ideário romântico – mas também, e talvez principalmente, porque o conceito de nativismo, que, a meu ver, constitui a peça fundamental para a elaboração do discurso nacional que se estabeleceu no Brasil oitocentista, só foi forjado na década seguinte à publicação de sua antologia. (Aqui se faz necessário abrir um parêntese: por enquanto essa afirmação fica reduzida à condição de hipótese, pois é o que venho investigando atualmente.)

É possível, no entanto, perceber aí inúmeras referências pontuais que delimitam os contornos do Brasil enquanto Nação tanto no que se refere à constituição de um patrimônio quanto por oposição à realidade do período colonial, como se viu anteriormente. Ainda em seu texto introdutório, Cunha Barbosa deixava claro que, com essa compilação, pretendia resgatar e preservar “tantas Poesias estimáveis, que o tempo [ia]

²¹ *Ibid.*, p. 25.

²² *Ibid.*, caderno 1º, s/nº.

já consumindo, com prejuízo da *nossa* glória literária” e, além disso, permitir que os leitores possuíssem todo esse acervo “em uma só coleção”.²³ Importa, porém, destacar que o uso do possessivo correspondente à primeira pessoa do plural aponta nitidamente para o caráter coletivo de tal patrimônio.

Ademais, imbuído da necessidade de reunir textos capazes de “honr[ar] o *Parnazo Brasileiro*”,²⁴ o cônego não se limita a incluir em sua coletânea somente aqueles que ainda não houvessem sido impressos, como, aliás, já anunciava o próprio subtítulo da obra. À guisa de exemplo que seja, dos sonetos de Alvarenga Peixoto constantes do *Parnazo*, um “saiu à luz” junto com o *Uruguay*, de Basílio da Gama, em 1769, outro “foi distribuído em avulso [...] por ocasião da inauguração da estátua eqüestre do rei D. José I”.²⁵ dos de Cláudio Manuel da Costa um havia sido incluído por Almeida Garrett no *Parnazo lusitano*.

Juntamente com velhos conhecidos, como Gregório de Matos Guerra, Santa Rita Durão, Basílio da Gama, os chamados poetas inconfidentes, etc., o cônego publicou também autores hoje completamente esquecidos e outros recentemente recuperados, apesar de não incorporados ao cânone. É o caso, por exemplo, da poeta mineira Beatriz Francisca de Assis Brandão, que só veio a publicar um volume de seus poemas depois de ter vários deles impressos no *Parnazo* e merecer, inclusive, uma das *breves notícias* biográficas que, embora em número reduzido, constam dessa antologia.²⁶

É também o caso de Joaquim José da Silva, o Sapateiro Silva, cuja obra mereceu uma edição crítica, por Rachel Valença, precedida de um “estudo histórico-literário”, de Flora Sússekind. A obra completa do poeta sapateiro, reunida pelas autoras, pode ser quase toda encontrada no *Parnazo brasileiro*, à exceção de duas glosas recolhidas por Varnhagen em seu *Florilegio*.

²³ Ibid., s/nº; grifo meu.

²⁴ Ibid., caderno 4º, p. 25.

²⁵ SILVA, Joaquim Norberto de S. *Obras poéticas de Ignacio José de Alvarenga Peixoto*, p. 9.

²⁶ BARBOSA, Januário da Cunha. *Parnazo brasileiro*, caderno 5º, p. 25.

Quanto ao Sapateiro Silva, cabe aqui um aparte. A despeito de sua redescoberta, a dificuldade em enquadrar sua obra em um padrão é decerto garantia de que esta tem muito poucas chances de vir a fazer parte do cânone. Como bem assinala Flora Süssekind, “mesmo o responsável pela divulgação de sua obra não foge à sua caracterização como ‘curiosidade’”.²⁷ Os oito sonetos e as oito glosas incluídos por Januário no caderno 3º de sua antologia vêm precedidos de um pequeno texto por trás do qual o compilador parece ter julgado necessário se escudar:

Os nossos leitores desculparão a publicidade que damos aos seguintes versos joco-sérios; eles são produções de um mestre sapateiro, sem estudos; mas o seu gênio aparece nos mesmos disparates de suas composições, e por isso os espíritos joviais amarão ler, depois de tantas poesias sérias, estas que recreiam pela sua singularidade.²⁸

Há ainda outro aspecto que merece ser considerado e que diz respeito à própria antologia enquanto gênero. Por se tratar de obra necessariamente fragmentária, ela se presta, talvez mais que qualquer outra, à percepção das composições textuais como práticas discursivas, ou seja, ainda que de maneira bastante sumária, como a linguagem em ação. A pesquisa que está por trás do ato compilador, a necessária seleção do material encontrado, a distribuição pelas páginas daquilo que foi recolhido, nada disso é atividade estranha a quem quer que escreva um texto ou mesmo que prepare uma apresentação oral.

Talvez seja possível obter um melhor rendimento dessa questão pensando a obra antológica como feita de dois planos discursivos imbricados. No primeiro, o leitor teria os textos selecionados e sua disposição segundo

²⁷ SÜSSEKIND, Flora. Nas suas costas estava escrito: sapateiro, p. 23.

²⁸ BARBOSA, Januário da Cunha. *Parnazo brasileiro*, p. 42. Observe-se que Varnhagen adota postura semelhante ao mencionar Joaquim José da Silva e no ensaio introdutório ao seu *Florilegio*. “Igual nome [poeta] não daremos, mas sim o de simples versejador a outro fluminense, cuja condição humilde foi para nós grande recomendação para o contemplarmos”, afirma o organizador da coletânea. “Referimo-nos ao sapateiro Silva. Os seus versos devem guardar-se, e podem alguns ler-se” (cf.:v. I, p. 40).

o critério adotado pelo antologista; no outro, estariam os textos que este escreve visando justificar sua obra, suas escolhas e, sobretudo, a unidade que pretendeu criar a partir de uns tantos fragmentos coletados.

No caso das antologias poéticas oitocentistas, ambos os planos revelam nitidamente o engajamento da obra no projeto de constituição – ou de afirmação – da nacionalidade. Se esse não é o caso do *Parnazo brasileiro*, de Januário da Cunha Barbosa, não se pode negar que uma leitura mais minuciosa dessa obra permite entrever aí indícios de um empenho que se alinha perfeitamente a tal projeto. Portanto, pode-se dizer que nossa primeira antologia poética não contribui, como é o caso dos trabalhos de Joaquim Norberto e Varnhagen, por exemplo, para a construção do modelo de escrita da história da literatura brasileira que se afirmou nas últimas décadas do século XIX. Entretanto, não se pode deixar de incluir a obra do cômico na categoria dos *parnasos fundacionais*, definidos por Hugo Achugar como aqueles que “realizaram um gesto, pretenderam dar corpo de letra a um sentimento, tencionaram construir um imaginário, uma nação”.²⁹

²⁹ ACHUGAR, Hugo. Parnasos fundacionales, letra, nación y estado en el siglo XIX, p. 39.

Referências bibliográficas

ACHUGAR, Hugo. La fundación por la palabra. In: _____ (Org.). *La fundación por la palabra: letra y nación en América Latina en el siglo XIX*. Montevideo: Departamento de Publicaciones, Universidad de la República. 1988. p. 7-37.

_____. Parnasos fundacionales, letra, nación y estado en el siglo XIX. In: _____ (Org.). *La fundación por la palabra: letra y nación en América Latina en el siglo XIX*. Montevideo: Departamento de Publicaciones, Universidad de la República, 1998. p. 39-77.

ALENCAR, José de. Bênção paterna, prefácio a *Sonhos d'ouros* (1872). In: _____. *Obra completa*. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1959. v. 1, p. 691-702.

BARBOSA, Januário da Cunha. *Parnazo brasileiro, ou collecção das melhores poezias dos poetas do Brasil, tanto ineditas, como ja impressas*. Rio de Janeiro: Nacional, 1829-1832.

FRAISSE, Emmanuel. *Les anthologies en France*. Paris: PUF, 1997.

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Discurso sobre a história da literatura do Brasil (1836). Edição fac-similar do texto publicado in *Obras de D.J.G. de Magalhaens*, tomo VIII, Opúsculos Históricos e Litterarios. Rio de Janeiro: Garnier, 1865. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1994.

SILVA, Joaquim Norberto de S. *Obras poéticas de Ignacio José de Alvarenga Peixoto*. Rio de Janeiro: Garnier, 1865.

SÜSSEKIND, Flora. Nas suas costas estava escrito: sapateiro. In: SÜSSEKIND, Flora; VALENÇA, Rachel T. *O sapateiro Silva*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1983. p. 5-105.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Florilegio da poesia brasileira, ou collecção das mais notaveis composições dos poetas brasileiros falecidos, contendo as biographias de muitos delles, tudo precedido de um Ensaio histórico sôbre as Lettras no Brazil* (1850-1853). Rio de Janeiro: Publicações da Academia Brasileira de Letras, 1946.

VERÍSSIMO, José. *História da literatura brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro/Paris: Francisco Alves & Cia./Aillaud & Bertrand, 1929. 1. ed. 1916.

Tupifilia internacional: tupi, cientistas e viajantes no século XIX

João Paulo Rodrigues¹

A questão da língua

É de conhecimento geral que o índio foi um importante símbolo do e no Império. Neste sentido, cabe questionar: afinal, que índio era aquele? Fundamentalmente o tupi. Não estou aqui ignorando a variedade de etnias que, como sabiam muitos dos contemporâneos, povoavam o Brasil do Império, muito menos que vários deles, como muras, botocudos e guaranis, habitaram, em vários momentos, o imaginário público e as políticas estatais. É forçoso notar, contudo, que os tupis estavam, direta ou indiretamente, presentes em relatos e testemunhos letrados da época.

No presente texto deixarei de lado essa expressão simbólica da presença tupi (como na pintura e na literatura), para me direcionar a uma expressão menos evidente do que alhures chamei de “tupifilia imperial”:² o interesse científico (que se prolongou pela República) inspirado em certas categorias nascidas na Colônia e também na Europa, sobre grupos específicos de nativos do litoral da América portuguesa e da bacia Amazônica, para, num proces-

¹ Professor de História da América da UFSJ, coordenador do mestrado em História da mesma instituição e doutor em História pela Unicamp. É autor de *A dança das cadeiras: literatura e política na Academia Brasileira de Letras, 1896-1913* (Editora da Unicamp, 2001).

² RODRIGUES, João Paulo C.S. *A pátria e a flor: língua, literatura e identidade nacional no Brasil, 1840-1930*, especialmente o capítulo 1.

so de diálogo entre cientistas e sábios do Brasil, dos Estados Unidos e da Europa, instituir o tupi como a raça e a língua indígena brasileira por excelência. Neste percurso, o tupi adquiriu vários papéis, que não terei como discutir aqui. Limitar-me-ei, portanto, a realçar dois aspectos envolvendo o problema: o tupi como via de contato e prestígio científico para o Brasil no mundo civilizado e a importância da questão lingüística neste processo.

Quando nos aproximamos dos testemunhos que criam ou discutem este tupi, nota-se um elemento fundamental, comum e agregador: a língua. Seja como problema específico de estudo, seja como meio para tratar de problemas maiores, é notável como sábios, viajantes, escritores e professores detiveram-se neste aspecto. Independente de seu treinamento ou proficiência nas técnicas da ciência da linguagem – e mesmo do nulo ou pouco conhecimento das línguas hoje chamadas tupi-guarani – parece que autores que ocupavam o centro ou a periferia da república das letras e das ciências no Brasil imperial não tinham visto obstáculo em opinar sobre assunto que, naquele século XIX, passara a ser cada vez mais especializado.

Uma vez que tal objetivo é abrangente e incorpora discussões de ampla recorrência na historiografia dos últimos 20 anos sobre a questão nacional no Brasil, vou me restringir à análise de livros, ensaios e artigos que tinham, em seu conjunto ou em alguma de suas partes, referências à língua tupi na perspectiva de contribuir para o conhecimento científico do índio brasileiro ou sul-americano. Minha interpretação é que esta face científica da tupifilia partiu de uma proposta limitada pelo conhecimento gerado sobre os índios no período colonial para se tornar uma proposta e uma resposta direcionada a certos paradigmas das ciências e pseudociências produzidas na Europa e na América do Norte ao longo do século XIX. Em outras palavras, meu argumento é de que, além das questões nacionais do contexto imperial, a tupifilia, por ser profundamente informada pelo elemento da língua, tem que ser

entendida também no contexto do desenvolvimento da etnologia, da lingüística e do racismo em seus circuitos internacionais.

Do período colonial aos primeiros viajantes

Iniciemos então com uma genealogia do termo tupi, pois ela permite ver como as dimensões da língua, da raça e da história começam a se mesclar na descrição européia sobre os índios, descrição que será o marco iniciador das reflexões brasileiras do século XIX.

Frei Vicente do Salvador parece ter sido o primeiro a grafar a palavra tupi, em 1627, em texto que só viria a prelo no final do século XIX. Reelaborando a dicotomia colonial entre gentio e tapuia, os tupis seriam tribos de mesma língua que se oporiam a inimigos falantes de línguas distintas entre si – os tapuias. Aparentemente, na criação do termo tupi, frei Salvador partiu de um paralelo entre as semelhanças etnolingüísticas e de etnônimos de tupinambás, tupiniquins, tupinaés e outros, falantes do que na Colônia se chamou de *língua geral* (também referida como língua brasílica no período colonial).³

O jesuíta espanhol Don Lorenzo Hervás y Panduro, em sua magna obra *Catálogo das línguas das nações conhecidas*, cuja edição definitiva, em cinco volumes, apareceu entre 1800 e 1805,⁴ adotou tupi como nome da língua falada pelas antigas tribos dos mesmos tupiniquins, tupinambás, tupinaés, e também dos timinimós, tobaiares, (po)tiguares e tocantinos. A operação parece clara: tendo um ou dois fonemas/radicais iguais (tup-, tub- ou variantes), os povos falantes da língua geral do litoral brasileiro compunham assim uma única entidade.

³ SALVADOR, Vicente do. *História do Brasil: 1500-1627*, p. 77.

⁴ D. Lorenzo Hervás y Panduro. *Catálogo delle lingue conosciute e notizia della loro affinità, e diversità*. Cesena: Gregorio Biasini all'Insegna di Pallade, 1784, e *Catálogo de las lenguas de las naciones conocidas*. 5 volumes. Madri: Imprenta de la Administración del Real Arbitrio de Beneficencia, 1800-1805.

Entre 1810 e 1840 o tupi começa a ser utilizado mais amiúde por viajantes, historiadores e naturalistas ingleses, franceses e portugueses, como em John Luccock, James Henderson, Robert Southey, Adriano Balbi, Ferdinand Denis, Alcides d'Orbigny, Francisco Solano Constâncio e Milliet de Saint-Adolphe.⁵ De maneira geral, embora seja relacionado ao Brasil, o tupi é apresentado como um dialeto do guarani, ou ao menos em estreita conexão com ele. Hervás privilegiava o guarani, no que foi seguido pelo filólogo alemão Johann Christoph Adelung em sua tentativa de refazer o quadro das línguas do mundo.⁶

Uns vão mais além do que outros, propondo teorias etnolinguísticas sobre os ameríndios. Robert Southey, que cita Hervás e José de Anchieta, postula o parentesco entre omáguas peruanos, guaranis paraguaios e tupis do Brasil, tendo o guarani como língua-mãe. No caso brasileiro, ele reconhece a existência de outros grupos. Todavia, por desconhecimento de suas línguas, acaba por classificá-las recorrendo à antiga referência aos “tapuias”. A classificação por base geográfica de Southey também se verifica na obra do veneziano radicado em Paris, Adriano Balbi, que apresentava o tupi como parte integrante da família guarani.

De língua derivada, o tupi vai ganhando contornos mais proeminentes. Ferdinand Denis, por exemplo, retoma a dicotomia colonial, incluindo ainda a questão racial. Devido aos traços faciais e à cor da pele, os tapuias eram bárbaros de origem mongólica. Já os tupis eram

⁵ LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975 [1820]; HENDERSON, James. *A history of the Brazil: comprising its geography, commerce, colonization, aboriginal inhabitants*. Londres: Longman, Hurst, Rees, Orme and Brown, 1821; SOUTHEY, Robert. *História do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981 [1810-1819]; BALBI, Adriano. *Atlas ethnographique du globe, ou Classification des peuples anciens et modernes d'après leurs langues*. Paris: Rey et Gravier, 1826; DENIS, Ferdinand. *Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980 [1838]; D'ORBIGNY, Alcides. *El hombre americano considerado en sus aspectos fisiológicos y morales*. Buenos Aires: Futuro, 1944 [1839]; CONSTÂNCIO, Francisco Solano. *História do Brasil, desde o seu descobrimento por Pedro Álvares Cabral até a abdicação do imperador D. Pedro I*. Paris: J.P. Aillaud, 1839; SAINT-ADOLPHE, J.C.R. Milliet de. *Dicionário geográfico, histórico e descritivo, do Império do Brasil*. Paris: J.P. Aillaud, 1845.

⁶ ADELUNG, Johann Christoph. *Mithridates oder allgemeine sprachkunde* [Quadro universal das línguas conhecidas]. Berlim: Vossische Buchhandlung, 1813. v. 3. Hervás também serviu de base para Luccock.

“uma ramificação menos nobre da raça caucasiana”,⁷ tipos viris e quase tão brancos quanto os portugueses. A linguagem também os apartava irremediavelmente. Os tapuias se dividiam em 73 tribos, que falavam centenas de línguas; já os tupis mantinham sua unidade lingüística, derivada do guarani. Aqui, Denis esclarecia o que estivera insinuado em frei Salvador (cuja obra provavelmente desconhecia) e em Hervás (que possivelmente era-lhe conhecido): a palavra tupi era derivada dos etnônimos coloniais (tupinambá, tupiniquim, etc.). Por fim, o tupi era uma linguagem “polida” – o que nos termos da época, significava ter regularidade gramatical (isto é, uma gramática com as mesmas categorias do grego e do latim), com sonoridade agradável e certo desenvolvimento poético.

Denis deixa claro ainda um último elemento, que será muito explorado posteriormente, e que apenas tangenciarei: os tupis, em estágio entre a barbárie e a civilização, e apesar dos esforços coloniais e jesuíticos, desapareceram. Os tupis estavam mortos. Mas não a língua tupi.

Estado imperial, incorporação do índio e conhecimento científico

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, através de membros a ele ligados, exerceu um papel fundamental na continuidade do impulso que vinha da Europa. Como mostraram já Manoel Luiz Salgado Guimarães e Lília Moritz Schwarcz,⁸ e pelo que se depreende das páginas da revista trimestral do Instituto, a questão indígena era um dos principais tópicos abordados, sempre em conexão com os problemas da ocupação do território, do uso da mão-de-obra nativa em relação à escrava, de origem africana, e da formação histórica da nação. Neste sentido, os artigos publicados na revista sobre línguas indígenas não escaparam a

⁷ DENIS, Ferdinand. *Brasil*, p. 24.

⁸ GUIMARÃES, Manoel L. Salgado. Nação e civilização nos trópicos; SCHWARZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças*, p. 99-140.

este esquema. Cabe, no entanto, entender o porquê do nítido privilégio dado ao tupi.

Lançada em 1839, a revista ostentará nove artigos relacionados a línguas indígenas na década de 1840; cinco na década de 50; dois na década de 60; três na década de 70; e oito na década de 80. Deste universo, seis são textos teóricos, sobre o ensino de línguas indígenas, dicionários topográficos e outros (portanto, não filológicos ou gramaticais); oito dizem respeito a outros idiomas (como puri e mundurucu); e nove acerca do tupi, ou língua geral, ou nheengatu.

Antes de prosseguir, devo esclarecer um ponto importante, mas que aqui não terei como desenvolver da forma adequada: um dos grandes focos do debate no século XIX foi até que ponto esta língua geral era apenas tupi, ou englobava o guarani, uma vez que, no contato com aqueles povos que vimos terem dado origem ao termo tupi, os manuscritos e publicações dos séculos XVI, XVII e XVIII falavam em “língua geral”, ou seja, na existência de um idioma comum à maioria das tribos do litoral da América portuguesa. Ao mesmo tempo, com o avanço sobre terras indígenas na Amazônia (sobretudo com o *boom* da borracha pós-1880), onde havia vários grupos tupis-guaranis, notara-se a sobrevivência de um idioma muito semelhante à língua geral, chamado de nheengatu. Os estudiosos passaram a discutir então qual o grau de parentesco do nheengatu com a língua geral, com o guarani, e se ele era ou não o tupi. Não houve consenso. Daí que vários artigos e ensaios – não só os do IHGB – mesclam os três termos: língua geral, nheengatu e tupi de forma quase indistinta.

De qualquer forma, o importante é que os artigos da revista do Instituto Histórico tinham dois objetivos, um interno e outro externo. Seguindo o espírito animador dos esforços coletivos e individuais daquela instituição, a publicação de manuscritos coloniais sobre a língua geral, de vocabulários tupis ou de outras línguas, e os debates sobre o papel da língua geral-tupi no contato com os nativos, visava tanto levantar materiais sobre a história nacional, quanto dar subsídios ao debate sobre a integração dos índios à civilização sem o recurso ao extermínio, mas ao

aldeamento, à educação e ao trabalho compulsório, conduzido pelo Estado – ainda que com o recurso à evangelização católica.

Desta forma, os artigos têm um inequívoco cunho utilitarista. É quase como se o interesse não fosse o tupi em si, mas sua capacidade de ser meio para a glória da Coroa de Bragança, para o engrandecimento da pátria, e para o orgulho da civilização. Assim, depois que Varnhagen escreveu, em 1841, que “para o estudo das raças indígenas nada nos pode ser de mais socorro do que o conhecimento das suas línguas”,⁹ sem deixar de lado o fato de que vários idiomas foram aquinhoados com estudos, nota-se a proeminência da língua geral ou, cada vez mais, tupi. Encontramos nas páginas da revista, então, artigos voltados mais para o conhecimento do tupi como instrumento de integração, como o “Vocabulário da língua geral usada hoje em dia no alto Amazonas”, contribuição de Gonçalves Dias em 1854, e de outros preocupados com um resgate para a história nacional, como a publicação, em 1881, do manuscrito de John Luccock, “Gramática e vocabulário da língua tupi”.¹⁰

O tupi que emergia destes artigos e ensaios era um morto-vivo. Com exceção das contribuições de Gonçalves Dias, e de José Veríssimo,¹¹ o quadro que se pintava era de um idioma descolado de seu povo. Ou seja, de um idioma que era patrimônio da Igreja, do Estado e de letrados. O idioma tupi sobrevivera, mas a raça tupi desaparecera, ou estava praticamente extinta.

Esta interpretação marcou não apenas a revista do IHGB. Permeou quase toda a produção do período. É o que se nota no *Dicionário da língua geral dos índios do Brasil*, de 1854, de João Joaquim da Silva Guimarães, sócio correspondente do IHGB, no *Dicionário da língua tupi chamada língua geral dos indígenas do Brasil*, de 1858, de Gonçalves Dias,

⁹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Etnografia indígena, línguas, emigrações, e arqueologia..., p. 368.

¹⁰ DIAS, Antônio Gonçalves. Vocabulário da língua geral usada hoje em dia no Alto-Amazonas. *RIHGB*, ano 17, p. 553-576, 1854; A GRAMMAR and vocabulary of the tupi language partly collected and partly translated from the works of Anchieta and Figueira noted Brazilian missionaries by John Luccock – Rio de Janeiro – 1818. *RIHGB*, ano 43, p. 263-344, 1880 e ano 44, p. 1-130, 1881.

¹¹ Trata-se de VERÍSSIMO, José. As populações indígenas da Amazônia: sua linguagem, suas crenças e seus costumes. *RIHGB*, ano 50, p. 259-390, 1887.

no *Glossários de diversas línguas e dialetos que falam os índios no Império do Brasil*, de Martius, de 1863, e de *O selvagem*, de Couto de Magalhães, de 1876.¹² Mesmo aquelas obras – como as da escola paraense da década de 1850 – que apontavam para o fato de que a língua geral ou tupi da época dos jesuítas tinha se transformado em língua franca da Amazônia brasileira traziam em si o pressuposto desta desconexão entre língua e falantes originais.

A partir de meados da década de 1870, entretanto, o tupi começa a recuperar a dimensão que tinha quando era mencionado apenas em obras editadas na Europa: objeto de ciência. Na confluência da recepção de alguns autores da lingüística histórica e do racismo científico, o interesse pelo tupi se amoldou de forma a tanto preservar seu caráter instrumental e seu significado para a história nacional, e a enriquecer o conhecimento civilizado sobre as raças e línguas humanas. Em outras palavras, o tupi, reapresentado às comunidades científicas do Velho Continente e da América do Norte, adicionava um discurso distanciado, próprio à objetividade científica, ao discurso ufanista, afeito ao engrandecimento nacional.

O ufanismo não desapareceu, porém, dos estudos sobre as línguas brasílicas, mesmo nos escritos por não-brasileiros. No Glossário de Martius, é bem claro o objetivo civilizacional que envolve o tupi:

Desejaria que nos lugares mais próprios se formassem escolas da língua geral brasílica, para o uso daqueles brasileiros, que têm de tratar com os índios.

Concebo enfim, que por este meio possa-se alcançar um aumento da civilização dos indígenas. Pois enquanto a experiência demonstra que estes selvagens opõem ao influxo das línguas européias toda a indolência refratária do seu caráter, os sucessos dos antigos fundadores da língua geral brasílica provam o va-

¹² GUIMARÃES, João Joaquim da Silva. *Dicionário da língua geral dos índios do Brasil*. Salvador: Camillo Lellis Masson, 1854; DIAS, Antônio Gonçalves. *Dicionário da língua tupi chamada língua geral dos indígenas do Brasil*. Leipzig: F.A. Bockhaus, 1858; MARTIUS, Karl Friederich von. *Glossários de diversas línguas e dialetos que falam os índios no Império do Brasil*; MAGALHÃES, José Vieira Couto de. *O selvagem*.

lor de um expediente adequado ao gênio dos índios. É verdade que alguns destes obedecem com presteza às ordens, que lhes foram dadas em português, mas nunca penetram na verdadeira inteligência desta língua, não aprendem falá-la corretamente e com facilidade, e forçá-los a pensar nesta língua seria o mesmo, que forçá-los a tomar um natural alheio, desfazendo-se do seu próprio.

Estabelecendo então centros da instrução e indústria destes povos e atraindo-os sucessivamente dos seus matos à vizinhança dos brasileiros com doçura e suavidade, eles devem aprender o bem-aventurado “*ora et labora*”, para viver em trabalho, sossego e felicidade.

Com estas intenções de filantropo entrego o presente volume aos ilustrados amigos do Brasil, e concluo fazendo votos os mais ardentes para a prosperidade daquele belo Império, que, conduzido pela sabedoria de um monarca constitucional, esclarecido, magnânimo e verdadeiro amigo da ciência, caminha de passo seguro para seu grande destino.¹³

Couto de Magalhães, que escreveu *O selvagem* como contribuição etnológica do Brasil à Exposição Internacional da Filadélfia de 1876, ia no mesmo sentido:

A paz e segurança de grande parte de nossas populações do interior, nossas comunicações internas, o aproveitamento de regiões fertilíssimas, a vida das únicas indústrias produtivas do interior – a pastoril, extrativa, a de transportes pelos rios que não têm navegação a vapor; são tantas razões de ordem social que solicitam os esforços do Brasil em bem do amansamento de nossos selvagens.¹⁴

Para Couto de Magalhães era essencial aprender o tupi, pois “por toda parte onde quer que uma raça civilizada se põs em contato com

¹³ MARTIUS, Karl Friederich von. *Glossários de diversas línguas e dialetos...*, p. xviii.

¹⁴ MAGALHÃES, José Vieira Couto de. *O selvagem*, p. xiii.

uma raça bárbara viu-se forçada: ou a exterminá-la, ou a aprender sua língua para com ela transmitir suas idéias”.¹⁵

A convivência destas duas dimensões era moeda comum nos empreendimentos científicos feitos no Brasil, mesmo quando pela mão de estrangeiros. Deve-se levar em consideração certos elementos para entender este tipo de procedimento. Boa parte destas observações era feita por naturalistas, cujo procedimento muitas vezes era mais descritivo do que analítico. As viagens feitas ao Brasil e à América do Sul serviam para a coleta de dados para posterior elaboração – o que muitas vezes não era feito. Além do mais, as ciências naturais ainda se mantinham sob a égide da leitura bíblica da história natural, e de sistemas de classificação pré-evolucionistas. A revolução darwiniana dava apenas seus primeiros passos.

Lingüística e darwinismo

E qual era o paradigma proposto na *Origem das espécies*, de 1859? Como bem se sabe, a teoria da evolução. Ocorre que a idéia de que há uma trajetória inata que rege os organismos biológicos, por meio da qual ocorrem transformações constantes nos elementos individuais, de forma a que os tipos coletivos (espécies e, como se verá, as línguas) também mudem, foi primeiramente sistematizada na filologia comparada, também chamada de gramática comparada, ou lingüística histórica, ou ciência da linguagem.

Desde 1784, quando Sir William Jones, em Calcutá, notou as semelhanças entre o sânscrito, o grego, o latim, o persa, o alto alemão e o celta, os estudos lingüísticos tomaram o rumo comparativo e histórico. Ou seja, notou-se que as línguas se agrupavam em famílias, ramos e troncos e que era possível provar as ligações entre elas e reconstituir genealogias, traçando boa parte da transformação de alguns grupos, notadamente do ramo indo-europeu (durante o século XIX conhecido também como

¹⁵ *Ibid.*, p. xxxii.

“ariano”), da família semita e de uns poucos representantes do extremo oriente, como chinês e japoneses.

A explosão de estudos lingüísticos centrou-se quase exclusivamente no sânscrito e no hindi, no persa antigo e nos idiomas europeus. Os estudiosos da primeira metade do século XIX, sobretudo alemães, mas também dinamarqueses, ingleses e franceses, começaram a descobrir certas regularidades gramaticais, fonéticas e de vocabulário, a ponto de permitir a formulação de leis de evolução, que, por sua vez, levaram à elaboração de redes de classificação dentro do ramo indo-europeu. Os que estudavam na França e na Inglaterra (entre os quais muitos alemães) passaram a ser conhecidos como “orientalistas”. Desta forma, conseguiu-se mostrar a existência de famílias (como a celta, a germânica, a latina, a eslava) que, além de agruparem línguas vivas, as conectavam a ancestrais desaparecidos. Como muitas línguas mortas não deixaram descendentes (era o caso de boa parte das línguas celtas), e certas famílias eram formadas por uma única língua (como o sânscrito), os lingüistas traçaram linhas variáveis e com ramificações. Foram, muito provavelmente, as primeiras árvores genealógicas bem-sucedidas nas ciências.

Como mostraram Léon Poliakov, Edward Said e Thomas Trautmann,¹⁶ os orientalistas tiveram um grande impacto na cultura letrada europeia, gerando estudos sobre as religiões asiáticas (notadamente o budismo e o hinduísmo), o que Friedrich Max Müller chamou de *mitologia comparada*, assim como sobre suas formas de arte e ciências. Stephen Alter demonstrou ainda que o impacto da ciência da linguagem foi tão forte que Darwin se apropriou da imagem da árvore genealógica para melhor explicar como uma variante biológica derivava em várias outras, que acabavam por se transformar em novas espécies.¹⁷

¹⁶ POLIAKOV, Léon. *O mito ariano*; SAID, Edward W. *Orientalismo*; TRAUTMANN, Thomas R. *Aryans and British India*. É distinta a importância e o caráter dados ao orientalismo pelos três autores mencionados, mas não creio que as diferenças comprometam o destaque ao orientalismo em si. Para críticas à abordagem de Said (o mais polêmico dos três autores mencionados), ver, entre outros: ANDREW, J. Rotter. Saidism without Said: *Orientalism and U.S. diplomatic history*. *The American Historical Review*, v. 105, n. 4, p. 1.205-1.217, out. 2000; Trautmann, *Aryans and British India*, p. 19-25.

¹⁷ ALTER, Stephen G. *Darwinism and the linguistic image*.

Este ponto é fundamental, pois no paradigma das ciências naturais, ainda vigente, o recurso à comparação era superficial e aleatório, sem a dimensão da regularidade interna, ou procura por parte do cientista de que o funcionamento e a dinâmica de indivíduos e grupos tivessem como base elementos semelhantes entre si, segundo leis próprias.

A bem da verdade, e ao contrário da interpretação de Marcus de Freitas¹⁸ (que utiliza o termo “romântico” para se referir às ciências pré-darwinianas) nenhum dos dois paradigmas se isolou completamente, o que é particularmente evidente na tupifilia. Mesmo na *Origem das espécies* é possível encontrar esta postura subjetiva e poética. O último parágrafo da obra deixa isso bem claro:

Há grandeza nesta forma de considerar a vida, com seus vários poderes atribuídos primitivamente pelo sopro do Criador a um pequeno número de formas, ou mesmo a uma só; e enquanto o nosso planeta, obedecendo à lei fixa da gravitação, continua a girar na sua órbita, uma quantidade infinita de belas e admiráveis formas, originadas de um começo tão simples, não cessou de se desenvolver e desenvolve-se ainda.¹⁹

No caso da tupifilia, estes elementos se mesclam ainda a outras características – para além das relativas à questão nacional no Brasil, já mencionadas. É preciso considerar que os estudiosos, com raríssimas exceções, como talvez seja o caso de Batista Caetano de Almeida Nogueira, faziam as vezes de cientistas no mais amplo sentido da palavra. Charles Frederik Hartt era naturalista, etnólogo, paleontólogo e geólogo. Von Martius era botânico, historiador e romancista. Varnhagen era historiador. Couto de Magalhães nem erudito era. Foi político, militar, sertanista e empresário. João Barbosa Rodrigues era botânico. Aqueles que falaram sobre o tupi no Segundo Reinado, portanto, deixavam entrever em suas obras sobre esta língua características de seus outros fazeres. É bem verdade que também na Europa, ao menos até por vol-

¹⁸ FREITAS, Marcus Vinicius de. *Charles Frederick Hartt, um naturalista no Império de Pedro II*.

¹⁹ DARWIN, Charles. *A origem das espécies*, p. 509.

ta de 1870, alguns cientistas ainda costumavam transgredir fronteiras que, na realidade, apenas estavam se formando: o mentor de Hartt, o suíço-norte-americano Louis Agassiz estudava geologia, paleontologia e zoologia; August Schleicher, autor de famosa gramática das línguas indo-germânicas, também era zoólogo, especialmente dedicado às borboletas. O próprio Darwin e seu parceiro na descoberta da teoria da evolução, Alfred Russell Wallace, escreveram narrativas de viagem (em que o Brasil aparece com destaque) recheadas de comentários sobre as sociedades que conheceram.

Apesar disso, os estudiosos do tupi procuraram, na medida do possível, agregar os princípios da ciência da linguagem. Martius, aquele que no Império chegou mais perto do caráter comparativo proposto pela lingüística histórica, ora tratou o tupi como uma língua, ora como uma família de línguas. Todavia, assim como vinha ocorrendo desde os anos 1850, fazia uma homologia entre raça e língua. Ele também apresentava um tupi, de características aglutinantes, inferior às línguas européias. Ou seja, sua idéia de tupi tentava uma conciliação entre a noção de língua geral, privilegiada frente os idiomas tapuias, com novas considerações da lingüística. Assim sendo, Martius tanto inovava, quanto criava uma nova escala de julgamento, pois, por trás do conceito de aglutinação, a filologia comparativa perpetuava a tradicional dicotomia entre línguas primitivas e línguas civilizadas, ou “polidas”.

Ao considerar as línguas como estruturas gramaticais lógicas e integrantes de uma mesma árvore genealógica, não haveria lugar para a antiga imagem da escada ascendente indo de línguas “bárbaras” e desordenadas até as “ricas”, “belas” e superiores. A idéia de relações de parentesco e de um transformismo contínuo e complexo, num sistema em que todas as partes possuem um lugar próprio em função do todo e não de critérios exteriores à estrutura gramatical, esvaziaram a idéia de línguas inferiores e superiores.²⁰ Apesar disso, os estudiosos do século XIX não escaparam a alguns preconceitos eurocentristas em relação aos povos ditos “primitivos”. Propôs-se, por exemplo, uma classificação morfológi-

²⁰ TRAUTMANN, Thomas R. *Aryans and British India*.

ca das línguas em três tipos. As línguas *isolantes* (ou *monossilábicas*) se caracterizariam pela não distinção entre raiz (ou morfema) e palavra. Já em uma língua *aglutinante* as palavras seriam compostas pela junção de duas ou mais raízes. Finalmente, os idiomas *flexionais* seriam aqueles em que afixos vazios de significados quando isolados se juntariam às raízes para formar novas palavras. A aglutinação seria um processo falho, uma flexão incompleta. Achava-se que haveria um grau de complexidade crescente em relação ao processo isolante, passando pelo aglutinante, até chegar ao flexional. As línguas não pertenceriam rigidamente a uma ou outra categoria, mas deveriam ser classificadas a partir da predominância de um dentre os três processos. Também se propôs, como fez Max Müller, uma teoria evolutiva, na qual cada representante flexional teria sido antes aglutinante, e cada aglutinante teria sido antes monossilábico, até a cristalização no último estágio. Portanto, embora a maioria dos lingüistas não advogasse claramente a superioridade do ramo indoeuropeu, a idéia de que havia níveis de complexidade na expressão do pensamento insinuava uma hierarquia.

Se, por um lado, o tupi aglutinante era inferior ao português flexional, ao menos era mais polido em relação aos idiomas dos outros povos indígenas, o que revivia a antinomia colonial gentio-tapuia. Dizia Martius:

Um exemplo mui saliente deste fenômeno [são] as hordas na nação jês nas margens do rio Tocantins, as quais, há alguns decênios, entrando em tráfico com os brancos, já não usam um só puro dos dialetos da sua própria linguagem, antes sim falam uma geringonça corrompida, profundamente misturada de elementos muito diversos e sem regra alguma. Maior corrupção ainda observa-se entre os difamados canoeiros em Goiás, os muras e outras hordas sem domicílio certo e errantes. Estas não são descendentes de uma só nação, mas uma mistura de diversos índios com mulatos, cabras, negros e brancos, que foram banidos da comunidade dos cristãos, desertores da lei e civilização. Estas sociedades ferozes, recrutando-se da escória da humanidade, vivendo sem matrimônio, sem lei e sem pejo algum, do roubo, da pilhagem e do homicídio, flagelo da população pacífica limítrofe aos seus

esconderijos, têm formado uma gíria de ladrões, volúvel e sem fundamento gramatical, o que simboliza seu estado moral depravado. Não há dúvida, que estes inimigos da ordem já se vêem apertados pela expansão do domínio da lei, e em tempo não muito remoto hão de desaparecer, mas mesmo com a extinção deles os sertões hão de nutrir como na América do Norte, uma barbárie poliglota, e a qual o amigo filantropo do Brasil se sentirá instigado de traduzir nos domínios abençoados da civilização.²¹

A teoria do tupi como idioma aglutinante, que pode parecer algo secundário, na realidade revela não só a leitura das teorias formuladas nos centros do saber especializado, como também a necessidade que marcou o final do Império, no sentido de “popularizar” o Brasil no exterior. Na mesma época em que D. Pedro II visitava as exposições internacionais, como a da Filadélfia, de 1876, e chamava e recebia eruditos europeus, como Hartt e a comissão de geólogos norte-americanos na década de 1870, e Arthur de Gobineau que, embora enviado pela França como diplomata, era recebido pelo imperador na sua intimidade palaciana, a literatura sobre o tupi se internacionalizava. E, no seu bojo, disseminava-se a imagem de uma grande família (ou, para uns, grande raça) que dominara boa parte da América do Sul.

O reconhecimento internacional do tupi a partir de 1870

Após o livro de Martius, surgiu o trabalho do professor de geologia da Universidade Cornell (Estados Unidos), Charles Frederik Hartt, que esteve na Amazônia e em outras províncias brasileiras entre 1865 e 1877. No intervalo de suas viagens com o antidarwinista Agassiz e os trabalhos da Comissão Geológica do Império, Hartt publicou, em inglês, as “Notas sobre a língua geral ou tupi moderno do Amazonas”, nos *Tratados da Associação Filológica Americana*, em 1872, nas quais defendia um modelo então já em voga no qual uma grande raça tupi-guarani, originária do centro da América do Sul, dera origem às tribos coloniais

²¹ MARTIUS, Karl Friederich von. *Glossários de diversas línguas e dialetos...*, p. xi.

e às ainda vivas que povoaram o litoral brasileiro e a região dividida pelo Brasil, Argentina e Paraguai.²²

Pode-se elencar ainda *O selvagem*, de Couto de Magalhães, um caso singular, pois foi escrito em português. A objetivada tradução para o inglês, como contribuição brasileira à exposição de 1876, à qual o segundo Pedro atenderia em pessoa, não chegou a ocorrer. Couto, deve-se destacar, também adotava a interpretação de que o tupi era um idioma aglutinante.

Lembremos ainda do volume quase esquecido de Varnhagen, escrito em francês e editado em Viena, também em 1876, intitulado: *A origem turaniana dos americanos tupi-caribes e dos antigos egípcios indicada principalmente pela filologia comparada*. Varnhagen – e nisto talvez ele seja mais claro do que outros autores do período – atacou a teoria em voga entre certos estudiosos franceses e hispano-americanos de que os quéchuas e talvez os aimaras fossem raças arianas decaídas, o que se provaria por afinidades entre a estrutura de suas línguas e as das línguas indo-européias do ramo asiático. Para ele, aqueles povos indígenas provavelmente eram asiáticos, mas nunca arianos. Incomodava-lhe, apesar do seu não escondido desprezo pelos indígenas, que outros países americanos tivessem tal primazia frente ao Brasil. Ora, qual forma melhor de assegurar civilização européia para a nação, de elevá-la comparativamente aos países vizinhos e, ao mesmo tempo, participar dos eruditos debates lingüísticos europeus do que propor a singular teoria que o livro sustentava? Varnhagen afirmou que os tupis eram da família turaniana, que atravessaram a África antes de passar ao Brasil, o que ele “comprovava” comparando seu idioma com o egípcio antigo, entre outros idiomas mortos.

O interesse aqui reside em mostrar como o afã cientificista podia se apoderar dos tupinólogos. A teoria turaniana nunca tivera muito crédito na Europa, apesar de ter sido criada em 1854 pelo prestigiado Max Müller, professor de Oxford nascido na Alemanha. Devido à dificuldade que então havia em classificar certas línguas euro-asiáticas, como o turco, o finlandês, o húngaro e o basco, Müller defendeu que (ao contrário do que hoje se sabe) elas pertenceriam a um ramo isolado. A palavra “ária”,

²² HARTT, Charles Frederik. Notes on the língua geral, or modern tupi of the Amazonas.

termo de origem persa, designa algo como “habitante do Āryāvarta” (região noroeste da atual Índia) e também “homem honrado”, “senhor”, “nobre”. *Iran* significa “(terra) dos árias”. Já “turânico”, que apareceria em textos zoroastrianos, seria o designativo persa para as terras de povos nômades na Ásia central, em oposição à terra dos árias. Müller adotou o termo e propôs agregar a ele alguns idiomas caucasianos e europeus. No modelo bipolar que informava às vezes a lingüística e a etnologia, Müller achou que a proposta se difundiria, mas a verdade é que os estudos, já na década de 1870, mostraram a impossibilidade da existência de tal família (o turco, por exemplo, foi posteriormente classificado dentro da família turcomana). Mas a tupifilia era mais forte e Varnhagen adotou a teoria assim mesmo.²³

Ainda nesta linhagem de *marketing*, por assim dizer, se inserem os trabalhos de Amaro Cavalcanti, conselheiro do Império, magistrado e professor do Colégio Pedro II, e os do imperador em pessoa. Cavalcanti publicou, em inglês, pela Imprensa Nacional, em 1883, *A língua brasileira e sua aglutinação*, em que defendia ser o tupi um idioma aglutinante. O monarca escreveu, dentre outros, o verbete sobre a língua tupi que constou do livro editado pelo barão do Rio Branco, por Eduardo Prado e pelo historiador, economista e geógrafo Paul Émile Lévasseur por ocasião da participação brasileira na exposição universal de Paris de 1889.²⁴ Além de aparecer na forma de livro, a publicação constou como o verbete “Brasil”, da *Grande enciclopédia*, editada na França em vários volumes entre 1885 e 1902. Pseudocientífica, a parte sobre a língua tupi, de autoria de Sua Alteza Imperial, mistura classificações etnolingüísticas com comentários impressionistas sobre a beleza daquele idioma e a perspectiva de instrumento de atração dos indígenas.²⁵ O imperador, em certa medida,

²³ Na segunda edição da sua *História geral*, Varnhagen incorpora e resume a tese de *A origem turânica*: PORTO SEGURO. [F.A. de Varnhagen]. *História geral do Brasil*, p. 24 e 54-58.

²⁴ O livro contava com a colaboração de famosos cientistas franceses. Ver os artigos: “A antropologia”, de barão do Rio Branco e Sigismund Zaborowski-Moindron; “As instituições, primitivas no Brasil” de Ernest-Desiré Glasson, em LEVASSEUR, Émile. *O Brasil*, p. 43-51, 175-180.

²⁵ D. Pedro II [sem indicação de autoria]. Algumas notas sobre a língua tupi. In: LEVASSEUR, Émile. *O Brasil*, p. 172-175. O texto foi publicado originalmente sem a indicação da autoria imperial.

resume a tupifilia, nos aspectos da recuperação da dicotomia gentio-tapuia, da legitimação do Império como motor da civilização na América através da incorporação dos índios e da divulgação da ciência, e da insinuação de um sentido espiritual do tupi. Tal rede de significados, incluída em uma obra feita com o claro propósito de divulgar o progresso da nação no maior evento internacional de glorificação da modernidade ocidental, ganha um imenso efeito simbólico que, por ironia da história, vinha a lume no mesmo ano em que caía a monarquia, um forte abalo nas estruturas da tupifilia.

Por fim, não se pode esquecer dos autores estrangeiros que, ao contrário de Hartt e de Martius, pouca ou nenhuma ligação tiveram com o Brasil,²⁶ como Cesare Poma, Julius Platzmann e Lucien Adam,²⁷ especialistas em línguas americanas que, nas décadas de 1870 a 1890 estudaram o tupi em perspectiva comparativa com outros idiomas das Américas, além de reeditarem na Europa textos manuscritos de gramáticas jesuíticas.

Um bom índice da “popularização” do tupi na literatura científica internacional está na recorrência com que é mencionado nas revistas anglo-americanas dedicadas à antropologia e à lingüística, o que evidencia a formação de uma rede de circulação de uma determinada idéia sobre o tupi calcada na sua unidade e predomínio sobre amplo território. O fato de que se trata de artigos dedicados, na imensa maioria, a temas distintos da lingüística sul-americana, só reforça a interpretação de que, apesar de circular nas margens da ciência da época, a tupinologia fora bem-sucedida em se fazer conhecida. Também se destaca que boa parte dos artigos trata da etnologia da América utilizando-se do material lin-

²⁶ Este não era o caso de Denis, conhecido escritor dedicado ao Brasil. Ver: DENIS, Ferdinand. *Rapport sur quelques ouvrages de linguistique brésilienne publiée en ces derniers temps*. Paris: Bouchard-Houard & Jules Tremblay, 1877.

²⁷ POMA, Cesare. *Di un giornale in guarani e dello studio del tupi nel Brasile*. Turim: Eredi Botta, 1897; ADAM, François Lucien. *Matériaux pour servir à l'établissement d'une grammaire comparée des dialectes de la famille tupi*. Paris: Maisonneuve, 1896. Julius Platzman reeditou várias gramáticas, vocabulários e catecismos dos séculos XVI, XVII e XVIII em Leipzig, pela editora Trübner. Entre eles: *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil* (1876); *Arte y vocabulario de la lengua guarani* (1876); *Catecismo de la lengua guarani* (1876); *Diccionario anônimo da língua geral do Brasil* (1896); *Catecismo brasileiro da doutrina cristã* (1898).

güístico sem o mesmo pudor que estudiosos dedicados, notadamente, à Ásia e Europa, demonstravam.

Assim, entre 1850 e 1925, os trabalhos de Martius são mencionados ao menos sete vezes em cinco grandes publicações.²⁸ Couto de Magalhães é citado três vezes, entre 1886 e 1925.²⁹ *A Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil* (1596), de José de Anchieta também aparece em três artigos, entre 1874 e 1918.³⁰ O tupinólogo Batista Caetano Almeida Nogueira é mencionado duas vezes.³¹ Amaro Cavalcanti, D'Orbigny, Hervás e outros também são mencionados amiúde.³² Entretanto, o mais

²⁸ São elas: KING, Richard. Address to the Ethnological Society of London delivered at the anniversary, 25th May 1844. *Journal of the Ethnological Society of London*, n. 2, p. 33, 1850; MARKHAM, Clements R. A list of the tribes of the Valley of the Amazons, including those on the banks of the main stream and of all tributaries. *The Journal of the Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland*, v. 16, 1864; BRINTON, Daniel G. The Arawak language of Guiana in its linguistic and ethnological relations. *Transactions of the American Philosophical Association*, v. 14, n. 3, p. 434, 1871; HARTT, C. F. Notes on the lingua geral or modern tupi of the Amazonas. *Transactions of the American Philological Association*, v. 3, p. 59-60, 1872; FERREE, Barr. Climatic influences in primitive architecture. *American Anthropologist*, v. 2, n. 2, p. 158, abr. 1890; BRINTON, D. G., The linguistic cartography of the Chaco region. *Proceedings of the American Philosophical Society*, v. 37, n. 158, p. 183,189, dez. 1898; RICE, A. Hamilton. Plans for exploration at the headwaters of the Branco and Orinoco. *Geographical Review*, v. 15, n. 1, p. 120, jan. 1925.

²⁹ BRINTON, Daniel G. On polysynthesis and incorporation as characteristics of American languages. *Proceedings of the American Philosophical Society*, v. 23, n. 121, p. 80, jan. 1886; RICE, A. Hamilton et al. Further explorations in the north-west Amazon basin: discussion. *The Geographical Journal*, v. 44, n. 2, p. 167, ago. 1914; RICE, A. Hamilton. Plans for exploration at the headwaters of the Branco and Orinoco. *Geographical Review*, v. 15, n. 1, p. 121, jan. 1925.

³⁰ TRUMBULL, J. Hammond. On numerals in American Indian languages, and the Indian mode of counting. *Transactions of the American Philological Association*, v. 5, p. 41, 1874; BRINTON, Daniel G. On polysynthesis and incorporation as characteristics of American languages, p. 82-83; RICE, A. Hamilton; SWANSON, John W. Notes on the Rio Negro (Amazonas). *The Geographical Journal*, v. 52, n. 4, p. 214, out. 1918.

³¹ BRINTON, Daniel G. On polysynthesis and incorporation as characteristics of American languages, p. 80; BRINTON, Daniel G. Rate of change in American languages. *Science*, v. 10, n. 252, p. 274, 2 dez. 1887.

³² ANTHROPOLOGY. *The American Naturalist*, v. 19, n. 1, p. 1127-1134, nov. 1885; BRINTON, Daniel G. The philosophic of grammar of American languages, as set forth by Wilhelm von Humboldt, with the translation of an unpublished memoir by him on the American verb. *Proceedings of the American Philosophical Society*, v. 22, n. 120, parte 4, p. 306-331, out. 1885; BRINTON, Daniel G. On polysynthesis and incorporation as characteristics of American languages; BRINTON, Daniel G. Current notes on Anthropology. *Science*, v. 3, n. 76, p. 861, 12 jun. 1896; BRINTON, Daniel G. The linguistic cartography of the Chaco region. *Proceedings of the American Philosophical Society*, v. 37, n. 158, p. 178-205, dez. 1898; MARKHAM, Clements R. A list of the tribes of the Valley of the Amazons, including those on the banks of the main

revelador são dois elementos que, originários da tupifilia brasileira, aparecem reproduzidos por antropólogos, geógrafos e linguistas ingleses e norte-americanos. Há a mescla dos termos “tupi”, “tupi-guarani” e “língua geral”,³³ e há a identificação do tupi como principal raça brasileira, quase sempre omitindo ou minimizando o papel dos guaranis.³⁴ Neste último elemento é ainda nítido que o tupi deixa de ser apenas ramo ou dialeto do guarani, tal como se vê em artigos das décadas de 1860 e 1870.³⁵ Por fim, nota-se certo número de artigos que simplesmente

stream and of all tributaries; BRETON, Adela. Seventeenth International Congress of Americanists, Buenos Aires, May 16th to 24th, 1910. *Man*, v. 10, p. 141-144, 1910.

- ³³ LESLEY, J.P. On the insensible graduation of words. *Proceedings of the American Philosophical Society*, v. 7, n. 62, p. 129-155, jul./dez. 1859; LESLEY, J.P. Notes. *The American Naturalist*, v. 5, n. 7, p. 448-450, set. 1871; SIMSON, Alfred. Notes on the Piojes of the Putumayo. *The Journal of the Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland*, v. 8, p. 215-216, 1879; BRINTON, Daniel G. On polysynthesis and incorporation as characteristics of American languages. *Proceedings of the American Philosophical Society*, v. 23, n. 121, p. 79-84, jan. 1886; RICE, A. Hamilton et al. Further explorations in the north-wet Amazon basin: discussion. *The Geographical Journal*, v. 44, n. 2, p. 167, ago. 1914; RICE, A. Hamilton. Further explorations in the north-wet Amazon basin. *The Geographical Journal*, v. 14, n. 2, p. 156, ago. 1914; SCHULLER, Rudolph. Native poetry of northern Brazil. *The Journal of American Folklore*, v. 28, n. 110, p. 365-375, out./dez. 1915; RICE, A. Hamilton; SWANSON, John W. Notes on the Rio Negro (Amazonas), *The Geographical Journal*, v. 52, n. 4, p. 214, out. 1918; RICE, A. Hamilton. Plans for exploration at the headwaters of the Branco and Orinoco. *Geographical Review*, v. 15, n. 1, p. 115-122, jan. 1925.
- ³⁴ PRICHARD, James Cowles. Anniversary address for 1848, to the Ethnological Society of London on the recent progress of Ethnology, *Journal of the Ethnological Society of London*, v. 2, . p. 145, 1850; MARKHAM, Clements R. On the races of the Peruvian Andes, and on the communication between the Andes and the Atlantic. *Proceedings of the Royal Geographical Society of London*, v. 15, n. 5, p. 373, 1870-1871; BRINTON, Daniel G. The conception of love in some American languages. *Proceedings of the American Philosophical Society*, v. 23, n. 124, p. 559-560, dez. 1886; STEWART. On the inhabitants of Paraguay, *The Journal of the Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland*, v. 23, p. 176, 1889.; CHAMBERLAIN, Alexander F. Linguistic stocks of South American Indians, with distribution map. *American Anthropologist*, v. 15, n. 2, p. 236-247, abr./jun. 1913.
- ³⁵ Os artigos são: MACKENSIE, Kenneth R.H. Notes on a stone axe from the Rio Madera, Empire of Brazil. *Journal of the Anthropological Society of London*, v. 5, p. clxxxvi-clxxxviii, 1867; Proceedings of scientific societies, *The American Naturalist*, v. 3, n. 9, p. 502-503, nov. 1869; FORBES, David. On the Aymara Indians of Bolivia and Peru. *Journal of the Ethnological Society of London*, v. 2, n. 3, p. 196, 1870; LUBBOCK, John. Notes on the Macas Indians. *The Journal of the Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland*, v. 3, p. 32, 1874.; CLARK, Hyde. Researches in prehistoric and protohistoric comparative philology, mythology, and archaeology, in connection with the origin of culture in America, and its propagation by the Sumerian or Akkad families. *The Journal of the Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland*, v. 4, p. 202, 1875; HUMBOLDT, Wilhelm von. On the verb in American languages. *Proceedings of the*

mencionam a língua, família, ramo tupi ou tupi-guarani, o que, apesar da brevidade da citação, certamente ajudava a fixar o termo na literatura internacional.³⁶

Conclusão

Um dos componentes da tupifilia foi sua articulação internacional. A noção do tupi dependeu bastante de uma ampla rede entre o Brasil, os Estados Unidos e a Europa. Um indianismo filológico que necessitou das teorias lingüísticas e etnológicas mais modernas, a tupifilia brasileira também procurou apresentar suas conclusões à audiência especializada internacional, com uma dimensão eminentemente científica e, na segunda metade do século XIX, também com uma dimensão nacionalista. A valorização do tupi pode ser medida, por exemplo, numa breve pas-

American Philosophical Society, v. 22, n. 120, parte 4, p. 337-338, 353-354, 1885.

³⁶ São elas: TRUMBULL, J.H. The Algonki verb. *Transactions of the American Philological Association*, v. 7, p. 161, 1876; Anthropology. *The American Naturalist*, v. 11, n. 5, p. 310, mai. 1877; ROWBOTHAM, J.F. Certain reasons for believing that the art of music in prehistoric times passed through three distinct stages of development, each characterized by the invention of a new form of instrument, and that these stages invariably succeeded one another in the same order in various parts of the world. *The Journal of the Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland*, v. 10, p. 382-383, 1881; Ethnological notes. *Science*, v. 9, n. 222, p. 443, 6 mai. 1887; DERBY, Orville A. *Science*, v. 12, n. 292, p. 11.117-11.118, 7 set. 1888.; RECORD of American Folk-lore. *The Journal of American Folklore*, v. 3, n. 9, p. 162-163, abr./jun. 1890; BRINTON, Daniel G. The International Congress of Americanists. *American Anthropologist*, v. 4, n. 1, p. 36, jan. 1891; MASON, Otis Tufton. Bows and arrows of central Brazil. *Science*, v. 3, n. 76, p. 868-869, 12 jun. 1896; MASON, Otis Tufton. Aboriginal American zootechny. *American Anthropologist*, v. 1, n. 1, p. 48, jan. 1899; MASON, Otis Tufton. Traps of the Amerinds: a study in psychology and invention, *American Anthropologist*, v. 2, n. 4, p. 662, out./dez. 1900; GIGLIOLI, E.H. Portrait of a Guayaqui Indian. *Man*, v. 4, p. 161, 1904; MACCURDY, George Grant. The Sixteenth International Congress of Americanists. *American Anthropologist*, v. 10, n. 4, p. 653, out./dez. 1908; CHAMBERLAIN, Alexander F. Periodical literature. *The Journal of American Folklore*, v. 23, n. 87, p. 142, 158-161, 169, jan./mar. 1910; CHAMBERLAIN, Alexander F. Periodical literature. *The Journal of American Folklore*, p. 24, n. 91, p. 423, 429, 602, jan./mar. 1911; SCHULLER, Rudolph. Erroneous interpretation of the 'tears greeting'. *American Anthropologist*, v. 17, n. 3, p. 607-609, jul./set. 1915; SCIENTIFIC notes and news. *Science*, v. 42, n. 1.089, p. 688, 12 nov. 1915; BLAKE, R.H. Notes on the alto Rio Branco, north Amazonas. *The Geographical Journal*, v. 47, n. 5, p. 368, mai. 1916; MACCURDY, George Grant. Anthropology at the Washington meeting *Science*, v. 43, n. 1.121, p. 903, 23 jun. 1916; QUEVEDO, Samuel A. Lafone. Guarani kinship terms as index of social organization. *American Anthropologist*, v. 21, n. 4, p. 421, out./dez. 1919; FAWCET. Correspondence. *Geographical Review*, v. 15, n. 4, p. 696, out. 1925.

sagem da apresentação de Daniel Brinton da análise de Wilhelm von Humboldt (irmão do viajante Alexander von Humboldt) sobre os verbos nas línguas americanas, na qual se chocam a interpretação da inferioridade lingüística tupi frente aos idiomas europeus e a representação positiva do povo tupi como um povo corajoso e digno.³⁷ O termo foi adotado por autores europeus que escreviam primordialmente para europeus (Hervás, Luccock, Southey, Balbi, Denis), procurando encaixar a realidade etnolingüística ameríndia em modelos de grandes raças e de troncos idiomáticos. Mas o tupi foi reapropriado também para novas finalidades. E, na volta do parafuso, foi devolvido à literatura científica internacional, em obras escritas em francês, alemão e inglês como se vê, por exemplo, na teoria turaniana de Varnhagen, na taxonomia de Martius e no resumo de Cavalcanti.

Ao procurarem apoio em teorias da ciência da linguagem, ao escreverem para o público europeu e norte-americano, ao tornarem quase sinônimos tupi, nheengatu e língua geral, ao darem proeminência ao tupi em relação ao guarani, ao incorporarem a perspectiva (já abandonada por volta de 1860 entre os principais lingüistas) de que o conhecimento do tupi levava a uma classificação racial, os autores citados aqui, uns em maior (como Martius e Couto de Magalhães), outros em menor medida (como Hartt e Cavalcanti), acabavam por pintar um quadro que incorporava um dos principais aspectos do indianismo literário: o índio brasileiro era, fundamentalmente, o tupi.

É mesmo possível especular se a proeminência dada pelos naturalistas viajantes das décadas de 1810 a 1840 ao guarani, bem como a maior circulação das gramáticas espanholas sobre este guarani e, ainda, o impacto da rivalidade entre Brasil e as repúblicas sul-americanas (e em especial da Guerra do Paraguai), não teria motivado alguns destes autores

³⁷ “Os tupis podem ser um povo energético e habilidoso, mas com sua linguagem eles não podem nunca tomar uma posição de senhores no campo das idéias”, em: BRINTON, D.G. *The philosophic grammar of American languages, as set forth by Wilhelm von Humboldt, with the translation of an unpublished memoir by him on the American verb. Proceedings of the American Philosophical Society*, v. 22, n. 120, parte 4, p. 326, out. 1885. Este é o único trecho do artigo que comenta várias características de línguas indígenas, em que o autor tece algum julgamento de valor antropológico.

a responder utilizando a história e a etnolingüística, alçando o Império a uma posição de destaque frente a seus vizinhos. Outra hipótese que se pode adicionar é que, se as palavras do lingüista Robert Gordon Latham (“não há parte do mundo sobre a qual a filologia comparativa é mais incerta e obscura do que a América do Sul”)³⁸ estão certas, a tupifilia acabou por ser beneficiada por estas incertezas, lançando um raio de luz sobre um panorama que seria duvidoso.

Mesmo que pesquisas adicionais devam ser feitas para se saber até que ponto o tupi rivalizou com outras grandes famílias americanas, como o caribe, o quéchua, o guarani, o patagônio ou o omágua, fica evidente que a tupifilia imperial fez do tupi uma referência na literatura etnológica e lingüística internacional, no que diz respeito às raças e línguas americanas.

³⁸ LATHAM, Robert Gordon. *Elements of comparative philology*, p. 478.

Referências bibliográficas

- ALTER, Stephen G. *Darwinism and the linguistic image*. Baltimore: The John Hopkins University, 1999.
- CAVALCANTI, Amaro. *The Brazilian language and its agglutination*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1883.
- DARWIN, Charles. *A origem das espécies*. São Paulo: Ediouro, 2004.
- DENIS, Ferdinand. *Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.
- FREITAS, Marcus Vinicius de. *Charles Frederick Hartt, um naturalista no Império de Pedro II*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2002.
- GUIMARÃES, Manoel L. Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: CPDOC, n. 1, p. 5-27, 1988.
- HARTT, Charles Frederik. Notes on the língua geral, or modern tupi of the Amazonas. *Transactions of the American Philological Association*, n. 3, p. 58-76, 1872. Traduzido como: Notas sobre a língua geral ou tupi moderno do Amazonas e publicado nos *Anais da Biblioteca Nacional*, n. 51, p. 303-390, 1929.
- LATHAM, Robert Gordon. *Elements of comparative philology*. London: Walton and Maberly, 1862.
- LEVASSEUR, Émile. *O Brasil*. Rio de Janeiro: Bom Texto: Letras e Expressões, 2000.
- MARTIUS, Karl Friederich von. *Glossários de diversas línguas e dialetos que falam os índios no Império do Brasil*. Erlangen: Druck von Junge & Sohn, 1863.
- PANDURO, Lorenzo Hervás. *Catalogo delle lingue conosciute e notizia della loro affinitá, e diversitá*. Cesena: Gregorio Biasini all'Insegna di Pallade, 1784.
- _____. *Catálogo de las lenguas de las naciones conocidas*. Madri: Imprenta de la Administración del Real Arbitrio de Beneficencia, 1800-1805.

POLIAKOV, Léon. *O mito ariano*. São Paulo: Perspectiva: Ed. da Universidade de São Paulo, 1974.

RODRIGUES, João Paulo C. S. *A pátria e a flor: língua, literatura e identidade nacional no Brasil, 1840-1930*. Campinas, 2002. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas.

SAID, Edward W. *Orientalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SALVADOR, Vicente do. *História do Brasil: 1500-1627*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1982.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

TRAUTMANN, Thomas R. *Aryans and British India*. Berkeley: University of California Press, 1997.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Etnografia indígena, línguas, emigrações, e arqueologia: padrões de mármore dos primeiros descobridores. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, ano 3, v. 11, p. 366-376, 1841.

_____. *História geral do Brasil antes de sua separação e independência de Portugal*. 2ª ed. Rio de Janeiro: E. & H. Laemmert, s.d. [1876].

_____. *L'origine touranienne des américains tupi-caribes et des anciens égyptiens montrée principalement par la philologie comparée: et notice d'une émigration en Amérique effectué a travers l'Atlantique plusieurs siècles avant notre ère*. Viena: Faesy & Frick, 1876.

Dicionário, sociedade e língua nacional: o surgimento dos dicionários monolíngües no Brasil

José Horta Nunes¹

Vamos abordar neste trabalho a constituição dos dicionários monolíngües na conjuntura brasileira, procurando explicitar as condições desse acontecimento e mostrando a singularidade dele em um país de colonização. Falar da história dos dicionários brasileiros leva a considerar a passagem da lexicografia portuguesa à lexicografia brasileira e a explicitar a especificidade de cada uma dessas tradições, assim como mostrar seus entrecruzamentos, suas continuidades e descontinuidades, suas concomitâncias e defasagens.

O *Diccionario da lingua portugueza*, de A. de Moraes Silva,² publicado em Lisboa em 1789, é considerado o primeiro monolíngüe da língua portuguesa. O autor realiza um trabalho de redução do extenso dicionário de Bluteau, o *Vocabulario portuguez e latino*, de 1712-1728,³ o qual, sendo um bilíngüe português-latim, já trazia longas definições em português. Ainda que Moraes seja um autor brasileiro, nascido no Rio de Janeiro, seu dicionário se filia diretamente à tradição portuguesa, em um momento em que os brasileiros realizavam estudos em Portugal. Depois

¹ Pesquisador da área de Análise de Discurso e de História das Idéias Lingüísticas e professor da UNESP. Atualmente desenvolve o projeto "Documentação Lingüística: Arquivo, Instrumentação, Divulgação". É autor do livro *Dicionários no Brasil: análise e história* (Pontes, 2007).

² SILVA, António de Moraes. *Diccionario da lingua portugueza*.

³ BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez e latino*.

do Moraes, vários outros dicionários portugueses deram continuidade a essa série em Portugal.

Já os dicionários monolíngües brasileiros começam a aparecer no século XIX e se consolidam somente no século XX. No século XIX surgem os primeiros dicionários *parciais*. Entendemos por *parciais* os dicionários de complemento aos dicionários portugueses, como o de Rubim,⁴ em 1853, os dicionários de regionalismos, como o de Coruja,⁵ de 1852, e já no final do século os dicionários de brasileirismos, como os de Rohan,⁶ de 1889, e Soares,⁷ de 1888. Mas os dicionários *gerais* brasileiros somente aparecem no século XX, a partir dos anos 30, com os dicionários de Freire,⁸ de 1939-1944, e Barroso e Lima,⁹ de 1938. E eles se estabelecem definitivamente nos anos 1960-1970, quando substituem os dicionários portugueses, passando a ser mais utilizados que aqueles. Os dicionários de Silva,¹⁰ que teve sua primeira edição em 1962, e Ferreira,¹¹ de 1975, são dois dos mais representativos desse último momento.

É bem recente, portanto, a constituição dos grandes dicionários monolíngües brasileiros. Para se compreender o longo processo que resultou nessas obras, convém levar em consideração o acúmulo de textos lexicográficos que se estendem desde os dicionários bilíngües (português-tupi/tupi-português) da época colonial e imperial, passando pelos dicionários parciais já mencionados do século XIX, assim como pela assimilação dos dicionários portugueses em circulação no Brasil.¹² Porém, é preciso considerar que os dicionários gerais, que projetam um imaginário de unidade, de completude, somente se apresentam e circulam de forma ampla e

⁴ RUBIM, Braz da Costa. *Vocabulário brasileiro para servir de complemento aos dicionários da língua portuguesa*.

⁵ CORUJA, Antônio Álvares Pereira. Coleção de vocábulos e frases usados na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

⁶ ROHAN, Visconde de Beaurepaire. *Dicionário de vocábulos brasileiros*.

⁷ SOARES, Antônio Joaquim de Macedo. *Dicionário brasileiro da língua portuguesa*.

⁸ FREIRE, Laudelino. *Grande e novíssimo dicionário da língua portuguesa*.

⁹ BARROSO, Gustavo; LIMA, Hildebrando. *Pequeno dicionário brasileiro da língua portuguesa*.

¹⁰ SILVA, Adalberto Prado e. *Novo dicionário brasileiro Melhoramentos ilustrado*.

¹¹ FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa*.

¹² Ver NUNES, José Horta. *Dicionários no Brasil: análise e história do século XVI ao XIX*.

contínua no século XX.¹³ Não se trata de dicionários que complementem os dicionários portugueses ou acrescentam elementos a eles, mas sim de obras que passam a funcionar como representativas de uma totalidade da língua praticada no Brasil.

Nas reflexões que seguem, vamos mostrar que no período analisado do século XX, que vai dos anos 30 aos anos 70, podemos distinguir diferentes momentos dessa dicionarização, dos quais resultam certas formas de dicionário. Com isso, levantamos elementos para se pensar o processo de gramatização no Brasil e sua relação com a língua nacional.¹⁴ Ao mesmo tempo, atentamos para a relação desses instrumentos com a sociedade, explicitando os modos de representá-la no discurso lexicográfico.

Tendo em vista esses objetivos, vamos primeiramente nos localizar no interior da perspectiva teórica que adotamos.

Dicionário: discurso e história das idéias lingüísticas

Os trabalhos ligados ao Programa História das Idéias Lingüísticas, coordenado por Eni Orlandi (Unicamp) e Eduardo Guimarães (Unicamp) têm se dedicado a compreender a emergência de um saber meta-lingüístico no Brasil, suas transformações, sua institucionalização e sua relação com a formação de uma língua nacional.¹⁵ Uma atenção especial é dada ao estudo dos instrumentos lingüísticos como gramáticas e dicionários. Aliando a perspectiva da análise de discurso à da História das Idéias Lingüísticas, os instrumentos lingüísticos são considerados na sua relação com a sociedade e a história.

¹³ O dicionário de Silva Pinto é um caso singular no século XIX. Trata-se da primeira impressão de um dicionário geral brasileiro, em Ouro Preto, 1832, que na época se manteve isolada e sem continuidade. Os estudos em andamento de Ivana Stolze Lima e de Dantielli Assumpção Garcia permitirão conhecer melhor esse dicionário. Em nosso caso, vamos nos limitar ao século XX, quando há uma série de obras que consolidam a produção dos dicionários gerais no Brasil. (Ver PINTO, Luís Maria da Silva. *Dicionário da língua brasileira*.)

¹⁴ Entendemos por *gramatização*, conforme S. Auroux, "o processo que conduz a *descrever* e a *instrumentar* uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalingüístico: a gramática e o dicionário." (AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*, p. 65.)

¹⁵ Ver ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). *História das idéias lingüísticas*.

Para o estudo das condições de produção dos dicionários tem sido muito produtivo o conceito de *hiperlíngua*, de S. Auroux.¹⁶ Segundo esse autor, a *hiperlíngua* diz respeito não à língua de forma abstrata, mas sim, ao espaço-tempo onde se encontram os sujeitos falantes e onde se inserem também os instrumentos lingüísticos, que transformam as relações que esses falantes entretêm com a língua. Como mostra Auroux, sem os instrumentos lingüísticos talvez não se tivessem formado os espaços relativamente homogêneos das línguas nacionais, com as reduções das diferenças dialetais nos territórios em que eles circulam. No Brasil, acrescente-se a isso o controle do multilingüismo, ou seja, da presença das línguas indígenas e africanas bem como das línguas de imigrantes.

Ao tratar dos modelos de gramatização, Eni Orlandi¹⁷ assinala que o modelo brasileiro não é o mesmo de outros referentes ao espaço europeu, dentre os quais salientam-se o da *língua literária* (irlandês, provençal), o da *absolutista* (França, Espanha) e o da *comunitária* (Alemanha, Itália):

Em matéria de constituição das línguas nacionais e dos saberes lingüísticos, pensamos imediatamente em três modelos, próximos de nós e historicamente bem documentados, mesmo se sua oposição fica caricatural:

- Construção de uma língua literária (irlandês no século VII ou, a partir do XII, o provençal não somente para os toulousinos, catalões e italianos);
- Construção de uma língua comum pelo desenvolvimento hegemônico da burguesia (o caso alemão e o Hochdeutsch); a construção se faz a partir de vários centros, fora da elaboração de um Estado (pensamos nos países de língua alemã, mas igualmente na península italiana); aceitação conseqüente dos dialetos locais;

¹⁶ *A hiperlíngua é um espaço/tempo estruturado pelos seguintes elementos: diferentes indivíduos em relação de comunicação; tais relações se efetuam sobre a base de competências lingüísticas (aptidões atestadas por sua realização); as competências lingüísticas individuais não são as mesmas; os indivíduos podem ter acesso a instrumentos lingüísticos; os indivíduos têm atividades sociais; as relações de comunicação têm lugar em certos ambientes.* (AUROUX, Sylvain. Língua e hiperlíngua.)

¹⁷ ORLANDI, Eni Puccinelli. Apresentação. *História das idéias lingüísticas*, p. 12.

- Construção de uma língua nacional pela vontade de um Estado forte e cuja centralização se marca pela existência de uma capital em que está um poder central de natureza absolutista (França, Espanha); erradicação conseqüente das variantes locais ou das outras línguas que ocupam o território.¹⁸

Há ainda vários outros modelos de gramatização. No que concerne ao Brasil, Orlandi considera que seria preciso identificar um outro modelo: o dos países de colonização: “Trata-se do caso em que há extensão do uso de uma língua já instrumentalizada (ou em curso de instrumentalização sobre um território dado) para outro território. É o caso que se produziu nas grandes colonizações ocidentais (inglesa, francesa, portuguesa, espanhola, na América, em especial).”¹⁹ Nesse caso, consideramos que o saber metalingüístico surge na tensão entre a posição do colonizador e a do colonizado, num processo que vai da “colonização” à “descolonização” e ao estabelecimento de relações internacionais, processo esse que deixa marcas nos instrumentos lingüísticos até a atualidade.

A constituição das gramáticas e dicionários brasileiros não corresponde desse ponto de vista somente a uma transposição dos instrumentos europeus, mas a todo um processo histórico singular, que se inicia com os primeiros contatos.²⁰ Desse processo resultam, além da inserção de gramáticas latinas e de dicionários portugueses, que serviram de base para a confecção dos instrumentos locais, formas específicas de gramáticas e dicionários, como as elaboradas pelos jesuítas na época colonial, e as que condicionaram a formação da língua nacional na segunda metade do século XIX. Essa produção se mostra por todo um conjunto de fatos, que vão desde o exercício de uma autoria brasileira

¹⁸ *Ibid.*, p. 14-15.

¹⁹ *Ibid.*, p.15.

²⁰ Eni Orlandi analisa de um ponto de vista discursivo as situações de contato e as produções lingüísticas que resultaram desde a época colonial (ORLANDI, Eni Puccinelli. *Terra à vista – discurso do confronto: Velho e Novo Mundo*).

até a produção de novos instrumentos ou à adaptação dos instrumentos portugueses.²¹

Tal modelo de dicionarização, que compreende o uso e a complementação dos dicionários portugueses, seguido da constituição dos dicionários gerais, apresenta algumas singularidades quando pensamos sua relação com a sociedade e a história, o que objetivamos mostrar analisando três formas de dicionário produzidos no Brasil do século XX: o *dicionário clássico*, o *dicionário popular* e o *dicionário popular-clássico ou médio*. Vamos mostrar que essas formas de dicionário correspondem a distintas representações da sociedade e dos sujeitos falantes na sua relação com a língua.

Antes de passarmos à análise desses dicionários, faremos algumas observações sobre o modo como nos situamos na análise de discurso, campo de saber que estuda a relação entre língua, sujeito e história. Uma análise do dicionário, dessa perspectiva, procura mostrar as condições sócio-históricas de sua produção. Assim, leva-se em conta primeiramente a posição do sujeito lexicógrafo, pensado aí não de modo empírico, mas como posição discursiva, posição esta que trabalha a relação do falante com as palavras e a partir da qual estas são selecionadas, definidas e exemplificadas. Faz parte também do estudo do sujeito lexicógrafo a análise de sua função de autoria, que freqüentemente está ligada a determinações institucionais, editoriais, assim como aos diversos imaginários da autoria lexicográfica, como o de autor (o Morais, o Aurélio), o de instituição (os dicionários das “academias”, como o da Academia Brasileira de Letras; o das editoras, como o Melhoramentos), os governamentais (como os produzidos pelo Ministério da Educação no Brasil). Enfim, há vários modos de no dicionário se apresentar e exercer a autoria. No período aqui analisado mostraremos algumas transformações do sujeito lexicógrafo e dos modos de autoria. Veremos, por exemplo, que em um primeiro momento o lexicógrafo se legitima junto às “autoridades” lite-

²¹ Quanto à adaptação dos dicionários portugueses, podemos mencionar, por exemplo, o caso das edições brasileiras do dicionário de Caldas Aulete, a partir de 1958 (AULETE, Francisco Júlio Caldas. *Diccionario contemporaneo da língua portuguesa*).

rárias, enquanto que em outros ele se coloca como elaborador de exemplos didáticos.

A relação do sujeito e do dicionário com a história também é primordial para o estudo discursivo. Em diferentes momentos da história, nota-se a predominância de certas formas de dicionário e de determinadas relações com os saberes lingüísticos da época. Assim, os dicionários jesuítas no século XVI tomaram por base as gramáticas latinas, o dicionário de Moraes no século XVIII se sustentou nos ideais iluministas de clareza e concisão e na perspectiva da chamada gramática geral, a produção de dicionários bilíngües tupi-português se aliou à gramática comparativa do século XIX e à visão romântica das línguas que daí adveio.

Tendo em vista pensar o século XX, observamos algumas transformações históricas que afetam a formulação dos dicionários e sua relação com a sociedade e a língua nacional. Talvez a mais visível delas seja a atenção dispensada à diversidade social em suas distintas formas de manifestação. De início tratou-se de se levar em consideração as camadas populares, seja de modo a incorporá-la ou a distingui-la de uma elite letrada. Depois, a emergência de uma classe trabalhadora nos centros urbanos, de uma classe média composta de funcionários públicos e profissionais liberais, deixou seus traços na produção lexicográfica. Se, em finais do século XIX, a reivindicação da língua nacional passou pelo reconhecimento das falas do “povo”, os dicionários daí resultantes limitaram-se a complementar os dicionários portugueses, com uma diferenciação entre a “língua portuguesa” e a “linguagem brasileira”. No século XX, a alteridade não se mantém mais separada, ela se mostra no interior mesmo dos dicionários gerais ou na divisão entre tipos de dicionários: o erudito, o popular, o escolar, etc.

Enfim, considerar o dicionário como um discurso conduz a questionar a evidência das nomenclaturas e das definições e a compreendê-las como produzidas por e para sujeitos em certas circunstâncias. A língua construída pelo dicionário não é a língua “fluida”, a língua efetivamente praticada pelos sujeitos, ela é uma representação dessa língua; portan-

to, é uma “língua imaginária” fixada na história.²² E esse imaginário tem uma eficácia discursiva no sentido de estabilizar a língua nacional, dotando-a de um instrumento que a simboliza. Além disso, ao selecionar as palavras e os modos de dizer de uma sociedade, o dicionário é um dos materiais mais pertinentes para se conhecer as significações que circularam em uma determinada época. A análise discursiva mostra que isso não é feito sem posicionamentos ideológicos e posições sustentadas na história das idéias lingüísticas.

O dicionário clássico e a recusa do popular

Nos anos 30 do século XX, a presença das camadas populares se fazia sentir nos dicionários gerais que despontavam, mas a modo de oposição ou de incorporação a um discurso erudito. Nessas circunstâncias, vemos o “dicionário clássico” como aquele que toma como referência discursiva as chamadas “autoridades clássicas”, sobretudo a dos escritores consagrados. Trata-se de uma representação elitista da sociedade. O lexicógrafo tem como interlocutor um público letrado erudito e produz uma imagem da língua dos clássicos, ao mesmo tempo em que evita as discursividades “populares”. Esse tipo de dicionário é o que encontramos em Laudelino Freire,²³ autor de um dos primeiros dicionários gerais brasileiros. Nele a distância entre uma elite letrada, os “homens de letras”, e as camadas populares, é fortemente explicitada. Isso se mostra tanto na não marcação de variedades regionais (“não tive a preocupação de distinguir regionalismos e provincianismos”), quanto na distância que se estabelece diante das falas populares, como se percebe no tratamento dado a termos de gíria e conversação:

No registro de gíria e de conversação, tive empenho em evitar as corrutelas que conduzem a erros crassos ou se traduzem em

²² E. Orlandi efetua uma distinção entre a *língua imaginária* e a *língua fluida*: “A língua imaginária é aquela que os analistas fixam com suas sistematizações e a língua fluida é aquela que não se deixa imobilizar nas redes dos sistemas e das fórmulas” (ORLANDI, Eni Puccinelli. *Terra à Vista – discurso do confronto*: Velho e Novo Mundo, p. 75).

²³ FREIRE, Laudelino. *Grande e novíssimo dicionário da língua portuguesa*.

chulices, e em proscrever os barbarismos e solecismos que tanto deprimoram e achincalham o idioma. Léxico não é portão de feira franca, aberto a disparates de gíria, troças e plebeísmos de esquisa, chulismos de mangalaça e pulhices desprezíveis, que se originam de ignóbil corrução vocabular ou do instinto não menos grosseiro da plebe – palavras que não são palavras e têm em regra existência efêmera no giro flamejante das patuscadas e da patuléia.²⁴

Por outro lado, o autor dispensa um tratamento especial a fatos lingüísticos que marcam o discurso das autoridades clássicas, como as *locuções adverbiais e prepositivas*, que “representam elas graças e galas de linguagem”, e a *regência verbal*. Tomemos este último caso. Diz o autor: “Dispensei carinhoso interêsse ao estudo da regência verbal”. A abordagem dos verbos é realizada com apoio em fontes de autores clássicos:

Quão útil, portanto, será a toda gente um dicionário que, acerca de todo verbo, nos apresente, ao lado da etimologia e acepções, o quadro, devidamente corroborado por exemplos clássicos, de todas as modalidades de construção a que se ele pode prestar!²⁵

Nos verbetes, nota-se um trabalho detalhado com os verbos. São verbetes longos, em que a regência é mostrada de modo exaustivo, com a indicação do tipo, inclusive com a distinção de subclasses conforme a preposição utilizada e sempre com a abonação de cada acepção, tal como no verbete que segue:

CAMINHAR. v.r.v. De *caminho* + *ar*. Percorrer caminho a pé; andar (*intr.*; *tr. ind.*, com prep. *até a, com, para, por*): “Nuno Álvares Pereira, naturalmente calado e de si pouco risonho, *caminhava* com os olhos baixos, e a cabeça pendida sobre o peito” (Rebêlo da Silva). “As outras obedecem-lhe, *caminham* quando ela ordena;

²⁴ *Ibid.*, p. viii.

²⁵ *Ibid.*, p. xiii.

são como filhas, são como escravas” (C. Neto). “Pôs-se a *caminhar* a passos largos, as mãos atafalhadas nos bolsos das calças” (Id.). “Eu *caminhava* a pé, guiando-me ao sabor da imaginativa idéia” (Camilo). “Ajudado por esta circunstância *caminhei* com passos lentos e sutis” (Herculano). “Moveu-se e foi, quase de rôjo, *caminhando* de pés e mãos e mãos como os símios, lento, lento até junto do esqueleto” (C. Neto). “Vagarosamente *caminhou até* a porta do quarto (Id.). “Pagens, o nosso abade padece de gota: talvez lhe custe *caminhar até* a capela” (Herculano). “E fê-lo *caminhar com* duas muletas” (Rui). “por estar perto da cordoaria, donde vinha o rugido de um grande reboliço, *caminhou para* lá” (Camilo). “Dali a pouco, saindo ambos, *caminharam* silenciosos *pela* estrada *até a* um regato” (V. de Taunay). “*caminham por* umbrosas colunatas de estrutura sem par” (Pôrto Alegre). “Dous amigos, ao *caminharem por* uma estrada, conversam ordinariamente em diversas matérias” (Odorico Mendes). || 2. Pôr-se em movimento; seguir, rodar (*intr.*; *tr. ind.*, com prep. *a*, *para*): “*Caminhávamos* enquanto os cavalos se podiam menear, e ficávamos onde nos colhia a noite” (Herculano). “Um frade bernardo alto, grosso e rubicundo, montado em uma possante mula branca, *caminhava* à frente da cavalgadura” (Id.). “*Caminha* à cordilheira; a serra avulta” (Pôrto Alegre). “A família real entrou no formoso côche, que se pôs a *caminhar para* Alcântara” (Corvo). || 3. Navegar, velejar (*intr.*): “*Caminha* o nauta, costeando as orlas de Gomeira” (Pôrto Alegre). || 4. Percorrer (o navio) uma distância (*intr.*) || Viajar (*intr.*): “Limitou-se a recomendar ao moço válido, ainda desnudado no gesto, que só *caminhasse* de noite, e com jornadas curtas” (Herculano). || 6. Ir, dirigir-se (*tr. ind.*, com prep. *a*, *para*): “Estrepitosos rios despenhados com vastadoura queda *ao* mar *caminham*” (Odorico Mendes). “Vê que vou falar-te no tom do mártir que *caminha ao* seu fim sem voltar a face ao mundo que deixa” (Camilo). “*Caminhou para* o soldado, sacudiu-o pelo braço” (Rui). “*Caminhámos para* casa, e não trocámos palavra” (Camilo). || 7. Progredir (*intr.*; *trans. ind.*, com prep. *a*, *em*, *sôbre*): “Nada; aquilo não *caminha*” (Castilho). “Os povos, segundo esta doutrina deshonrosa ou sequer desconsoladora para a humanidade, não podem *caminhar* sem que um rei

ou imperador os conduza pela mão” (Latino Coelho). “Desde então o poder otomano *caminhara* despejadamente *ao* seu maior esplendor” (Id.). “E a lua *caminhava no céu* levando a noite” (C. Neto). “Restava, para completar o seu trabalho, oferecer aos que pretendessem *caminhar sobre* os seus vestígios alguma parte daquilo com que êle mesmo se nacionalizara” (Castilho).²⁶

No discurso de Freire notamos um primeiro gesto de autoria lexicográfica de um grande dicionário, ao afirmar que não marcaria os brasileirismos (“Feito principalmente para brasileiros, este dicionário não precisa da indicação de brasileirismo para conhecimento da linguagem falada no país”). Por esse lado, o autor estabelece uma ruptura em relação ao olhar do colonizador, mas, por outro, ao se filiar à visão histórica e clássica de Cândido de Figueiredo²⁷ e apoiar-se nas fontes das autoridades literárias, com acréscimo de alguns autores brasileiros consagrados, ele mantém uma certa continuidade da tradição portuguesa. Além disso, ao filiar-se a uma tradição de escrita, ele silencia os falares cotidianos, a diversidade concreta e até mesmo a literatura moderna que já se estabelecia no país.

Esse tipo de dicionário, a rigor, não teve sucessores na segunda metade do século. A terceira e última edição do dicionário de Freire data de 1957. O modo como a alteridade é tratada, de forma depreciativa, como ocorre com certas discursividades populares, deixa de figurar na ordem do discurso lexicográfico. Também a visão histórica que evocava um passado literário como modelo não se sustenta mais diante dos novos movimentos sociais. Com as mudanças conjunturais que levaram à legitimação de uma camada social em ascensão nos centros urbanos, novos instrumentos são fabricados visando a esses interlocutores, como veremos a seguir.

²⁶ Ibid.

²⁷ FIGUEIREDO, António Cândido de. *Novo dicionário da língua portuguesa*.

O dicionário básico ou popular e a ascensão das classes trabalhadoras

Dos anos 1930 aos anos 1960, uma nova forma de dicionário se impõe na cena lexicográfica brasileira: o dicionário popular. Trata-se de um dicionário básico, pequeno ou médio, direcionado a um público mais amplo. Ele produz uma certa representação do povo como uma camada distinta da elite que tem necessidades específicas em relação à língua: conhecimento utilitário, básico, conciso, rápido, prático, portátil. Vários desses dicionários são editados a partir dos anos 1930. Dentre esses, um se destaca pelas várias reedições e por ter servido de base para a elaboração do dicionário Aurélio: o *Pequeno dicionário brasileiro da língua portuguesa* (PDBLP), de Barroso e Lima,²⁸ publicado em 1938.

Cabe aqui fazer uma distinção entre os dicionários que visam a descrever a língua do povo, em oposição à língua erudita, e os dicionários que são *direcionados* ao povo. Esse último caso é o que se pode atribuir ao PDBLP, já que ele apresenta uma língua culta “básica” direcionada para um público popular. Assim, não é o caso de se selecionar palavras de uma linguagem popular, mas sim de disseminar uma língua básica, reduzida, simplificada, e acrescentada de alguns termos em uso no Brasil.

O modo de enunciação dessa forma de dicionário é o da concisão e da parcimônia na exemplificação e na descrição gramatical. Vejamos como é definido o verbete *caminhar*:

Caminhar, *v. t.* Percorrer *caminho* a pé; andar; *v. int.* percorrer, andando.²⁹

Relacionando essa definição com a da mesma entrada no dicionário de Freire, analisado anteriormente, nota-se a diferença que vai no sentido da concisão definitiva e gramatical e da ausência de citações. O dicionário popular ganha força com a escolarização de massa, a difusão da imprensa e das editoras, e com a emergência de

²⁸ BARROSO, Gustavo; LIMA, Hildebrando. *Pequeno dicionário brasileiro da língua portuguesa*.

²⁹ *Ibid.*

uma classe média urbana trabalhadora. Ele funciona na construção de uma imagem de “língua básica” ou “popular”. Tal processo de redução e de homogeneização, se trouxe condições para o estabelecimento de uma unidade imaginária da língua nacional, produziu também um silenciamento da diversidade concreta. Isso se deu por meio de:

a) A reprodução de uma tradição escrita: Os dicionários básicos dos anos 1930 tomam como fonte a tradição lexicográfica portuguesa e brasileira, retendo em sua nomenclatura predominantemente os termos portugueses em uso no Brasil e os brasileirismos. As fontes escritas continuam sendo a base desse trabalho, embora algumas descrições de falares contemporâneos sejam realizadas.

b) Uma política lingüística homogeneizante: O dicionário geral popular nesse período não contempla a diversidade regional nem social. Constrói-se a imagem de um sujeito falante que tem necessidades urgentes de escolarização e profissionalização diante das mudanças sociais e econômicas em andamento. O argumento econômico determina a produção em larga escala de instrumentos básicos a baixo custo, fomentada por instituições como o Ministério da Educação e algumas editoras que se voltam para a produção de materiais nacionais e didáticos. Ao lado disso, a política lingüística que estabelecia a língua portuguesa como oficial tendeu a desautorizar o uso de línguas estrangeiras e a tornar obrigatório o ensino de uma língua portuguesa homogeneizada, por meio de instrumentos que não contemplavam a pluralidade das realidades lingüísticas.³⁰

c) Um trabalho de redução textual: Os dicionários populares resultam de um trabalho de redução textual. A nomenclatura é reduzida e freqüentemente retomada de dicionários portugueses, embora com acréscimos de brasileirismos. Os exemplos são praticamente suprimidos, as definições são pouco extensas, as indicações gramaticais se limitam a categorias gerais. Em compensação, são

³⁰ Sobre a situação das línguas de imigrantes no Brasil no século XX ver PAYER, Maria Onice. *Memória da língua: imigração e nacionalidade*.

trabalhadas as relações sinonímicas, que se concentram na relação estrita palavra-palavra.

d) Deslocamentos dos limites entre o histórico, o científico e o cotidiano: Enquanto o dicionário clássico apoiava-se na gramática histórica e na filologia, o dicionário popular rompe com a perspectiva histórica e anuncia a descrição do uso, embora seja o uso de uma escrita reduzida, tomada como representativa da língua nacional. O rompimento com a temporalidade da história leva a evitar as discursividades clássicas e a apoiar-se na ciência, cuja legitimidade se amplia com a industrialização, e na linguagem “vulgar”, com a descrição das gírias e das locuções.

Essa forma de dicionário se estendeu durante o período que vai da década de 1930 à de 1960, enquanto forma sustentada pelo discurso da língua nacional. Ela vigorou em um período de ruptura em relação à tradição portuguesa, de consolidação de uma nomenclatura básica brasileira e de um corpo de definições concisas. Em alguns casos, como acontece com o dicionário de Ferreira,³¹ o dicionário básico serviu de base para a produção do grande dicionário geral. Sabe-se que a partir da terceira edição do *Pequeno dicionário brasileiro da língua portuguesa*, Aurélio B. de H. Ferreira passa a colaborar com esse dicionário na redação dos brasileirismos, antes de se dedicar à feitura do *Novo dicionário da língua portuguesa*. Decorre que o grande dicionário geral se constituiu por meio de acréscimos a uma forma básica, diferentemente do caminho trilhado pelo dicionário de Freire, analisado anteriormente, que tomava como modelo um grande dicionário clássico português: o de Cândido de Figueiredo.

O dicionário popular-clássico e a consolidação de uma classe média urbana

O dicionário popular-clássico resulta da acumulação das formas anteriores, bem como de deslocamentos nos sentidos de *popular* e de *clás-*

³¹ FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*.

sico. Podemos considerar essa forma de dicionário como resultante da consolidação de uma classe média nos grandes centros urbanos. Já não se trata de divulgar amplamente uma língua básica, mas sim de consolidar uma língua constituída historicamente e que apresenta uma consistência cultural, literária, moral, científica e tecnológica, alicerçada nas camadas populares e profissionais. Direcionado tanto a um público erudito quanto a uma classe média estabilizada, esses dicionários alcançam ampla circulação e são eles que substituem os dicionários portugueses a partir dos anos 1960.

Tomando para análise os dicionários de Ferreira³² e de Silva,³³ identificamos duas tendências dessa forma de dicionário: a tecnológica-enciclopédica e a literária-moral. A primeira caracteriza-se pelo discurso da urbanidade, da industrialização, da profissionalização, da ciência e a segunda está assentada na discursividade literária, nos exemplos edificantes e morais, no registro de regionalismos, e na imagem de abundância de palavras e de sinônimas.

Ambas as tendências trazem uma nova formulação lexicográfica, que se sustenta em um retorno da perspectiva histórica, mas desta vez não apoiada no modelo das autoridades clássicas, mas sim em uma visão de mudança das línguas, e isso com base em duas imagens: a da “língua viva” e a da “língua sistema”. Isso corresponde a duas posições ideológicas: a primeira, que evoca a figura do lexicógrafo Littré, filia-se a uma visão biológica da língua, tomada em sua “evolução” histórica e na qual os discursos populares são desencadeadores de mudanças; a segunda, que evoca a figura de Saussure, vê a língua como “sistema” social e a mudança (“diacronia”) como resultado de transformações sociais, nesse caso tecnológicas, econômicas, profissionais, urbanas.

Observemos as definições do verbo *caminhar* nos dois dicionários:

caminhar, v. (*caminho* + *ar*). 1. Intr. Percorrer caminho a pé: Esta é a estrada; agora, *caminhemos*. 2. Intr. Pôr-se em movi-

³² Ibid.

³³ SILVA, Adalberto Prado e. *Novo dicionário brasileiro Melhoramentos ilustrado*.

mento, rodar, seguir: O jipe *caminhava*, rumo à fazenda. 3. Intr. Navegar, velejar: Ao longe, *caminha* um iate. 4. Intr. Campear: Nesse ambiente *caminhava* a corrupção. 5. Intr. Progredir: Assim *caminha* a humanidade. 6. Tr. ind. Ir, dirigir-se: *Caminhou* ao jardim. 7. Tr. ind. Marchar, seguir: *Caminhai para* o alvo que vos foi proposto. 8. Tr. dir. Andar, percorrer: *Caminhei* tôda aquela *distância*. *Caminharam* dois quilômetros.³⁴

Caminhar. *V. int.* 1. Percorrer caminho a pé; andar: *Caminha diariamente* 12 km. 2. Pôr-se em movimento, avançar; seguir; dirigir-se, encaminhar-se: *Caminhou em direção ao palácio*. 3. Navegar, velejar. 4. Percorrer (o navio) uma distância. 5. *Fig.* Ir para a frente; progredir; avançar; adiantar-se: *Desanimado como você anda, seu livro não caminhará; O seu processo não caminhará se você não procurar acompanhá-lo*.³⁵

Observa-se que, diferentemente do que ocorre em Freire, não aparecem aqui os exemplos literários de autoridades clássicas. Ao invés disso, vemos a presença de exemplos elaborados, alguns deles com enunciados comportamentais ou morais (Em Silva: “Nesse ambiente *caminhava* a corrupção”, “*Caminhai para* o alvo que vos foi proposto”; em Ferreira: “*Desanimado como você anda, seu livro não caminhará; O seu processo não caminhará se você não procurar acompanhá-lo*”). Isso atesta as transformações no modo de enunciação e na função de autoria do dicionário. O discurso não se sustenta tanto nas autoridades clássicas, mas sim em um dizer didático ou moral, que simula a fala cotidiana sem se afastar das enunciações modelares de uma memória de escrita.

Note-se que em outras entradas de verbos aparecem também, além dos exemplos elaborados pelo lexicógrafo, abonações de textos literários, o que caracteriza a junção das discursividades cotidianas com as das autoridades literárias, tanto clássicas quanto modernas. É o que

³⁴ Ibid.

³⁵ FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*.

acontece, por exemplo, com o verbete *andar* em Ferreira,³⁶ no qual vemos citações de autores como José de Alencar, Gonçalves Dias, Machado de Assis, além de autores modernos como Cecília Meireles, Graciliano Ramos, Manuel Bandeira, dentre outros, e de jornalistas como Paulo Francis. Vê-se que a literatura bem como a mídia brasileira está contemplada no dicionário, o que marca o reconhecimento das produções culturais e jornalísticas nacionais.

O dicionário popular-clássico, como vimos, atesta uma sobreposição do clássico ao popular, ao modo dos acréscimos e da instituição de uma posição de autor lexicógrafo que interfere na exemplificação. O contínuo incremento de brasileirismos e de citações literárias, bem como nas edições seguintes, até o final do século XX, o retorno cada vez mais explícito dos textos clássicos, indicam a constituição desse espaço heterogêneo que busca aproximar o erudito e o popular em um mesmo instrumento lingüístico. As formulações exemplares que misturam a fala cotidiana e os enunciados modelares morais são um índice dessa heterogeneidade dos discursos.

Conclusão

O aparecimento dos dicionários monolíngües é um fato singular na história das idéias lingüísticas no Brasil. Foi somente no período que vai dos anos 30 aos anos 60-70 do século XX que se estabeleceram as condições para a produção ininterrupta de uma série dessas obras. Nessa história, nota-se a formação de diferentes formas de dicionário, que correspondem a diferentes representações da sociedade e a distintas posições ideológicas.

A rejeição de uma representação erudita, que se operou com a chegada dos dicionários populares, correspondeu a uma ruptura com a história e com o modelo das autoridades clássicas. Mas se esse corte ideológico produziu uma base para a estabilização de uma tradição nacional, aquilo que foi rejeitado passou a retornar sob a forma de acréscimos (de

³⁶ Ibid.

brasileirismos, de regionalismos, de locuções, de acepções, de exemplos literários, etc.), que não são mais complementos dos dicionários portugueses, mas dos próprios dicionários brasileiros. Tais acréscimos, que conduzem à formação dos grandes dicionários gerais, levam a uma imagem de abundância lexical e de suplementação histórica (seja ao modo da evolução, seja ao modo da diacronia).

Tais processos indicam nos dicionários uma sociedade primeiramente cindida entre o erudito e o popular, e que em seguida procura sanar essa ferida ao modo da complementação e do retorno da história, ou seja, de uma história de um país de colonização que confirmou um espaço polêmico de memória, no jogo entre a perspectiva do colonizador e a do colonizado.

Uma última observação quanto ao processo de formação da língua nacional. Os grandes dicionários gerais que se estabeleceram no Brasil se apoiaram em iniciativas privadas de editoras, como foi o caso de Freire, Silva e Ferreira. Já os dicionários básicos e populares, que também tiveram ampla produção de editoras privadas, como ocorreu com Barroso e Lima, receberam um auxílio governamental significativo, como vemos nas várias edições que obteve o *Dicionário escolar da língua portuguesa*, de Silveira Bueno,³⁷ publicado pelo Ministério da Educação. Enquanto isso, os dicionários relacionados à Academia Brasileira de Letras, como o de Antenor Nascentes,³⁸ de 1961-1967, não chegaram a ter uma representatividade mais ampla e uma continuidade. Isso mostra que o papel do Estado na produção dos grandes dicionários monolíngües se restringiu a algumas iniciativas localizadas, sem maiores repercussões, a não ser em relação aos dicionários básicos escolares e a vocabulários ortográficos. Enquanto isso, as editoras independentes estabeleceram condições para o trabalho lexicográfico, a construção de arquivos e a divulgação das obras. Mencionemos por fim que as universidades tiveram um papel coadjuvante nessa história, visto que participaram da formação de lexicógrafos, mas não empreenderam durante o século XX grandes projetos.

³⁷ BUENO, Francisco da Silveira. *Dicionário escolar da língua portuguesa*.

³⁸ NASCENTES, Antenor. *Dicionário da língua portuguesa*.

Somente no início do século XXI tivemos a publicação, em 2002, de um dicionário geral elaborado na universidade.³⁹

Para finalizar, vamos retornar à questão da alteridade e seus efeitos na produção de saber lingüístico. Ao localizar a análise de discurso em meio às disciplinas de interpretação, Michel Pêcheux afirma: “é porque há o *outro* nas sociedades e na história, correspondente a esse outro próprio ao linguajeiro discursivo, que aí pode haver ligação, identificação ou transferência, isto é, existência de uma relação abrindo a possibilidade de interpretar. E é porque há essa ligação que as filiações históricas podem-se organizar em memórias, e as relações sociais em redes de significantes.”⁴⁰ As transformações por que passam os dicionários no século XX brasileiro têm a ver com o real das alteridades sociais que nesse contexto demandam sentidos, pedem interpretações. Os dicionários, como lugares de escuta e de escrita da sociedade, constituem memórias da língua nacional, organizadas por meio de diferentes filiações sócio-históricas.

A diversidade das posições sociais construídas no dicionário podem ser vistas sob a perspectiva do que Eni Orlandi chama a “heterogeneidade lingüística”, no sentido de que “joga em ‘nossa’ língua um fundo falso em que o ‘mesmo’ abriga no entanto um ‘outro’, um ‘diferente’ histórico que o constitui embora na aparência da ‘mesmidade’: o português brasileiro e o português-português se recobrem como se fossem a mesma língua mas não são.”⁴¹ Quando refletimos sobre o dicionário enquanto forma de representação imaginária da língua, a heterogeneidade lingüística se observa tanto na duplicidade da língua portuguesa e da língua brasileira, quanto no interior mesmo da língua brasileira, com a divisão social dos falantes aí representados (eruditos, populares, escolares, etc.) e seus efeitos nas formas de dicionários.

³⁹ BORBA, Francisco da Silva. *Dicionário de usos do português do Brasil*.

⁴⁰ PÊCHEUX, Michel. *Estrutura ou acontecimento*, p. 54.

⁴¹ ORLANDI, Eni Puccinelli. *A língua brasileira*, p. 31.

Referências bibliográficas

- AULETE, Francisco Júlio Caldas. *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Delta, 1958.
- AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1992.
- _____. Língua e hiperlíngua. *Línguas e Instrumentos Lingüísticos*, Campinas: Pontes, n. 1, p. 17-30, 1998.
- BARROSO, Gustavo; LIMA, Hildebrando. *Pequeno dicionário brasileiro da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938.
- _____. *Pequeno dicionário brasileiro da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1939.
- BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez e latino*. Lisboa: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728.
- BORBA, Francisco da Silva. *Dicionário de usos do português do Brasil*. São Paulo: Ática, 2002.
- BUENO, Francisco da Silveira. *Dicionário escolar da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Departamento Nacional de Educação, 1955.
- CORUJA, Antônio Álvares Pereira. Coleção de vocábulos e frases usados na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 1852.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.
- _____. *Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- FIGUEIREDO, Antônio Cândido de. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Lisboa: Tavares Cardoso & Irmão, 1899.

FREIRE, Laudelino. *Grande e novíssimo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: A Noite, 1939-1944.

_____. *Grande e novíssimo dicionário da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1957.

NASCENTES, Antenor. *Dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras: Imprensa Nacional, 1961-1967.

NUNES, José Horta. *Dicionários no Brasil: análise e história do século XVI ao XIX*. Campinas: Pontes, 2006.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Terra à vista – discurso do confronto: Velho e Novo Mundo*. Campinas: Ed. da Unicamp; São Paulo: Cortez, 1990.

_____. A língua brasileira. *Trabalhos em Lingüística Aplicada*, Campinas, n. 23, p. 29-36, jan./jun. 1994.

_____. (Org.). *História das idéias lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Campinas: Pontes; Cáceres: Unemat, 2001.

PAYER, Maria Onice. *Memória da língua: imigração e nacionalidade*. São Paulo: Escuta, 2006.

PÊCHEUX, Michel. *Estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1990.

PINTO, Luís Maria da Silva. *Dicionário da língua brasileira*. Ouro Preto, 1832.

ROHAN, Visconde de Beaurepaire. *Dicionário de vocábulos brasileiros*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

RUBIM, Braz da Costa. *Vocabulário brasileiro para servir de complemento aos dicionários da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Tip. Dois de Dezembro, 1853.

SILVA, Adalberto Prado e. *Novo dicionário brasileiro Melhoramentos ilustrado*. São Paulo: Melhoramentos, 1962.

_____. *Novo dicionário brasileiro Melhoramentos ilustrado*. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

SILVA, António de Moraes. *Dicionário da língua portuguesa*. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

SOARES, Antônio Joaquim de Macedo. *Dicionário brasileiro da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Anais da Biblioteca Nacional, 1888.

A voz do caipira em Amadeu Amaral

Laura do Carmo¹

Amadeu Amaral, autor do livro *O dialeto caipira*, nasceu em Capivari (São Paulo) em 1875 e morreu na capital do mesmo estado em 1929. Foi poeta (sem grande expressão – “preocupado com a elevação do ser humano”, no dizer de Guilherme de Almeida, em seu discurso de posse na ABL), folclorista, ensaísta e filólogo. Autodidata, dedicou-se aos estudos folclóricos e à dialetologia, atividades que se complementaram. Desde jovem, Amadeu Amaral dedica-se ao jornalismo. Em 1891, colabora no jornal *Lavoura e Comércio*, criado por seu pai. No mesmo ano, funda uma revista literária, impressa nas oficinas da família. Daí, sua carreira como jornalista e escritor prossegue até o final da vida, intercalando-se com cargos políticos e burocráticos dos quais rapidamente se afasta. Como viveu praticamente toda a vida no interior do estado de São Paulo (Capivari e São Carlos) e na capital – esteve no Rio de Janeiro por apenas três meses –, teve contato permanente com os falantes do dialeto que procurou descrever. Em seus trabalhos, ressalta a necessidade de uma coleta cuidadosa das tradições populares, e trabalha pelo desenvolvimento de uma ação política em prol do folclore, visto como depositário da essência do “ser nacional”. Esta visão assemelha-se à que apresenta nos estudos dialetológicos. Segundo ele, o conhecimento da língua portuguesa falada no Brasil se tornaria efetivo quando se conhecessem os falares regionais.

Até 1920, ano em que *O dialeto caipira* veio a público, os estudos dialetais no Brasil eram basicamente no campo do léxico, resultando na elaboração de dicionários, vocabulários e léxicos, de brasileirismos e de

¹ Pesquisadora do Setor Ruiano da FCRB e mestra em literatura brasileira pela UFRJ.

regionalismos. A publicação do trabalho de Amadeu, seguida, em 1922, de *O linguajar carioca*, de Antenor Nascentes, é marco de uma nova abordagem no estudo dialetal no Brasil. Os trabalhos de natureza lexicográfica continuam, mas os estudos dialetais, a partir de então, passam a incluir também os aspectos fonéticos, morfológicos e sintáticos. Apesar de não se realizar um trabalho de campo sistemático – como o que vai ser proposto a partir da década de 1950 –, havia a observação direta do “acontecer” da língua, orientações quanto à metodologia de abordagem e de anotações, bem como um interesse especial pelos diferentes aspectos da realidade do falante.

A partir de 1930, os trabalhos vão se caracterizar por abordagens gramaticais e ainda lexicais. São deste período *O vocabulário pernambucano*, de Pereira da Costa (1937) e *A língua do Brasil*, de Gladstone Chaves de Melo (1934). Embora a preocupação com os estudos dialetológicos e de geografia lingüística no país tenham tomado forma bastante concreta nos anos 1950, apenas na década seguinte é publicado o primeiro atlas lingüístico brasileiro (*Atlas prévio dos falares baianos*, coordenado por Nelson Rossi). A este se sucedem outros, especialmente no Nordeste. Inauguram-se, ainda na década de 1960, os estudos voltados para a língua urbana, agora utilizando-se de *corpora* constituídos de forma sistemática, em gravações magnéticas ou em bases de dados.

Amadeu Amaral afirma que, para se reconhecer a existência de um “dialeto brasileiro” ou de uma “língua brasileira”, como queriam alguns, seria preciso que se conhecesse efetivamente este dialeto (ou esta língua), e que as discussões fossem além do campo social e político. A diversidade lingüística do país era evidente, mas as afirmativas não passariam de impressões, visto que o levantamento era basicamente de registros anotados por outrem (ou seja, coletados em textos escritos). As bases para os estudos dialetais e para os estudos de geografia lingüística estão traçadas na introdução que Amaral faz ao seu livro, ressaltando a necessidade de colaboração e dedicação de observadores “imparciais, pacientes e metódicos”, presentes em todas as regiões do país. Ali o autor diz que a recolha deveria ser limitada “*estritamente ao terreno conhecido, banindo[-se] por completo tudo quanto fosse hipotético, incerto, não*

verificado pessoalmente”² (grifo do autor). Estas precauções evitariam as generalizações e fatos recolhidos de maneira incongruente. Os estudos monográficos em diferentes regiões, segundo ele, permitiriam o

[...] exame comparativo das várias modalidades locais e regionais, ainda que só as mais salientes, e por ele a discriminação dos fenômenos comuns a todas as regiões do país, dos pertencentes a determinadas regiões, e dos privativos de uma ou de outra fração territorial. Só então se saberia com segurança quais os caracteres gerais do dialeto brasileiro, ou dos dialetos brasileiros, quantos e quais os subdialetos, o grau de vitalidade e as ramificações, o domínio geográfico de cada um.³

Os seus critérios para coleta de dados, seleção e organização são já as linhas básicas para os que lhe sucederam: observação imparcial; sistemática no trabalho; retratação fiel da realidade a partir do que as amostras recolhidas permitiam; importância da verificação pessoal dos fatos (eliminando-se tudo o que ficasse no terreno hipotético ou no campo da incerteza); preocupação em proceder a estudos regionais e desejo de pôr isso em prática.

A descrição lingüística do dialeto é antecedida de informações gerais, permitindo situar essa variedade lingüística no tempo e no espaço, além de identificar os seus usuários. Embora o autor não seja preciso quanto às localidades em que coletou seus dados, ficamos sabendo, por meio da introdução escrita por Paulo Duarte, que elas se realizaram nos municípios de Capivari, Piracicaba, Tietê, Itu, Sorocaba e São Carlos. Destas localidades se originavam “muitos dos seus poucos informantes”.⁴ Também no estudo introdutório de Paulo Duarte há notícias de que Amadeu começara a sistematização dos seus estudos lingüísticos no início da década de 1910. Em 1916, a introdução, o capítulo sobre fonética e o que viria a ser o capítulo sobre “Lexicologia” foram publicados pela

² AMARAL, Amadeu. *O dialeto caipira*, p. 43.

³ *Ibid.*, p. 44.

⁴ *Ibid.*, p. 91.

Revista do Brasil, em setembro e outubro. Os demais capítulos (“Morfologia”, “Sintaxe” e “Vocabulário”) são provavelmente de data posterior, entre 1917 e 1920.

À introdução publicada na *Revista do Brasil*, de que foi um dos fundadores, juntamente com Monteiro Lobato, Amaral acrescenta uma série de recomendações a quem, lendo o livro, quisesse cooperar. Entre seus papéis foram encontradas várias contribuições, especialmente de vocabulário, de pessoas do interior que respondiam ao seu apelo. Esses papéis têm marcas a tinta, sinalizando que foram vistos por Amaral.

A inovação de Amadeu é também quanto à escolha do dialeto a ser estudado. Como observa Paulo Duarte, até então “o falar errado do caipira servia de pretexto apenas para uma literatura leve, de interesse recreativo”.⁵ Apesar de se dizer apenas de interesse recreativo, essa literatura trazia em si a crítica social, e pode ser usada para estudos mais amplos. Cornélio Pires, um dos mais fiéis usuários deste linguajar em seus textos e apresentações ao público, apesar de aproveitar as informações colhidas entre os caipiras para provocar o riso, difundia e registrava um modo de ser, marcando lugar no meio cultural paulista e brasileiro. Analisar as suas deformações e “espiolhar” o vocabulário sistematicamente era algo que ainda não movera ninguém. Os subsídios de Amadeu Amaral foram o próprio caipira, que ele procurava para “ouvir falar”. É pena este material com as anotações de campo terem se perdido.

Muitos verbetes são definidos desacompanhados de exemplos. As abonações ora são das anotações feitas durante a coleta de dados, ora são de textos de escritores de contos e poesias caipiras, de modo a melhor ilustrar “o verdadeiro valor que lhes dão os roceiros paulistas”.⁶ A maioria dos exemplos desse grupo de escritores são de Cornélio Pires, Valdomiro Silveira e Monteiro Lobato. Além dessas abonações, há outras, de textos (literários ou referenciais) de diferentes regiões do Brasil (são citados Catulo da Paixão Cearense, Hugo Carvalho Ramos, Gregório de Matos, Simões Lopes Neto, Taunay, entre outros) e de autores

⁵ DUARTE, Paulo. Dialeto caipira e língua brasileira. In: AMARAL, Amadeu. *O dialeto caipira*, p. 21.

⁶ AMARAL, Amadeu. *O dialeto caipira*, p. 83.

portugueses, especialmente os quinhentistas, como Gil Vicente, de longe o mais citado (em 55 verbetes); Jorge Ferreira de Vasconcelos (*Comédia Eufrosina*), Fernão Lopes, Sá de Miranda, Pero Vaz de Caminha, etc.

O termo de comparação para a fonética, a sintaxe, a morfologia e a formação lexical, é a língua falada em Portugal. Tanto porque era a língua padrão como porque não havia ainda estudos dialetais que descrevessem esses aspectos dos dialetos falados em outras regiões do Brasil. No âmbito fonético, Amaral destaca, como característica prosódica do dialeto caipira, em comparação com a prosódia lusitana, “o frasear lento, plano e igual”, associado à maior duração das vogais e à ocorrência de mais pausas na realização do grupo de palavras”. Recomenda aos seus colaboradores que façam anotações sobre a pronúncia: deve-se “grafá-la sempre tal qual for ouvida. Por exemplo: se ouvirem pronunciar *capuêra*, escrever *capuêra* e não capoeira”, “ter especial cuidado em anotar os sons peculiares à fonética regional (como o som de *r* em *arara*, ou som de *g* em *gente*), declarar como devem ser pronunciadas tais letras, etc, etc.”⁷

Na apresentação da morfologia, agrupa observações concernentes à formação de palavras, ao gênero, número e grau dos nomes, às flexões verbais e ao uso dos pronomes.

Dada a complexidade dos fenômenos sintáticos, o material que conseguiu reunir não é suficiente para tentativas de sistematização. O autor agrupou, no entanto, várias observações concernentes a concordância, uso de pronomes pessoais, de relativos, construção de negativas, expressão de certas circunstâncias. Um exemplo é a ausência de preposição antes de complementos de tempo. Assim, nós diríamos “Nunca está em casa na hora da comida”, e os caipiras diriam “Nunca istá im casa hora de cumida”.

Quanto ao léxico, Amaral diz ter sido formado em quatro bases principais: a) o português do século XVI, usado pelo primitivo colonizador, sendo evidências dessa fonte os numerosos arcaísmos presentes no dialeto, como *saluço* (solução), *função* (=baile), *dona* (=senhora), *reina* (*r*) (=fazer travessuras); b) o tupi, falado pelos autóctones, exemplificando

⁷ *Ibid.*, p. 44.

essa procedência uma grande quantidade de termos usados no dialeto, como *cambuquira* (grelho de abóbora), *juá*, *cipó*, *pacuera* (intestino de animal, especialmente boi); c) vocábulos importados de outra língua por via indireta, como do castelhano, *aragano* (= fujão), *cincha* (cinto ou cilha com que se fixa o lombinho sobre a cavalgadura), *pelichar* (mudar de pêlo, o cavalo); e dos dialetos sul-americanos, como *matungo* (= cavalo ordinário), *pangaré* (cavalo amarelo, tirante à cor do café; d) e as formações do próprio dialeto, de que são exemplos *campea(r)* (= procurar), *espeloteado* (= maluco), *prosea(r)* (= conversar), *rabo-de-tatu* (= relho).

As contribuições das línguas faladas nos países vizinhos seriam, em muitos casos, intermediadas pelo Sul do país, especialmente pelo Rio Grande do Sul, com que os paulistas tiveram intensa relação comercial. A colaboração africana, por sua vez, seria pequena, o que é discutível. Segundo Amaral, ter-se-iam limitado à fonética. Os africanismos correntes em São Paulo seriam também correntes no restante do país.

O capítulo “Vocabulário” é composto de 1.714 entradas, grafadas tal como se teria ouvido. Segue-se à entrada do verbete, a sua classe gramatical, a sua definição, exemplos e/ou abonações, além de comparações e comentários com relação aos usos em outras regiões, do Brasil e em Portugal (período que oscila dos séculos XVI ao XIX). E é sobre esta divisão do livro que vou me deter um pouco mais.

O critério para o registro de um vocábulo, expressão ou forma variante seria ter sido colhido “em uso, na boca dos indivíduos desprevenidos”. Esses indivíduos eram os roceiros caipiras. Mas de quem se tratava esse grupo humano? Por que teriam um dialeto próprio?

Caipira é a denominação dada ao indivíduo que habitava o interior do estado de São Paulo, vivendo basicamente da agricultura e com modos de produção baseados na economia familiar e no auxílio de vizinhos, que formavam os bairros rurais, relativamente fechados e de cultura inicial marcada por constantes deslocamentos.

Essas características se justificam por aspectos históricos: a maioria das bandeiras foram paulistas e saíram de região mais próxima ao litoral, no planalto do Paraitinga. Dessas expedições surgiram “na zona rural, em vez de latifúndios, ‘sitiécos’ de todos os tamanhos...” com três funções:

aproximar os moradores, facilitar a variedade de alimentos para as leves expedicionárias, facultar a capacidade de movimento do bandeirante.⁸

O bandeirante abria caminhos e seguia; muitos integrantes da expedição, porém, ficavam, pois não estavam em busca de índios ou de pedras preciosas, mas de um lugar e jeito de sobreviverem. Pelas beiradas dos caminhos construía seus ranchos, ficavam enquanto houvesse recursos naturais, enquanto houvesse como plantar ou enquanto não entrassem em conflito com os índios. Depois seguiam, ou voltavam para junto dos seus, onde a realidade também era árdua. Apesar de o convívio entre branco e índio nessa região ter sido marcado por conflitos, havia boas possibilidades de integração devido, entre outros fatores, à semelhança de seus modos de vida.

O tipo de cultura e o trabalho investido no terreno variavam de acordo com o grau de mobilidade e de interesse. Como podiam sair de seus ranchos em pouco tempo, mantinham o essencial para a sobrevivência, explorando os elementos naturais por meio da coleta, da caça e da pesca, cuidando de alguns animais domésticos e cultivando produtos de colheita rápida, como o milho, a mandioca e a abóbora. Monteiro Lobato diz em “Urupês” que “a causa principal da lombeira do caboclo reside nas benemerências da mandioca”.⁹

Estamos falando dos séculos XVI, XVII e XVIII. Passada a época da mineração, algumas áreas da região Centro-Sul entram em estagnação, mergulham numa cultura de pobreza. A população que retorna das minas se dispersa e sedentariza, esforçando-se por atingir níveis mínimos de satisfação de suas necessidades. Reencarnam, no entanto, segundo Darcy Ribeiro, “formas de vida arcaica dos velhos paulistas”.¹⁰

Os mais abonados conseguem as terras pela concessão do Reino, os mais pobres ocupam-na como posseiros. A comercialização entre esses posseiros era mínima.

⁸ RICARDO, Cassiano. *Marcha para Oeste*, p. 149.

⁹ LOBATO, Monteiro. *Urupês*, p. 284.

¹⁰ RIBEIRO, Darcy. *O Brasil caipira*, p. 383.

Difunde-se, desse modo, uma agricultura itinerante, a derrubar e queimar novas glebas de mata para cada roçado anual, combinada com uma exploração complementar das terras, das águas, das matas, através da caça, da pesca e da coleta de frutos e tubérculos. Sem nada vender, nada podiam comprar, voltando à vida autárquica de economia artesanal doméstica que satisfazia, nos níveis possíveis, às necessidades comprimidas a limites extremos.¹¹

Foram os casebres destes homens que Auguste de Saint-Hilaire encontrou em suas *Viagens à província de São Paulo*, na segunda década do século XIX, e a seus moradores atribuía qualidades de indolentes e estúpidos.

Adaptados ao modo de vida livre, não se amoldaram ao trabalho assalariado. Os fazendeiros precisam de escravos para o trabalho nas fazendas e, depois da abolição, da mão-de-obra imigrante. Mesmo em condições materialmente pouco favoráveis, o caipira não abre mão do seu modo de vida, o que vai cada vez mais dificultando a sobrevivência de sua cultura e de sua organização social.

As condições básicas de existência da sociedade caipira são: posse da terra, auxílio vicinal, indústria doméstica, disponibilidade de terras e margem de lazer. A perda dessas condições gerada pelo desenvolvimento urbano, industrial, pela pecuária e agricultura extensivas, principalmente do café, sem considerar as formas de vida existentes, provocou a desestruturação da sociedade caipira. O modo de vida e a cultura sobrevivem, porém isolados, “acantoados” como vaticinara Amadeu Amaral, dizendo que naquele momento o dialeto caipira “acha-se acantoadado em pequenas localidades que não acompanharam de perto o movimento geral do progresso”.¹²

Estudos de Antonio Candido e Maria Isaura Pereira de Queiroz descrevem as condições de permanência da cultura caipira, sobre a qual não falarei, porque são estudos que revelam a vida desse grupo após

¹¹ Ibid., p. 383-384.

¹² AMARAL, Amadeu. *O dialeto caipira*, p. 42

1920, ou seja, após a coleta feita por Amaral. O dialeto, entretanto, não desapareceu, como vaticinara Amadeu: “Este [o dialeto caipira] acha-se condenado a desaparecer em prazo mais ou menos breve. Legará, sem dúvida, alguma bagagem ao seu substituto, mas o processo novo se guiará por outras determinantes e por outras leis particulares.”¹³ A pesquisa feita por Ada Natal Rodrigues e publicada no livro *O dialeto caipira na região de Piracicaba* mostra que muitos traços que Amadeu levantou em 1920 eram ainda presentes na região de Piracicaba na década de 1970, época em que fez a sua investigação.

Segundo Amadeu, a “receptividade do dialeto em relação a termos de origem estranha é muito limitada, porque as necessidades de expressão, para o caipira, raramente vão além dos recursos ordinários.”¹⁴ No modo de vida caipira prevaleceriam ainda os mesmos hábitos, costumes e fundo de idéias. Esta seria a explicação para tantos arcaísmos e para a ausência de necessidade de termos novos que “pela maior parte, ou designam coisas a que vive alheio, ou idéia abstratas que não atinge”.¹⁵ Sobre este isolamento, Monteiro Lobato, em “Urupês”, faz um comentário depreciativo, mas que ilustra o modo de vida destes indivíduos, ou deste grupo.

O sentimento de pátria lhe é desconhecido. Não tem sequer a noção do país em que vive. Sabe que o mundo é grande, que há sempre terras para diante, que muito longe está a corte com os graúdos e mais distante ainda a Bahia, donde vêm baianos pernósticos e cocos.¹⁶

No vocabulário levantado por Amadeu, encontramos pouquíssimos termos ou expressões relacionados a hábitos ou bens urbanos: *cabeça seco*, que significa soldado; *cambra* e *câmera* (variantes de câmara, referindo-

¹³ *Ibid.*, p. 42.

¹⁴ *Ibid.*, p. 63.

¹⁵ *Ibid.*, p. 63.

¹⁶ LOBATO, Monteiro. *Urupês*, p. 287.

se a Câmara Municipal); *inleição*; *praça*; *praceano* (próprio da praça, do povoado, ou que vive na praça); *surjão* (cirurgião – há a forma histórica ‘sururgião’); *loja* (casa comercial onde se vendem fazendas a retalho; também se diz *loja de armarinho*, *loja de ferragem*).

Segundo Amadeu, “Dos vocábulos estrangeiros modernamente introduzidos na língua e que são de uso corrente no falar das pessoas mais ou menos cultas, ele [o caipira] só tem aceito alguns, poucos, relativos a objetos de uso comum, produtos de artes domésticas, etc.: *paletó* (que desterrou por completo o vernáculo casaco), *croché*, *cachiné*, *revórve* etc.”¹⁷ Essas três palavras têm registro de entrada na língua no século XIX, com exceção de “cachiné”, de que não encontrei registro, nem no próprio livro de Amadeu.

Por outro lado, abundam termos relacionados à lida com animais domésticos, especialmente bovinos e eqüinos, seja a característica do animal, o seu manejo ou as atividades e objetos que envolvem a lida com os mesmos. Os nomes de elementos da fauna (não domesticada) e da flora (não cultivada) também são bastante consideráveis, o que é facilmente explicado pela variedade de espécies.

Para espingarda há dezenas de palavras conexas, descrevendo os diferentes tipos desta arma ou uma de suas peças: *lazarina* (espingarda de cano comprido), *porva*, *pica-pau*, *reúna* (carabina de soldado), *trabuco*, *trochado*, *ascançadera* (feminino de alcançador), *cartuche* (variante de cartucho), *cravina* (variante de carabina), *cravinote*. Essa profusão de termos deixa clara a presença desta arma entre eles. São também em grande número os termos relacionados a animais de sela e a animais de tração (bois), a objetos de uso doméstico, de trabalho na roça, de caça, de pesca. Como as práticas ligadas a esses objetos ou os próprios objetos tendem a desaparecer, o termo que os designa vai caindo em desuso: “As palavras se emprestam, se esquecem, se perdem, se renovam”.¹⁸

¹⁷ AMARAL, Amadeu. *O dialeto caipira*, p. 63.

¹⁸ DARMESTETER, A. *La vie des mots étudiés dans leurs significations* apud DUARTE, Paulo. Dialeto caipira e língua brasileira. In: AMARAL, Amadeu. *O dialeto caipira*, p. 12.

Entre os termos relacionados a comportamento do ser humano, a maioria realça aspectos de caráter negativo e, freqüentemente, jocosos. Predominam as ações e os qualificativos ligados a fraqueza, a falta de dinheiro, a brigas, a falta de esperteza, a punição: *asperejá(r)* (usar de linguagem e modos ásperos com alguém), *atenta(r)* (irritar), *azucrína(r)* (importunar), *azula(r)* [fugir; sentido irônico ou burlesco], *banza(r)* (pensar aparvalhadamente em qualquer caso impressionante), *bobíá(r)* (enganar, fazer alguém de bobo), *bocage(m)* (uso de palavras e expressões indecentes), *cainhá(r)* (fazer mesquinhas), *cavaquear* (irritar), *cherata* (metedigo, intruso), *cinismo* (tédio, monotonia), *cinza* (na expressão sair cinza = haver conflito, briga), *cismar*, *costear* (fazer sofrer provocando inveja), *desabotinado* (meio doido, espalhafatoso), *miqueado* (que perdeu ou gastou todo o dinheiro que possuía), *lerdiá(r)* (apatetar-se), etc., etc.

Os termos que denotam comportamento ou qualidade positiva realçam a bravura, a descontração: *escorar* (aturar, fazer frente a [um trabalho pesado, uma agressão, uma prova de força ou de valentia]), *destorcido* ou *distrocido* (lépido, decidido, pronto, destabocado ou sacudido) ou o envolvimento amoroso. Substantivos abstratos não ligados a comportamento ou a uma qualidade humana também são raros (*casião*, *cisma*, *causo*, *inzenpro*, *átimo*).

O texto de Amadeu Amaral, especialmente no capítulo do vocabulário, apesar de construído segundo critérios formalizados e explicitados com clareza, traz muitos comentários de cunho enciclopédico, comuns em dicionários temáticos, mas não em dicionários de língua. Observe-se que, comparado com *O linguajar carioca*, de Antenor Nascentes, o livro de Amadeu é mais rico em ilustrações e em comentários que referem também aspectos da cultura do povo cujo dialeto descreve. No verbete *aguaxado*, por exemplo, Amadeu ocupa duas colunas para tecer comentários não só acerca da etimologia, mas também sobre a interpretação dada ao seu sentido pelos roceiros.

Aguaxado significa “entorpecido pela longa inatividade e pela gordura (o animal de sela)”, sentido encontrado ainda hoje também no Sul do Brasil e em Goiás. Amadeu sugere a entrada do termo no português pelo espanhol *aguajar/aguachar* (“úlceras ou tumor aquoso que se forma

nos cascos dos cavalos ou das bestas”) e à de *ajuaga* (“tumor nos cascos das bestas”). Como os efeitos do tumor e da gordura são semelhantes (lentidão da marcha do animal), uma palavra teria sido tomada pela outra. A explicação de Amadeu Amaral para essa mudança é que se alonga e desvia, resultando num texto bom de ler, como se vê por alguns trechos:

Talvez tenha influído nisso a palavra aguado. Aguado diz-se do animal *atacado de certa doença que lhe tolhe os movimentos*: por aqui se prenderá a *alguaxa*, tumor do casco. Essa doença caracteriza-se por uma abundância de líquido seroso, que os nossos roceiros dizem existir no *pesçoço* do animal e que se faz vaziar, geralmente, por meio de sangria: por aqui se relaciona com água. A doença é atribuída pelo povo, ao menos em alguns casos, a desejo insatisfeito de comer: ainda uma influência de água, pois o apetite *faz vir água à boca*. Também se diz de uma criança que ela *aguou* quando ficou triste e descaída por ver outra criança mamar, não podendo imitá-la, ou por lhe apetecer coisa que não lhe podia ser dada. [...] Tratando-se de animal aguado, era forçoso que houvesse água, e foram descobri-la no pesçoço, não já nos cascos, como seria mais razoável. Existe essa água? Os roceiros afirmarão que sim, sem admitir dúvida, mas há quem duvide. Eis o que diz, por exemplo, o dr. E. Krug: “Deve ser considerado superstição o tratamento de animais aguados por intermédio de uma sangria, que se executa no pesçoço. Esta superstição é muito espalhada no nosso estado e mesmo pessoas que se devia presumir possuírem maiores conhecimentos na zootecnia usam-na. O estar aguado do animal nada mais é do que um crescimento irregular dos cascos, geralmente devido a um excesso de marcha, etc., e isto, certamente, não se pode curar sangrando um animal. Diz-se que, depois de uma sangria, quando esta é feita de um só lado, o animal fica sempre manco; para se evitar este inconveniente sangra-se o animal dos dois lados. Não posso dizer se isto é também superstição ou fato verificado praticamente.”¹⁹

¹⁹ AMARAL, Amadeu. *O dialeto caipira*, p. 85-86.

Comentários mais alongados são freqüentes em verbetes ligados às credices, festas ou hábitos populares, como *cuca*, *currupira*, *folia*, *judas*, *saci* entre outros. Vejamos, apenas para ilustrar, esta outra observação, no verbebo *cumbuca*.

CUMBUCA, s. f. – cabaça esvaziada, que serve a vários fins, entre os quais o de armadilha para apanhar macacos. Neste caso, é um vaso grande, de boca muito pequena, onde se põe milho, e que se coloca em lugar conveniente, no mato. O macaco mete a mão pelo orifício e agarra um punhado de grãos, mas não pode retirar a mão cheia, e debate-se preso à cumbuca, sem se lembrar de largar o milho. Isto se conta geralmente, mas não conhecemos ninguém que o houvesse testemunhado em pessoa. Cp. o provérbio – ‘macaco velho não mete a mão em cumbuca’.²⁰

A maioria das observações é, no entanto, acerca de origem dos termos, algumas categóricas (e nem sempre corroboradas pelas etimologias elaboradas posteriormente por outros estudiosos, como Antenor Nascentes, José Pedro Machado, Antônio Geraldo da Cunha ou Antônio Houaiss), outras apontadas como discutíveis. Para construir esses comentários etimológicos, lança mão de estudos feitos por dicionaristas, ou faz comparações com outras línguas, especialmente o tupi ou o espanhol.

A grande maioria dos termos e acepções coletados por Amadeu Amaral é registrada pelos dicionários contemporâneos como brasileiroismos. Seria um sinal de que o dialeto caipira não ficou tão “acantoadado” assim? Que os termos chegaram em diversas regiões do Brasil? Que foram levados por bandeirantes e mineradores, ou que chegaram a São Paulo, vindos de outra região? Um grande número de vocábulos também caipiras é registrado por outros dicionários de língua portuguesa como pertencente apenas à região Sul do Brasil, especialmente aqueles relacionados a equinos. Talvez os termos deste campo semântico tenham sido importados do Sul, em vista da raridade da lida com cavalos no início do povoamento de São Paulo. Como disse anteriormente, o contato

²⁰ *Ibid.*, p. 123.

comercial entre os paulistas e os gaúchos foi intenso, o que resulta numa natural incorporação de termos.

Amadeu esclarece que incluiu no vocabulário somente termos ou definições ouvidos dos roceiros. “Deixamos de lado, em regra geral, aqueles que não temos visto usados senão em escritos literários, e por mais confiança que os autores destes nos merecessem.”²¹ As notas e observações em alguns verbetes também nos levam a deduzir que Amadeu só incluiu no vocabulário termos colhidos na fala de mais de um informante. Em um caso ou outro, registra usos idiossincráticos, mas faz a devida ressalva, como esta:

QUARTA-FÊRA, q. — [que quarta-fera] tonto, atoleimado: “Também, o que é que faz um pobre dum *quarta-feira*, no meio dos que tinham juízo?” (V.S.)// Acreditamos que seja antes um tipo de gíria local, sempre instável e caprichosa, do que aquisição definitiva da linguagem oral do povo.²²

Ou esta:

AFITO, s.m. – mau olhado. /Apesar de nunca termos ouvido este voc., e só o haveremos encontrado num escrito [“A Superst. Paulistana, eng. E. Krug], resolvemos registá-lo, por ser dos mais curiosos.”²³

A partir daí tece comentários sobre a etimologia do verbete, cruzando-o com o sentido “indigestão, diarréia”.

A pesquisa de Amaral revela um dialeto com dinâmica própria, com traços peculiares na apropriação de termos e na extensão de sentidos, seja pela vida que há ao redor dos falantes, seja pela palavra que lhes chega aos ouvidos (quanto menos contato, mais conservador). Quanto maior o

²¹ *Ibid.*, p. 82.

²² *Ibid.*, p. 172. V.S = Valdomiro Silveira.

²³ *Ibid.*, p. 84-85.

isolamento, menos se fala. Daí, o grande número de arcaísmos, atestados pelas abonações coletadas em textos quinhentistas.

Não sabemos exatamente como foi captada a fala dos “indivíduos desprevenidos”, como Amadeu nomeou a fala espontânea, mas esta leitura demonstra a seriedade e a perspicácia com que ele ouviu esta fala.

A seleção vocabular do caipira não está completamente desvendada no trabalho de Amadeu, pois o registro é das palavras que fugiram ao comum da fala padrão (portuguesa), das palavras que fossem uma marca do dialeto. No mais, os significados seriam os mesmos. Mas, como sabemos, seu propósito não era colher o milho, o arroz ou outro cereal, mas sim a *quirera*.

Quirera é o resíduo “de milho, arroz ou outro cereal, que fica na peneira; é a mistura de cascas quebradas e fragmentos de grãos”, e, para quem sabe olhar, é o desconhecido, o que pode surpreender.

Referências bibliográficas

AMARAL, Amadeu. *O dialeto caipira*: gramática, vocabulário. 3. ed. Prefácio de Paulo Duarte. São Paulo: Hucitec em co-edição com a Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1976.

CARMO, Laura Aparecida Ferreira do. “*A tradição ainda canta*”: a poesia da canção caipira. Rio de Janeiro, 1998. Dissertação (mestrado em Literatura Brasileira) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

CASTRO, Vandersi Sant’Ana. *Revisitando Amadeu Amaral*. Disponível em: <http://gel.org.br/4publica-estudos-2006/sistema06/715.pdf>. Acesso em: 30 out. 2007.

LOBATO, Monteiro. Urupês. In: _____. *Urupês*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1956.

RIBEIRO, Darcy. O Brasil caipira. In.: _____. *O povo brasileiro*. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RICARDO, Cassiano. *Marcha para Oeste*: influência da “Bandeira” na formação social e política do Brasil. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1942.

Palestra de encerramento

Uma história da história nacional: textos de fundação

Manoel Luiz Salgado Guimarães¹

Quando se pensa em campos disciplinares no Brasil no século XIX, é muito difícil pensá-los a partir de uma lógica e de um sistema de fronteiras hoje plenamente constituído e plenamente assentado. Certamente isso não era assim no século XIX, e esses homens de letras transitavam, em termos de suas discussões, pelos campos mais variados como a etnologia, a etnografia, a história e a lingüística. Uma gama muito variada de questões ocuparam aqueles que, além de tudo, tiveram como tarefa pensar a Nação, de forma mais geral, mas sobretudo pensá-la de um ponto de vista de uma história nacional.

O título que me foi sugerido para esta conferência pelas organizadoras do evento "A história da história nacional", indica um ponto de vista que me é particularmente caro: uma abordagem que historiciza a própria escrita da história. À sugestão acrescentei um subtítulo "textos de fundação" para indicar um conjunto de textos formulados com o propósito de apresentar projetos para a escrita de uma história do Brasil. Há aqui uma clara alusão e uma proximidade do aporte proposto pelo trabalho de Janaína Senna neste mesmo seminário. Portanto, o que apresento tangencia em muitos pontos algumas das questões sugeridas por Janaína Senna. Januário da Cunha Barbosa, também tratado por ela, foi uma figura fundamental para a discussão em torno dessa pro-

¹ Pesquisador do Centro de Estudos do Oitocentos/PRONEX. CNPq/FAPERJ e professor de História da UFRJ e da UERJ.

dução textual que eu chamo de "textos de fundação". Esse subtítulo, no entanto, também comportaria, se quisermos, um outro, igualmente expressivo a respeito do caráter dessa produção intelectual: "a disputa pelo passado no Brasil oitocentista". É importante que fique claro que se tratava efetivamente da "disputa pelo passado", ainda não constituído como objeto de uma disciplina. O próprio objeto – a História do Brasil – não encontrara ainda uma clara formulação e os textos aqui abordados, sob a qualificação de "textos de fundação", propunham-se realizar essa tarefa de construção do objeto assim como sugerir aportes metodológicos para o seu tratamento.

Ao tratar deste tema, o faço a partir de um campo de investigação que é a historiografia. Não pretendo me alongar com uma apresentação do meu entendimento a respeito desse campo, por vezes abordado de forma simplificada, quando confunde-se o trabalho da historiografia com a confecção de um exaustivo catálogo de autores e obras, à maneira como José Honório Rodrigues procedeu nos anos 1950 e que acabou por conformar a própria noção de historiografia e de um campo de trabalho. A essa perspectiva agregou-se mais tarde a noção de contexto de produção, como elemento definidor para a compreensão da produção historiográfica.² Para mim, os textos são o ponto de partida incontornável para se pensar a historiografia, pensando-os em suas múltiplas e complexas relações com outros textos. A questão central é interrogar acerca dos procedimentos que produzem um texto como "texto de história", supondo que não há nesse processo nenhuma natureza, mas sim uma história de formas de constituição de determinados textos como sendo de história. Quais são os critérios que fundam, a partir de um determinado momento, no caso especificamente da tradição brasileira, a possibilidade de chamar ou de se nomear um texto como um texto de história? E como vão se estabelecendo, então, essas fronteiras entre demandas que seriam próprias a um texto de história, e textos que teriam outras finalidades, outras funções, não mais aquela própria ou que se espera tenha

² Para uma apresentação mais detalhada desta discussão ver meu artigo intitulado "Historiografia e cultura histórica: notas para um debate".

saído da pena de um historiador. Dessa forma, no mesmo movimento em que textos são produzidos e são pensados para se construir um objeto, se produz também a figura do historiador. Não há um sem o outro, e essa figura vai se construindo de uma maneira bastante tensa e bastante difícil ao longo do século XIX brasileiro, na medida em que o passado é ainda objeto de uma intensa disputa, pelo menos até a década de 80 do século XIX.

O que apresento aqui é o recorte de uma pesquisa maior, que tem como objeto a cultura histórica oitocentista no Brasil, parte da qual é dedicada ao exame desse conjunto de textos nomeados “de fundação”. Hoje pretendo abordar apenas três desses textos, de um conjunto de dez, e que me parecem bastante significativos para os problemas que desejo indicar com relação à escrita da História no Brasil no século XIX. Eu pretendo me debruçar sobre uma interrogação, como disse há pouco, em torno da história nacional do Brasil do século XIX, discussão presente numa produção textual que em sua maior parte, veio à luz nas páginas da revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Eles integram um conjunto mais amplo de contribuições apresentadas ao IHGB, publicadas pela revista tendo como temática central a concepção de modelos para a escrita da história do Brasil.

Por que nomeá-los como “textos de fundação”? Em primeiro lugar por dizerem respeito à fundação de uma nova comunidade política, agora pensada sob a forma de uma Nação. Mas fundação igualmente de uma forma peculiar de escrita: a escrita da história do ponto de vista nacional. E por fim a invenção de um personagem, o historiador, que, se compartilha com diversos especialistas do código letrado algumas características e tradições, por outro lado desenha uma nova especialidade para as atividades das letras. Escrever a história do Brasil a partir dos procedimentos adequados capazes de assegurar a verdade do narrado, segundo os protocolos em construção que começam a vigir para este tipo de escrita peculiar, cuja marca distintiva é certamente a pesquisa documental, o trabalho com os arquivos. Desse conjunto de produção textual, certamente foi o texto de Von Martius, premiado pelo Instituto, aquele que mais ganhou notoriedade definindo alguns dos mitos fun-

dadores dessa escrita nacional, mas que não será objeto de nossas considerações neste momento. É um texto muito conhecido, bastante lido e relido. Gostaria de enfatizar que nossa escolha recaiu sobre um conjunto de textos que, pela via de signos visuais, objetivavam expressar uma mensagem codificada. No caso, uma concepção a ser defendida acerca de como pensar uma escrita da história nacional no Brasil oitocentista. E aqui eu me valho das sugestões de Aleida Assmann:³ estabeleço uma clara distinção entre texto e vestígio do passado, capazes de documentar as formas próprias do passado, de exercitar a lembrança, mas sem esse caráter codificado, peculiar aos textos escritos. Esses vestígios, e não os textos, conteriam informações indiretas, não necessariamente articuladas através de uma linguagem consciente acerca de culturas passadas, demandando do leitor um outro procedimento interpretativo. Nossas fontes, para ficar no preceptivo que rege o trabalho do historiador nessa cultura do Oitocentos, permitem a passagem ou a transmissão de uma mensagem específica. Em nosso caso, e de acordo com nosso interesse, essa mensagem a ser reconstituída pela via da reconstrução textual importa nas definições dos termos em que se concebeu uma história do Brasil. Podemos entender que esses textos procuram indicar os procedimentos a serem postos em marcha para a construção de uma narrativa do passado que deve ser lembrado quando o que está em jogo é o relato das origens dessa nação. Por essa operação, o passado a ser objeto da lembrança não se confunde com o puro conhecimento dos fatos acontecidos nesse tempo pretérito. Mas supõe, sobretudo, um esforço poético que se articula à vida presente. Essa era, aliás, a perspectiva que informava o trabalho da comissão designada pelo IHGB para emitir um parecer sobre as memórias apresentadas acerca do “modo pelo qual se deve escrever a história do Brasil”. No parecer com data de 20 de maio de 1847, os integrantes da referida comissão, Francisco Freire Alemão, monsenhor Joaquim da Silveira, e o Dr. Tomaz Gomes dos Santos justificam da seguinte maneira a escolha de Von Martius, o ganhador do prêmio, em

³ ASSMANN, Aleida. *Erinnerungsräume: Formen und Wandlungen des kulturellen Gedächtnisses*.

detrimento do texto concorrente de autoria de Henrique Júlio Wallenstein. Expressou-se assim a comissão:

Para essa comissão, o autor desta memória não compreendeu bem o pensamento de vosso programa porquanto, às vistas desse Instituto, não se podia contentar com a simples distribuição das matérias e isto por um método puramente fictício ou artificial que poderá ser cômodo para o historiador, mas de modo algum apto a produzir uma história do gênero filosófico como se deve exigir atualmente.⁴

Ao lermos o texto de Wallenstein, o texto recusado, constatamos que sua proposta para a escrita da história do Brasil deveria ser a mesma que “seguiu Tito Lívio, João de Barros, e Diogo do Couto. Isto é, pelo sistema das décadas, narrando os fatos acontecidos dentro de períodos certos”⁵ numa clara a-sintonia com as demandas contemporâneas para um trabalho de escrita da história. Sua proposição retomava uma concepção àquela altura ultrapassada para definir uma escrita do passado uma vez que, organizada unicamente pelo critério cronológico, não fornecia ao leitor contemporâneo o sentido e a finalidade desse trabalho de escrita da história. A exigência de uma história filosófica descartava do horizonte de possibilidades, os anais, as crônicas como legítimas formas do gênero histórico, agora em processo de redefinição. Mais do que simplesmente narrar os fatos acontecidos, localizando-os temporalmente, seria preciso a intervenção do historiador/autor fornecendo ao leitor um eixo de leitura, uma proposta de inteligibilidade para os fatos do passado submetidos agora ao trabalho de seleção e enredamento específico. Reconstruir o passado que se deseja narrar, essa é a tarefa dessa primeira geração de escritores e literatos que igualmente vão se construindo, através da escrita que propõem, como os primeiros historiadores do Brasil. Como acreditava Michelet, o texto de história da mesma maneira que era feito por um especialista – o historiador – contribuía para fazê-lo

⁴ *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (Atas). Rio de Janeiro, p. 279.

⁵ MEMÓRIA sobre o melhor plano de se escrever a História Antiga e Moderna do Brasil.

como historiador. Uma escrita singular para cuja compreensão devemos abrir mão dos cânones hoje vigentes. Igualmente singular, posto que um processo de definição, e comportando inúmeras tensões e possibilidades e não apresentando, portanto, uma forma única e acabada. Ao apresentarem em suas propostas para pensar uma história do Brasil e sua forma de realização, quer no plano metodológico, quer no plano formal, disputam a reconstrução do passado permitindo-nos vislumbrar as tensões e disputas em jogo, que fazem da escrita do passado aquilo que tão apropriadamente Roger Chartier denominou “lutas de representação”, sublinhando sua importância e significado políticos para os arranjos presentes das sociedades.

Numa outra chave de leitura, incorporo nesta discussão acerca destes textos fundacionais as sugestões presentes em recente livro, organizado por Sanjay Subrahmanyam, intitulado *Texturas do tempo*,⁶ quanto à distinção que os autores aí propõem, entre textos dos quais se valem os historiadores para escrever a história e aqueles outros textos produzidos em épocas diferentes daquela em que escreve o historiador e que poderiam ser considerados eles mesmos históricos segundo um regime vigente quando de sua produção. Em outros termos, interessou-nos, sobretudo, recortar um conjunto de produções textuais nas quais se pudesse flagrar um certo grau de consciência histórica expressa não apenas através da formulação explícita de uma finalidade para o conhecimento do passado, como também pela definição de procedimentos que assegurassem o adequado conhecimento dos tempos pretéritos. Consciência histórica, então, que se manifestaria e ganharia expressão através da combinação de procedimentos acadêmicos e usos políticos do passado, configurando abordagens possíveis para o trabalho da historiografia. Os textos aqui apresentados foram também lidos e submetidos a um trabalho de escuta que procurou compreendê-los em seus cenários de emergência e em suas formas específicas e peculiares de apresentação daquele projeto. Pela sua

⁶ Ver o instigante trabalho de: RAO, Velcheru Narayana; SHULMAN, David; SUBRAHMANYAM, Sanjay. *Textures du temps: écrire l'histoire en Inde*.

natureza, comportam um forte traço propositivo, preocupados que estão em definir o que entendem por uma história do Brasil, qual o seu sentido e significado para a atualidade em que vivem, e os meios para a realização desse trabalho intelectual. Programa acadêmico e demandas políticas combinam-se na tarefa de reconstruir o passado do Brasil, pela via de uma narrativa que integre experiências passadas a um tempo e espaço agora percebidos como nacionais.

O primeiro desses textos é o de autoria de Januário da Cunha Barbosa. Como pudemos acompanhar pela apresentação da Janaína Senna, ele está envolvido em várias frentes da cultura letrada. Frentes intelectuais, mas não apenas: políticas também. Frentes essas que têm a ver exatamente com esse projeto de uma nação imperial. E o texto que me parece fundamental para essa discussão, e para essa apresentação, é o discurso por ele proferido por ocasião da criação do IHGB em 1838. É um texto que, evidentemente, tem um sentido comemorativo, laudatório, mas é, ao mesmo tempo, um texto muito preciso em relação àquilo que ele entende como uma escrita da história do Brasil, procurando circunscrever o seu objeto. É muito curioso constatar que ele começa seu discurso com um procedimento retórico que apela para a memória: uma epígrafe de Alexandre de Gusmão quando é convidado para entrar na Academia de História de Lisboa, no século XVIII. Uma lembrança que sugere um pertencimento desejado, modulando dessa forma o tom conferido ao texto, delimitando os limites e as finalidades para os quais ele é concebido. Rompendo a distância temporal, o recurso retórico aproxima Gusmão e Januário, articulando-os às demandas de um Estado Monárquico envolvido com as inúmeras questões decorrentes de sua afirmação como projeto de nação. Esse discurso, para além de marcar uma fundação, e, portanto a possibilidade de uma escrita nacional, igualmente define o sentido político dessa mesma escrita para essa nação em gestação. O conhecimento do passado agora organizado segundo os princípios de ciência deveria, segundo ele, estimular o patriotismo, entendido nos termos de uma identidade nacional a ser forjada. No mesmo movimento, as palavras de Januário da Cunha Barbosa definem para o IHGB o papel de coordenador dessa atividade de escrita da história nacional através

de um trabalho de administração do passado que, não apenas regulasse a coleta das fontes, mas definisse a agenda dos temas considerados centrais. Reunido no IHGB, o material espalhado pelas diversas províncias deveria constituir-se em um passo inicial e fundamental para a possibilidade de uma escrita dessa história e da geografia nacionais, implicando necessariamente, um trabalho coletivo sob coordenação centralizada. O trabalho de constituição do arquivo vai se definindo ao mesmo tempo que o trabalho de formulação de uma escrita da história. E aqui uma observação que me parece pertinente quanto à forma dessa administração do passado. O modelo em questão para esse trabalho é o do Instituto Histórico de Paris. Quer quanto à organização institucional, ao funcionamento do cotidiano da instituição, no caso o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, quer quanto às formas próprias da relação entre os letrados e a instituição, as semelhanças são significativas. Tomemos como exemplo a agenda dos temas que se constituem em objeto da discussão interna na instituição e da produção textual de seus membros. É freqüente o fato de que a administração central sugere os temas que quer ver discutidos no âmbito do IHGB, como o era também no Instituto Histórico de Paris, um indício precioso para compreendermos as concepções de história em circulação. No caso brasileiro, havia ainda uma peculiaridade: muitas das vezes o próprio Imperador comparecia às sessões do IHGB oferecendo sugestões de temas para a discussão. Uma particular forma de administração do passado, bastante diversa daquela que o tornou objeto de uma disciplina controlada pelos pares, especialistas de uma forma particular de escrita, e fruto de uma profissionalização do campo de produção histórica.

O texto de Januário da Cunha Barbosa começa por afirmar a necessidade de mapear um conjunto de documentos dispersos pelas províncias do Império como forma de organizar o arquivo para a escrita da história nacional. Sem as fontes não seria possível uma escrita da história, sinalizando, portanto, critérios para a legitimação desse trabalho: a pesquisa documental como base de uma narrativa original acerca do passado do Brasil. Essa escrita deveria ainda cumprir seu papel como registro de uma memória a ser preservada e continuamente acionada,

tanto a memória dos fatos considerados memoráveis porque grandiosos para a epopéia nacional, quanto a memória física dessa Nação, indicando os quadros físico-geográficos que a comporiam. Descrição geográfica com a fixação da fisionomia nacional combinar-se-ia ao relato dos eventos memoráveis, preocupações expressas numa forma textual recorrente no século XIX: as corografias. A natureza pelo trabalho da memória viria a se constituir numa paisagem; a paisagem nacional. Portanto, segundo ele, o trabalho de fixação de uma memória, compreendida nessa dupla dimensão, objetivaria contrapor-se aos escritos existentes acerca do Brasil considerados por ele inadequados para este trabalho. A correta memória, a recordação bem conduzida resultaria de um trabalho criterioso e forjado a partir de um sentimento particular: o patriotismo, concebido não apenas como referência a uma determinada região, mas como expressão de um tipo de relação com esse território e com esse passado. Memória e escrita da história articulam-se nesse projeto de dar forma à Nação no século XIX, expressando uma tensão própria a um campo ainda não plenamente constituído no Brasil do Oitocentos. Nesse trabalho de narrar o passado, que referências são acionadas pelo cômego para dar forma ao seu projeto? Sua primeira referência explícita é ao historiador francês Prosper de Barante, cuja *História dos duques de Borgonha* deslanchou uma importante polêmica relativa à escrita da história concebida por ele como “pitoresca e descritiva” por oposição a uma escrita filosófica. Insinua-se assim uma curiosa tensão entre dois modos distintos de conceber a escrita histórica: a história filosófica, concebida segundo um sentido que deveria se explicitar ao longo de sua narrativa, e uma história “pitoresca”, a ser narrada segundo as marcas características de um tempo, segundo a sua cor local. O papel dessa narrativa seria o de promover a ‘ressurreição do passado’, tornado novamente presente pela via da narrativa. Para Barante, referência explícita de Januário da Cunha Barbosa, haveria uma clara semelhança entre a narrativa histórica e a poesia, advinda do fato de que ambas falariam à imaginação, ainda que a primeira devesse, por sua natureza, ater-se à verdade positiva dos fatos. Estabelece, dessa forma, uma distinção clara entre as duas formas de escrita, que somente no passado remoto estiveram confundidas sob

a forma da epopéia. A imaginação como instrumento para narrativa do historiador permitiria que a existência entre povos e indivíduos do passado pudesse ser evocada, e novamente trazida à vida diante de nossos olhos. Segundo Temístocles Cezar, em um trabalho sobre a cor local: “a cor local sem mediações, é assim a representação exata da história”⁷

A estetização do passado, presente no uso da noção de cor local, como estratégia de construção narrativa da história do oitocentista, parece confirmar o significado e a importância deste procedimento para uma melhor eficácia das tarefas rememorativas. Para Januário da Cunha Barbosa, seguindo as sugestões de Barante, a narrativa histórica devia ser capaz de restituir os eventos aos seus cenários originais, conferindo novamente vida àquilo que pela passagem inexorável do tempo fora condenado à morte. Nesse sentido, a narrativa histórica nacional, idealizada por esse fundador do IHGB, compartilha os princípios norteadores de uma cultura histórica oitocentista voltada para a luta contra a morte, representada pelo esquecimento, em um esforço semelhante ao da taxidermia moderna preocupada em restituir a aparência de vida a seus animais empalhados. Vejamos como se expressa a respeito o cónego Januário da Cunha Barbosa.

A história seria portanto incompleta, descoberta, e árida se, ocupando-se unicamente de resultados gerais por uma mal entendida abstração, não colocasse os fatos no teatro em que se passaram, para que melhor se aprecie pela confrontação de muitas e poderosas circunstâncias [e] se desembarquem a inteligência dos leitores. A sorte geral da humanidade muito nos interessa, e nossa simpatia mais vivamente se abala quando se nos conta o que fizeram, o que pensaram, o que sofreram aqueles que nos precederam na cena do mundo. É isso o que fala à nossa imaginação. É isso que ressuscita por assim dizer a vida do passado e que nos faz ser presentes ao espetáculo animado das gerações sepultadas. Só desta arte a história nos pode oferecer importantíssimas

⁷ CEZAR, Temístocles. *Narrativa, cor local e ciência: notas para um debate sobre o conhecimento histórico no século XIX*, p. 21.

lições. Ela não deve representar os homens como instrumentos cegos do destino, empregados como peças de um maquinismo, que concorrem ao desempenho dos fins do seu inventor. A história os deve pintar tais quais foram na sua vida obrando em liberdade e fazendo-se responsáveis por suas ações.⁸

A ressurreição do passado pela via da imaginação histórica filia sua proposição a um projeto estetizante para a narrativa histórica. Por outro lado, sua defesa, também no mesmo texto, de uma história filosófica, capaz de operar a partir das noções de unidade e sentido, parece apontar em direção oposta. Como combinar em uma narrativa do passado perspectivas em princípio paradoxais? A história filosófica, herdeira da concepção iluminista da história e uma narrativa com traços da cultura romântica própria do século XIX? No momento em que o próprio conceito de História é ainda objeto de disputas, em que o gênero parece poder ainda comportar diferentes possibilidades narrativas, a tensão explícita no texto de Januário da Cunha Barbosa expressa esse momento de disputas em que uma batalha está sendo travada com vista à definição de como se escreverá essa história.

Finalmente, Januário da Cunha Barbosa aponta uma última e importante vantagem para a escrita da história que deve ser objeto das tarefas do Instituto. Citando mais uma vez Alexandre de Gusmão, entende que seu estudo deveria ser como um seminário de heróis e, para tanto, deveria aquela instituição de letrados dedicar-se, à maneira de Plutarco na Antigüidade, à organização da Biografia Brasileira capaz de oferecer às gerações nacionais os exemplos de virtudes a serem imitadas, sinalizando dessa forma para um conjunto de lições úteis para o exercício dos deveres em sociedade. A organização de uma galeria de varões ilustres, apresentados segundo as épocas históricas e erigidos em exemplo de emulação, viria a integrar uma das seções da revista do IHGB, realizando assim o projeto esboçado pelo secretário-geral. O recurso à Antigüidade, especialmente a Plutarco, deve ser compreendido como parte do esforço desses letrados brasileiros em associar o uso do passado, pela via

⁸ BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso no ato de estatuir-se o IHGB, p. 13.

dos exemplos biográficos, às finalidades políticas do presente, quando estava em jogo a afirmação da monarquia constitucional, como a forma de organização política do Estado. As vidas paralelas de Plutarco devem ser lidas tendo em consideração seu caráter de uma filosofia moral destinada mais à preparação adequada para a ação do que propriamente voltada para o conhecimento do passado. E com essa chave interpretativa, podemos compreender a importância e o significado de sua referência para os construtores simbólicos da nação brasileira no século XIX. Como exemplo para a ação, a narrativa de vidas ilustres deveria contribuir para a afirmação do poder do Estado Nacional, pela via da narrativa desses exemplos, erigidos em modelos de conduta. O exemplo das grandes vidas, no caso, dos brasileiros ilustres, poderia significar um estímulo à imitação e, portanto, combustível importante para a ação. O recurso a Plutarco atualiza o sentido pragmático que deveria orientar aqueles voltados para uma escrita de uma história do passado brasileiro. Dessa forma, novamente os valores de uma história moralizante, herdeira da cultura letrada das Luzes setecentista, encontra abrigo no modelo proposto pelo secretário do IHGB.

Essa tensão entre, por um lado, a defesa de uma história filosófica, uma história que seja capaz de apresentar um sentido geral, e, portanto, uma finalidade, um *télos*, e a noção de uma história como ressurreição, segundo os critérios de uma chave romântica, devem ser sublinhados como marca peculiar desse projeto de escrita. Esse deslizamento semântico torna esses textos, por isso mesmo, mais instigantes para a análise da pesquisa historiográfica.

O segundo texto que quero trazer para exemplificar essa discussão é de autoria de Rodrigo de Souza da Silva Pontes, e atendeu a uma pergunta formulada pelo Instituto em sessão de novembro de 1840: qual seria “o melhor meio para obter o maior número possível de documentos relativos à história e geografia do Brasil”⁹

⁹ PONTES, Rodrigo de Souza da Silva. Quais são os meios que se deve lançar mão para obter o maior número possível de documentos relativos à história e geografia do Brasil.

O procedimento que organiza a produção textual não é uma inovação peculiar ao IHGB, mas procedimento costumeiro na forma de organizar as sessões de trabalho de seus sócios, observados também numa instituição como o Instituto Histórico de Paris, conforme observado anteriormente, e que teve entre seus sócios membros do IHGB. A pergunta, enunciada com ênfase, sobre a necessidade de um esforço para a obtenção de documentos, agora o passo inicial para o trabalho de escrita do passado, sinalizava em direção aos novos cânones para uma escrita da história, formulados de maneira emblemática por Ranke, como também expressava, sobretudo na visão de Cunha Barbosa, o sentido dessa pesquisa documental para o trabalho de ressurreição do passado. O tema da constituição do arquivo retorna como central para as preocupações dos letrados brasileiros voltados para a escrita da história nacional.

Rodrigo de Souza da Silva Pontes é um exemplo típico da carreira pública de homens de Estado no século XIX. Bacharel em direito, pela Faculdade de Leis de Coimbra, exerceu cargos na magistratura, foi deputado em diversas legislaturas, além de presidente de província. Atuou na política externa do Império, dirigindo como ministro plenipotenciário em Buenos Aires as negociações para o acordo de paz entre os dois países. Combina, assim, em sua biografia, aspectos que encontraremos em outros letrados e políticos desse momento. O estudo e o conhecimento do passado como forma de melhor viabilizar a ação no presente, tendo em vista as tarefas de um Estado Nacional quer no âmbito interno, quer na esfera dos negócios externos.

A primeira sugestão contida no texto de Rodrigo de Souza da Silva Pontes diz respeito ao trabalho de levantamento dos arquivos espalhados pelo território do Império. E deve ser objeto, segundo ele, de um circunstanciado relatório ao Instituto a partir dos procedimentos da crítica documental erudita preocupada em definir a autenticidade dos documentos, assim como sua importância para a finalidade de uma escrita da história nacional. Importante sublinhar sua preocupação não apenas com a coleta e reunião da documentação – a construção do arquivo – mas também com o trabalho da crítica documental, uma operação herdada da cultura e das práticas eruditas relativas à crítica textual. Lo-

calizados e compulsados os arquivos por uma comissão indicada pelo IHGB, o passo seguinte seria o de proceder à guarda desse material, seja através de sua compra, ou da cópia daquilo considerado indispensável para as tarefas da escrita da história. Esse método de trabalho deveria ser coadjuvado, segundo sugestões de Rodrigo de Souza da Silva Pontes, pelo que ele chamava de viagens científicas, que viriam a ser estimuladas pelo IHGB como forma de reconhecimento do território, segundo agora as demandas do Estado Nacional. Reeditava com sua sugestão, em certa medida, os procedimentos que informavam este tipo de viagem na cultura ilustrada do Setecentos. Rodrigo de Souza da Silva Pontes aponta para a importância dessas viagens que teriam sido, segundo ele, responsáveis pela descoberta de inúmeros restos do passado em sociedades como a francesa, e que, por esse caminho, tornaria possível a materialização desse tempo pretérito através destes objetos trazidos à luz e ao conhecimento. A visão atestaria, assim, a realidade desses tempos passados, convencendo o presente de sua efetiva existência. Segundo os critérios que presidiam este tipo de deslocamento – as viagens –, não apenas o território deveria ser reconhecido e ocupado, agora segundo a lógica que organizava a exigência desse Estado Nacional Monárquico, como também um valor de natureza epistemológica parecia delinear-se, implicando um conhecimento assentado sobre as bases da autópsia.

O olho do viajante, educado segundo as regras do inquérito filosófico, em que tanto a natureza quanto os aspectos humanos seriam objetos de uma narrativa minuciosa e circunstanciada, atestaria o narrado pelas fontes, dirimindo disputas e controvérsias porventura existentes. O autor do texto fornece aos seus leitores um exemplo desse importante procedimento, segundo sua avaliação, para a escrita da história. O exemplo está relacionado à Guerra de Palmares que é, para Rodrigo de Souza da Silva Pontes, objeto de uma enorme controvérsia para os autores que dela se ocuparam como Brito Freire, Rocha Pita e outros, que não chegaram a um acordo acerca do tamanho da povoação, nem quanto ao número de seus habitantes. Formulando inúmeras questões que não estavam respondidas e que necessitariam de trabalho de investigação, conclui afirmando:

Não tomo sobre mim as soluções dessas questões, que na verdade apenas podem ser *decididas sendo estudadas nos lugares onde os acontecimentos se passaram*, estudando esses mesmos lugares, determinadas sua extensão, e a sua posição geográfica, ouvidas e averiguadas as suas tradições e examinados os documentos, uma boa parte dos quais será difícil de examinar fora da mão de seus possuidores, pois que consistem em títulos de propriedade.¹⁰

Ressalto a valor da autópsia, da visão, como fundamental para a própria pesquisa do historiador. O olhar assegura, então, a possibilidade da prova, em todos os sentidos fundamental para o trabalho de narrativa do passado e construção política da nação no presente do século XIX.

O deslocamento no espaço, sobretudo para as regiões do interior do Império brasileiro, viabilizaria também uma experiência de natureza temporal peculiar, e aí me parece residir a contribuição epistemológica desse método de investigação sugerido pelo autor: conhecer através da viagem, do deslocamento. A constatação de tempos sociais diversos coexistindo no mesmo espaço que se deseja agora unificado como o território da nação impunha uma reflexão em torno dos problemas do tempo da Nação, da sua história, finalmente. É, portanto, a partir dessas experiências de deslocamento no território, em grande parte realizados ainda por ordem da Coroa portuguesa no século XVIII, cujos relatos em memórias serão recuperados como fonte, que as questões referentes à cronologia da história nacional, levando em consideração as populações indígenas, serão tematizadas no interior do IHGB. Os dois temas por sinal são recorrentes e centrais nas páginas da revista. A visão como sentido é convocada para o desempenho de uma dupla finalidade: atestar a existência do passado que sobrevive, através dos restos materiais disponíveis, e dirimir dúvidas a respeito desse mesmo passado. Juiz e testemunha, antigas imagens associadas ao trabalho do historiador, reconfiguram-se pela pena dos letrados oitocentistas comprometidos com a escrita da História do Brasil. Se a razão deve conduzir a narrativa, a partir de

¹⁰ *Ibid.*, p 154. (Grifo meu.)

uma finalidade que deve claramente ficar expressa aos leitores dessa história, a história filosófica, igualmente os sentidos, quer a visão, quer a escuta, têm lugar nessa narrativa não apenas como elemento da prova, mas como viabilizadores da imaginação fundamental para tornar visível esse absoluto invisível que é o passado. Viajar e narrar conjugam-se para viabilizar a produção do território nacional, submetendo as regiões afastadas ao regime do olhar e da escrita do Estado Nacional, centralizado na capital do Império. Dando seqüência ao seu texto, Rodrigo de Souza da Silva Pontes retoma um tema já abordado por Januário da Cunha Barbosa, e relativo à necessidade de um trabalho de equipe quando se tem em mira a escrita da História Nacional.

Consideradas particularmente duas especificidades próprias à situação brasileira, segundo ele, a novidade dessa escrita e a vastidão do território a ser conhecido, mais se afirmaria como indispensável o trabalho de conjunto coordenado pelo IHGB. Mas não apenas essa advertência pode ser lida no texto, indicando também o autor um procedimento de natureza metodológica indispensável para a boa realização da tarefa a ser realizada na circunstância brasileira. A escrita deve ser conduzida a partir de um inquérito previamente formulado, que direcione o que deve ser investigado. Retoma explicitamente a experiência das sociedades científicas setecentistas como procedimento adequado para a produção de um conhecimento dotado de sentido e finalidade, reafirmando, portanto, os propósitos e os procedimentos das viagens filosóficas e de sua matriz narrativa. Esse inquérito seria encaminhado a todas as províncias, de forma a produzir um conhecimento do todo a partir de suas partes, submetidas, contudo, à lógica formulada e explicitada por tais questionários. Narrar respondendo a um inquérito que direciona o olhar e a escrita.

O terceiro texto, de Raimundo José da Cunha Matos, é de autoria de um co-fundador do IHGB juntamente com o Januário da Cunha Barbosa. Ainda que publicado tardiamente em relação à sua produção, somente 25 anos após ter sido lido na sessão de março de 1839, está temporalmente localizado junto ao texto de Januário da Cunha Barbosa. A demora em vir à luz nas páginas da revista do Instituto, publicado

somente em 1863, podem encontrar explicação naquilo que escreve a respeito da possibilidade de uma escrita da história nacional no Brasil nos primeiros anos de fundação do IHGB. Militar de formação, ele tem seu nome associado às lutas contra os franceses na península Ibérica, portanto, sua biografia está bastante ligada à defesa da Coroa portuguesa frente à invasão napoleônica. Chega ao Brasil um pouco depois da família real, e destacou-se por sua atuação na província de Goiás, cuja experiência foi central para os seus estudos de natureza corográfica assim como acerca das populações indígenas, temas que foram objeto de uma produção textual. Seu trabalho, publicado muitos anos após a sua morte, intitula-se “Dissertação acerca do sistema de escrever a história antiga e moderna do Império do Brasil”.¹¹

Dois problemas, segundo ele, dificultariam essa escrita da história nacional. De um lado, o que existe, diz ele, sobre ela e sobre a nação antecede a Independência e são obras de estrangeiros e, por isso, marcadas por esse olhar, estando, segundo o nosso autor, cheias de “falsidades, a respeito do povo e do Brasil”. De outro lado, a documentação existente não fora, segundo ele, “submetida ao escalpelo da boa crítica” não podendo por isso integrar essa narrativa da história nacional. Seu texto, na verdade, impõe um diagnóstico sombrio para as tarefas da escrita da história nacional: infelizmente essa história não pode ainda ser escrita, por absoluta falta de condições centrais para a sua escrita. Parecia ir na contramão daqueles empenhados nesse trabalho de escrita, postergando para um futuro mais adequado essas mesmas tarefas. Não conheceu a luz da publicação até que essa história tivesse encontrado sua forma canônica no trabalho de Francisco Adolfo Vanhagen. Dois esforços podem ser vislumbrados nas palavras de Cunha Matos. O primeiro, no sentido de estabelecer uma necessária cronologia para a escrita da história do Brasil, e que se expressa no próprio título do seu artigo: a história antiga e moderna. O segundo, em submeter os escritos, sejam eles documentos, sejam eles textos narrativos, à crítica, entendida como

¹¹ MATOS, Raimundo José da Cunha. *Dissertação acerca do sistema de escrever a História Antiga e Moderna do Império do Brasil*. A memória lida pelo autor 25 anos antes, na sessão de 15 de dezembro de 1838, intitulava-se “Quais são as verdadeiras épocas da história do Brasil?”.

novo olhar que se lança sobre esses antigos textos e que se pautaria pelas formulações de uma nação em construção. A crítica necessária buscaria fundar uma nova legitimidade para a escrita da história oitocentista, não mais assentada no peso da tradição dos textos canônicos, mas nas fontes inéditas, fruto da pesquisa histórica.

Para Cunha Matos, a história “só pode ser composta por filósofos, mas para isso devem estes gozar uma inteira e sensata liberdade”.¹² Não existindo esta, senão a partir de 1823, para Raimundo José da Cunha Matos, a escrita de uma história filosófica do Império estaria, assim, impossibilitada. Mas como escrevê-la, já que essa é a tarefa prioritária para alguém engajado em uma associação voltada para esse fim? Como realizá-la apesar das dificuldades, tendo em vista as demandas do tempo presente, já que para Cunha Matos “o fim principal da história política e civil é encaminhar os homens na prática das virtudes e ao aborrecimento dos vícios, para que daí resulte o bem-estar das sociedades”?¹³

Sua proposta começa por enfatizar aquilo que é a perspectiva fundamental do gênero nessa cultura do Oitocentos: a definição das fontes. Sua concepção é, a esse respeito, bastante alargada, podendo compreender tanto os objetos da cultura material quanto os documentos que definiríamos como oficiais: os registros da ação do Estado Monárquico em sua ação colonizadora ou civilizadora. Em seguida, era preciso submetê-los ao trabalho da crítica, ressignificando o papel da cultura antiquária e da erudição segundo os propósitos da escrita nacional e para constituir aquilo que tão apropriadamente Temístocles Cezar chamou a “retórica da nacionalidade”¹⁴. Nesse sentido, a nova realidade política, fruto de uma ruptura produzida pela separação com Portugal e com o fim definitivo do estatuto de colônia, permitiu igualmente a consciência de uma ruptura entre passado e presente, entre a história antiga e moderna do Império do Brasil, nas palavras de Raimundo José da Cunha Matos.

¹² *Ibid.*, p. 127.

¹³ *Ibid.*, p. 137.

¹⁴ CEZAR, Temístocles. *L'écriture de l'histoire au Brésil au XIXe. Siècle: essai sur une rhétorique de la nationalité: le cas Vahngen.*

É, portanto, o tempo da política aquele que parece modular os esforços para construção daquela cronologia. O autor apresenta um conjunto de fontes que, segundo ele, seriam referências centrais para o trabalho de elaboração de uma narrativa nacional, organizando dessa maneira um repertório canônico a partir do qual essa escrita da história deveria ser constituída. Aponta também para o estabelecimento de uma cronologia que deveria organizar esses mesmos movimentos escriturários. Seguia, segundo suas próprias palavras, as sugestões de Januário da Cunha Barbosa. Segundo Raimundo da Cunha Matos: a primeira época seria a dos aborígenes; a segunda, o descobrimento e toda colonização; finalmente, a terceira ocupar-se-ia de todos os conhecimentos nacionais, a partir da Independência. Identificadas as três épocas, dedica especial atenção à primeira delas:

[...] a inexistência de um conhecimento seguro, sobretudo a respeito da primeira época, na verdade compromete a escrita de toda a história nacional. Enquanto não houver um conhecimento seguro sobre essa grande incógnita que são os índios na verdade é impossível pensar uma história da nação brasileira.¹⁵

O pouco conhecimento dessa primeira época é um impedimento para uma imediata escrita da história, sendo por isso necessária uma investigação acerca dessas populações e desse tempo.

A segunda época abarcaria os tempos do descobrimento e da administração portuguesa. Finalmente, a terceira época seria o período que se inicia com a separação da metrópole portuguesa e com a adoção do sistema do governo imperial. Um silêncio, contudo, impera no texto a respeito dessas duas épocas. Curiosamente, seu maior empenho está em organizar o conhecimento a respeito da primeira delas, aquela que parece como a mais obscura, porque ainda não submetida às regras indispensáveis à escrita da história segundo uma matriz científica em gestação

¹⁵ MATOS, Raimundo José da Cunha. Dissertação acerca do sistema de escrever a História Antiga e Moderna do Império do Brasil, p. 135

pela cultura histórica oitocentista. Essa primeira época que integraria a história do Brasil não estaria ainda controlada por esse projeto escriturário em gestação no IHGB.

Concluindo: os textos aqui propostos para leitura guardam entre si algumas semelhanças que devem ser consideradas. Emergem todos eles nos primeiros anos da fundação do IHGB e mesmo quando publicados tardiamente, como é o caso do texto de Raimundo José da Cunha Matos, são produzidos nos primeiros anos de trabalho daquela associação. São coetâneos à fundação daquele grêmio de letrados que se colocaram como tarefa primeira a escrita de uma história nacional, inaugurando um debate em torno das formas mais adequadas de proceder a essa escrita, uma vez que tudo estava por fazer e que várias possibilidades ainda se mostravam viáveis e possíveis, já que não existiam regras afirmadas para essa escrita. São por isso especialmente ricos para vislumbrarmos os primeiros momentos desse debate e do nascimento de uma forma específica de escrita da história nacional entre nós. Fundam entre nós igualmente algumas das regras que se tornam condição inquestionável para o trabalho de alguém que se pretende historiador: o trabalho a partir de documentos, transformados em fontes para a escrita, lugar de legitimação para o saber a ser produzido. Compartilham ainda a concepção da história como mestra, mesmo que esse *tópos* esteja sendo revisto pela escrita oitocentista, apoiando-se na defesa do que denominam uma história filosófica. Reatualizam as demandas de uma história universal como história da civilização, mas ao mesmo tempo necessitam recorrer à cor local como estratégia necessária para a escrita de uma história que se pretende nacional e por isso mesmo singular e específica.

Lê-los a partir de sua historicidade própria é reconhecer as tensões e disputas que silenciosamente os configuram, abrindo mão de vê-los como superfícies sem arestas, unidades constituídas pela vontade de um autor que lhes transfere um sentido de unicidade. Repensá-los é, talvez, um exercício da historiografia. Uma reflexão acerca dos modos de fazer que nos constitui também hoje como historiadores.

Referências bibliográficas

ASSMANN, Aleida. *Erinnerungsräume*: Formen und Waldlungen des kulturellen Gedächtnisses. München: Verlag C.H.Beck, 2003.

BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso no ato de estatuir-se o IHGB. *RIHGB*. Rio de Janeiro, n. 1, p. 9-18. 1839.

CEZAR, Temístocles. *L'écriture de l'histoire au Brésil au XIXe. Siècle*: essai sur une rhétorique de la nationalité: le cas Vanhargen. Paris, 2002. Thèse de doctorat, École des Hautes Études en Sciences Sociales.

_____. Narrativa, cor local e ciência: notas para um debate sobre o conhecimento histórico no século XIX. *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 8, n. 10, p. 11-34. jul./dez. 2004.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Historiografia e cultura histórica: notas para um debate. *Ágora*. Revista de História e Geografia. Dossiê Historiografia e Escrita da História, v. 11, n. 1, p. 31-47. jan./jun. 2005.

MATOS, Raimundo José da Cunha. Dissertação acerca do sistema de escrever a História Antiga e Moderna do Império do Brasil. *RIHGB*. Rio de Janeiro, n. 26, p. 121-143, 1863.

MEMÓRIA sobre o melhor plano de se escrever a História Antiga e Moderna do Brasil. *RIHGB*. Rio de Janeiro, n. 45, v. 54. p. 159-60, 1882.

PONTES, Rodrigo de Souza da Silva. Quais são os meios que se deve lançar mão para obter o maior número possível de documentos relativos à história e geografia do Brasil. *RIHGB*. Rio de Janeiro, n. 3, p. 149-157, 1841.

RAO, Velcheru Narayana; SHULMAN, David; SUBRAHMANYAM, Sanjay. *Textures du temps: écrire l'histoire en Inde*. Paris: Seuil, 2004.

REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Atas). Rio de Janeiro, n. 9, 279-287, 1847.

Para entender alguns conceitos nesta obra

Língua

“O que define uma língua, em face das demais, é a sua estrutura, que estabelece oposições específicas de fonemas e formas. De acordo com a estrutura, se tem uma nova língua a partir de um momento da evolução de uma língua dada (ex.: o português em face do latim) ou se distinguem num território contínuo duas ou mais línguas que são evolução de uma única língua (ex.: na península Ibérica, a língua portuguesa, em face da língua castelhana, ou espanhola, e da língua catalã, todas provenientes do latim).

Há, entretanto, uma hierarquia nas oposições lingüísticas e são as fundamentais, ou primárias, que definem essencialmente uma língua em face das demais línguas. As oposições superficiais, ou secundárias, criam dentro de uma língua as divisões chamadas falares, que por sua vez são agrupáveis em dialetos. Daí, o conceito de língua regional, ou falar, e língua comum, que abrange todos os falares na base de um sistema de oposições lingüísticas fundamentais. Na língua comum, ou língua nacional, isto é, comum a toda uma nação, tende a constituir-se, a partir de certo estágio de civilização, uma modalidade de seu uso, dita língua culta, que serve para as comunicações mais elabora-

das da vida social e para as atividades superiores do espírito. Superpõe-se à língua cotidiana, e dela se distingue principalmente – a) pela maior nitidez e constância na fonação, b) pela maior coerência e fixidez nas formas gramaticais, c) pela maior riqueza e sutileza do léxico. É na base da língua culta que se constitui a língua escrita, cuja mais alta expressão é a modalidade empregada na literatura, e chamada de língua literária. A língua cotidiana, por sua vez, apresenta gradações, que vão até à língua popular, caracterizada pelos vulgarismos e até à gíria.

A língua nacional nem sempre corresponde ao conceito estrito de nação, como Estado politicamente constituído e soberano. Num desses Estados pode vigorar mais de uma língua nacional (ex.: na Suíça), e uma língua comum pode vigorar em mais de um Estado (ex.: o português em Portugal e no Brasil).”

(LÍNGUA. In: CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *Dicionário de lingüística e gramática*. 14 ed. Petrópolis: Vozes, 1977. p. 158-159.)

Colonização lingüística

“[...] a colonização lingüística supõe o estabelecimento de políticas lingüísticas explícitas como caminho para manter e impor a comunicação com base na língua da colonização.

Delimitando os espaços e as funções de cada língua, a política lingüística dá visibilidade à já pressuposta hierarquização lingüística e, como decorrência dessa organização hierárquica entre as línguas e os sujeitos que as empregam, seleciona quem tem direito à voz e quem deve ser silenciado. A formulação e execução de uma dada política lingüística, no entanto, não impede totalmente a circulação e o amalgamento das línguas e dos sentidos. [...] Assim sendo, à revelia da colonização lingüística oficialmente imposta, pequenos lugares de esgarçamento nessa ideologia da dominação pela língua da metrópole vão sendo constituídos, permitindo, dessa forma, o surgimento de outros sítios de significação.”

(MARIANI, Bethania. *Colonização lingüística: línguas, política e religião no Brasil (séculos XVI a XVIII)* e nos Estados Unidos da América (século XVIII). Campinas: Pontes, 2004. p. 31.)

Dialeto

“Língua e dialeto são dois nomes da mesma coisa, empregados conforme nos colocamos em um ou outro ponto de vista. Todo corpo de expressões de que se serve uma sociedade, por menor e mais humilde que seja, como instrumento de comunicação de pensamento, é uma língua; e ninguém diria que um povo fala um dialeto, mas se diz que fala uma língua. De outro lado, não há no mundo uma língua a que, sem empregarmos uma palavra imprópria, possamos deixar de chamar dialeto, se a considerarmos como um corpo de sinais lingüísticos relativamente a outro corpo. O inglês, o

holandês, o sueco, etc. são os dialetos da língua germânica, e esta, assim como o francês, o irlandês, o boêmio e os outros, são dialetos da grande família cujos limites nós temos até aqui traçado.”

(William Whitney apud SILVA, José Jorge Pa-ranhos da. Questões de lingüística. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro: Tip. Nacional, ano 2, t. 7, p. 276-284, jan. 1881.)

“**1** conjunto de marcas lingüísticas de natureza semântico-lexical, morfossintática e fonético-morfológica, restrito a dada comunidade de fala inserida numa comunidade maior de usuários da mesma língua, que não chegam a impedir a intercomunicação da comunidade maior com a menor [O dialeto pode ser *geográfico* ou *social*.] **2** qualquer variedade lingüística coexistente com outra e que não pode ser considerada uma *língua* (p.ex.: no português do Brasil, o *dialeto caipira*, o *nordestino*, o *gaúcho* etc.) **3** *obso.* [*sentido obsoleto*] modalidade regional de uma língua que não tem literatura escrita, sendo predominantemente oral **4** *obso.* [*sentido obsoleto*] língua que, embora tenha literatura escrita, não é língua oficial de nenhum país (p.ex., o catalão, o basco, o galego etc.) **5** *obso.* [*sentido obsoleto*] variedade regional de uma língua cujas diferenças em relação à língua padrão são tão acentuadas que dificultam a intercomunicação dos seus falantes com os de outras regiões (p.ex., siciliano, calabrês)”

(DIALETO. In: HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Versão 1.0.5a. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. 1 CD-ROM.)

Língua geral

“Recebem o nome de língua geral, no Brasil, línguas de base indígena praticadas amplamente em território brasileiro, no período de colonização. A língua geral é uma língua franca. No século XVIII havia duas línguas gerais: língua geral paulista, falada ao sul do país no processo de expansão bandeirante, e a língua geral amazônica ou nheengatu, usada no processo de ocupação amazônica. Destas duas línguas gerais somente o nheengatu continua a ser utilizado entre os indígenas de diferentes etnias, habitantes da região Norte do país.

A Gramática da língua mais usada na Costa do Brasil, de José de Anchieta, representa a normatização da língua falada pelos índios do litoral, antes de se tornar a língua geral paulista.

A língua tucano também se tornou língua franca da região do Alto Rio Negro (AM), em meados do século XX, em virtude da presença das missões salesianas na região, sendo falada por diferentes nações indígenas: Wanana, Tucano, Dessana, etc.

O kheuól (ou patoá), falada no extremo norte do Amapá pelos Karipuna e Galibi, também tornou-se língua franca.

A expressão língua geral é também usada genericamente para referir-se aquelas línguas que tornaram-se línguas de contato intercultural, de colonização, sendo faladas por índios de diferentes nações, tupi e não-tupi, por portugueses e descendentes, e por negros escravos africanos. Neste sentido língua geral é sinônimo de língua franca.”

(CASTRO, Vandersi Sant’Anna. Língua geral. In: ENCICLOPÉDIA das línguas no Brasil. Unicamp. Disponível em: http://www.labeurb.unicamp.br/elb/indigenas/lingua_geral.html> Acesso em 30 maio 2008.)

Língua franca

“É a língua tomada como língua comum de grupos sociais que falam, cada um, uma língua diferente dos outros. Por exemplo, em países africanos de colonização portuguesa, os diversos povos organizados num mesmo país, falam cada um uma língua africana. Por outro lado utilizam o português como língua para estabelecerem relações entre si. No Brasil, no período colonial, houve uma língua franca, a língua geral, que era falada pelos portugueses, tanto nas relações com índios como nas relações domésticas, e pelas diversas tribos indígenas, embora cada uma falasse a sua língua.”

(GUIMARÃES, Eduardo. Língua franca. In: ENCICLOPÉDIA das línguas no Brasil. Unicamp. Disponível em: http://www.labeurb.unicamp.br/elb/portugues/lingua_franca.htm. Acesso em: 30 maio 2008.)

Crioulo

“Os crioulos são línguas naturais, de formação rápida, criadas pela necessidade de expressão e comunicação plena entre indivíduos inseridos em comunidades multilíngües relativamente estáveis. Procurando superar a pouca funcionalidade das suas línguas maternas, estes recorrem ao modelo imposto (mas pouco acessível) da língua socialmente dominante e ao seu saber linguístico

para constituir uma forma de linguagem veicular simples, de uso restrito mas eficaz, o *pidgin*, que posteriormente é gramaticalmente complexificada e lexicalmente expandida, em particular pelas novas gerações de crianças que a adquirem como língua materna, dando origem ao crioulo.

Chamam-se de *base portuguesa* os crioulos cujo léxico é, na sua maioria, de origem portuguesa. No entanto, do ponto de vista gramatical, os crioulos são línguas diferenciadas e autônomas. Sendo a língua-base aquela que dá o léxico [...]. Os crioulos de base portuguesa são habitualmente classificados de acordo com um critério de ordem predominantemente geográfica embora, em muitos casos, exista também uma correlação entre a localização geográfica e o tipo de línguas de substrato em presença no momento da formação.”

(PEREIRA, Dulce. Crioulos de base portuguesa. In: INSTITUTO CAMÕES. *História da língua portuguesa em linha*. Disponível em: <http://www.instituto-camoes.pt/cvc/hlp/hlpbrasil/index.html> Acesso em: 26 maio 2008.)

Crioulização

“Processo pelo qual um *pidgin* se expande e se torna lingüisticamente mais complexo, tornando-se a língua materna de determinada comunidade.”

(CRIOLIZAÇÃO. In: HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Versão 1.0.5a. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. 1 CD-ROM.)

Pidgin

“Em situações de contacto entre falantes de línguas maternas diferentes que, por razões de ordem social, têm necessidade urgente de comunicar entre si surge, freqüentemente, uma forma de linguagem veicular, utilizada em situações restritas de comunicação, a que se dá o nome de *pidgin*. O *pidgin* corresponde aos primeiros estádios de aquisição espontânea da língua do grupo socialmente dominante pelos falantes das outras línguas. O grupo dominante que, inicialmente, procura adaptar e simplificar a sua língua para se fazer entender, acaba por ter de aprender o *pidgin*, uma vez este formado.

O *pidgin* é uma linguagem subsidiária, de recurso, com um léxico e morfologia reduzidos, não podendo, pois, funcionar como língua materna. A língua dominante, também chamada língua-base, contribui essencialmente com o léxico para a sua formação. Diz-se, assim, de um *pidgin* cujo léxico deriva da língua portuguesa, que é um *pidgin* de base portuguesa.

Foi a urgência de entendimento mútuo entre europeus e africanos (e, posteriormente, asiáticos), que criou as primeiras condições de emergência de *pidgins* de base portuguesa, nos séculos XV e XVI. Estes, em alguns casos, por um processo de complexificação estrutural e expansão lexical, deram origem a crioulos.”

(PEREIRA, Dulce. Crioulos de base portuguesa. In: INSTITUTO CAMÕES. *História da língua portuguesa em linha*. Disponível em: <http://www.instituto-camoes.pt/cvc/hlp/hlpbrasil/index.html>. Acesso em: 26 maio 2008.)

Composto na Casa de Rui Barbosa com fontes
Granjon e Myriad.

Acabou-se de imprimir em novembro de 2008 nas
oficinas da Imprinta, no Rio de Janeiro.